



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**HOSENILDO GATO ALVES**

**IMPRENSA E PODER:**  
**A PROPAGANDA VARGUISTA NA IMPRENSA AMAZONENSE**  
**(1937-1945)**

Manaus  
01 outubro de 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**HOSENILDO GATO ALVES**

**IMPrensa e Poder:**  
**A PROPAGANDA VARGUISTA NA IMPRENSA AMAZONENSE**  
**(1937-1945)**

Orientador:  
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Dissertação apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Manaus  
01 outubro de 2009

## FICHA CATALOGRÁFICA

Alves, Hosenildo Gato

*Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)* / Hosenildo Gato Alves. Manaus: [s.n.], 2009, 210 p., Il.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História

1. História Social. 2. História do Trabalho. 3. Propaganda Política.
4. História da Imprensa.
5. Amazonas – Sociedade e Cultura.
6. Amazonas – Política e Governo.
7. Amazonas – História – 1937-1945.

I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto  
II. Universidade Federal do Amazonas  
III. Título.

*Dedico esta Dissertação aos meus dois amores, Grazi e Flávia, meu Sol e meu Solzinho.*

*Dedico também a todos aqueles que sonham com um Estado que atue em todas às esferas da sociedade; com um Estado que exerça sua verdadeira Função, propiciando o bem-estar social.*

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro  
(UFAM - Orientador)

Prof. Dr. Fernando Antonio Faria  
(UFF - Membro)

Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte  
(UFAM – Membro)

## AGRADECIMENTOS

Todo e qualquer trabalho acadêmico, por mais que pareça, não se reduz a esfera individual. Ao lado da feitura desta Dissertação, por dois anos e meio, existiu uma coletividade que contribuiu de forma decisiva para que ela se efetivasse. É essa coletividade que aqui eu gostaria de agradecer. Espero não ser injusto ao omitir o nome de alguém e se isto vier a ocorrer, desde já peço desculpas, afinal o cansaço físico e mental há algum tempo já bateram à porta.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Amazonas (FAPEAM), uma vez que o fomento de 19 meses de bolsas foi imprescindível para que eu viesse a me dedicar exclusivamente às pesquisas e à feitura da Dissertação.

Não poderia faltar o meu muito obrigado às Instituições que abriram suas portas para eu pudesse freqüentar seus arquivos e, concomitantemente, agradeço aos seus respectivos funcionários: Centro Cultura Povos da Amazônia; Imprensa Oficial; e principalmente, à minha segunda casa, o IGHA (Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas) e as suas duas hercúleas funcionárias, Ianez e Marlúcia.

No Curso de Mestrado agradeço às amigadas que fiz e as que consolidei. Muitos desses colegas foram, também, meus companheiros de arquivos: Adriana Barata, Alba (Valeu pelos dois ótimos materiais que você me arrumou), Benta, Cláudia (colega desde a matrícula na Graduação de História), prof. Dysson, prof. Erivonaldo e Jorge Breno. A todos desejo sucesso na empresa de vocês. Vai aqui também um abraço aos colegas da graduação em História: Átila, Jânio, meu “irmão” Marcelo e ao Thiago (Tapuia).

Aos professores do Departamento de História também gostaria de externar meu muito obrigado: Francisco Jorge, Antônio Morga, Eloína Monteiro. Ao mestre de todas as horas Aloysio Nogueira, certo da sua pronta recuperação. À Maria Luiza, que sempre me ajudou e me acolheu nessa “família” que é o LHIA (Laboratório de História de Imprensa do Amazonas).

Por fim, agradeço a dois mestres e amigos, aos quais dedico também essa Dissertação: prof. Auxiliomar Ugarte, para quem não tenho palavras para dizer o quanto sou grato a sua amizade e ajuda, sem contar os livros emprestados; a meu orientador prof. Luís Balkar, ao qual, pela amizade serei sempre devedor e agradecido. Agradeço,

ainda, por ter me deixado agir com autonomia, pelos livros emprestados, por ter sempre me ajudado, iniciando com a minha incorporação ao LHIA.

Dedico esta Dissertação também: aos meus irmãos Lucenira e Osair, que mesmo distantes, sempre torceram por mim, assim como eu torço sempre por eles; aos meus pais, serei sempre grato. À minha mãe, por tudo e ao meu pai que – mesmo não concordando de início com a escolha profissional que fiz – nunca me desamparou. À minha enteada Natasha, que mesmo longe, torce por mim.

Por fim, agradeço você Grazi, meu Amor, meu Sol, pelo amor e apoio incondicionais e por acreditar em mim quando eu mesmo já não tinha tanta certeza. Obrigado também por agüentar a aspereza de uma ou outra palavra que te dirigi, ciente de que isso era o resultado de uma fase conturbada e de extrema tensão. Meu Amor, essa Dissertação é nossa!

Não poderia faltar você, Flávia, meu Solzinho, meu bebê. Toda vez que chego em casa após um dia cansativo de trabalho – fruto da correria e aflição do duplo emprego – você me recebe com esse seu “sorriso banguela”, renovando meu ânimo e meu humor. Você faz tudo valer a pena!

## RESUMO

No dia 10 de novembro de 1937, após um golpe de Estado, foi instalado no Brasil o Estado Novo; um governo autoritário de cunho elitista, que procurou dotar o Estado de uma identidade superior, identificada com a própria Nação e, ainda, procurou se apresentar junto com o seu presidente, Getúlio Vargas, como os únicos sujeitos históricos capazes de resolverem os problemas do Brasil daquele período. Para ajudar na viabilização de seus objetivos, que também tangenciavam à sua legitimidade, além é claro de perseguir discursos divergentes, o novo regime desenvolveu uma forte estratégia de propaganda política, que era, em boa medida, veiculada pelos mais variados meios de comunicação, como a imprensa. Fruto dessa ação a Imprensa sofre incursões e restrições diversas à sua liberdade, o que também atingia os mais variados estratos da sociedade brasileira. No eixo centro-sul, estudos acerca da atuação da propaganda estadonovista, que ajudou na criação de um imaginário social favorável a Vargas e ao Estado Novo, vêm se avolumando. Contudo, quando se volta o olhar para estudos sobre essa temática no Amazonas, percebe-se uma lacuna na historiografia. Há mesmo, com a exceção de pouquíssimos trabalhos, carência de estudos históricos sobre o Amazonas no período compreendido entre o fim do ciclo da borracha e a emergência da Zona Franca. Caminhado na intencionalidade de contribuir com e para a renovação da historiografia regional e ajudar a atenuar, mesmo que minimamente estas lacunas, é que a presente Dissertação vem à tona. Para tanto se utilizou como principais fontes, os mais importantes periódicos amazonenses que circularam nesse período e que foram utilizados, pelo regime, enquanto veículos da propaganda estadonovista. Nessa perspectiva se procurou analisar as formas pelas quais o Estado Novo e Vargas se apresentaram para os amazonenses e representaram a sociedade e o Estado como o intuito de convencer a sociedade local à assimilar o projeto estadonovista. Buscou-se também visualizar a imprensa enquanto objeto de estudo, o que nos permitiu é claro, perceber atuações favoráveis e, por vezes, também contrárias ao regime.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Varguismo; Propaganda Política; História da Imprensa.

## ABSTRACT

In November 10 of 1937, after a stroke of State, is installed in Brazil the *Estado Novo* (New State); an authoritarian government with elitist nature, that tried to build the State of a superior identity, identified with Nation itself, presenting, along with your president Getúlio Vargas, as the unique historical kind capable of solving Brazil's problems from that time. To improve viability of your projects, that also tangential at your legitimacy, in addition, it's clear, of trying to persecute different discourses, the new regime developed a political propaganda, to be run by several kinds of media, like the press, those who suffered incursions in your freedom, that would reach several kinds of social extracts of Brazilian society. At center-south middle, studies regarding the actuations of the *Estado Novo* propaganda, which helped in creating a social imaginary favorable to Vargas and the *Estado Novo*, are increasing. However, when the point of view turns to the studies regarding these matters in Amazonas, there is a void in the State's historiography, better saying, with exceptions of a few works, there's a void, regarding these studies about Amazonas at "Era Vargas". Turned at the intentionality of contributing with and for the renovation of the regional historiography and, help to tenure, even a little, the void regarding the Amazonas history of the Era Vargas, the present dissertation emerge. For so was utilized like principal resources, the most important Amazonian journals that circulated at that time and that were utilized, by the regime, as vehicles of the *Estado Novo* propaganda. In this perspective was focused: analyze the forms in which the *Estado Novo* and Vargas were presented to Amazonians and, represented as the local community and the State, hopping to convince the local community to accept the *varguista* project; visualize the press as study object, that allowed for sure, realize its favorable actuations and time after time against the regime.

**Keywords:** Estado Novo; Getúlio Vargas; Political Propaganda; Press history.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – O ESTADO NOVO, A PROPAGANDA POLÍTICA E A IMPRENSA AMAZONENSE.</b>	<b>19</b>
1.1 – Uma Visão Geral Acerca do Estado Novo	20
1.2 – O Estado Novo no Amazonas	33
1.3 – A Propaganda Política: O seu papel no varguismo e os instrumentos de controle da imprensa.	40
1.4 – Os Periódicos “ <i>Jornal do Commercio</i> ”, “ <i>O Jornal</i> ” e “ <i>Revista Sintonia</i> ” no fazer-se da Imprensa Amazonense.	57
1.4.1 – O “ <i>Jornal do Commercio</i> ”, um periódico atuante.	61
1.4.2 – O <i>Jornal</i> – em prol do liberalismo.	69
1.4.3 – A <i>Revista Sintonia</i> , “A <i>Revista dos Telegraphistas do Amazonas</i> ”?	76
<b>CAPÍTULO II – RELAÇÕES DE FORÇA: A ATUAÇÃO DO <i>JORNAL DO COMMERCIO</i>, DE <i>O JORNAL</i> E DA <i>REVISTA SINTONIA</i> DURANTE O ESTADO NOVO.</b>	<b>84</b>
2.1 – Em sintonia com o regime.	84
2.2 – As três faces do <i>Jornal do Commercio</i> durante o Estado Novo.	89
2.3 – O <i>Jornal</i> . Com Vargas e Maia sim, com a ausência de liberdade do Estado Novo, não.	96
	113
<b>CAPÍTULO III – CONQUISTANDO CORAÇÕES E FORMANDO MENTES? A PROPAGANDA ESTADONOVISTA.</b>	<b>133</b>
3.1 – A construção da boa imagem do regime e das imagens “getuliana” e “alvariana”, através da imprensa.	139
3.1.1 – O Estado Novo, a nova democracia brasileira	140
3.1.2 – O culto a Vargas: o ‘timoneiro’, o ‘clarividente’, o Chefe da Nação	146
3.1.3 – O culto a Maia: o Mujik da Amazônia.	153
3.2 – O Amazonas e a sociedade amazonense através da propaganda varguista.	158
3.2.1 – O ressurgimento do Amazonas.	158
3.2.2 – Uma gente estóica.	167
3.3 – Os trabalhadores amazonenses na propaganda estadonovista.	
3.3.1 – Desarticulando o movimento dos trabalhadores.	171
3.3.2 – Chegou à hora da retribuição: mobilizando os trabalhadores.	174
3.3.3 – A representação dos trabalhadores: negando a identidade de classe em prol de uma identidade coletiva, nacional.	183
	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>194</b>
<b>FONTES</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>201</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início da década de 1990, o historiador René Gertz, ao fazer um inventário sobre a historiografia acerca do Estado Novo, afirmou que uma das características desses estudos tangenciava o campo da ambivalência. E isso era visto, segundo Gertz, mesmo quando os autores procuraram posicionar-se de forma crítica ou neutra durante suas análises<sup>1</sup>. Ou seja, apesar de criticarem o lado autoritário e repressivo do Estado Novo, vendo nele traços fascistas, e criticando-o por tentar, como nos diz a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, apagar a memória dos vencidos e universalizar a fala do vencedor<sup>2</sup>, muitos desses autores não conseguiam negar os avanços na economia, na construção do Estado, na questão social, vendo assim o lado “progressista” do Estado Novo, enquanto o Estado que viabilizou a modernidade do país.

Essa ambivalência, como se perceberá, está também presente em algumas passagens dessa Dissertação, que tem como principal objetivo a análise crítica e sistematizada da propaganda varguista do Estado Novo (1937-1945) no Amazonas, veiculada nesse período através dos periódicos amazonenses e direcionada aos estratos da sociedade local, como os dos trabalhadores. Nessa perspectiva, também, buscou-se analisar as relações entre essa Imprensa e o Poder, no caso o poder varguista, a fim de compreender como a imprensa amazonense reagiu a esse governo, uma vez que nesse período presenciamos uma situação na qual a imprensa brasileira não apenas teve sua liberdade cerceada, como também foi usada como instrumento do Estado e veículo dos princípios ideológicos do novo regime.

A problemática de pesquisa aqui discutida teve como agentes embrionários dois momentos que se complementam. O primeiro tem relação com a minha própria curiosidade sobre a “Era Vargas”, que vem de muito tempo; antes mesmo de imaginar em fazer parte da tribo dos historiadores - ou de qualquer outra tribo -, durante o Ensino

---

<sup>1</sup> René E. GERTZ. Estado Novo: Um Inventário Historiográfico. In Luiz WERNECK DA SILVA (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) *O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. 1991, p. 112.

<sup>2</sup> Sandra Jatahy PESAVENTO, *Historiografia do Estado Novo: Visões Regionais*. In Luiz WERNECK DA SILVA (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) *O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. 1991, p. 134.

Fundamental e Médio, a “Era Vargas”, na verdade a própria figura de Getúlio Vargas, sempre chamou minha atenção.

O segundo está relacionado com as discussões desenvolvidas em minha graduação em História, em especial no âmbito da disciplina História e Periodismo, ministrada pela professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, e com a minha participação, como membro do Grupo de Pesquisa Sobre a História da Imprensa do Amazonas, que se organizou no e através do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA), coordenado pela referida professora e pelo professor Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro.

Nesse período entrei em contato, entre tantos outros conhecimentos, com metodologias de análise dos periódicos. Dessa maneira foi-me aberta a possibilidade de produzir um conhecimento histórico através da imprensa, tendo como eixo básico a contextualização dos discursos assumidos por determinados jornais, na medida em que estes não são um meio neutro de informação, mas estão sempre localizados socialmente.

Assim, a imprensa tende a incorporar projetos sociais e políticos dos grupos aos quais representa, criando caminhos para a sua concretização, em especial através da veiculação de notícias que não são simples narrativas do ocorrido, nem mesmo oriundas do acaso ou da coincidência, mas sim das intenções latentes de cada jornal. Ou seja, as notícias passam por diversos filtros e são carregadas de conteúdos político-ideológicos.

Essa constatação levou-me a refletir sobre a utilização da imprensa durante a “Era Vargas”, durante a qual ela foi usada como instrumento do Estado para veicular a propaganda de seus componentes ideológicos<sup>3</sup>. Assim sendo, optei por elaborar uma problemática que abordasse a relação de Vargas com a imprensa amazonense, mais especificamente com a imprensa escrita.

Para tanto, dentro do período da “Era Vargas”, escolhi como recorte temporal os anos de 1937-1945, momento esse denominado de Estado Novo. Durante esse regime, a imprensa teve um papel importantíssimo, sendo para Vargas um dos instrumentos vitais para a manutenção da sua ditadura e do controle social, razão pela qual o chefe de governo buscou desenvolver relacionamentos estreitos com ela – de controle, de censura – o que foi amplamente facilitado pela criação de instituições como o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

---

<sup>3</sup> Nesse processo, a leitura da obra da historiadora Maria Helena CAPELATO, “Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo”, me causou grande impacto.

Através da imprensa, Vargas veiculou sua propaganda política com o intuito de fazer com que a sociedade brasileira assimilasse o projeto estadonovista, que no mais fortaleceria sua própria imagem e a do regime (que fora fruto de um golpe de Estado), possibilitando sua legitimação perante grande parcela da sociedade, como no caso dos trabalhadores.

Entretanto, a preocupação de Vargas com a atuação dos meios de comunicação não é algo exclusivamente relacionado ao aparecimento do Estado Novo, já que desde sua chegada ao poder, em novembro de 1930, ele investe na criação de instrumentos que auxiliassem suas intenções propagandistas e de controle social. Será, todavia, a partir da implantação do Estado Novo, que essa intenção ganha grandes dimensões, sendo através desse viés criado em 27 de dezembro de 1939, como resultado de práticas anteriores, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este, incumbia-se, grosso modo, de duas funções: exaltar as ações de Getúlio Vargas e de seu governo e controlar os meios de comunicação para evitar uma “contrapropaganda” ao regime. Por esse prisma, destacaram-se o rádio e a imprensa escrita como os meios de comunicação mais utilizados para a divulgação da propaganda política.

Todavia, os mecanismos de controle postos em prática por Vargas nem sempre obtinham sucesso e, como se verá, em alguns momentos não conseguiam evitar a emergência de críticas ásperas direcionadas ao regime, inclusive no Amazonas.

Sobre os estudos da propaganda política do Estado Novo e a utilização da imprensa – visualizando a relação de forças dela com o regime –, convém destacar o trabalho de Nelson Jahr Garcia, *Estado Novo: Ideologia e propaganda política*, de 1982, e argumentar que desde então eles vêm se avolumando numa escala significativa<sup>4</sup>. Tal avanço mais geral dos estudos históricos contrasta com o quadro lacunar da historiografia amazonense, em especial no que concerne à atuação da imprensa amazonense durante o Estado Novo. Melhor dizendo, sobre a “Era Vargas” no Amazonas, com exceção de pouquíssimos trabalhos de cunho acadêmico, como a tese de doutorado de Eloína Monteiro dos Santos, *Uma Liderança política Cabocla: Álvaro Maia*, transformada em livro em 1997, percebemos uma considerável lacuna.

---

<sup>4</sup> Ver também, Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990; Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998; e Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Caretá': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005

Constatando essa situação lacunar, sobre esse período da história do Amazonas, o presente trabalho tem a intenção de contribuir, mesmo que minimamente, com a produção de um conhecimento histórico acerca desse período, tendo como norte as análises acerca da propaganda estadonovista no Amazonas. Nesse viés, procurou-se também, trazer dados sobre a atuação de parte da imprensa amazonense nesse período.

Sobre as abordagens metodológicas que segui no que tange à propaganda política de Vargas voltada para a sociedade amazonense, ou seja, os mecanismos usados pela propaganda estadonovista para a criação de um imaginário social<sup>5</sup>, com a intenção de buscar a sua legitimação perante aos mais variados estratos sociais, estão inseridas no campo da História Política renovada ou História Cultural do Poder.

No que concerne à História Política, hoje se fala muito na sua renovação e no seu retorno com força total. Segundo René Rémond, “os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas”<sup>6</sup>. Para esse autor, a nova História Política passou a ter vários requisitos para ser reabilitada, como o fato de ela não negligenciar mais as massas, já que quando suas análises se ocupam do estudo da participação das pessoas comuns na vida política e nos processo eleitorais, a sua atenção se direciona para os comportamentos coletivos, fazendo com que a História Política perca seu caráter elitista de outrora. No mais, ela não se preocupa apenas com a curta duração, suas abordagens procuram dar atenção à pluralidade dos ritmos, ou seja, ela combina o que é rápido, instantâneo, como golpe de Estados, dias de revoluções, mudanças de regimes etc, com o que é mais ou extremamente lento como a História das formações políticas e das ideologias<sup>7</sup>.

Essa renovação pela qual passa a História Política possibilitou que esse campo da História interagisse com outros campos. Dessa interação surgem ótimas análises sobre o passado, sendo que o campo com o qual a História Política mais interage atualmente é o da História Cultural<sup>8</sup>. Devido a essa aproximação, vemos o surgimento da noção de

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Sandra Pesavento, *Imaginário* é definido como “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas construíram para si, dando sentido ao Mundo”. Sandra Jatahy PESAVENTO. *História & História Cultural*, p. 43. O conceito será, todavia, melhor discutido no final do capítulo 1, página 40 e seguintes.

<sup>6</sup> René RÉMOND (org.) Uma história presente. In *Por uma História Política*, p.21.

<sup>7</sup> René RÉMOND (org.) Uma história presente. In *Por uma História Política*. 1996, p.32-35.

<sup>8</sup> Para perceber um pouco mais dessa relação entre a História Política e a Cultural, ver o artigo de Ângela de Castro Gomes. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, Maria Fernandes Baptista BICALHO e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, (Orgs). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. 2005.

*cultura política*, o que tem permitido que a História Política se preocupe com as análises dos fenômenos políticos na longa duração<sup>9</sup>. Como afirma Ângela de Castro Gomes, ela seria

“um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político além da curta duração<sup>10</sup>.

No instante em que houve a apropriação pela nova História Política da noção de cultura política, essa noção ganhou uma potencialidade que a aproximou da orientação de uma História Cultural. Como consequência, o conceito de política foi ampliado, com a percepção de que as relações de poder estão além do Estado<sup>11</sup> e o poder, inclusive o do Estado, deixa de ser pensado enquanto força, coerção ou manipulação, para ser pensado igualmente como legitimidade, adesão e negociação. Nesse mesmo viés as relações políticas ultrapassam o campo do político institucional, possibilitando o estudo dos imaginários e representações políticas, que se constituem por imagens, símbolos, utopias.

Devido a essa reviravolta na História Política, estudos sobre determinado regime político como o Estado Novo, abordam temas que privilegiam a relação entre política e cultura, o que tem favorecido uma melhor inteligibilidade sobre esses momentos históricos.

Foi nessa perspectiva que as análises contidas no presente estudo, foram elaboradas. Investigando a propaganda estadonovista no Amazonas, partiu-se de uma prática do campo da História Política, já que enfocando centralmente a questão do poder, porém interagindo com o campo da História Cultural, uma vez que o enfoque aqui adotado não se acercou apenas às análises do poder estatal. Antes, deu-se ênfase aos

---

<sup>9</sup> Ciro Flamarion CARDOSO. *História do Poder, História Política*. Estudos Ibero-americanos. junho de 1997, p.134.

<sup>10</sup> Ângela de Castro GOMES. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO Maria Fernandes Baptista e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, (Orgs). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. 2005, p. 31.

<sup>11</sup> Michel FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, p. 1-14. A assimilação de Foucault pela historiografia é ainda controversa, gerando grande debate que chega aos dias atuais. Um exemplo esclarecedor de leitura da História feita a partir da ótica foucaultiana é: Keith JENKINS, *A História Repensada*. 2001.

usos políticos dos sistemas de representações e imaginários sociais, utilizando-se a noção de *representação do poder*.

Nessa perspectiva, para visualizar a propaganda estadonovista no Amazonas e concomitantemente analisar a relação do Estado Novo com a imprensa amazonense, selecionamos três importantes periódicos que circularam nesse período: *o Jornal do Commercio*, *O Jornal* e a *Revista Sintonia*. Esses periódicos foram nossas fontes prioritárias nessa investigação e em alguns momentos, junto com a Propaganda Estadonovista e o próprio Estado Novo, foram também objetos de estudo.

A opção pela escolha desses três periódicos se deu pela sua importância e grande circulação, como também pelo fato de eles abrangerem todo o período que será estudado. Registra-se, ainda, a facilidade de acesso, na medida em que a maioria dos números de outros periódicos desse período não foi conservada adequadamente ou acha-se pouco presente nos arquivos públicos do Amazonas. Contudo, essa opção não impediu que em alguns momentos, se fizessem incursões momentâneas em outros periódicos de menor abrangência e de quantidade numérica reduzida, para que ocorresse uma melhor cobertura e potencialização do tema que nos propusemos aqui pesquisar.

Após esses apontamentos, é chegado o momento de serem apresentados os capítulos dessa Dissertação. Cabe esclarecer que o primeiro capítulo, principalmente o primeiro tópico, apresenta um caráter de análise mais contextual e bibliográfico. Nos instantes em que se reportou às fontes locais constituída pela imprensa amazonense do período, foi para, na maioria das vezes, tratá-las enquanto objetos. Esse capítulo teve como objetivo fazer uma apresentação geral do Estado Novo e, nesse viés, elucidar a necessidade da criação de uma propaganda política e de aparatos institucionais que possibilitassem o controle da imprensa, na medida em que esta foi largamente usada como instrumento veiculador da propaganda estadonovista.

Procurou-se entender o que foi o Estado Novo, visualizando o momento no qual ele surgiu e a sua atuação no Amazonas – os aparatos montados para ele atuar e as lideranças político-regionais que foram os representantes de Vargas no Estado.

Tentou-se, ainda, mostrar a importância do estudo da propaganda política, nos momentos da história em que ela é usada para ajudar na manutenção ou mudança de uma estrutural social. Nessa perspectiva, procurou-se localizar o campo do conhecimento

histórico no qual está inserido o estudo da propaganda política, vislumbrando os conceitos que são utilizados para essa abordagem.

Também será apresentado o pólo oposto, ou seja, a atuação de alguns dos importantes periódicos da imprensa amazonense. Nessa perspectiva, a utilização dos periódicos se deu não somente enquanto fontes históricas – para análise da propaganda política do Estado Novo no Amazonas e para a análise da relação entre esse regime e a imprensa local –, mas também enquanto objeto do próprio estudo histórico empreendido, na medida em que a própria compreensão do propagandismo varguista exigia a compreensão correlata das propostas e intenções desses periódicos, o que remetia ao estudo da sua historicidade.

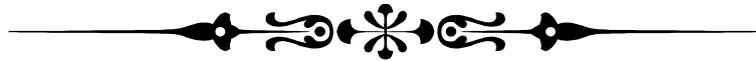
Assim foram abordadas as principais características desses periódicos, o que, no caso do *Jornal do Commercio* e de *O Jornal*, forçou um recuo temporal, já que suas trajetórias são anteriores ao advento do Estado Novo. Essa metodologia adotada foi necessária na medida em que ela se mostrava de fundamental importância para que se compreendessem determinados comportamentos adotados por essa imprensa, no momento em que ela atuou durante o Estado Novo.

Sobre o segundo e o terceiro capítulos, cabe esclarecer que suas feitura estão baseadas quase que exclusivamente nas análises das fontes documentais pesquisadas. No segundo capítulo – no qual se tomou o posicionamento de vislumbrar os periódicos enquanto objetos e fontes –, será mostrada a relação entre o Estado Novo e a imprensa amazonense, representada pelos periódicos selecionados. Abordou-se o cerceamento praticado pelo regime em direção à imprensa e analisou-se a atuação dessa imprensa durante o governo de Getúlio Vargas e de Álvaro Maia, este último, o interventor por aquele nomeado. Através desse prisma procurou-se identificar as possíveis resistências e críticas da imprensa local ao regime.

No terceiro capítulo, o posicionamento adotado frente aos periódicos foi de vê-los, exclusivamente, enquanto fontes históricas. Nesse capítulo, abordou-se a propaganda estadonovista no Amazonas, sendo feitas análises das imagens e mensagens veiculadas pela imprensa local, que tinham como intenção a adesão dos amazonenses aos princípios ideológicos do Estado Novo, para que este viesse se legitimar diante da sociedade amazonense. Trata-se, pois, de aquilatar o nível de penetração e de assimilação ou recusa dos discursos varguistas pela imprensa.

Analisaram-se as mensagens e imagens usadas pela propaganda estadonovista, para construir uma imagem favorável da ditadura, na tentativa de demonstrar que esta era melhor que a democracia liberal que outrora vigorava no país. Nesse viés foram feitas as análises de como essa propaganda procurou: apresentar para a sociedade amazonense as imagens de Vargas e Maia; as maneiras pelas quais a propaganda estadonovista procurou edificar uma imagem idealizada do Estado do Amazonas e da sociedade amazonense; por fim, os discursos e imagens criado por Vargas e direcionados, exclusivamente para o trabalhador local, com a intenção de criar uma identidade despolitizada desse trabalhador, o que facilitaria o processo de “cooptação”.

**CAPÍTULO I**  
**O ESTADO NOVO, A PROPAGANDA POLÍTICA E A**  
**IMPrensa AMAZONENSE.**



## CAPÍTULO I

### O ESTADO NOVO, A PROPAGANDA POLÍTICA E A IMPRENSA AMAZONENSE.

#### 1.1 – Uma visão geral acerca do Estado Novo.

O período que se estende da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914) ao fim da Segunda (1945), foi denominado pelo historiador Eric Hobsbawm como a “Era da Catástrofe”<sup>12</sup>. Nesses anos, valores e Instituições da sociedade burguesa do século XIX, primazias como a repulsa por ditaduras e governos despóticos, o compromisso com governos regidos por Constituições e com Assembléias representativas eleitas, a preocupação com a manutenção da liberdade individual e os direitos dos cidadãos<sup>13</sup>, entraram em colapso e passaram a ser postas de lado em muitos países da Europa e da América Latina<sup>14</sup>.

Essa crise da “civilização liberal”, ainda segundo Hobsbawm, foi gerada em grande parte pelos resultados da Primeira Guerra, que a transformaram em ponto de partida de novos e irreconciliáveis conflitos, contradições essas aguçadas com a Crise de 1929, que fragilizou a economia capitalista do entre guerras. Esses acontecimentos trouxeram descrédito às democracias liberais, possibilitando o surgimento e fortalecimento de ideologias de extrema direita como o fascismo ou de outras vertentes autoritárias, tornando-as uma alternativa ao liberalismo decadente<sup>15</sup>. Foi nesse cenário de crise que surge no Brasil a figura de Getúlio Vargas e do seu Estado Novo.

No nosso país – assim como em muitos países do Ocidente no decurso da década de 1920 –, vimos o aparecimento de movimentos de direita, com forte propensão ao

---

<sup>12</sup> Eric HOBBSBAWM. *A Era dos Extremos: O breve século XX-1914-1991*. 2004.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p.113-114.

<sup>14</sup> É claro que em muitos países, como o Brasil, os bônus do liberalismo eram usufruídos por uma minoria, pois a grande maioria da população era excluída, ainda mais quando aparecia em cena a participação política. O que vimos no Brasil nos primeiros 40 anos de vigência da República foi um liberalismo excludente. Cabe conferir para um melhor entendimento desse período brasileiro, o livro organizado pelos historiadores Jorge FERREIRA e Lucilia de Almeida Neves DELGADO. *O Brasil Republicano* (Vol. I). O tempo do liberalismo excludente, 2003.

<sup>15</sup> Essa mesma visão é compartilhada tanto pelo cientista político Roy C. MACRIDIS. *Ideologias Políticas Contemporâneas: movimentos e regimes*. 1982, p. 207-209, quanto pelo historiador Francisco José FALCON. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. In SILVA, Luiz Werneck da (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica. 1991, p 37-41.

nacionalismo e à centralização política e de cunho antiliberal<sup>16</sup>. Essas correntes antiliberais, de cunho elitista, demonstraram-se bastante preocupadas com a problemática das massas, acusando as instituições liberais de não conseguirem solucionar os problemas sociais. Na década de 1920, o crescimento dos movimentos políticos e sociais fez com que o fantasma da Revolução Russa “assombrasse” setores da elite brasileira e o medo de revoluções sociais passou a se fazer presente no imaginário social de certos estratos sociais<sup>17</sup>.

Desses movimentos sociais e políticos, o mais marcante no Brasil dos anos de 1920, foi o dos tenentes. Esses e outros oficiais do exército iniciaram o movimento político conhecido como tenentismo. Este movimento tomou proporções nacionais, empolgando vários segmentos da sociedade da época, desde os oligarcas dissidentes, passando pelas camadas médias até chegar à classe operária das cidades<sup>18</sup>.

Contudo, contraditoriamente à sua fase heróica de 1922 a 1927, do seu “liberalismo radical”<sup>19</sup>, – na qual lutou contra as oligarquias dominantes desse período, surgindo como a única alternativa às angústias das classes médias –, no decurso das eleições de 1930 e a partir do Movimento de 1930, muitos dos principais do tenentismo,

---

<sup>16</sup> Esses grupos, na sua maioria, não tinham qualquer orientação fascista; apenas representavam um autoritarismo presente na história político-social de muitos setores da sociedade brasileira, que estava acuado devido à vigência de uma democracia liberal, mas que ganha força com as sucessivas crises do liberalismo tão comuns nesse período. Como exemplo, temos parte do movimento modernista e certa corrente de reformadores católicos ligados ao movimento de renovação iniciado com o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião de Leme. Cf: Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. 1982, p.54.

Outro bom exemplo é do próprio Vargas que, nas décadas de 1930 e início da de 1940, se identificou com o fascismo (então no auge). Mas convém lembrar que ele era herdeiro do sistema político gaúcho, isto é: centralizador, autoritário, no qual vemos a primazia do poder executivo a par com traços positivistas. Em suma, uma tradição político-autoritária mais antiga que o próprio fascismo. José Augusto DRUMMOND. *O Movimento Tenentista: a Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)* 1986, p. 191. Ver também Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. 1982, p.56. Cabe ainda registrar a tese de doutorado de Diorge Alceno KONRAD. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004, p. 110-111 e 195-206.

<sup>17</sup> Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no peronismo*. 1998, p. 39.

<sup>18</sup> O tenentismo recebeu esse nome, pelo fato de seus principais líderes serem oficiais de nível intermediário do exército, como os tenentes e os capitães. Para uma visualização sobre o movimento tenentista, conferir, José Augusto Drummond. *O Movimento Tenentista: a Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)*. 1986. Ver Maria Cecília Spina FORJAZ. *Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. 1987. Ver Anita L PRESTES. *A Coluna Prestes*. 1990. Para o contexto amazonense o trabalho de destaque é o de Eloína Monteiro dos SANTOS. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 1990.

<sup>19</sup> Cf. Anita L PRESTES. *A Coluna Prestes*. 1990, p. 90-98.

se afastam dos ideais liberais para se aproximarem mais de uma concepção autoritária, passando a apoiar correntes antiliberais<sup>20</sup>.

Esse autoritarismo pode ser visto na postura de Juarez do Nascimento Fernandes Távora, uma das maiores figuras e o mais loquaz porta-voz do movimento tenentista. Em carta dirigida a outro tenente em maio de 1930, Távora deixa claro qual seria o tipo de governo adotado após a “Revolução” que levou Vargas ao poder:

Findando devo declarar-lhe que a revolução embora aceitando o concurso das correntes políticas que já se desenganaram da solução legal para o nosso caso político – *não está disposta a transgredir com estes nos itens principais do seu programa* – a começar pelo primeiro, que é a necessidade da “ditadura”.  
*Já devemos estar fartos de platonismo democrático e constitucional*<sup>21</sup>.

A partir do Movimento de 1930, os antiliberais, nos quais muitos tenentes já estão inseridos, passaram a fazer fortes críticas à democracia liberal. Eles eram da opinião que a Constituição brasileira de 1891 tinha sido feita “ao sabor das teorizações do liberalismo europeu e das sugestões do federalismo norte-americano”<sup>22</sup>, sem se preocupar com as necessidades específicas da realidade brasileira. Acusavam a democracia liberal brasileira de ser um mero fetichismo de teorizações ultrapassadas, que saiu muito cara para os brasileiros. Acusavam, ainda, o federalismo de dar base para o regionalismo e este, por seu turno, comprometia a integridade nacional.

Devido a isso almejavam a centralidade política e um Estado capaz de resolver os infindáveis problemas que apareceram com os tempos presentes. O Estado não deveria continuar sendo um espectador, apenas um mantenedor da ordem pública, como pregava “a cansada concepção do romantismo liberal do século XIX”<sup>23</sup>, ficando aquém dos problemas econômicos e sociais. Ele deveria ter um alcance geral, por ter suas ações estendidas a todos os planos da vida nacional, sendo elas elementos orientadores de

<sup>20</sup> As obras lidas acerca do tenentismo nos possibilitam visualizar que, desde o seu início, o tenentismo carregou no seu bojo o estigma da ambigüidade; talvez, por isso, na produção historiográfica as interpretações sobre os interesses de quem os tenentes representavam sejam diversas. Contudo, essas correntes de interpretações concordam com o papel importante que teve o tenentismo para a erosão da República Velha. Para uma melhor visão das discussões sobre interpretações historiográficas do tenentismo, conferir o artigo de Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (vol. I): o tempo do liberalismo excludente*. 2003, p. 341-346.

<sup>21</sup> Carta do dia 4 de maio de 1930, direcionada ao Tenente Monteiro. Apud Edgard CARONE. *O Tenentismo*. 1975, p. 340. Grifo Meu.

<sup>22</sup> Simon SCHWARTZMAN (org). *Estado Novo: um auto-retrato*. 1983, p.20.

<sup>23</sup> Palavras de Gustavo Capanema ministro da Educação e Saúde de Vargas. Apud Simon SCHWARTZMAN (org). *Estado Novo: um auto-retrato*. 1983, p. 30.

todos os grupos, sistematizando qualquer atividade produtiva, onde os interesses da Nação deveriam se sobressair sobre os do indivíduo.

Para o controle desse Estado e para que suas metas fossem alcançadas, ocorrendo dessa maneira, as transformações políticas almejadas, seria necessária a figura de um líder, a do chefe da Nação; alguém que parecesse predestinado a esse feito. Este chefe deveria se identificar com a Nação e esta com ele.

É claro que não existe na história, ninguém predestinado para esse ou aquele feito. As lideranças surgem e se fortalecem durante os embates e desdobramentos de determinados eventos, posicionando-se à frente dos movimentos, enfrentado até mesmo outros pretensos líderes. Grosso modo, foi dessa maneira que Getúlio Vargas tornou-se um líder, no final da década de 1920 e no decurso da de 1930.

Soma-se a isso, o fato de que, com a chegada de Vargas ao poder, a máquina política desenvolvida por ele e por seu séquito procurou – para justificar e legitimar a sua permanência – criar, em torno de sua figura, um simbolismo de homem predestinado a governar o país nesse momento de crise nacional e mundial, que foram as décadas de 1930 e 1940.

Essa intenção – a de criar um ar de predestinação em torno de Vargas – é encontrada em artigos e em obras da época<sup>24</sup>, como a do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Esse ministro ficou incumbido de produzir no início da década de 1940 uma obra que deveria mostrar o conjunto das realizações mais profundas, que vinham sendo materializadas por Vargas, desde a sua chegada ao poder, a partir de 1930; entretanto, ela nunca foi publicada<sup>25</sup>.

Nessa obra, o até então ministro Gustavo Capanema, entre tantas outras coisas, enumerava as qualidades que um governante deveria ter no final da década de 1920 e início da de 1930 para tirar o Brasil da crise. Para o ministro, o pretendente a estadista deveria dominar os regionalismos extremados, para conter as influências de ideologias que ameaçavam o espírito cívico brasileiro; ter um ardente sentimento de nacionalismo e coordenar as forças contrárias à dispersão. Características quase que inerentes, nos dizeres de Capanema, a Getúlio Vargas, tido com originário de uma estirpe de varões nacionalistas que lutaram em campo de guerra pelo Brasil.

---

<sup>24</sup> Para visualizar a criação de uma mitologia acerca da figura de Vargas, conferir adiante o capítulo 3.

<sup>25</sup> Partes dos seus manuscritos foram organizadas pelo cientista político e historiador Simon Schwartzman, e publicados no ano de 1983, com o título *Estado Novo: um Auto-retrato*.

O governante deveria, ainda, renovar a Nação e o regime, solucionando os problemas econômicos e sociais embasado nas idéias e experiências do seu tempo, voltando seu pensamento para a conjuntura mundial e, assim, escolher o melhor caminho para o Brasil. Essa característica, segundo Capanema, sempre acompanhou Vargas, que desde jovem, com seus vinte e poucos anos e ainda deputado estadual do Rio Grande do Sul, já dava atenção aos assuntos internacionais, surpreendendo seus companheiros de Assembléia por elevar os motivos regionais por eles discutidos ao âmbito das doutrinas e debates políticos em curso na Europa e EUA. Capanema, ainda, dizia que, com o amadurecimento de Vargas, essa sua capacidade foi aumentando e era possível reconhecê-la através de seus discursos.

O Chefe deveria ser bravo e paciente, ser apaziguador, não poderia ser um oportunista, deveria ser impessoal e possuir uma individualidade marcante<sup>26</sup>. Todas essas qualidades passaram a ser atribuídas ao chefe da Nação, ou seja, a Vargas, e se não existiam de fato antes de 1930, o discurso governista, principalmente a partir do Golpe de 1937, procurou apresentá-las como inerentes à personalidade de Vargas.

A partir de 1930, foi na figura de Vargas que, paulatinamente, os movimentos de direita buscaram a figura de um líder, de um chefe<sup>27</sup>. Contudo, por mais que seja a partir desse momento, que essa concepção autoritária, nacionalista, avessa à democracia liberal, chega ao poder, não foi nesse ano, ou mesmo em um breve período de tempo, que essa concepção de governo ganhou hegemonia; setores liberais defensores da democracia, ou até mesmo as antigas oligarquias deslocadas do poder como a paulista, ainda resistiram por um tempo. Suas divergências com o governo levaram-nos ao conflito

---

<sup>26</sup> Simon SCHWARTZMAN (org). *Estado Novo: um auto-retrato*. 1983, p.26-28.

<sup>27</sup> Em 1929, o então presidente Washington Luís, ao querer dar continuidade a seu plano de governo, não indica para a sucessão o mineiro Antônio Carlos, que há muito se preparava para ocupar a Presidência. Washington indica o paulista Júlio Prestes. Com essa atitude, aquele modelo tradicional de sucessão presidencial adotado por São Paulo e Minas, “a política do café-com-leite” foi rompido. Diante do impasse, Antônio Carlos vai se aproximar da oligarquia gaúcha e nesse ano de 1929, em julho, é criada a Aliança Liberal, uma frente política composta pelas oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba constituída também por um número expressivo das principais lideranças do movimento dos tenentes e pelo Partido Democrático formado por oligarcas dissidentes do Partido Republicano Paulista. A Aliança apóia para a Presidência da República Getúlio Vargas. Nesse momento, a crise econômica mundial, gerada pela queda da Bolsa de Nova Iorque, atinge a economia brasileira, assentada basicamente na agro-exportação do café, acirrando ainda mais as disputas pelas eleições que ocorrerão em março de 1930. Nessas eleições o candidato apoiado pelo Presidente Washington Luiz, o paulista Julio Prestes, se elege para o cargo. Porém, tendências da Aliança Liberal não aceitam o resultado e no dia 24 de outubro depõem o Presidente Washington Luiz, fato que ocasiona o fim da República Velha.

armado em São Paulo no ano de 1932 – que também teve alguns focos armados no Mato Grosso<sup>28</sup> e Rio Grande do Sul<sup>29</sup> – conhecido como *Revolução Constitucionalista*.

Por mais que Vargas saísse vitorioso desse conflito, o governo se viu obrigado a convocar uma Assembléia Constituinte que elaborou uma nova Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934.

Para Vargas e seu séqüito, a revolta armada de 1932 e a conseqüência dela, a promulgação de uma Constituição, representaram um incidente “no caminho da Revolução”, demonstrando a resistência, mesmo que minimizada, do liberalismo e da democracia liberal, chamada por eles de “antiquadas teorizações políticas”; empecilho esses que abafavam o espírito da revolução, fazendo com que o novo regime nascesse com um desastrado remendo do velho.

Três anos depois da promulgação da Carta Magna de 1934, no dia do golpe de 1937, Vargas, justificando a Constituição estadonivista por ele outorgada, mostrou-se ressentido com o ocorrido e com a Constituição de 1934 de caráter liberal, e se referiu a ela com termos de descrédito:

A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público<sup>30</sup>.

A revolta armada de 1932 em São Paulo, que encontrou o apoio de alguns levantes armados no Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e a certeza de Vargas em reconhecer que após o Movimento de 1930 ainda resistiam elementos da antiga ordem dentro da nova – prova disso foi o fato de o governo ter sido forçado a promulgar a

---

<sup>28</sup> O Jornal, nº. 525, Manaus, 11 de julho de 1932.

<sup>29</sup> Antigos aliados de Vargas, como o seu mestre político Borges Medeiros, seu ex-ministro da Justiça Mauricio Cardoso, seu ex-ministro do trabalho Lindolfo Collor e seu ex-chefe de polícia do Distrito Federal João Batista Luzardo, a partir de fevereiro de 1932 rompem com ele e vão apoiar a oligarquia paulista e o seu partido político (Partido Democrático de São Paulo). Quando eclode o movimento armado em São Paulo todos esses ex-aliados de Vargas (todos gaúchos também), vão liderar a resistência armada em locais do Rio Grande do Sul. Cf: Diorge Alceno KONRAD. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004.

<sup>30</sup> Essa passagem é parte do manifesto do dia 10 de novembro de 1937, que foi dirigida à sociedade brasileira. Citado por Gustavo Capanema. *Apud* Simon SCHWARTZMAN (org). *Estado Novo: um auto-retrato*. 1983, p. 38.

Constituição de 1934 –, dão base para que concordemos com alguns historiadores<sup>31</sup> que acreditam que o governo instalado em 1930, nascido de um golpe e que teve Vargas como uma de suas lideranças, difere do governo implantado a partir do Golpe de 1937. Ou seja, o golpe de 1937 não estava dado em 1930, por mais que em ambos os golpes e governos se veja, quase que praticamente, a presença das mesmas lideranças.

Como afirma Diorge Alceno Konrad, o período de 1930-1937 não teve o mesmo caráter autoritário que o do governo pós-37, uma vez que “a hegemonia do centro político ou social do país estava em disputa entre as classes sociais e entre os projetos políticos regionais e que a correlação de força colocava limites e possibilidades abertas para os agentes concretos em luta”<sup>32</sup>.

O mesmo historiador vai mais além, pois acredita que devido a várias medidas repressoras e centralizadoras do governo, nos dois anos anteriores ao Golpe de 37 – como a criação da Lei de Segurança Nacional, os constantes Estados de Sítios e de Guerra – a ditadura varguista que chamamos de Estado Novo, não se iniciou em novembro de 1937. O Golpe de 37, consolidou-a<sup>33</sup>. Ou seja, no dia 10 de novembro foi formalizada uma ditadura que já vinha informalmente sendo traçada e praticada.

Essa idéia de Konrad vai ao encontro da opinião de Edgard Carone, quando este afirma que as condições objetivas e psicológicas do golpe de Estado já estavam sendo elaboradas entre os anos de 1935-1937<sup>34</sup>. Segundo Carone, desde o final do ano de 1936 o texto da Constituição de 1937 já estava elaborado e o golpe vinha sendo traçado durante todo esse tempo. Nesse intervalo, o esboço da nova Constituição vai sendo mostrado aos possíveis participante do golpe, como foi o caso de Plínio Salgado, líder do grupo fascista Ação Integralista. Foi o que este deixou claro em uma entrevista dada ao jornal Correio da Manhã no ano de 1945:

---

<sup>31</sup> Maria Helena CAPELATO. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143. Dulce PANDOLFI. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13- 37; Diorge Alceno KONRAD. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004.

<sup>32</sup>Diorge Alceno KONRAD. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004, p. 7-8.

<sup>33</sup>Idem, p. 449-550.

<sup>34</sup> Edgard CARONE. *A Terceira República (1937 – 1945)*. 1982, p. 07.

Foi nessa ocasião que me procurou o dr. Francisco Campos, com o qual me encontrei em casa do dr. Amaro Lanari. Ele me falou dizendo-se autorizado pelo sr. presidente da República e me entregou o original de um projeto de constituição que deveria ser outorgada, num golpe de Estado ao país. Estávamos no mês de setembro de 1937

O dr. Francisco, dizendo sempre falar após entendimento com v. excia., pediu o meu apoio para o golpe de Estado e a minha opinião sobre a Constituição, dando-me 24 horas para a resposta. Pediu-me, também, o mais absoluto sigilo<sup>35</sup>.

Plínio Salgado, mesmo sabendo do Golpe que estava por vir, ainda participou como candidato a presidente da República das campanhas para as eleições que seriam realizadas em janeiro de 1938. Campanhas estas que foram, para os governistas e seus aliados, apenas um teatro.

Para essa mesma eleição, ainda, concorriam para a presidência Armando de Salles Oliveira, por São Paulo, apoiado pelos opositores a Vargas, na Bahia, Pernambuco, e pelo governador do Rio Grande do Sul, ex-aliado de Vargas, o general Flores da Cunha. O último candidato era o paraibano José Américo de Almeida, apoiado por Minas Gerais, na figura de seu governador pró-Getúlio Benedito Valadares e pelos situacionistas da Bahia e Pernambuco. Apesar de Vargas não declarar apoio a nenhum candidato, para dar andamento à farsa que foram essas eleições, José Américo aparentemente era considerado o candidato oficial do governo.

Se o período de 1930-34 pode ser considerado como de incerteza para o governo, essa situação começa a mudar a partir de 1935. Em março deste ano é votada pelo Congresso Nacional a Lei de Segurança Nacional, aumentando, ainda mais, as restrições e tornando a liberdade mais efêmera. O fim da democracia estava próximo e para piorar a situação, em novembro de 1935 ocorre o levante comunista<sup>36</sup>. Esse levante foi logo controlado, mas o governo encontra nisso um ótimo pretexto para decretar o Estado de Sítio e o Estado de Guerra que perdurarão até junho de 1937.

Nesse meio tempo muitos políticos opositores são perseguidos e presos, sendo um bom exemplo o caso do ex-Interventor do Distrito Federal e prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto. Segundo Edgard Carone, os boatos de golpe são contínuos, mas as

---

<sup>35</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 04 de março de 1945. Entrevista de Plínio Salgado. Apud Edgard CARONE. *A Terceira República (1937 – 1945)*. 1982, p.17.

<sup>36</sup> Sobre esse movimento vale conferir o bem documentado – embora eminentemente conservador – estudo de John Foster DULLES. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945*. 1985.

forças civis de Armando de Salles Oliveira e do próprio José Américo forçam a realidade eleitoral, acreditando que as eleições ocorreriam em Janeiro de 1938<sup>37</sup>.

Em junho de 1937 acaba o Estado de Guerra no Brasil, mas a descoberta do Plano Cohen<sup>38</sup>, em 30 de setembro de 1937, cria um ambiente emocional propício para o golpe, fazendo com que no início de outubro volte o Estado de Guerra. A situação caminha para um golpe de Estado que se tornou mais visível, quando em 17 de outubro, Flores da Cunha – que outrora era um grande aliado de Vargas, mas que nesse momento era um dos seus maiores opositores –, devido à pressões do governo central, renuncia e ocorre a intervenção do governo Federal no Rio Grande do Sul.

No mesmo período, “a missão Francisco Negrão de Lima” viaja pelos Estados do Norte e Nordeste – exceto Bahia e Pernambuco, pois Vargas não confiava em Juracy Magalhães e em Carlos de Lima Cavalcanti, seus respectivos governadores – consultando os governadores em busca de apoio para o Golpe em curso.

Sem uma expressiva oposição, Getúlio Vargas, no dia 10 de novembro de 1937, fecha o Congresso Nacional, dando um golpe de Estado apoiado pelas forças armadas. Dessa maneira é implantado no Brasil mais um governo de caráter autoritário: o Estado Novo (1937-1945).

Assim nasce o Estado Novo, governo no qual se presencia a hegemonia do executivo, que tentou constituir o Estado de uma identidade superior, identificada com a própria Nação. Nesse sistema, a autoridade do chefe seria inquestionável e desde o seu início e no decorrer dos anos, seus apologistas tentarão caracterizá-lo como “o único sujeito histórico adequado ao país para aquele momento e, ao mesmo tempo, o corretor da sua linha de evolução histórica”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Edgard CARONE. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. 1977, p. 254.

<sup>38</sup> Documento forjado por militares integralistas liderados pelo capitão Olímpio Mourão Filho. O documento consistia na proposta de assassinato de centenas de políticos brasileiros e subversão da ordem institucional, ele recebera esse nome devido ao fato de que era o mesmo nome de um antigo líder comunista húngaro, Bela Kuhn, uma vez que Kuhn e Cohen representariam a mesma pessoa. Citado em Leôncio BASBAUM. *História Sincera da República: 1930 a 1960*. 1991, p. 92.

<sup>39</sup> Alcir LENHARO. *Sacralização da Política*. 1986, p. 13.

Ideologicamente<sup>40</sup>, no interior desse regime coexistiram várias correntes, sem, contudo, haver uma preferência a uma delas, e por mais que seus ideólogos, como Francisco Campos, Azevedo Amaral, Monte Arraes, Oliveira Vianna entre outros tentassem, no decorrer dos anos, defini-lo, não conseguiram caracterizar unicamente a ditadura<sup>41</sup>. Dessa maneira encontraremos, no Estado Novo, vários princípios ideológicos norteadores, que o fizeram atuar, formulando funções de interesses objetivos nos campos econômicos, políticos e sócio-culturais, refletindo a própria heterogeneidade das pessoas que compunham o regime.

Segundo Carone, a dubiedade foi uma das suas características marcante, pois sua composição partidária era a mais extensa possível, onde se encontravam liberais e conservadores, civis e do Exército<sup>42</sup>. Dessa maneira percebemos porque, em certos casos, o Estado Novo procurou agir a partir de decisões e diretrizes tomadas de acordo com as condições de momento e da conjuntura. Um bom exemplo é a simpatia inicial de Vargas aos regimes Italiano e Alemão; mas, com a eclosão da Segunda Guerra, toma a decisão de se manter neutro, e após 1942, direciona o seu apoio aos Aliados, no flanco ideológico oposto.

A tese de Carone sobre a “flexibilidade” ideológica do Estado Novo soma-se à visão que Ângela de Castro Gomes tem sobre o *corpus* da ideologia estadonovista, o qual essa historiadora vê como eclético. Todavia, Gomes deixa claro que, mesmo havendo certo ecletismo ideológico nas propostas do regime, é possível encontrar princípios ideológicos norteadores que poderiam caracterizar *parte* do projeto político da ditadura Vargasista. Em síntese, tratava-se de um governo contrário ao liberalismo e sua democracia liberal, de cunho nacionalista e centralizador. Para ela, o Estado Novo

não pode ser caracterizado como apresentando uma doutrina oficial compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes. Ao contrário o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas, o que não impede que se encontre em seu seio *um*

---

<sup>40</sup> A noção de ideologia que assumo aqui é a elaborada pelo cientista político Roy C. Macridis, para quem uma ideologia consiste de um conjunto de idéias e crenças através das quais percebemos o mundo exterior e “atuamos sobre nossa informação”. É um meio através do qual tentamos aprender e compreender o mundo. Finalmente as ideologias são orientadas para a ação. Isto é, consistem de idéias compartilhadas por muitas pessoas que agem juntas ou são influenciadas a agir juntas de forma a alcançar fins postulados. Roy C. MACRIDIS. *Ideologias Políticas Contemporâneas: movimentos e regimes*. 1982, p. 20.

<sup>41</sup> Edgard CARONE. *A Terceira República (1937-1945)*. 1982, p.63.

<sup>42</sup> Edgard CARONE. *A Terceira República (1937-1945)*. 1982, p. 55.

*conjunto de idéias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político*<sup>43</sup>.

As opiniões desses dois eminentes historiadores nos levam a dois posicionamentos conclusivos que se complementam. Primeiramente, seria uma falha negar a existência de qualquer ideologia no Estado Novo, correndo-se o risco de reduzi-lo a uma criação única e pessoal de Getúlio Vargas, como alguns estudiosos do período, na constatação de Nelson Jahr Garcia, tentaram vislumbrar<sup>44</sup>. Entretanto seria outro equívoco procurar uma ideologia dominante e/ou exclusiva durante o Estado Novo, equívoco em que incorreu o próprio Nelson Jahr Garcia, acreditando que

a ideologia dominante durante o Estado Novo, configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses de setores das classes médias e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força<sup>45</sup>.

Essa perspectiva nega, também, qualquer visão que tenta caracterizar a ideologia do Estado Novo como fascista. Se, por um lado, existiram muitos elementos no governo, que se identificassem com o fascismo italiano e alemão, por outro, existiram elementos, que se identificavam com o liberalismo<sup>46</sup>. O Estado Novo não deve ser caracterizado como um Estado fascista; a sua dubiedade e a composição heterogênea do governo fizeram com que ele tivesse uma maleabilidade ideológica, adquirindo características próprias<sup>47</sup>.

<sup>43</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 173. Grifo Meu.

<sup>44</sup> Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982, p.49-51.

<sup>45</sup> Idem, p. 59. A historiadora Silvana Goulard também acredita que existiu no Estado Novo uma ideologia dominante e que esta representava também o interesse do capital (agrários e industriais), que buscaram incorporar setores da classe média e do operariado. Silvana GOULART. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.15-16.

<sup>46</sup> Entre os simpatizantes do Fascismo encontrávamos Francisco Campos, Felinto Muller, Lourival Fontes (diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda), os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Entre os simpatizantes do liberalismo, despontavam Osvaldo Aranha e Artur de Souza e Costa, ministro da fazenda.

<sup>47</sup> Edgard CARONE, *A Terceira República (1937-1945)*. 1982, p. 55. Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.15. Para Eric Hobsbawm só existiram dois países onde surgiram governos realmente fascistas, e apenas eles podem se verdadeiramente chamados de fascistas, esses países foram a Itália de Benito Mussolini e a Alemanha de Adolf Hitler. Eric HOBBSAWM. *A Era dos Extremos: O breve século XX-1914-1991*. 2004, p.119-127. Segundo o historiador português Fernando Rosas, seria problemático estender as realidades conceituais do fascismo europeu de forma concreta à América, no caso paradigmático da Argentina peronista e do Brasil varguista. Para ele "... o caudilhismo político-militar nacionalista, populista e desenvolvimentista verificado nestes países, por essa

Para que os grupos que se instalaram no poder a partir do golpe de 10 de Novembro de 1937 pudessem governar sem qualquer tipo de oposição, vários setores da sociedade brasileira, como os dos trabalhadores, comunistas, as oligarquias tradicionais – que dominaram o poder na “República Velha” –, além de muitos liberais, são afastados, quando não perseguidos e exilados.

São esses setores que fizeram uma campanha de oposição ao governo, inicialmente de maneira descontínua e individual, na grande maioria a partir de oposições feitas do exílio. Entretanto, a partir de 1942, quando o governo não consegue mais esconder suas contradições internas, que foi o caso da crise ministerial de julho de 1942 e a entrada em agosto do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, a oposição ganha força e alguns oposicionistas proeminentes entre liberais e comunistas, que se encontram exilados, retornam ao Brasil<sup>48</sup>.

Assim que eclode a Segunda Guerra em 1939, o Brasil, mesmo tendo em sua direção pessoas simpatizantes ao Eixo, prefere se manter neutro. Essa atitude foi tomada por Vargas uma vez que ele sabia da dependência econômica que o Brasil tinha em relação aos Estados Unidos. Como um bom estadista que era, a sua ação política se caracterizou pelo jogo de equilíbrio e não por atitudes definidas; isso fez com que ele agisse na grande maioria da vez segundo suas conveniências.

Mas a partir a partir de 1942, Vargas pende para o lado dos Aliados, pois a influência norte-americana mostrava-se forte e empréstimos já haviam sido contraídos com os americanos, como os que seriam aplicados na construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Havia, ainda, a pressão da sociedade para a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados e da democracia, sendo um bom exemplo

---

época, nasce de contexto e realidades tão diversas que dificilmente se lhes poderiam estender os quadros de análise do coevo fascismo europeu, sem nos arriscarmos aos maiores equívocos”. Fernando ROSAS. Um estudo Comparado do Fascismo: O “Autoritarismo Moderno” do Estado Novo Português. In WERNECK DA SILVA, Luiz (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica. 1991, p 67.

<sup>48</sup> Um caso interessante dos oposicionistas exilados é o de Flores da Cunha, que sempre se demonstrou ser o mais “radical e agressivo” apoiando financeiramente as oposições no Brasil contrárias a Vargas, como foi o exemplo da Revolta Integralista de 1938. Contudo, devido a sua condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional – por ter comprado clandestinamente armamentos entre os anos de 1936 e 1937 quando era governador do Rio Grande do Sul com a possível intenção de Fazer frente armada a Vargas –, ele foi o primeiro a sair do exílio na Argentina a partir de 1941, voltando ao Brasil para cumprir sua pena, o que não o impediu de continuar fazendo oposição ao governo, principalmente a partir de sua libertação. Edgard CARONE. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. 1977, p. 288-289.

a passeata organizada pela União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro, no dia 04 de julho.

O mês de julho foi um divisor de água para o Estado Novo. Nesse mês, a pressão da sociedade brasileira foi constante para que o Brasil entrasse na guerra ao lado dos Aliados; em vários locais do país houve passeatas e comícios contrários ao Eixo. Esse clima de protesto também chegou ao Amazonas, fazendo com que os amazonenses, no dia 23 de julho realizassem um comício contra o Eixo. O comício foi realizado na Avenida Eduardo Ribeiro, em frente ao relógio municipal e após o seu fim a multidão se direcionou para o Palácio Rio Negro, onde Leopoldo Peres, Antovila Vieira (prefeito de Manaus) e Álvaro Maia discursaram<sup>49</sup>.

Nesse mesmo mês, aliados direitistas de Vargas, como Lourival Fontes, o chefe de polícia Filinto Muller, alguns ministros como o da Justiça, Francisco Campos são demitidos, iniciando um processo de crise interna do Estado Novo. Devido a isso, a ala pró-liberalismo, liderada desde sempre pelo ministro das relações exteriores Osvaldo Aranha, ganha força.

Paulatinamente o governo vai cedendo às pressões, e as cisões entre Vargas e pessoas importantes do seu governo são constantes. Em 23 de agosto de 1944, Osvaldo Aranha pede demissão, e em fins do mesmo ano é a vez do General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior, começar a se desligar de Vargas<sup>50</sup>.

No decurso de 1945 o Estado Novo fica cada vez mais encurralado e, no dia 29 de outubro, tropas comandadas pelo general Aécio Souto, seguindo ordens de Góes Monteiro, cercaram o Palácio da Guanabara e Vargas que estava rodeado, com a maior parte dos seus ministros, renunciou na noite do mesmo dia<sup>51</sup>.

Chegava ao fim o Estado Novo, mas não Vargas, que graças a seu carisma pessoal e à utilização de uma larga e massiva propaganda política, principalmente durante a

---

<sup>49</sup> Jornal do Commercio, nº. 12987, Manaus, 24 de julho de 1942.

<sup>50</sup> Com o afastamento de Góes Monteiro, este considerado chefe supremo do exército, Vargas começa a se ver sem o apoio de um dos pilares que o manteve no poder, As Forças Armadas. Vargas tenta contornar a situação indicando Góes Monteiro, que a está altura está no Uruguai, para assumir no dia 23 de agosto de 1945, no Lugar do general Eurico G. Dutra – que se afasta para concorrer a presidência –, o Ministério da Guerra. Contudo no dia 29 de outubro, Góes Monteiro, rompe definitivamente com Vargas e lidera o Golpe de Estado que afastou esse último da previdência.

<sup>51</sup> Para um entendimento pormenorizado, do período de desagregação do Estado Novo e seus últimos momentos, conferir os capítulos “Desagregação” e “A Democratização” em Edgard CARONE. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. 1977, p. 285-349.

vigência do seu governo ditatorial – que ajudou a marcar o imaginário social brasileiro desse período –, mantém ainda grande prestígio entre diversos setores da população.

Esse prestígio pode ser visto, inicialmente, nas eleições que ocorreram no dia 02 de dezembro de 1945. A legislação eleitoral que vigorou nessas eleições permitia que um único candidato lançasse sua candidatura enquanto representante ao Senado e à Câmara Federal por mais de um Estado. Nessas eleições Vargas foi eleito senador por São Paulo e Rio Grande do Sul<sup>52</sup> e foi eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal e Paraná, optando, no fim, por representar o Rio Grande do Sul no Senado<sup>53</sup>. No mais, seu prestígio ainda ajudou a eleger para presidente o general Eurico Gaspar Dutra e lhe reelegeria em outubro de 1950, presidente do Brasil.

## 1.2 – O Estado Novo no Amazonas.

O ano de 1937 se inicia no Amazonas com o governo de Álvaro Botelho Maia<sup>54</sup>. Na verdade, Álvaro Maia ficará à frente do governo amazonense no período que se estende, com interrupções, de 1930 a 1945, ocupando o cargo de governador do Estado em três momentos distintos. O primeiro corresponde aos anos de 1930-1931, o segundo aos de 1935 a 10 de novembro de 1937, por fim temos o período que se estende do dia 11 de Novembro de 1937 a 04 de novembro de 1945.

Inicialmente Álvaro Maia ascende, como interventor, ao governo do Estado, em 20 de novembro de 1930. A sua ascensão se deveu ao fato de que todos os governadores estaduais, inclusive o do Amazonas (à época Dorval Pires Porto) terem perdido os seus cargos após o Movimento de 1930, passando a ser substituídos por homens designados diretamente pelo poder central. A intervenção foi uma forma encontrada pelo governo central para garantir o controle dos Estados e minimizar as possíveis oposições políticas locais.

---

<sup>52</sup> Vargas também lançou sua candidatura, enquanto representante ao Senado pelo Amazonas, porém não foi eleito, ficando em terceiro lugar. Ele obteve 6.880 votos (14,35%), de um total de 47.926 eleitores, ficando atrás de Álvaro Maia, que obteve 8.979 votos (18,74%) e de Waldemar Pedrosa, que obteve 8.379 votos (17,48%). Carlos Prestes também concorreu pelo Amazonas, enquanto representante ao Senado e a Câmara Federal, mas foi igualmente derrotado. *O Jornal*, nº. 6489, Manaus, 09 de janeiro de 1946.

<sup>53</sup> Marleine COHEN. *Getúlio Vargas: Personagens que marcaram época*, 2007. p. 69.

<sup>54</sup> A hegemonia política de Álvaro Maia no Estado se estenderá até o ano de 1954 quando seu candidato foi derrotado nas eleições de 03 de outubro, pelo candidato do Partido trabalhista Brasileiro, o senhor Plínio Ramos Coelho. Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 142.

Segundo Eloína Monteiro dos Santos, o que teria levado Álvaro Maia, ainda no início dos anos de 1930, a ter sido nomeado interventor foi “a sua identificação com o ideário dos tenentes, em 1924”, o que “viabilizou sua indicação, por Juarez Távora, para o cargo de interventor federal assumido a 20 de novembro de 1930”<sup>55</sup>.

Já como interventor no ano de 1930, Álvaro Maia procurou, junto com o poder central, melhorar a situação econômica do Estado, dando ênfase ao setor de extração e exportação da borracha. Para que suas metas fossem viabilizadas, ele procurou reformar vários setores do seu governo e do poder judiciário.

As reformas do judiciário causaram discordância com os juízes, fato que levou à dissolução do Tribunal de Justiça do Amazonas. Esse ocorrido teve repercussão nacional, ocasionando a sua ida ao Rio de Janeiro para conversar com Vargas e Juarez Távora. Nessa reunião, Álvaro Maia nega-se a rever sua decisão e isso culmina na sua exoneração em julho de 1931<sup>56</sup>.

Após o ocorrido, durante os anos de 1931 a 1935, o Amazonas teve cinco interventores, o que demonstra uma instabilidade política, amenizada somente em 19 de fevereiro de 1935, quando Álvaro Maia assumiu o Governo Constitucional do Estado para qual fora eleito em outubro de 1934.

Quando em novembro de 1937 Vargas dá seu Golpe de Estado, Álvaro Maia, o governador constitucional, permanece no cargo como interventor, mesma função que exerceu quando chegou ao governo do Estado pela primeira vez. Isso foi possível graças ao “prestígio de Álvaro Maia junto a Vargas”<sup>57</sup>.

De fato, o prestígio de Maia durante o Estado Novo junto a Vargas, só fez aumentar. Entretanto, esse prestígio não ficou restrito ao reconhecimento de Vargas, pois vários interventores reconheceram em Maia uma liderança local e perceberam a

---

<sup>55</sup> Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 82. Sobre essa citação, caberia um esclarecimento: O movimento tenentista de 1924 que teve como pólo principal São Paulo, também se manifestou com grande intensidade no Amazonas. A guarnição de Manaus, em 23 de julho de 1924, resolveu aderir aos ideários dos tenentes rebeldes paulistas e, dessa maneira, eles tomaram o poder na cidade até 28 de agosto do mesmo ano, quando foram derrotadas por tropas enviadas pelo governo federal.

A tomada do poder pelos tenentes deslocou as oligarquias tradicionais que se digladiavam em torno das eleições do mesmo ano para o governo do Estado. Após a chegada dos militares ao poder, vários civis e políticos opositores, dentre eles Álvaro Maia, deram apoio aos tenentes rebeldes, vindo na rebelião uma maneira de afastar os políticos tradicionais. Para uma melhor compreensão do movimento, Cf. Eloína M. dos SANTOS. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 1990.

<sup>56</sup> Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 90-92.

<sup>57</sup> *Ibid*, p. 99.

proximidade entre ele e o presidente. Como conseqüência, no dia 18 do mês de novembro de 1939, no dia do encerramento de um importante conclave entre os interventores de todo o país e Vargas – no qual foram debatidos os preparatórios para a Conferência Nacional de Economia e Administração –, Maia foi escolhido pelos interventores e discursou em nome deles, afirmando a cooperação dos governadores à execução dos compromissos contidos no programa político-administrativo do Estado Novo<sup>58</sup>.

No contexto amazonense, no período que ocorre a transição política de Maia do cargo de governador para interventor, a sua situação política já estava praticamente consolidada, o que permitiu que essa transição se desse sem maiores problemas.

Uma das principais metas de Maia, enquanto interventor no período estadonovista, foi a de tentar equilibrar o orçamento estadual. Para isso ele procurou pedir auxílio ao poder central, montar um secretariado estadual de confiança<sup>59</sup> e se fortalecer perante os chefes políticos municipais, baseando-se em uma política assistencialista.

Um bom exemplo dessa última atitude foi a realização da Primeira Conferência Intermunicipal de Economia e Administração do Amazonas, iniciada no dia 03 de junho de 1942, na qual todos os prefeitos dos municípios do Amazonas estavam presentes. Nesse encontro, os vários prefeitos expuseram a necessidade de cada município e foi acordado que eles e o interventor trançariam programas edificantes de realizações para a economia e infra-estrutura dos municípios<sup>60</sup>.

Essa prática assistencialista como tática para a cooptação dos prefeitos do interior do Amazonas, e assim conquistar seus apoios, surtiu tanto efeito que, em junho de 1945, durante um encontro organizado pelo Departamento das Municipalidades, os prefeitos que se encontravam em Manaus pediram que Maia se candidatasse nas eleições de dezembro, para o cargo de senador. Os mesmo prefeitos, ainda, deixaram evidente que,

---

<sup>58</sup> O Jornal, nº. 2824, Manaus, 19 de novembro de 1939.

<sup>59</sup> Como exemplo, a prefeitura de Manaus ficou sob a administração de seu irmão Antônio Botelho Maia, que em 1940 pediu sua exoneração para assumir em Recife o cargo de fiscal de imposto. No seu lugar foi empossado no dia 08 de julho de 1940, o amazonense e secretário do município o senhor Paulo de La Cruse da Grana Marinho, que ficou apenas 09 meses no cargo sendo substituído no dia 25 de abril de 1941 pelo Chefe do serviço agrícola do Estado o senhor Admar Thury, prefeito interino. Este logo seria substituído pelo senhor Antovila Mourão Vieira (a partir de 1942). A partir do dia 11 de janeiro de 1944, é a vez do senhor Francisco de Couto Vale, ex-prefeito de Itacoatiara, assumir a prefeitura de Manaus, cargo que vai exercer a até 05 de novembro de 1945, quando Maia sai do governo do Estado.

<sup>60</sup> Revista Sintonia nº. 25, p.11 a 13, Manaus, junho de 1942.

em um futuro próximo, tinham a intenção de reconduzir Maia à governança do Estado<sup>61</sup>, o que de fato ocorreu, no final de 1945 Maia é eleito Senador e no final de 1950 é eleito Governador.

O ano de 1937, no Brasil e no Amazonas, ainda é um momento de grande expectativa, uma vez que acabam os Estados de Sítio e de Guerra em junho e a campanha para as eleições presidenciais que seriam realizadas em 03 de janeiro de 1938 está em curso.

Na imprensa local são recorrentes as reportagens sobre a sucessão presidencial. Contudo, a descoberta do “Plano Choen” induz o Congresso a decretar em outubro o Estado de Guerra, fazendo com que a incerteza sobre o futuro político do Brasil se reflita nas páginas dos periódicos nacionais<sup>62</sup> e amazonenses. Um exemplo claro das incertezas que envolvem a imprensa local pode ser constatada na leitura do editorial comemorativo de 07 anos de existência do periódico *O Jornal*:

Agora, mais do que nunca, o programa livre de um jornal independente, que se abalçou a enfrentar a sorte jornalística em uma ocasião de *graves inquietações para o regime*, ao sentir-se envolvido *pelas incertezas de uma hora de dolorosa ansiedade*<sup>63</sup>.

Nas páginas de *O Jornal* e do *Jornal do Commercio*, após a descoberta do Plano Choen, as reportagens que se referem à situação política e a sucessão presidencial são as mais diversas. Ao mesmo tempo em que são veiculadas reportagens que passam a idéia para o leitor de um possível continuísmo de Vargas, são veiculadas também, notícias que dão como certa as eleições para 03 de janeiro de 1938, para logo em seguida reaparecerem reportagens sobre o continuísmo de Vargas até 1939<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> O Jornal, nº. 6317, Manaus, 14 de junho de 1945.

<sup>62</sup> Grande parte das notícias e interpretações sobre questões nacionais, principalmente sobre a política, que circulavam nas páginas de *O Jornal* e do *Jornal do Commercio* eram notícias telegrafadas de outros periódicos do país, principalmente do Eixo Sul-Sudeste, essas mensagens telegrafadas demonstram a incerteza que pairava sobre a imprensa nacional.

<sup>63</sup> O Jornal, nº. 2185, Manaus, 30 outubro de 1937. Grifo meu.

<sup>64</sup> A historiadora Sheila do Nascimento Garcia, também fala do destaque dado pela imprensa do eixo sul-sudeste, a sucessão presidencial de 1937. Em suas análises, que giram em torno da Revista *Careta* – de seu humorismo ridicularizante sobre o período do Estado Novo e das estratégias usadas pela revista para fazer críticas a esse regime –, a historiadora mostra como a revista, tentou através de formas humorísticas e satíricas com manchetes como “Achou-se o Homem”, charges ou por supostas entrevistas, de Vargas e dos candidatos às eleições, alertar seus leitores sobre a possível continuação de Vargas no poder. Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista “Careta”: Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005, p. 89-108.

Como exemplos das notícias referentes a um possível continuísmo de Vargas por via golpista, podemos nos referir àquelas que trazem à tona acusações dos deputados contrários a Vargas, principalmente a bancada do Rio Grande do Sul, afirmando que o Estado de Guerra vai ser usado por ele para fins políticos ou, ainda, as reportagens sobre a intervenção federal no Rio Grande do Sul, ocasionando a renúncia do governador Flores da Cunha e seu exílio no Uruguai. Já como exemplo de reportagens referentes ao continuísmo de Vargas por vias “legais”, temos as que afirmam que ele ficará no poder até 03 de novembro de 1939, caso ocorra a desistência do candidato José Américo<sup>65</sup>. Nesse cenário de incertezas, ainda houve momentos nos quais foi noticiada a “caça às bruxas”, isto é, aos adversários de Vargas, acusados por este de comunistas ou simpatizantes.

Nesses momentos que antecedem o Golpe, no dia 30 de outubro, a Associação Amazonense de Imprensa declarou, em nome de toda imprensa local, seu apoio ao governo. Para ela, o Estado de Guerra era necessário no Brasil, uma vez que combatia o comunismo, pois este punha em risco as *instituições constitucionais*. Dessa maneira, os próprios jornais se comprometeriam a fazer uma vibrante campanha diária, com notícias incisivas e manchetes contra a ameaça comunista<sup>66</sup>. Contudo, essa atitude não pode ser vista como apoio incondicional da imprensa local ou de parte dela a Vargas e à sua possível intenção golpista. O que podemos afirmar com mais segurança é que o comunismo não era somente uma preocupação da elite do centro do país, pois ele também preocupava setores da sociedade amazonense.

Após o golpe de 1937, Álvaro Maia procurou seguir a prática de centralização político-administrativa tão comum durante a vigência do Estado Novo. No plano simbólico, a ação centralizadora do Estado Novo foi vista em rituais como a queima das bandeiras estaduais, em praça pública, na praia do Russel no Rio de Janeiro, fato ocorrido após o golpe de 1937, mostrando que a partir daquele momento os regionalismos estariam acabados e o Brasil seria uma única Nação comandada pelo seu único chefe e timoneiro<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> O Jornal, nº. 2188, Manaus, 03 de novembro de 1937.

<sup>66</sup> O Jornal, nº. 2187, Manaus, 02 de novembro de 1937.

<sup>67</sup> Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Caretta': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005, p.18.

No que tange à materialização do centralismo de Vargas, isso é visto quando ocorre a montagem de mecanismos políticos e jurídicos que viabilizaram o controle de setores estratégicos da economia. Um bom exemplo foi o Departamento Administrativo, que pode se considerado o braço direito do poder central junto aos interventores.

O Departamento Administrativo tinha como função colaborar com o interventor para as feitura dos decretos-leis, estando estes sujeitos à sua prévia aprovação; ainda fiscalizava a execução dos orçamentos nos Estados, podendo ainda intervir, quanto à economia, nos assuntos dos serviços públicos, repartições e estabelecimento dos Estados e Municípios, com o intuito de visualizar sua racionalização, eficiência e maneira de atuação. Também podia modificar a organização desses órgãos, agindo em seu custeio e extinção<sup>68</sup>.

Embora no Amazonas, como ação centralizadora, não tenha havido o ritual simbólico da queima das bandeiras, uma vez que o interventor apenas decretou que todas as bandeiras, escudos e armas estaduais e municipais fossem recolhidas e levadas ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), para serem guardadas<sup>69</sup>, Álvaro Maia vai instalar o Departamento Administrativo do Amazonas. Essa instalação ocorreu no dia 15 de julho de 1939, por exigência do decreto-lei federal nº. 1.202 de 08 de abril de 1939, tendo como seu primeiro presidente o senhor Joaquim Augusto Tanajura e como vice Leopoldo Peres<sup>70</sup>. Um ano depois, precisamente no dia 15 de julho, a presidência do Departamento é assumida por Leopoldo Peres e a vice é assumida pelo assessor de Álvaro Maia, Manuel Severiano Nunes<sup>71</sup>.

Sobre a atuação pública de Leopoldo Peres nesse período, é importante destacar que ele foi o mais importante difusor dos princípios ideológicos do Estado Novo no Amazonas, sendo, na verdade, reconhecido nacionalmente como um dos mais importantes intérpretes do Estado Novo, principalmente após a publicação de livro em

---

<sup>68</sup> Revista Sintonia nº. 26, p.13 a 15, Manaus, julho de 1942.

<sup>69</sup> O Jornal, nº. 2200, Manaus, 17 de novembro de 1937.

<sup>70</sup> Leopoldo Carpinteiro Peres, jornalista, educador e político amazonense. Nasceu no município do Cabo, Pernambuco, do dia 09 de agosto de 1901, aos seis anos veio para o Amazonas, bacharelado-se em direito em 1922. Foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Amazonas e da Associação Amazonense de Imprensa, deputado Estadual, e depois Federal para a constituinte de 1946. Faleceu no Rio de Janeiro em 1948. Carlos ROCQUE. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. 1968, p. 1356.

<sup>71</sup> Durante a vigência do Estado Novo, várias datas comemorativas foram consagradas no Amazonas – para ressaltar a importância das ações estadonovista –, e uma dessas, que ajuda a demonstrar a relevância do Departamento Administrativo, foram às festividades anuais que envolviam o seu aniversário de instalação.

que faz a apologia do regime e de seu governante, “Política e Espírito do Regime”, ocorrida em janeiro de 1941<sup>72</sup>.

A presença de seus artigos exaltando Vargas e o governo é vista nos periódicos que serão aqui analisados, e seu prestígio político acentua-se ainda mais quando ele foi eleito em 14 de março de 1943 presidente da Associação Amazonense de Imprensa<sup>73</sup>. Abaixo temos como exemplo o artigo (figura 1) de Leopoldo Peres, publicado na *Revista Sintonia*, no qual ele descreve o caráter de Vargas, indicando que nele é possível encontrar “bondade”, “generosidade” e “magnanimidade”. O artigo elogia Vargas, ainda, por ter conseguido “operar o milagre de imprimir a nação o sentido transcendente de sua força, de sua unidade e seu destino”<sup>74</sup>.

FIGURA 01  
EXALTAÇÃO DE VARGAS NA IMPRENSA AMAZONENSE



Fonte: Revista Sintonia, nº. 23, p.11-12. Manaus, abril de 1942.

<sup>72</sup> O Jornal, nº. 3469, Manaus, 11 de janeiro de 1942.

<sup>73</sup> Revista Sintonia nº. 34 p. 08, Manaus, março de 1943.

<sup>74</sup> Revista Sintonia, nº. 23, p.11-12. Manaus, abril de 1942.

Como bem demonstrou Eloína Monteiro dos Santos, os aparatos montados pelo governo Estadual, com o auxílio do governo central, possibilitaram o melhoramento da economia amazonense, o que se expressou no crescimento da arrecadação orçamentária do Estado durante a vigência do Estado Novo<sup>75</sup>.

A atuação de Álvaro Maia foi de grande importância para o Estado Novo no Amazonas, uma vez que sua política de melhoramento da economia estadual que tinha o apoio do governo central – apoio esse que se destaca principalmente a partir de 1940<sup>76</sup> –, o apoio que lhe foi conferido pelos comerciantes representados pela Associação Comercial do Amazonas e a tentativa de integrar os estratos mais pobres da sociedade amazonense aos projetos desenvolvidos por ele, foram tentativas de diminuir as tensões no Estado, criando um cenário mais tranqüilo para a propaganda política do regime estadonovista e do seu Chefe no Amazonas.

### **1.3 – A propaganda política: O seu papel no Varguismo e os instrumentos de controle da imprensa.**

*A perplexidade perante a propaganda política, vista através de um prisma que lhe conferiu papel significativo nas grandes transformações do século XX, gerou certa inquietação em diversas áreas do conhecimento, permitindo a revelação de elementos importantes para a compreensão daquelas transformações<sup>77</sup>.*

A epígrafe acima vai ao encontro de nossa própria posição, quando refletimos pela primeira vez sobre o Estado Novo e sua relação com a imprensa brasileira. Mais precisamente a utilização pela ditadura de uma propaganda política veiculada por instrumentos controlados, como a imprensa, com o intuito de construir e implementar projetos políticos desenvolvidos por esse regime, buscando, dessa maneira, sua própria legitimação perante a sociedade brasileira do período.

No que tange à generalidade da epígrafe supracitada, ela nos alerta acerca da importância do estudo da propaganda política em vários períodos da história,

---

<sup>75</sup> Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 84 e 103.

<sup>76</sup> Em agosto de 1944, Vargas assina um decreto-lei concedendo empréstimo ao governo do Amazonas, para que o mesmo salda-se sua dívida interna. Esta atitude foi bem vista pelo funcionalismo público do Estado, sendo motivo de comemorações. O Jornal, nº. 6065, Manaus, 15 de agosto de 1944.

<sup>77</sup> Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. 1982, p. 05.

principalmente em momentos do século passado, durante o qual ela foi utilizada no contexto de profundas transformações político-sociais e sócio-culturais para fins objetivados que auxiliassem essas mudanças. Ela, ainda, deixa explícita uma assertiva que vai ao encontro do pensamento de Bronislaw Baczko, isto é, a de que não importando o sistema político, a utilização de uma propaganda política é sempre uma estratégia eficaz para a manutenção e para o exercício do poder.

Contudo, Baczko acredita que a utilização de uma propaganda política se torna mais importante, quando direcionamos o nosso olhar sobre a relação complexa entre os meios de comunicação e regimes autoritários. Pois nesse tipo de sistema político presenciamos o monopólio do Estado sobre os meios de comunicação, pelo qual o Estado exerce uma censura rigorosa sobre as informações, manipulando-as com o objetivo de garantir para si

o controlo total sobre as mentalidades e, designadamente, sobre a imaginação social; por outras palavras, tratar-se-ia de bloquear eficazmente qualquer actividade espontânea, não controlada, da imaginação social<sup>78</sup>.

Essa citação de Baczko reflete perfeitamente a experiência vivida pelos meios de comunicação durante a vigência do Estado Novo. Nesse período, verificamos a criação, por parte desse regime autoritário, de instrumentos que possibilitaram o efetivo controle dos meios de comunicação.

Entretanto, antes de comentarmos a respeito da criação desses instrumentos e das formas pelas quais eles atuaram, precisamos nos localizar. Ou seja, precisamos nos situar no campo da História, no qual está inserido o estudo da propaganda política, vislumbrando se ele se articula com outros campos da História e os conceitos que são mais utilizados para esse tipo de estudo. Essa preocupação é importante, pois nos permite a utilização de um instrumental teórico-metodológico essencial a essa abordagem, dificultando, assim, a possibilidade de cairmos em equívocos teóricos que prejudicariam nossas interpretações acerca da propaganda política.

Para tanto, como passo inicial, torna-se imprescindível a busca de uma definição de propaganda política, na medida em que, a partir dessa perspectiva adotada, se desenvolve uma linha de raciocínio, que tem como fim a elucidação dos pontos citados

---

<sup>78</sup> Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p. 314

acima. Assim sendo, primeiramente, me direciono a Nelson Jahr Garcia, na medida em que ele compreende a propaganda política como o meio pelo qual é promovida

a difusão sistemática dos componentes de uma ideologia, através de mensagens adequadas aos interesses e às condições dos receptores, visando obter ou reforçar sua adesão, de molde a possibilitar a condução eficiente de ações dirigidas à manutenção ou mudança da ordem existente<sup>79</sup>.

A esse fim proposto pela citação acima, a propaganda criada por um regime vai se utilizar, em suas mensagens propagandistas, dos mais variados elementos, dos quais muitos fazem parte de um mundo simbólico, uma vez que a legitimidade de qualquer poder, principalmente do político, se assenta sobre um universo simbólico<sup>80</sup>. Entretanto, esses bens simbólicos que determinada sociedade produz são limitados, tornando dessa maneira a legitimidade do poder um bem raro e intensamente disputado.

Como acredita Baczko, todo e qualquer poder, para atuar, precisa se rodear de representações, e para tanto passa a haver uma disputa pelo domínio simbólico e do imaginário<sup>81</sup>. Este, segundo Baczko, é bem real, e ele o define como representações, ou melhor, os imaginários sociais exprimem as representações, o imaginário social “torna-se inteligível e comunicável através da produção de ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982, p. 16.

<sup>80</sup> Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p. 310.

<sup>81</sup> Baczko é da opinião de que os imaginários sociais sejam uma das forças que controlam e dão direcionamento à vida coletiva, nesse viés ele dá ênfase para as relações dos imaginários sociais com o poder, no qual no centro daqueles encontramos o problema da legitimação do poder. Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p.310.

<sup>82</sup> Ibid, p. 311. A historiadora Evelyne Patlagean, também afirma que os imaginários são representações, mas ela não tem a mesma perspectiva, sobre a natureza de ‘realidade’ dos imaginários, uma vez que ela acredita que o domínio do imaginário seja “constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade complexa, têm seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal”. In Evelyne PATLAGEAN. A História do Imaginário. In LE GOFF, Jacques (org). *A História Nova*. 1998, pp. 291.

Para Baczko essa intensa disputa pelo domínio do imaginário existe de fato<sup>83</sup> e a prova disso é que ao longo da história os grupos dominantes criaram dispositivos para proteger as suas legitimidades com a intenção de se manterem nos lugares privilegiados nos domínios dos imaginários sociais. Outra prova é o fato de que em tempos de crise de um poder, prolifera a produção de imaginários concorrentes e opostos, nos quais “as representações de uma legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade”<sup>84</sup>.

Como percebemos, a definição de imaginário de Baczko está intrinsecamente ligada à noção de representação. Nessa perspectiva, acredito que a noção de imaginário utilizada por esse autor está bem próxima da noção de representação tal como discutida por Roger Chartier, uma vez que esse historiador procura afirmar a realidade delas.

Através do pensamento de Chartier, podemos tentar definir as representações como produções involuntárias ou voluntárias de um indivíduo ou coletividade, que dos embates delas irão se originar práticas construtivas do mundo social; podemos perceber também que em determinadas sociedades nas quais vemos a presença de governos despóticos, seus embates tentarão manter a estrutura social; ou seja, o poder, no caso o político, produz representações de linguagem e imagem. Nesse quadro, no qual a *representação é poder* e o próprio *poder é representação*, vemos uma dominação através de símbolos e significados, que passam a ser utilizados por uma coletividade como formas de orientação e transformações de práticas e comportamentos, e dessa maneira presenciamos o surgimento de um “real”<sup>85</sup>.

Constatamos por esse viés, que tanto para Chartier quanto para Baczko, as representações coletivas e os imaginários sociais são caminhos para que uma comunidade construa uma identidade coletiva, possuindo uma visão de mundo; fazem com que as pessoas ajam na realidade; têm uma relação muito intensa com o poder e este as/os utiliza para se manter. Devido a esse panorama, partimos do pressuposto de que as noções de *representação coletiva* e *imaginário social*, aqui utilizadas para fazer

---

<sup>83</sup> Para observar os lugares e momentos, nos quais presenciamos as disputas pelos imaginários sociais e funcionamentos desses Baczko se susta em determinadas ocorrências, como nas violências nas revoltas camponesas do século XVII e durante o Grande Medo de 1789, no simbolismo revolucionário na Revolução Francesa e no grande terror stalinista. Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p.315-330.

<sup>84</sup> Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p.310.

<sup>85</sup> Roger CHARTIER O Mundo como Representação. In *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. 2002, p. 72-75.

esse estudo da propaganda política do Estado Novo, são complementares, similares e uma exprime a outra.

Assim fica claro que, por mais que muitos dos elementos utilizados pela propaganda política para a legitimação de um poder sejam retirados do mundo simbólico, sem sombras de dúvidas, isso não impede o surgimento de práticas sociais, na medida em que estamos cientes da realidade dos imaginários sociais e representações coletivas.

Pelo que foi exposto acima, podemos afirmar que o estudo sobre a propaganda política está inserido no campo de uma História Política Renovada ou do que se tem convencionalmente chamado de *História Cultural do Poder*. Nesse campo, onde o estudo de idéias, mitos, utopias, imagens e símbolos nos permitem fazer uma conexão entre política e cultura, a análise da *representação política (representação do poder)*<sup>86</sup> ou *imaginários*, assim como o da *cultura política*<sup>87</sup> ganham destaque. Dessa maneira, as análises feitas sobre o campo da História Política, atrelada à dimensão cultural, favorecem novas abordagens dos fenômenos políticos e constitui uma área fecunda para se explicar os comportamentos políticos e para se compreender as representações que determinada sociedade elabora sobre si no decorrer do tempo<sup>88</sup>. Nesse campo, ou melhor, no terreno das representações do poder,

---

<sup>86</sup> Na historiografia brasileira encontramos algumas obras importantes que se inserem nesse campo e abordam o terreno das representações políticas, dentre as quais podemos citar três: *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*, obra do historiador José Murilo de Carvalho, na qual faz um mapeamento das disputas através da figura de heróis, símbolos criados pelos grupos que lideraram a Proclamação da República, com o intuito de conquistar o imaginário popular. Outra obra, que aborda o campo das representações políticas é a tese de doutorado de Alcir Lenharo, transformada no livro *Sacralização da Política*. O livro analisa o Estado Novo e as imagens e símbolos produzidas por esse regime mostrando de que maneira Vargas se utilizou do imaginário católico, com o intuito de operar a sacralização do político. Por fim temos a tese de livre docência da historiadora Maria Helena Capelato, transformada em livro, *Multidões em Cena: Propaganda Política no varguismo e no peronismo*, que ao trabalhar o tema faz uma análise comparativa entre a propaganda de Vargas no Brasil, e Perón na Argentina.

<sup>87</sup> Assumo a definição de *cultura política* defendida por Ângela de Castro Gomes, que a define como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político além da curta duração. Ângela de Castro GOMES. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO Maria Fernandes Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. 2005, p. 31.

<sup>88</sup> Helenice Rodrigues SILVA. A História como “Representação do Passado”: A Nova Abordagem da Historiografia Francesa. In CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. 2000, p.96.

a propaganda política desencadeia uma luta de forças simbólicas; ai se instaura uma violência de tipo simbólica que visa o reforço da dominação, consentimento em relação ao poder e interiorização de normas e valores impostos através das mensagens propagandistas<sup>89</sup>.

Nessa perspectiva, como acredita Maria Helena Capelato, o estudo da propaganda política no Varguismo, ou em outros momentos da história nos quais vemos a presença de governos autoritários, torna-se importante por permitir uma melhor compreensão e aprofundamento sobre os mecanismos de controle social que esses governos puseram em prática. É possível também perceber a permanência de traços do imaginário político desses governos na atualidade.

No caso do imaginário político varguista, conforme análise de Maria Helena Capelato, isso pôde ser mais bem percebido na campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello, em 1989, na qual, em um contexto histórico diverso, esse candidato ao cargo presidencial recuperou com eficácia imagens, símbolos e mitos da política varguista, consideradas até aquele momento como definitivamente superadas<sup>90</sup>.

Para corroborar com essa historiadora, nos reportamos mais uma vez a Baczko, pois ambos os historiadores, no que se referem à propaganda política e sua relação com a produção de imaginários coletivos têm uma linha de pensamento muito similar.

Segundo esse autor, nas sociedades em que não vemos a presença de um poder estatal, o imaginário social, como os mecanismos e técnicas do seu uso, são espontaneamente produzidos, confundindo-se sempre como os mitos e os ritos. Assim, os guardiões do imaginário social são, simultaneamente, os mesmos guardiões do sagrado.

Em contrapartida, no percurso do extenso caminho da história, formou-se progressivamente uma atitude utilitarista perante os imaginários sociais. Nos tempos modernos, os meios de comunicação de massa, os “*mass media*”, dispõem de aparatos que possibilitam o manejo e a criação de imaginários coletivos e os seus controles são extremamente importantes para o exercício do poder, pois ajudam na persuasão, criam emoções e inserem valores na sociedade. Para Baczko, no mundo contemporâneo a história da preparação, elaboração e da aprendizagem das práticas e técnicas dos

---

<sup>89</sup> Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena: Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p.38.

<sup>90</sup> Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no peronismo*. 1998, p.20.

manejamentos e domínios dos imaginários sociais “confunde-se em grande parte com a história da propaganda”<sup>91</sup>.

A tese de Baczko sobre a relação dos imaginários sociais com a propaganda nos dá base para que reafirmemos o comentário anterior de Maria Helena Capelato sobre o Varguismo. Ou seja, esse fenômeno ainda está presente em nosso imaginário coletivo e essa presença se deve em parte, graças à utilização, pelo governo Vargas, de uma propaganda política que construiu mitos em torno de sua figura.

Passado esse momento de localização do estudo da propaganda política no campo da História – visualizando os elementos e uma série de questionamentos que essa abordagem traz no seu bojo –, e do reconhecimento de sua importância para o seu estudo, principalmente nos regimes de massa, onde ela encontra um solo favorável, iremos a partir de agora nos direcionar às análises dos instrumentos que possibilitaram ao Estado Novo o controle da imprensa e das maneiras pela quais eles eram operacionalizados.

Como mencionado na primeira parte deste capítulo, foi no decurso das décadas de 1930 e 1940, frente a uma profunda crise do liberalismo e da democracia liberal, que o Estado Novo vai aparecer e atuar. Seu advento coincidiu com o momento, no qual ocorreu no mundo e no Brasil, um considerável avanço dos meios de comunicação, e a compreensão de que a propaganda política, como um fenômeno contemporâneo da sociedade e da cultura de massas, era de grande importância, pois já vinha sendo vista – no caso da Alemanha nazista– como elemento eficaz para a legitimação de determinada ordem social.

Como sabemos, o Estado Novo surgiu através de um golpe de Estado; no mesmo dia do golpe, 10 de novembro de 1937, visando à legitimação do novo regime “perante as classes subalternas”, é outorgada uma nova Constituição. Nela encontramos o artigo 187 que se refere a um plebiscito no qual o povo aprovaria ou não a nova Carta Magna, entende-se aqui o Novo Regime:

Art.187 - Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da República<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p. 300.

<sup>92</sup> O Jornal, nº. 2199, Manaus, 16 de novembro de 1937.

Contudo, esse dispositivo nunca foi cumprido, pois o governo agiu de outras maneiras para se legitimar. É nessa perspectiva que Vargas, na tentativa de atrair a sociedade brasileira, e claro, os trabalhadores para o seu lado, se utilizou de uma propaganda política, que ao ser transmitida pelos meios de comunicação, desencadeou uma luta de forças simbólicas, visando o reforço da dominação em relação ao poder, fazendo com que normas e valores se interiorizassem através das mensagens propagandistas impostas<sup>93</sup> favorecendo a criação de um imaginário social.

Com esse intuito, foi recorrente durante toda a vigência do Estado Novo a propaganda tentar mudar a opinião dos brasileiros em geral, e dos amazonenses em particular, sobre os eventos ocorridos no dia 10 de Novembro de 1937. Foi comum qualificar o 10 de novembro como o alvorecer de uma nova fase da história do Brasil, de progresso e engrandecimento, na tentativa de apagar a imagem do dia do golpe que acabou temporariamente com a democracia. A figura 02 retrata essa intenção.

**FIGURA 02**  
**EXALTAÇÃO AO “10 DE NOVEMBRO”**



Reportagem sobre a importância e significado do dia 10 de novembro. Nas fotos vemos a imagem de Álvaro Maia e Getúlio Vargas, anunciando as comemorações do dia 10 de Novembro em Manaus.

Fonte: *Revista Sintonia* nº. 40, p. 09-10. Manaus, outubro de 1943.

<sup>93</sup> Maria Helena CAPELATO, Estado Novo: Novas Histórias. In FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 2001, p. 202-203.

Nessas mensagens é passada a imagem de Vargas como um salvador que, inspirado pelo sentimento de nacionalidade, levou o país a uma situação melhor do que a anterior, marcada pela anarquia, na qual a massa anônima era explorada, não tendo ninguém para lhe defender, nem alguém que se identificasse com ela. Mas com Vargas, diz o propagandismo estatal, a partir do dia 10 de novembro de 1937, a massa anônima encontrou alguém que zelasse pelo seu bem-estar e pelo seu futuro.

Contudo, a preocupação de Vargas e de setores do seu governo com a liberdade e utilização dos meios de comunicação para fins propagandistas é anterior ao Golpe de 1937, sendo vislumbrada desde o Movimento de 1930<sup>94</sup>. Entretanto, foi a partir do golpe de novembro de 1937 que esses meios de comunicação e expressão passam a ter, em nível constitucional, suas liberdades cerceadas, atuando mediante as condições e nos limites prescritos em lei. Foi o que se deliberou no artigo 122, parágrafo 15º da Constituição do dia 10 de novembro do mesmo ano. De acordo com o que ali se estabeleceu, a legislação associava a censura a três casos:

- a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;
- b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude;
- c) providências destinadas à proteção do interesse público, bem-estar do povo e segurança do Estado<sup>95</sup>.

O novo regime procurou se fortalecer e se consolidar com a criação de aparatos institucionalizados que auxiliassem na coerção e através do controle dos meios de comunicação de massa, dentre os quais rádio, cinema e imprensa. Para tanto, em 27 de dezembro de 1939 é criado pelo decreto-lei nº. 1.915 do governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, além de controlar os meios de comunicação para evitar uma contrapropaganda ao regime, tinha a incumbência de exaltar as ações de Getúlio

---

<sup>94</sup> Ver Maria Helena CAPELATO. *Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920 – 1945*. 1989. Ver Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982. Ver Diorge Alceno KONRAD. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004. Também Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Careta': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005. Ver também Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990.

<sup>95</sup> Parte do parágrafo 15º do artigo 122 da Constituição Brasileira de 1937, publicada em um jornal amazonense. O Jornal, nº. 2189, Manaus, 16 de novembro de 1937.

Vargas e de seu governo. Na intenção de popularizar o regime entre as diversas camadas da sociedade brasileira, o DIP

produzia e divulgava o discurso destinado a construir uma certa imagem do regime, das instituições e de Getúlio Vargas, o chefe de governo identificando-os com o país e com o povo. Nesse sentido foram produzidos livros, revistas folhetos, cartazes, programas de rádio além de radionovelas, fotografias, cinejornais e documentários<sup>96</sup>.

Porém, a ação do DIP não se restringiu apenas à censura ou à propaganda. Como veremos nas linhas que se seguem, a sua ação adquiriu um sentido mais amplo, exercendo forte influência na normalização, regulamentação e direcionamento dos meios de massa<sup>97</sup>.

Outra característica desse órgão tangencia a sua origem, uma vez que sua criação foi o resultado do aprimoramento de antigas experiências do governo Vargas que vinham desde início da década de 1930. Em 02 de julho de 1931, o governo cria para auxiliar suas metas propagandistas o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que foi reorganizado e em 10 de junho de 1934 é substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), reformulado em 1938 passando a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP), substituído em dezembro de 1939 pelo DIP<sup>98</sup>.

Como principal diretor, o DPI teve Lourival Fontes (ex-diretor do DPDC e DNP), que o geriu de 1939 a 1942, substituído pelo Major Antônio José Coelho dos Reis, a partir de julho de 1942, este que foi substituído, em julho de 1943, pelo Capitão Amílcar Dutra de Menezes, seu último gestor até o fim do Departamento em maio de 1945.

Cabe, ainda, relevar que o mesmo decreto que criou o DIP previa a necessidade da constituição de representantes desse órgão nos Estados; devido a isso, o decreto-lei nº. 2.557 de 04 de setembro de 1940 criou também as ramificações do DIP pelos vários Estados do Brasil, os Departamento Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs)<sup>99</sup>, responsáveis pela censura local e pelas edições de publicações oficiais. Os DEIPs, ainda,

---

<sup>96</sup> Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Caretá': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005, p.17-18.

<sup>97</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 24.

<sup>98</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.,55-60.

<sup>99</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 24.

tinham a função de esclarecer a opinião pública sobre o regime e de desenvolver suas atividades em função da defesa da cultura e da unidade nacional<sup>100</sup>.

Como parte das ações centralizadoras do Estado Novo, o DIP prestava conta diretamente ao Presidente e para que houvesse uma melhor atuação desse órgão, ele foi dividido em seis seções, como a de Cinema e Teatro, Radiodifusão, Turismo, Divulgação, Imprensa e Serviços Auxiliares. Cada seção dessas foi responsável pela propagação das mensagens do governo e pela censura de uma possível contra-propaganda, sendo o rádio e a imprensa os meios mais usados como veículos da propaganda estadonovista.

Cabe aqui um breve comentário: Por mais que o objetivo deste trabalho seja a análise de periódicos como veículos propagandistas, ou seja, explorar analiticamente a palavra escrita e as imagens da propaganda varguista veiculada nesse tipo de meio de comunicação, gostaríamos de ressaltar, mesmo que de maneira geral, a importância que o rádio teve como tentativa de tornar o regime mais popular.

O rádio foi introduzido no Brasil em 1922, na Exposição do Centenário da Independência<sup>101</sup>. Sua introdução foi acompanhada por uma série de problemas técnicos; contudo, no decurso da década de 1930 esses problemas técnicos de transmissão e difusão foram quase que superados. Superando esses percalços iniciais, presenciou-se um grande crescimento desse meio de comunicação. O rádio se tornou bastante popular entre a população brasileira, devido à veiculação de programas de humor, musicais, radiojornais e radionovelas. Segundo Nelson J. Garcia:

No período de 1932 a 1937 foram instaladas 42 novas estações de rádio que se somavam às 16 já existentes desde 1923, número que, acrescido de 3 sem informação de data de instalação e 2 em construção ou experiência, perfazia para o ano de 1937 um total de 63 estações, número que seria de 106 em 1944 e 111 em 1945. O número de radiorreceptores registrados aumentou, durante o Estado Novo, de 357.921 aparelhos em 1939 para 659.762 aparelhos licenciados em 1942<sup>102</sup>.

A importância do rádio, seu crescimento e popularidade eram inquestionáveis; foi comum a criação de revistas que representassem os profissionais desse setor de

---

<sup>100</sup> Decreto-Lei Nº. 995, de 23 de Março de 1943. In Diário Oficial, nº. 14281, Manaus, 24 de março de 1943.

<sup>101</sup> A primeira emissora de rádio a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi criada em 1923. Lúcia Lippi OLIVEIRA. Sinais de Modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. 2003, p.338-339.

<sup>102</sup> Nelson JAHR GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. 1982, p. 102-103.

radiodifusão, como a *Brasil Telegraphico*, revista do Club dos Telegraphistas do Brasil, uma das mais importantes do país. O próprio Amazonas não ficou distante dessa efervescência do rádio; prova disso foi a criação em setembro de 1938 da Rádio Difusora do Estado, a P.R.F.-6 “Voz da Baricéia”, e em outubro de 1939 foi criada no Estado a *Revista Sintonia*.

Por causa dessa importância, o rádio constituiu-se como um meio de grande utilidade para a propaganda estadonovista, pois permitiu que as mensagens, devido à sua amplitude e rapidez, percorressem todo o Brasil, ajudando a vencer dois obstáculos presentes no país nesse período: o alto índice de analfabetismo, que prejudicava a propaganda através de mensagens escritas e a forte presença de uma população rural.

No Amazonas, temos como exemplo a utilização da rádio-difusora do Estado a P.R.F.-6 “Voz da Baricéia”, usada para propagar as mensagens estadonovistas e os discursos de Álvaro Maia dirigidos principalmente às populações do interior do Estado<sup>103</sup>, passando a ser, ainda, mais usada para esse fim a partir de junho de 1943, quando passou para responsabilidade e direção do Estado por intermédio do DEIP<sup>104</sup>.

No DIP, o setor que ficou responsável pela fiscalização, censura e orientação da rádio brasileira em suas programações sócio-culturais e políticas, foi o da Divisão de Radiodifusão. Essa divisão tinha como intuito maior chamar a atenção dos ouvintes brasileiros e estrangeiros para as atividades nacionais e ações do governo. Nesse prisma, é que foi criada a “Hora do Brasil”, que era transmitida diariamente por todas as emissoras entre as 20 e 21 horas, no horário do Distrito Federal.

Além da “Hora do Brasil”, essa Divisão, ainda, editava um programa infantil todas as manhãs, o qual veiculava assuntos acerca do patriotismo. No que se referem às suas atividades censoras,

a Divisão de Rádio examinou 3.971 programas, 487 peças radiofônicas e 1.448 esquetes em 1941 contra 3770, 483 e 1.615, respectivamente, em 1940. Em 1941 foram proibidos 44 programas contra 108 no ano anterior. Esses dados viriam demonstrar a eficácia da ação do DIP na campanha de fiscalização, diminuindo a

---

<sup>103</sup> O Jornal, nº. 2641, Manaus, 21 de abril de 1939.

<sup>104</sup> Em 20 de setembro de 1943, essa rádio é incorporada a cadeia dos Diários Associados, se tornando “A Rádio Baré”. Jornal do Commercio, nº. 13936, Manaus, 20 de setembro de 1945. Nessa nova fase da Rádio, suas transmissões alcançam todo o interior e ela continua sendo usada, enquanto instrumento de veiculação das mensagens de Maia, para o interior do Estado. Jornal do Commercio, nº. 13628, Manaus, 07 de setembro de 1944.

incidência dos “vícios e defeitos” dos programas. Leia-se aqui, texto inadequado às pretensões do Estado Novo<sup>105</sup>.

Para amenizar, ou até mesmo para mascarar o controle do governo exercido sobre o setor de radiodifusão, tentando dessa maneira passar para a sociedade uma imagem de boa relação e mútua cooperação entre esse setor e o governo, todos os anos, no dia 21 de setembro, por iniciativa do DIP, era comemorado o “Dia do Rádio”. Nesse período, por 24 horas as emissoras não deveriam funcionar, e os funcionários deveriam descansar e festejar<sup>106</sup>.

No que concerne à imprensa, os estudos sobre o Estado Novo, mais precisamente os que abordam a temática da utilização por Vargas dos meios de comunicação, sempre enfatizaram a sua importância no projeto de veiculação da propaganda estadonovista. Isso é de se esperar, uma vez que, na Constituição de 1937, parte do parágrafo 15º do artigo 122 é dedicada exclusivamente à liberdade de imprensa. A partir desse momento, a Carta Magna determinou-a que exercesse uma função de caráter público, tornando-se veículo dos princípios ideológicos do regime:

A imprensa reger-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:  
a) a imprensa exerce uma função de caráter público;  
b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei<sup>107</sup>.

Com a criação do DIP, em 27 de Dezembro de 1939, a relação do governo com a imprensa passou por outra mudança importantíssima, o que possibilitou uma melhor fiscalização dela pelo governo. Três dias após a criação do DIP, com o decreto-lei nº. 1.949 de 30 de dezembro de 1939, ocorreu a regulamentação da Constituição de 1937, sobre os atributos e funções da imprensa, que encarregou o DIP de cumprir a lei e de estabelecer normas para o funcionamento de todos os meios de comunicação:

O DIP passou a ter poderes para: censurar, controlar, sancionar, cobrar taxas, conceder isenções, prêmios, favores, cuidar dos direitos e deveres de

---

<sup>105</sup> Silvana GOULART. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.70.

<sup>106</sup> Encontra-se uma nota na Revista Sintonia, intitulada “O Dia do Rádio”, na qual, o diretor do DIP, Lourival Fontes, vem a público saudar o setor de radiodifusão, no seu dia, e agradecer pela cooperação na obra de divulgação do Regime e dos propósitos construtores do governo. In Revista Sintonia, nº. 07, p. 07, Manaus, Setembro de 1940.

<sup>107</sup> Parte do parágrafo 15º do artigo 122 da Constituição Brasileira de 1937, publicada em O Jornal, nº. 2189, Manaus, 16 de novembro de 1937.

funcionários e empresas, zelar por direitos autorais, intermediar convênios, cadastrar todos os funcionários e empresas envolvidas com a comunicação. Enfim, a intervenção do Estado, regulada nos mínimos detalhes, institucionalizava-se com a criação do DIP.

(.....)

Ainda em relação à imprensa, o decreto-lei concedeu ao DIP a prerrogativa de decidir sobre a extensão e a forma das publicações periódicas, somando-se isso às normas estabelecidas quanto ao conteúdo dessas publicações<sup>108</sup>.

Coube à Divisão de Imprensa do DIP, a fiscalização e o exercício da censura e ela era também responsável por registrar todas as publicações periódicas e autorizar sua circulação. Sua atuação foi favorecida pela criação, através do decreto-lei nº. 1.949 de 30 de dezembro de 1939, do Conselho Nacional de Imprensa (CNI), responsável por lhe prestar assistência<sup>109</sup>. O CNI era o elo entre as empresas jornalísticas e o DIP, sendo o responsável por fiscalizar as condições de trabalho dos empregados e suas respectivas remunerações. Ele também era o responsável por abastecer de papel e outras matérias-primas essenciais às empresas editoriais.

Essa tática de abastecimento de papéis às empresas jornalísticas e editoriais foi importantíssima para a manutenção e fortalecimento da censura, uma vez que o papel era todo importado, devendo apenas ser retirado das alfândegas com a autorização do governo. A taxa de importação era alta, devendo ser paga em 24 horas, salvo se os periódicos tivessem direito a isenções<sup>110</sup>. Essa prática visou um melhor controle dos periódicos; aqueles que atuassem de acordo com o governo teriam cotas e isenções das taxas alfandegárias, e caso algum deixasse de atuar junto com o regime, no mínimo perderia essas regalias ou, na pior das hipóteses, seria empastelado.

O CNI, ainda, tinha a função, juntamente com a Divisão de Imprensa, de registrar e classificar os periódicos, especificando suas características e finalidades. Nesse viés, ele era o responsável por censurar qualquer publicação que pudesse discordar do regime, podendo suspender e cancelar o registro. No ano de 1940, o CNI recusou-se a registrar 420 periódicos e 61 foram suspensos; um bom exemplo foi o jornal *O Estado de São*

---

<sup>108</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.50-51.

<sup>109</sup> Ibid., p.66.

<sup>110</sup> Essa determinação estava inclusa no Decreto-lei nº. 300, de 07 de março de 1938. Ver Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982, p. 111.

*Paulo*, empastelado pelo governo e reaberto sob a gestão de pessoas de confiança do governo Vargas<sup>111</sup>.

Outro órgão que atuava junto à Divisão de Imprensa foi a Agência Nacional. Apesar de sua situação legal não ser bem definida, ela foi o centro dos serviços jornalísticos do DIP, executando as atividades do setor de imprensa; atuava como um jornal, sendo a responsável por preparar artigos, notas e reportagens para serem enviadas aos periódicos de maiores tiragens e circulação do Brasil<sup>112</sup>. Segundo Nelson J. Garcia, a Agência Nacional era responsável por fornecer mais de 60% dos conteúdos dos jornais e revistas da época<sup>113</sup>.

No Amazonas, como em outros Estados do Brasil, o DIP se fez presente através do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Este fora concebido como a imagem e semelhança do primeiro, tendo a incumbência de levar aos Estados as idéias e valores da doutrina estadonovista, fazendo cumprir as normas do departamento federal. Ou seja, enquanto “o DIP se caracterizou como órgão normativo, o DEIP era um executor dessas normas”<sup>114</sup>.

Contudo, no que tange à instalação dos DEIPs nos Estados, ela não foi uniforme. Apesar da criação do DEIP ter sido determinada em 1940, pelo decreto-lei de nº. 2.557 de 04 de setembro, muitos Estados demoraram certo tempo para cumprir esse decreto. Até outubro de 1942, o DIP não tinha conseguido instalar esse órgão auxiliar em oito Estados e no Território do Acre<sup>115</sup>. Um desses Estados era o Amazonas.

No caso do Amazonas, a instalação do DEIP sofreu um grande atraso, pois ele só foi instalado no final de março de 1943, quando o Decreto-Lei estadual nº. 995 de 23 de março desse ano<sup>116</sup>, baixado pelo Interventor Álvaro Maia decreta a sua criação<sup>117</sup>. Após

---

<sup>111</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 66-67. Ver também: Maria Helena CAPELATO. *Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920 – 1945*. 1989, p. 27; Nelson Jahr GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982, p. 118.

<sup>112</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 67-68.

<sup>113</sup> Nelson JAHR GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982, p.105.

<sup>114</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p 78.

<sup>115</sup> Idem, p. 77.

<sup>116</sup> Em uma passagem do importantíssimo e pioneiro trabalho de Eloína Santos, que analisa um período da história local compreendido na “Era Vargas”, há uma informação equivocada acerca da atuação do DEIP. A historiadora afirma que o DEIP no ano de 1942, editou “o Diário Oficial do Estado do Amazonas e publicou também uma edição comemorativa ao 5º aniversário do Estado Novo”. Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 115. Essa publicação não foi obra do DEIP, na medida em que o mesmo ainda não tinha sido implantando no Estado.

sua implementação o DEIP no Amazonas, como nos outros Estados da federação, foi diretamente subordinado à Interventoria Federal.

O mesmo Decreto-Lei que criou o DEIP no Estado do Amazonas, ainda exigia que a Imprensa Pública do Estado, com todo seu pessoal e material, mais o Serviço de Publicidade Oficial fossem a ele incorporados. Devido a isso foi extinta a Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública<sup>118</sup>, passando o “Diário Oficial” a ser editado pelo DEIP, sob a responsabilidade e orientação do seu diretor.

Para um bom funcionamento do DEIP, sua organização compreendia: uma Diretoria Geral, cargo ocupado por um homem indicado pelo interventor e aprovado pelo presidente da República; uma Divisão de Imprensa, Propaganda e Divulgação; a Divisão de Rádio-Difusão, Turismo e Diversões Públicas; uma Seção de Serviços Auxiliares.

A Divisão de Imprensa, Propaganda e Divulgação foi investida de 15 competências, como a de: editar o Diário Oficial; combater idéias contrárias ao regime que viessem a perturbar a unidade nacional; fazer a censura à imprensa, autorizando a circulação de periódicos no Estado; organizar um serviço de controle da imprensa estadual.

Competia à Divisão de Rádio-Difusão, Turismo e Diversões Públicas 31 incumbências, entre as quais podemos destacar: a responsabilidade pela direção da estação rádio-difusora e rádio-telegráfica do Estado; a censura realizada aos programas radiofônicos e de letras para serem musicadas; a transmissão de programas como a “Hora do Brasil”, recomendados pelo DIP.

A Seção de Serviços Auxiliares tinha a seu cargo 14 afazeres, como o de organizar as folhas de pagamento dos funcionários do DEIP; efetuar o pagamento; comunicar à Secretaria Geral do Estado tudo o que se referia ao movimento de pessoas lotadas no DEIP; classificar os arquivos; distribuição e encaminhamento de papéis; a guarda e conservação dos filmes nacionais<sup>119</sup>.

Ainda sobre o DEIP, seu primeiro diretor foi José Luiz Araújo Neto<sup>120</sup>, que fora até o dia 30 de março de 1943 diretor da Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública.

---

<sup>117</sup> Decreto-Lei Nº. 995, de 23 de Março de 1943. In Diário Oficial, nº. 14280, Manaus, 23 de março de 1943.

<sup>118</sup> O Decreto-Lei Nº. 998, de 31 de Março de 1943, decretou que fossem desanexadas da Imprensa Pública as Seções do Arquivo e da Biblioteca, constituindo-se em Diretoria subordinada à Secretaria Geral do Estado. In Diário Oficial, nº. 14288, Manaus, 01 de Abril de 1943.

<sup>119</sup> Decreto-Lei Nº. 995, de 23 de Março de 1943. In Diário Oficial, nº. 14281, Manaus, 24 de março de 1943.

<sup>120</sup> José Neto nasceu em Boa Vista, Roraima, no dia 16 de abril de 1915, governador de Rio Branco (Atual Roraima) de 1953-1955, foi Vice-diretor da Imprensa Nacional. Carlos ROCQUE. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. 1968, p. 1202.

A direção da Divisão de Imprensa, Propaganda e Divulgação ficou, primeiramente, a cargo de Henocho da Silva Reis (décadas mais tarde governador do Amazonas), que seria substituído a partir de agosto de 1943 por Aldemir Miranda; este, a partir de 1944, seria o novo diretor do DEIP. A Divisão de Rádio-Difusão, Turismo e Diversões Públicas ficou sob a direção de Gebes de Melo Medeiros, e a Seção de Serviços Auxiliares ficou a cargo de Milton Elizio de Oliveira, ex-secretário da Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública.

Antes da criação do DEIP, o controle sobre os meios de comunicação no Amazonas era realizado por vários órgãos estaduais. A censura à imprensa, radiodifusão, diversões públicas e publicidade era da responsabilidade da Delegacia de Segurança Política e Social. O órgão responsável pela publicidade do regime e do governo Álvaro Maia, e que trabalhava, distribuindo aos periódicos artigos, notas e reportagens mandadas pela Agência Nacional, era a o Serviço de Publicidade Oficial, sediado no Palácio Rio Negro. A Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública era a responsável pela edição de artigos e livros oficiais, e também editava, como foi o caso de algumas obras de Leopoldo Peres, trabalhos que defendiam o regime.

Contudo no que diz respeito ao relacionamento desses órgãos entre si e suas operacionalizações individuais ou em conjunto, pouco podemos dizer, uma vez que as informações sobre eles são escassas. Entretanto, a análise dos periódicos nos permite afirmar que o controle/censura exercidos por eles sobre a imprensa local, em alguns casos não foi eficiente.

Porém, mesmo com o funcionamento do DEIP e, através do seu decreto-lei de criação, percebamos a montagem de uma boa estruturação para que ele viesse atuar em relação à publicidade do regime e para o controle/censura da imprensa e de outros meios de comunicação. Temos que estar cientes para o fato de que a eficiência da censura não pode ser medida apenas analisando a sua atuação a nível formal, através de ditames emitidos pelo DIP. A melhor maneira de percebermos essa eficiência é através da visualização da atuação cotidiana, dos meios de comunicação.

A criação do DEIP, no final de março de 1943, nos traz um questionamento interessante: por que ele foi criado tão tarde? A resposta parece paradoxal e será discutida em um momento apropriado<sup>121</sup>. A demora para a criação de um órgão

---

<sup>121</sup> Ver o segundo tópico do segundo capítulo.

centralizador e bem estruturado fez com que a imprensa local agisse com uma relativa liberdade? Como vimos há pouco, a resposta é sim, mas essa questão será melhor discutida no próximo capítulo. Por ora falemos da extinção do DIP e DEIP.

O DIP foi extinto pelo Decreto-lei nº. 7.582 de 25 de maio de 1945, passando a ser substituído pelo Departamento Nacional de Informações (DNI). Devido a isso desapareceram “as funções de centralização, orientação e superintendência de propaganda, presentes na lista dos objetivos do DIP, e o próprio termo ‘propaganda’, foi modificado para informação”<sup>122</sup>. O DNI foi extinto em 1946, quando Eurico Gaspar Dutra já era o presidente da República.

Todos os DEIPs, após a extinção do DIP, foram extintos em 1945. Com sua extinção eles foram substituídos pelos Departamentos Estaduais de Informação (DEI), subordinados às Secretarias dos Estados. “O DEI se voltou principalmente para atividades culturais, artísticas e turísticas, restringindo sua função de divulgador à prestação de informações sobre atos do governo e do povo”<sup>123</sup>.

#### **1.4 – Os periódicos “*Jornal do Comercio*”, “*O Jornal*” e “*Revista Sintonia*” no fazer-se da imprensa amazonense.**

O objetivo maior dessa dissertação é o de investigar e analisar a propaganda varguista veiculada na imprensa amazonense, durante a vigência do Estado Novo, procurando nesse viés, analisar a articulação entre essa Imprensa e o Poder, ou seja, a relação da imprensa amazonense com o Estado Novo. Mas para esse fim, seria necessário que, em algum momento, apresentássemos os “atores” que atuaram nessa trama; o que fora o responsável pela criação da propaganda política, e outro que fora utilizado, enquanto veículo, para a veiculação dessa propaganda. Por que essa necessidade de apresentar o Estado Novo e a imprensa amazonense, precisamente os três periódicos – *Jornal do Comercio*, *O Jornal* e *Revista Sintonia* – analisados na dissertação?

Primeiramente para se procurar entender o que foi o Estado Novo, visualizando o momento no qual ele surgiu, e dessa maneira perceber a necessidade da criação de aparatos que possibilitassem o controle dos meios de comunicação, para que esses fossem utilizados enquanto instrumentos que veicularam uma propaganda política, criada

---

<sup>122</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 76.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p.85.

e desenvolvida pelo regime. Segundo, para demonstrar que a imprensa, no nosso caso a amazonense, possuía uma história rica e merecedora da atenção da historiografia. Ou seja, os periódicos locais, como os demais, tinham uma trajetória passível de ser investigada e deslindada, assim como seus projetos sociais e posicionamentos políticos.

A visualização dessa atuação política – procurando levantar as características desses periódicos –, será de extrema importância para compreendermos determinadas posturas adotadas, por esses periódicos, durante o regime Vargas no Amazonas<sup>124</sup>.

Como se percebe, é tarefa desse primeiro capítulo fazer a apresentação (*no sentido de caracterizar*) desses dois “atores”, no caso; o Estado Novo, e nessa perspectiva os instrumentos criados por ele para o controle dos meios de comunicação – que auxiliaram na veiculação de sua propaganda –, e no outro pólo a imprensa.

Até o presente momento, o primeiro “ator” estava sendo apresentado; agora como conclusão deste primeiro capítulo, chegou a hora de apresentarmos o segundo “ator”. Assim, propomos a exposição da *formação dos periódicos*<sup>125</sup> que são a base documental prioritária de nossa análise na presente dissertação. Para tanto, iremos nos reportar inicialmente aos fins do século XIX, uma vez que este é o momento de formação da grande imprensa amazonense.

Na virada do século XIX para XX, as benesses ocasionadas pela comercialização da borracha propiciaram para Manaus transformações no seu espaço urbano e em suas atividades sócio-culturais – claro que essas mudanças foram percebidas de maneiras diferentes pelos vários moradores da cidade em transformação, e a grande maioria não usufruiu dessas benesses. É nesse cenário de complexas transformações da estrutura sócio-cultural que veremos o surgimento da grande imprensa no Amazonas.

---

<sup>124</sup> A historiadora Renée Barata Zicman destaca dois campos de correlação entre a História e a Imprensa. O primeiro campo é o da “História da Imprensa”, no qual o pesquisador procura reconstruir o processo de formação dos órgãos de Imprensa ou de determinado Órgão, procurando levantar as suas características para um período especificado. O segundo é o da “História através da Imprensa” onde o historiador se utiliza da Imprensa como fonte de pesquisa para a produção do conhecimento histórico de um determinado período ou de uma determinada temática por ele elencada. Renée Barata Zicman. *História através da imprensa*. 1985.

Nossas pesquisas trilharam o caminho de fazer a “História através da Imprensa”, entretanto no percurso da investigação histórica, para que houvesse uma melhor análise dos periódicos que utilizamos sentimos a necessidade de também observar e inquirir o processo de formação desses periódicos. Ou seja, entramos em contato com a “História da Imprensa” pela necessidade de historicizar esses periódicos procurando levantar as suas características principais para esse período.

<sup>125</sup> No caso do “Jornal do Commercio” e de “O Jornal”, nessa parte do primeiro capítulo, ao analisarmos o processo de formação desses periódicos, apontando suas principais características, analisaremos suas atuações anteriores ao Estado Novo. O segundo capítulo é dedicado à análise da atuação desses periódicos, durante o Estado Novo.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a passagem do século XIX para o XX foi marcada no Brasil, pela transição da pequena à grande imprensa. Essa transição deveu-se pelo fato de que no país, principalmente no eixo Rio/São Paulo, ocorrerem profundas transformações ocasionadas pelo avanço das relações capitalistas e pela ascensão burguesa<sup>126</sup>.

No Amazonas, para que a produção de periódicos surgisse com vigor, alguns obstáculos foram paulatinamente vencidos. Para a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, esses obstáculos se ligavam a duas ordens diferentes de fatores. Primeiramente, havia os de cunho estrutural que abrangiam a baixa demografia das vilas e cidades e o relativo distanciamento geográfico e, por fim, a penetração superficial e tardia da língua portuguesa, o que ocasionou as altas taxas de analfabetismo. Por conseguinte havia, ainda, os fatores de ordem técnica, como a ausência de mão-de-obra especializadas e a escassez de recursos financeiros e de matérias essenciais para a abertura das tipografias<sup>127</sup>. Entretanto, as transformações econômicas que atingiram a sociedade, também refletiram na estrutura da imprensa local, ajudando-a a vencer as barreiras iniciais.

No período dessas mudanças ocasionadas pelo boom da borracha, a imprensa amazonense tinha uma história recente, tendo seu início a partir de 1851, quando surge, no dia 03 de maio o primeiro jornal da então Província do Amazonas, o *Cinco de Setembro*. Os anos que se seguem ao surgimento desse jornal, até o início da década de 1880, podem ser caracterizados, segundo a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, “como o momento embrionário da imprensa”<sup>128</sup> local, no qual ocorre a veiculação de um número modesto de pequenos periódicos, eram de pouca abrangência e de noticiário limitados e, na sua maioria, de vida curta.

Pinheiro vê, no início da década de 1880, o marco divisório da história da imprensa amazonense, e os anos que se seguem a esse momento podem ser caracterizados

pela proliferação de uma grande e diversidade quantidade de jornais que, embora ainda mantivessem muitas das características do período anterior, começaram já a mostrar sinais de significativo avanço não só em relação ao processo de composição e editoração gráfica, mas também no sentido de ampliação da

---

<sup>126</sup> Nelson WERNECK SODRÉ. *História da Imprensa no Brasil*. 1999, p. 275.

<sup>127</sup> Maria Luiza Ugarte PINHEIRO. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1290)*. 2001, p. 65.

<sup>128</sup> *Ibid*, p. 62.

qualidade editorial consolidando a presença e a participação de um grupo cada vez mais amplo de intelectuais...<sup>129</sup>

No decurso do chamado “Ciclo da Borracha”, presenciaremos o surgimento de novos jornais de melhor estrutura, menos modestos e de maior abrangência, que irão se consolidar como órgãos de comunicação por um bom período de tempo. Dentre esses diários, podemos citar o *Amazonas* (1866-1921), *Diário do Amazonas* (1873-1915), *O Estado do Amazonas* (1892-1930), *A Federação* (1895-1902), *Folha do Amazonas* (1910-1915), *Jornal do Comércio* (1904 – atual), etc.

Nos anos de 1920, se iniciou uma nova fase para a imprensa amazonense. O boom do periodismo amazonense presenciado outrora deu sinais de esgotamento, fato percebido devido à retração de números de títulos veiculados no Amazonas. Essa crise teria, para a historiadora Maria Luiza Pinheiro, uma forte relação com a crise econômica advinda com a diminuição da exportação da borracha:

Impulsionada pela expansão econômica do extrativismo da borracha, a imprensa amazonense que chegou a década de vinte demonstrou não conseguir sobreviver à crise do modelo econômico que a ensejou<sup>130</sup>.

Nos anos de 1930, mesmo havendo a continuidade dessa retração, ainda circularam aproximadamente 25 periódicos; poucos ainda podem ser encontrados, sendo que a maioria se perdeu no processo histórico e o que nos resta são apenas referências sobre eles, encontradas nos periódicos por mim utilizados, ou em catálogos. Desses periódicos, alguns são remanescentes das duas primeiras décadas do século XX, que tiveram seu fim nos anos 30<sup>131</sup>; outros nasceram nessa década de 1930, mas tiveram uma vida curta<sup>132</sup>.

Para os cinco primeiros anos da década 1940, foi identificada a criação dos periódicos “Centenário Amazonense (1942-1943)”, “A Manhã (1943-1947)”, “Amazônia

---

<sup>129</sup> Maria Luiza Ugarte PINHEIRO. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1290)*. 2001, p. 63

<sup>130</sup> *Ibid*, p. 63.

<sup>131</sup> Alto Madeira 1917-1935, O Autaense 1924-1932, O Baptista Amazônico 1927-1933, Revista Redenção 1924-1932, O Dia 1926-1930, O Estado do Amazonas 1925-1930, A Lucta Social, (1914; 1924; 1930 –?).

<sup>132</sup> Avante 1934 -1935(?), A Nação 1933-1935, A Selva 1937, A Batalha 1930, A Voz do Povo 193, Cidade de Manacapuru 1933, Jornal do Povo 1930, Mensário de Estatística 1938-1940, O Labor 1936-1937(?), O Socialista 1935-1937, Tribuna Popular 1933-1936(?).

(1942)”, “Cidade de Coari (1941)”, “O Centro (1943-1944)” e o “Avante (1945)”<sup>133</sup>; outros que circularam nesses anos iniciais dessa década tiveram origem na década anterior<sup>134</sup> e, no foi o caso do *Jornal do Comércio*, no início do século (1904).

#### 1.4.1 – O *Jornal do Comercio*, um periódico atuante.

Um dos três periódicos analisados nessa Dissertação, para visualizarmos a veiculação da propaganda estadonovista através da imprensa amazonense e a relação de força dessa com o Estado Novo, foi o *Jornal do Comercio*<sup>135</sup>. Ele foi criado em dia 02 de janeiro de 1904<sup>136</sup> por um comerciante português, ex-proprietário do jornal *Comercio do Amazonas*, Joaquim Rocha dos Santos. Como consta no editorial de apresentação do periódico o seu objetivo era defender os interesses comerciais do Estado:

Alistando-se, hoje em as nobres fileiras da Imprensa brasileira e entrando na arena das luctas e discussões jornalísticas em prol da justiça e da verdade, o *Jornal do Commercio*, órgão da opinião pública, trás antes de tudo e sobretudo a nobre e a levantidia missão da defesa quotidiana dos grandes e sagrados direitos e interesses commerciaes deste futuroso Estado.

Fazendo-se órgão do principal elemento de ordens e de progresso, que é o *comercio*, este jornal vem, innegavelmente, satisfazer a uma das mais palpitantes necessidades do nosso meio social e supprir a lacuna de que, já há muito, se ressentia a vida manauense – um diário que preferentemente advogue e defenda os interesses commerceaes d’estas vasta e rica região do Brasil<sup>137</sup>.

Após a morte do seu fundador, em 09 de dezembro de 1905, sua publicação, que estava na edição de número 644, é suspensa em 16 de janeiro de 1906. Nesse meio

<sup>133</sup> A partir de 1945, foram criados os jornais, *A Lucta* 1947-1948, *A Crítica* 1949, *Folha do Povo* 1948 -1950, *Gazeta* 1949-1964 e *O Momento* 1945-1946.

<sup>134</sup> Entre os jornais temos *A Reação* 1930- 1944, *Diário da Tarde* 1936-1975, *O Jornal* 1930-1977, *A Tarde* 1937-1962, entre as revistas temos a *Revista de Agronomia* 1937-1941, a *Revista Sintonia* 1939-1944, e a *Revista Vitória Régia*.

<sup>135</sup> Uma modesta, mas importante contribuição ao estudo do *Jornal do Comercio* aparece no trabalho de iniciação científica de Priscila de Carvalho LIMA. *Virando o Século: origens de um jornal centenário (1904-1920)*. Manaus: UFAM/CNPq, mimeo., 2005.

<sup>136</sup> Em sua dissertação de mestrado o historiador Leno José Barata Souza, diz que sobre as edições do JC de 1904 e “do ano seguinte, e mesmo todo ano de 1907, poucos exemplares restaram, pelo menos a disposição do público, tanto nos órgão de pesquisa do Estado quanto fora dele”. Leno José Barata SOUZA. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*, 2005. 82-83. Provavelmente no período em que realizou as pesquisas, Leno não teve acesso fácil aos números iniciais do JC, contudo hoje no IGHA, estão a disposição do público as edições do ano de 1904, de 1905 e as de 1907. Ainda para esse período, podem ser encontradas as edições quase completas, exceto os primeiros meses de 1904, na seção de microfilmes do Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA, esses microfilmes foram adquiridos pela Secretaria de Cultura no ano de 2007.

<sup>137</sup> *Jornal do Commercio*, nº. 01, Manaus, 02 de janeiro de 1904.

tempo, o JC foi vendido para o advogado Vicente Torres da Silva Reis<sup>138</sup>, voltando a circular, em uma segunda fase, no dia 15 de abril de 1906 com a edição de número 655<sup>139</sup>.

Entretanto, Vicente Reis, por estar ocupando o cargo de Prefeito de Polícia de Manaus, só assumiu a direção do jornal em 1907, direção esta que desde a morte de Joaquim Rocha até aquele momento tinha ficado a cargo do jornalista Alcides Bahia. Com Reis houve um grande investimento no periódico, fazendo com que se tornasse tão importante que, a partir de agosto de 1912, fossem utilizadas para a sua produção, máquinas de linotipo<sup>140</sup>.

Desde a sua criação até o ano de 1910, ele constava de 04 páginas. A partir desse ano, ele passou a ter um número de 08 páginas, voltando, a partir de 1914, a ter 04 páginas. A primeira página era dedicada às notícias; nas outras as notícias vinham ao lado de anúncios publicitários.

Desde o seu início, o JC noticiava assuntos diversificados; dessa forma o comércio não foi a única preocupação do diário. Ele abordou a questão da saúde pública de Manaus, as questões urbanas e temas de outras regiões do Brasil e internacionais. Em suas páginas, durante as duas primeiras décadas do século XX, encontraremos algumas temáticas constantes, que ganharam colunas específicas como: Higiene (que em 1906 passou a se chamar “Servicios Sanitários” e a partir de 1910 de “Manaus Saneada”,

<sup>138</sup> Natural da cidade do Rio de Janeiro nasceu no dia 15 de setembro de 1870. Bacharel em direito, veio para Manaus em 1904, a convite do governador coronel Antônio Constantino Nery, para ser secretário da prefeitura de Manaus, assumindo depois a Prefeitura de Polícia da Cidade. Agnello BITTENCOURT. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. 1973, p. 493-496.

<sup>139</sup> O JC ficou sob a direção de Reis até o início de 1943, quando foi vendido para a Cadeia dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, passando a partir daí por uma mudança no seu layout. Como exemplo, o JC, passou a dar mais destaque para as notícias nacionais, essas que outrora se encontravam na terceira página, passam a freqüentar a primeira. Colunas tradicionais como “Queixas do Povo”, “Casos de Polícia”, “coisas policiais”, e “Cartas de Portugal”, irão desaparecer.

<sup>140</sup> Jornal do Commercio, Manaus, 22 de agosto de 1912. Sobre a instalação pelo J.C. das primeiras máquinas de linotipo, em algumas obras se encontram essa informação. A primeira é do catálogo de Imprensa que sustenta que foi a partir “de 1906, foram instaladas máquinas de linotipo, uma das primeiras introduzidas no Brasil e, o Jornal do Comércio foi o 3º. jornal a utilizá-las na América do Sul”. José Ribamar Bessa FREIRE (org.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. 1990 p.121. A segunda se encontra no dicionário de biografia de Agnello Bittencourt que diz que em “1906, (Reis), comprou o Jornal do Commercio com recursos que lhe dera o seu sogro o coronel Cosme Alves Ferreira. Foram tomadas providências sobre o caso, introduzindo-lhe máquinas linotipo, as primeiras que foram empregadas no Brasil, o que valeu ao Dr. Vincete Reis, posteriormente, medalha de ouro concedida pela companhia Mergentale, de Nova York. Agnello BITTENCOURT, *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. 1973, p. 495. A última informação é a do historiador Leno Souza, que afirma que as máquinas de linotipo, foram instaladas a partir de maio de 1912. Leno José Barata SOUZA. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*, 2005. p.111-113. Parece haver equívoco no Catálogo, sobre o ano de instalação das máquinas de linotipo, uma vez que tanto as nossas pesquisas, quanto a de Leno José Barata Souza, demonstram que elas foram instaladas seis anos depois da data que os organizadores do Catálogo afirmam.

passando, na década de 1920, a se chamar de “Prophylaxia”), Casos de Polícia, Echos do Dia, Inedictorias etc. A partir de 1910, as colunas que diziam respeito ao Amazonas ganharam uma coluna própria “Notícias da Amazônia, dos Estados e do Estrangeiro”.

Outra característica do JC foi sua relação com a colônia portuguesa no Amazonas. Não foram poucas as vezes que o periódico se preocupou e saiu em favor dessa colônia no Amazonas. Um dos exemplos mais marcantes tem relação com a defesa que o jornal faz da República brasileira, no período de 1906-1910. Essa foi uma forma encontrada pelo JC de criticar a Monarquia de Portugal e defender o movimento republicano português desse período, que contava com o apoio, como demonstram as análises feita no periódico, de setores importantes dos comerciantes portugueses<sup>141</sup>. Ainda foram encontradas, no periódico, colunas como “Carta de Portugal” e “Portugal pelo telégrafo”, que procuravam informar essa colônia sobre acontecimentos importantes em Portugal, sendo a primeira que mais se destacou<sup>142</sup>.

O JC, como outros jornais do período, queria passar a idéia de imparcialidade; entretanto desde seu início ele intervém em assuntos políticos e sociais quando lhe era oportuno, com intuito de defender o setor oligárquico que ele representa – uma elite comercial constituída principalmente por luso-brasileiros. Para tanto, fazia críticas a outros jornais que divergiam dos seus interesses. Em outras circunstâncias, apoiou o movimento dos trabalhadores; isso é visto principalmente a partir de 1913, quando o comércio da borracha entra em decadência e ocorrem em Manaus constantes greves. Muitas das vezes, ele procurou “dar voz” às reclamações do povo; um bom exemplo foi a criação da seção “Queixas do Povo” direcionada a esse fim, criada em 14 de janeiro de 1908. Nela, pessoas dos mais variados estratos da sociedade amazonense reclamavam sobre assuntos que se direcionavam à segurança pública, ao saneamento, à iluminação, à água etc<sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> A partir de 1910, todo ano no dia 04 de outubro, dia da instalação da República em Portugal o JC lançava uma nota comemorativa.

<sup>142</sup> Essa preocupação pode ser vista na primeira reportagem, da coluna “Carta de Portugal” (Jornal do Commercio, Manaus, 28 de maio de 1906). Ainda sobre essa coluna, ela tinha como característica a manutenção de um correspondente direto entre Portugal e o Amazonas, que a assinava como “o Lusitano”, mas que com o passar dos anos ira se apresentar com o nome de João Grave.

<sup>143</sup> Sobre as questões referentes à coluna “Queixas do Povo” do Jornal do Commercio, conferir a dissertação de mestrado de Leno José Barata Souza, uma vez que, através da análise dessa coluna, procurou revisitar os espaços antagônicos dos discursos de civilidade, higiene e beleza, que uma historiografia tradicional direcionava a Manaus do início do século XX. Leno José Barata SOUZA. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*, 2005.

Ainda no seu editorial de apresentação, este jornal dizia que não tinha “compromissos e liames que o prendam a parcialidades políticas do Estado, o Jornal do Commercio é neutro, nas lides que visam a economia e interesse dos partidos políticos que se digladiam pelos poderes públicos do Estado”<sup>144</sup>. Contudo, sua intervenção na política do Estado era constante<sup>145</sup>. Ele ainda era um grande formador de opinião, fazendo com que houvesse uma enorme aceitação sua, por parte da população. Um caso que exemplifica bem essa afirmação foi o que ocorreu nas eleições de 1912, na qual os candidatos aos cargos de senador e de deputados federais do Partido União Republicana Amazonense que foram apoiados pelo JC, além de serem todos eleitos, foram os mais votados.

Na década de 1920, houve várias mudanças nas seções e colunas do JC; algumas desaparecem e novas são criadas<sup>146</sup>. No que se refere à sua atuação política, ela se mantém constante. Nos quatro primeiros anos dessa década, ele dedica apoio ao governador do período, César do Rego Monteiro, apoiando também o governo central e fazendo fortes críticas ao movimento tenentista. Essa defesa da legalidade e as críticas ao tenentismo vão fazer com que o JC sofra sérias conseqüências.

No dia 23 de julho de 1924, à noite, os tenentes tomaram o poder em Manaus; nessa noite, o JC devido ao seu posicionamento político foi empastelado, voltando a circular apenas em 05 de agosto. Nesse dia, ele lança uma nota, mas não diz que foi empastelado, justificando e minimizando o motivo de não ter circulado nos dias anteriores e dando a entender, seguindo sua conveniência de sempre, que evitaria fazer comentários, principalmente críticas, sobre o que está acontecendo em Manaus. Mas no fim de sua apreciação, nas “entrelinhas”, é perceptível o posicionamento contrário do JC à situação do momento, esta, que segundo, ele não era um exemplo digno de registro:

---

<sup>144</sup> Jornal do Comércio, Manaus, 02 de janeiro de 1904.

<sup>145</sup> Leno José B. Souza demonstra em sua dissertação alguns exemplos da intervenção do JC na política. O mais marcante dessa intervenção é o apoio incondicional do JC ao governador Antônio Bittencourt, entre os anos de 1908 a 1912, mesmo quando este esteve em seus momentos de maior fragilidade. Nesse período houve grande disputa entre esse governador e as facções opostas lideradas pela família Nery, esta uma oligarquia tradicional na vida política do Estado. Nesse período conturbado da política local, no dia 08 de outubro de 1910, forças federais bombardearam a cidade de Manaus, o que levou a renúncia do governador, que voltou ao seu cargo devido a um hábeas corpus do Supremo Tribunal Federal, entretanto ele será deposto em 1912. Leno José Barata SOUZA. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*, 2005, p. 98-111.

<sup>146</sup> As novas seções como: “O que vae pelo mundo”, que noticia os acontecimentos estrangeiros; “Manaos Social”, que fala de aniversários e festividades da elite manauara; “Os Estados”, noticia o que de mais importante está acontecendo, principalmente nos Estado do nordeste; E uma que circula todo domingo, “Modas”, que aborda a questão da moda feminina.

*A nossa folha, precisando repara alguns aparelhos de suas oficinas, tem tido a necessidade de interromper a sua publicação por alguns dias, reaparece hoje para continuar a cumprir o seu programa traçado, há vinte annos, de organ, como toda a gente o sabe, simplesmente informador de facto, alheio por completo às injuncções da política...*

*Volta à liça com serenidade de sempre, com a mesma isenção de animo, deixando ao commentador a apreciação desde período histórico que atravessamos, aliás muito natural na evolução dos povos, sempre abundante de exemplos dignos de registro*<sup>147</sup>.

Em 28 de agosto do mesmo ano, os tenentes rebelados em Manaus depõem as armas, uma vez que a cidade está cercada por tropas enviadas pelo governo federal. Esse acontecimento é comemorado pelo JC, que passa a divulgar nos dias que se seguem tudo o que diz respeito aos últimos acontecimentos. Passando também a ovacionar os líderes legalistas, principalmente o General de Brigada João de Deus Menna Barreto<sup>148</sup>, que depuseram os rebeldes.

Após a derrota dos tenentes rebelados, o Amazonas passa a ser governado por um interventor federal, Alfredo Sá, que governará o Estado até janeiro de 1926, quando o governo foi assumido por Ephigênio Salles.

Durante o ano de 1925, quando o Estado ainda se encontra sob intervenção federal, vai ocorrer a fusão política em 12 de março entre as tradicionais oligarquias amazonenses<sup>149</sup>, que lançam a candidatura de Ephigênio Salles para as eleições de 01 de novembro desse ano<sup>150</sup>.

Esse ocorrido vai fazer com que o JC rompa com esses grupos políticos, passando, como ele expõe em suas páginas, a querer se mostra alheio à política estadual. Contudo, ele não se tornou alheio à política local, mas sim opositor, uma vez que ele passa a fazer oposição a esses grupos. Entretanto as críticas em suas páginas a esse “novo” grupo político são inconstantes e veladas, passando a falsa idéia de que realmente ele estava “alheio à política estadual”.

Porém, através análises minuciosas, esse antagonismo é percebido em alguns momentos, principalmente através de sua coluna humorística “Uma Por Dia”, onde ele denunciou a falta e a carestia dos alimentos em Manaus, ou através de metáforas,

<sup>147</sup> Jornal do Commércio, nº. 7256, Manaus, 05 de agosto de 1924. Grifo meu.

<sup>148</sup> Jornal do Commércio, nº. 7280, Manaus, 01 de setembro de 1924.

<sup>149</sup> Jornal do Commercio, nº. 7505, Manaus, 13 de março de 1925.

<sup>150</sup> O outro candidato ao governo do Estado foi o General de Brigada João de Deus Menna Barreto.

presentes nessa coluna, como a que diz “que o casamento não engana ninguém”, ou seja, que o estado de calamidade no Amazonas irá continuar e que a fusão entre esses grupos, além de não acabar com as contradições internas no grupo, não significa o surgimento de novas atitudes políticas, pois as velhas práticas serão mantidas.

Ainda em relação à oposição do JC aos grupos que estão no poder, a sua oposição mais saliente vai ocorrer no dia posterior das eleições para a Assembléia Legislativa do estado em 15 de novembro de 1928, quando o JC denuncia a situação de apatia dos eleitores e possíveis fraudes:

O pleito de hontem, ou para sermos mais expressivos, de accordo com a opinião publica, a pilheria de hontem foi das mais desenxabidas, por um único motivo: porque não teve animação. De cinco mil e tantos eleitores alistados, nesta cidade, apenas uns seiscentos levaram a suprema coragem de se abalar para ir as urnas, a essas urnas que, *assignalando a ultima palavra da trica, ficaram transformadas em terreno nocturno da astúcia humana*<sup>151</sup>.

No que tange às críticas ao governador Ephigênio Salles, nas páginas do JC elas passam quase que despercebidas durante quase todo o período que vigorou o seu mandato. Contudo, elas se tornam menos veladas no último ano do mandato de Ephigênio Salles; para tanto, o periódico utiliza, como de praxe, a sua seção humorística “Uma Por Dia”. As críticas passam a ser mais constantes e cáusticas a partir de julho de 1929, quando o periódico começa a apoiar, para as eleições estaduais de 05 de setembro desse ano, o deputado federal Dorval Porto, que foi eleito governador.

Após a vitória de seu candidato, o JC comemora bastante e aproveita, no dia da posse de Porto, para expor seu rancor e desprezo para com os homens que comandaram o Amazonas nos quatro anos anteriores:

Apos um *tormentoso quatrienio autocrata* em que o *odio vesgo e compadresco açambarcador* emparelhados fizeram do Amazonas uma terra conquistada, mergulhada na noite tenebrosa de duvidas e incertezas do seu futuro, temos a impressão de que surge hoje em aurora de paz e de esperanças com a ascensão do sr. dr Dorval Pires Porto ao governo<sup>152</sup>.

Em relação à conjuntura nacional, o JC desde sempre manifestou o seu apoio ao presidente Washington Luiz, mostrando-se favorável ao seu rompimento com Minas Gerais para as eleições de 1930 e com a indicação do candidato paulista Júlio Prestes e de

<sup>151</sup> Jornal do Comércio, nº. 8558, Manaus, 16 de novembro de 1928. Grifo meu.

<sup>152</sup> Jornal do Commercio, nº. 8898, Manaus, 01 de janeiro de 1930. Grifo meu.

seu vice Vidal Soares. O JC também se mostrou contrário à formação da Aliança Liberal – liderada pelo Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba – que lançou Getúlio Vargas como candidato a presidente da República. Segundo o periódico, o povo estava “do lado do sr. Washington Luiz *contra o triumvirato machiavelico* e desfralda a bandeira de seu patriotismo em que fluctuam, como emblemas de paz e de ordem, de trabalho e de progresso, os nomes de Julio Prestes e Vidal Soares”<sup>153</sup>.

Essa atitude nos leva a especular que, durante os momentos decisivos do Movimento de 1930, que derrubou Washington Luiz da presidência e Dorval Porto do governo do Estado, o JC sofreria alguma consequência negativa. Porém não foi isso que aconteceu.

Por mais que o periódico tenha comemorado a vitória de Julio Prestes nas eleições de primeiro de março de 1930, os meses que se seguiram foram de incertezas políticas, pois os boatos de Revolução são recorrentes. Devido a isso, a partir de setembro, mesmo o JC defendendo a legalidade, preferiu apenas observar os desdobramentos dos acontecimentos, noticiando o que acontecia, sem procurar opinar. Quando se inicia o Movimento de 1930, em 03 de outubro, não é visualizado nenhum comentário que o desqualifique. Por que essa atitude do JC?

Os eventos de 1924, no Brasil e em Manaus, ensinaram uma lição importante para o periódico, a de que se você não tem certeza dos desdobramentos dos acontecimentos, procure ficar neutro. Foi essa atitude tomada pelo JC; como sabemos, em 1924 ele defendeu a legalidade e criticou os tenentes e quando estes tomaram o poder em Manaus, ele foi empastelado.

Desta vez ele não estava interessado em sofrer represálias e em 25 de outubro de 1930, um dia após a tomada do poder pela Aliança Liberal, o JC lança uma nota comemorativa passando a impressão de que ele fora um dos maiores opositores e contestadores do governo que caiu:

A data de hontem vai figurar em alto-relevo d’ouro na história do nosso paiz: 7 de setembro foi a independência; 15 de novembro, a republica; 24 de outubro, a reconquista das liberdades publicas, *conspurcadas, nestes últimos annos*, pelos mandarins, que transformaram as áreas sagradas da nação, em salas de lupanares, fazendo a ascensão dos valores negativos<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> Jornal do Comércio, nº. 8805, Manaus, 13 de dezembro de 1929. Grifo meu.

<sup>154</sup> Jornal do Comercio, nº. 9156, Manaus, 25 de outubro de 1930. Grifo meu.

Durante os anos de 1930 a 1937, foram poucas as vezes que o JC, se manifestou politicamente. Uma dessas ocasiões foi no dia da eleição para a escolha dos representantes para a Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1934<sup>155</sup>; outro momento, quando foi promulgada a Constituição do Estado do Amazonas<sup>156</sup>. O JC, ainda, se manifestou em alguns momentos, favorável a Álvaro Maia.

O silêncio é uma forma de resistência e crítica velada e, através da análise da trajetória do JC, posso afirmar que ele não compactuava com o governo Vargas nesses primeiros sete anos da década de 1930, uma vez que sua livre atuação que vinha desde 1904, estava cerceada. Para o periódico, esses anos, principalmente o de 1937, eram de incertezas para a democracia, que ruma para um caminho no qual as liberdades poderiam ser usurpadas; talvez, por causa disso, em abril daquele ano, ele faz algo singular, que não fizera desde a chegada de Vargas ao poder.

Utilizando os acontecimentos da Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes, o JC faz uma analogia indireta às duas realidades, criticando, assim, de forma velada, a ausência de liberdade e os opositores do liberalismo:

Não há que lhes enfileirar os nomes, que estão vivos em todos os corações, mas lhes assignar o feito, a obra de heroes a nos indicarem o *futuro com a conquista da liberdade, custosa contida num ambiente fechado às incursões do liberalismo radiante* que agitava o Velho Mundo, mas por alcançada pelos lidadores que se educaram na licção dos martyres mineiros.

Martyres, sim, porque *Tiradentes foi a victima em cujo sangue o dominador prendeu sufocar os anseios nacionaes*, os outros, que padeceram no destino, também se engrandeceram no soffrimento o mais douradouro, de onde hoje regressam as sua cinzas para o repuso na terra magnífica que sonharam soberani altiva, illuminando a civilização da América<sup>157</sup>.

Sem sombras de dúvidas o “ambiente fechado às incursões do liberalismo radiante”, não era o Brasil da época da Inconfidência Mineira, e o “dominador” que sufocava os “anseios nacionaes”, não era Portugal de Dona Maria, mas sim o governo do senhor Getúlio Vargas.

Esse posicionamento mais crítico do JC ao estado de censura não vai mais se repetir nesse ano; cada vez mais o governo Vargas se mostrou mais autoritário, e em

<sup>155</sup> Jornal do Commercio, nº. 9840, Manaus, 03 de maio de 1933.

<sup>156</sup> Jornal do Commercio, nº. 10578, Manaus, 02 de junho de 1935. Sobre sua posição em relação à Constituição brasileira de 1934, infelizmente não temos o seu posicionamento, uma vez que as edições que abarcam esse período não foram encontradas.

<sup>157</sup> Jornal do Commercio, nº. 11152, Manaus, 21 de abril de 1937. Grifo meu.

novembro veio o golpe que acabou temporariamente com a democracia no Brasil. Aqui, caberia um questionamento: como atuou o JC durante a vigência do Estado Novo? A esse questionamento, uma possível resposta será dada no segundo capítulo. Por ora, continuaremos expondo o processo de formação e as características gerais dos outros periódicos que circularam no período estadonovista.

#### 1.4.2 - O *Jornal* – Em prol do liberalismo<sup>158</sup>.

O segundo periódico de grande importância entre as décadas de 1930 e 1940 foi *O Jornal*. Esse jornal lança o seu primeiro número no dia 30 de outubro de 1930<sup>159</sup> e seu fundador foi o jornalista Henrique Archer Pinto. Durante os seus primeiros seis anos ele circula pela parte da tarde, exceto aos domingos, tendo como subtítulo “Vespertino Independente”. Entretanto, com a criação de outro periódico por Archer Pinto em outubro de 1936, o *Diário da Tarde*, *O Jornal* começa a circular pelo período da manhã intitulando-se como o “Matutino Independente”. A novidade nessa nova fase foi que passou a ser editado aos domingos, deixando de circular às segundas-feiras.

Durante o ano de 1943 ele se tornou o diário de maior circulação do Amazonas; entretanto, não foi possível identificar o número de tiragens diárias. Sobre outras características gerais desse periódico, cabe ressaltar que ele mantém, durante seus primeiros cinco anos um número quase que constante de 04 páginas; a partir de 1935, ele passa a ter 06 páginas; nos sábados e a partir de outubro de 1936, nos domingos, ele circula com 08, podendo, ainda, em datas comemorativas ter 16 páginas.

Quase todas as suas reportagens sobre a conjuntura nacional e internacional são baseadas em notícias telegrafadas de jornais dos vários Estados do país, ou do exterior,

---

<sup>158</sup> Cabe esclarecer que o tipo de liberalismo que *O Jornal* defendia não deve ser visualizado, enquanto uma total participação popular, e a esse setor a concessão de direitos sociais e políticos. As idéias liberais que este defendia, provavelmente assim como praxe tão comum das elites brasileiras, tratava-se, de um “liberalismo de fachada” adaptados aos seus interesses. Como nos alerta a historiadora Anita Prestes: “As nossas elites, dependendo dos interesses que defendiam a cada momento histórico, introduziam em seu discurso aqueles postulados liberais que lhes pareciam mais adequados para concretização de seus objetivos político-ideológicos e sociais. Na verdade, esses postulados provinham de realidades distintas da nossa e a sua utilização visava cumprir a função inerente a toda ideologia – a legitimação da dominação de classes, ou seja, a legitimação de determinados interesses sociais particularmente perante o conjunto da sociedade”. Anita PRESTES. *A Coluna Prestes*. 1990, p. 92-93.

<sup>159</sup> Infelizmente as publicações de *O Jornal* que abarcam o primeiro número até o início de junho de 1932, não foram encontradas. Este periódico vai circular no Amazonas até fevereiro de 1977, quando deixa de ser publicado.

estando elas localizadas na primeira e quarta páginas. A segunda e terceira páginas são direcionadas, quase que exclusivamente, a propagandas comerciais. Com as mudanças ocorridas no seu “layout” em 1935, as reportagens tiveram mais espaço, e passa a ser criado – em 1936 – uma página exclusiva para assuntos que tratam do comércio, a “Página do Comercio”.

Sobre as suas seções e colunas, com a exceção da ‘Página do Comercio’, são poucas as dedicadas a determinado assunto, e que se manterão constantes, sendo encontrada uma seção, intitulada ‘Aniversário’ que nomeia os aniversariantes do dia, passando no decorrer dos anos a se chamar ‘Sociedade’, e será mais abrangente.

No *O Jornal* encontrávamos, também, a seção “Folhetim de o Jornal” que, a partir de 1934, deixa de aparecer. Essa seção trazia diariamente empolgantes novelas para os seus leitores. Ele, ainda, possuía uma seção, não constante, que abordava a questão dos esportes, dando ênfase para o futebol.

Deparamo-nos com uma coluna intitulada de Interventoria Federal, que mostrava os atos do governo. Com o a volta do Governo Constitucional em 1935, ela passa a se chamar “Actos do Governo do Estado”, passando, a partir de novembro de 1937, a se intitular “Governo do Estado”. Possuía também a seção “Policia e Rua”, e na primeira página aparecia esporadicamente, até os anos de 1937, a coluna escrita por Huascar de Figueiredo<sup>160</sup>, na qual fazia análises, na grande maioria das vezes críticas, sobre a situação política, econômica e social do Estado e do País.

Como consta no seu subtítulo e no Editorial de comemoração do seu segundo aniversário, *O Jornal* queria passar a idéia de um “programa de independência”<sup>161</sup>. Ou seja, não iria intervir nos assuntos políticos e tomar partido de ninguém. Contudo, os vários Editorias desse periódico e mais colunas, como a de Huascar de Figueiredo, demonstram que ele tinha um direcionamento político, procurando formar as opiniões de seus leitores.

*O Jornal* vem a público pela primeira vez nos momentos finais do Movimento de 1930, que marcou o fim da “República Velha” e a chegada de Vargas ao poder. Como

---

<sup>160</sup> Natural do Pará nasceu em Belém no dia 27 de fevereiro de 1891. Começou sua vida como advogado e jornalista. Fez parte da Academia Amazonense de Letras e colaborou com jornais e Revistas. Foi procurador-fiscal do Estado, cargo que ocupou até seu falecimento em 23 de fevereiro de 1949. Agnello BITTENCOURT. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. 1973, p.269-270.

<sup>161</sup> O Jornal, nº. 624, Manaus, 29 de outubro de 1932. Esses editorial de aniversário saiu um dia antes, uma vez que a data comemorativa do segundo ano do O Jornal, caiu no domingo.

consta em uma de suas notas, ele foi convidado, logo após a sua criação, para se tornar o “Órgão Oficial da Legião de Outubro” no Amazonas; contudo, quando a Legião se transformou em um núcleo de politicagem “e explorações regionaes subalternas”, ele se sentiu desobrigado dos compromissos assumidos<sup>162</sup>.

Essa passagem e outras analisadas, no decurso da pesquisa, fazem com que percebamos dois posicionamentos de *O Jornal* com os acontecimentos que se referem ao Movimento de 1930 e sua fase posterior. O periódico vai se demonstrar explicitamente favorável, vendo com bons olhos o advento da nova ordem política no país, mas no decorrer dos dois anos seguintes, que têm como marco o seu rompimento com a “Legião de Outubro”, ele passa a fazer ressalvas à situação de acomodação do Governo Provisório.

Para o periódico, até aquele momento, as experiências do Governo Provisório tinham demonstrado que suas realizações estavam sendo, até certo ponto, felizes, na tentativa e promessas para libertar o Brasil dos vícios e defeitos políticos que fizeram parte da Primeira República. Nesses dois anos, seus propósitos e intenções trouxeram diretrizes de restaurações econômicas e de equilíbrio financeiros<sup>163</sup>.

Entretanto, como alerta *O Jornal*, a situação de acomodação vista nesse governo era perigosa para a estabilidade do regime e para a segurança da nacionalidade. Essa acomodação trazia impaciência, desassossego, e as enfermidades sociais estavam se generalizando. A revolução estava errando:

A grande crise revelada pela sublevação paulista, *que não é simplesmente um conflicto partidário e o fructo das competições em torno das responsabilidades governamentaes*, veio demonstrar que a *revolução cedeu dos seus propósitos sociaes de reorganização nacional*, deixando-se dominar pelo erro das psychologias viciosas e pela illusões phantasiosas das ambições, mascaradas com as apparencias prestigiosas de idealismos ephemeros e contradictorios. E como se deu o *repudio* mais ou menos ostensivo *dos compromissos do programa liberal* e se não coordenaram as tendencias sob a influencia de uma direcção suprema e poderosa, fracassaram os efeitos práticos da pacificação no primeiro período revolucionário, expondo-se o segundo aos mesmos perigos e ameaças<sup>164</sup>.

Para sair dessa situação, de um erro na revolução, era necessário procurar, como estava procurando o periódico, dar ao Movimento de 1930 o sentido de suas verdadeiras

<sup>162</sup> O Jornal, Explicação ao Publico, nº. 501, Manaus, 01 de junho de 1932.

<sup>163</sup> O Jornal, *A Data Revolucionária*, nº. 619, Manaus, 24 de outubro de 1932.

<sup>164</sup> O Jornal, *A Data Revolucionária*, nº. 619, Manaus, 24 de outubro de 1932. Grifo meu.

interpretações, “fugindo dos exaggeros apaixonados dos preconceitos extremistas e aos excessos accommodaticios das contemporisações prejudiciais à causa nacional”<sup>165</sup>. Mas quais seriam as verdadeiras interpretações, para *O Jornal*, do Movimento de 1930 e de sua fase subsequente?

*O Jornal* era da opinião de que, durante aqueles primeiros 40 anos de vigência da República e de sua Constituição, por mais que existissem inúmeras relações privadas que se asseguravam amplamente na Carta Magna, disciplinando-se pelas suas regras, garantindo-se pelas suas previsões, para “alguns efeitos a carta constitucional parecia letra morta, prestando-se a praticas políticas condenáveis e a abusos mercedores de censura”<sup>166</sup>.

Por essa perspectiva, o movimento de 1930 e o Governo Provisório garantiriam a verdadeira finalidade patriótica, ou seja, acabariam com a desordem vista no período pré-30, durante o qual o liberalismo não atuou de fato. Passado esse momento, seria preciso um período transitório, uma fase pré-constitucional, no qual um governo operaria as modificações definitivas para a organização nacional que culminaria no “regresso victorioso ao liberalismo antigo”<sup>167</sup> das instituições democráticas.

Mas isso não estava ocorrendo, o que começava a preocupar *O Jornal*. A posição desse periódico se reflete no que escreveu Huascar de Figueiredo em sua coluna em início de outubro de 1932:

Tinha como certo de que o regime discrecionario não ultrapassaria os limites de uma fase pre-constitucional. Entretanto, desde muito cedo surgiram os motivos de descontentamento político, agravados pela ação partidaria imposta a S. Paulo, em nome da revolução pelas referencias reiteradas a problemas indeterminados que não poderiam ser solucionados depois da volta ao regime constitucional e por outros motivos por demais conhecidos<sup>168</sup>.

Tanto *O Jornal*, quanto os liberais opositoristas insatisfeitos com o estado de coisas da Primeira República, que apoiaram o Movimento de 1930, acreditaram que o período arbitrário instaurado após o Movimento iria durar um determinado momento e logo a legalidade voltaria. Contudo, o regime não demonstrou sinais de flexibilidade, acomodando-se à situação, passando, dessa maneira, a ser visto por vários setores da

<sup>165</sup> *O Jornal*, nº. 624, Manaus, 29 de outubro de 1932.

<sup>166</sup> *O Jornal, Pró-republica*, nº. 602, Manaus, 04 de outubro de 1932.

<sup>167</sup> *O Jornal, Pró-republica*, nº. 602, Manaus, 04 de outubro de 1932.

<sup>168</sup> *O Jornal*, nº. 604, Manaus, 06 de outubro de 1932.

sociedade como um governo ilegal. Essa acomodação do Governo Provisório e seu *status* de ilegalidade geraram muitos descontentamentos políticos, sendo a Revolta de São Paulo em 1932 o caso mais extremo.

O governo dava sinais de não retornar à constitucionalização do Brasil, impondo ações unilaterais a muitos Estados e grupos, que outrora o apoiavam. Eventos fizeram com que *O Jornal* passasse a fazer oposição, de maneira velada, ao poder central.

Devido a isso, as críticas indiretas à ilegalidade do Governo Provisório, são perceptíveis nas páginas de *O Jornal*. Durante o desenrolar da Revolta de 1932 em São Paulo, apesar de não defender abertamente o movimento – noticiando apenas o que estava acontecendo –, em suas manchetes ao longo do conflito, o periódico sempre se referiu à Revolta, usando palavras que denunciassem a inflexibilidade do Governo central. Nelas encontrávamos frases que afirmavam que a Revolta era “o Movimento conta a Dictadura”.

Não nos esqueçamos que nesse período havia certa censura à imprensa, as liberdades estavam cerceadas, e qualquer crítica direta ao governo poderia culminar em um empastelamento ou no fim de um órgão da imprensa. Assim sendo, em alguns momentos, *O Jornal* cita exemplos ou acontecimentos que demonstravam as limitações, ausências ou atentados contra a liberdade de imprensa; claro que em suas denúncias, procurava ausentar a responsabilidade do governo, passando a idéia de que esse não compactuava com as atitudes opressoras, sendo elas frutos de grupos distantes do poder central; porém, no fim, seu intuito era o de denunciar práticas comuns com as quais o próprio governo estava conivente. Tem-se como exemplo a situação em torno do empastelamento de um jornal do Rio Grande do Norte.

Esse periódico potiguar fora empastelado, uma vez que publicou documentos que comprovariam a falta de idoneidade moral do senhor Café Filho<sup>169</sup>, nomeado pelo interventor desse Estado, para assumir o Cargo de Chefe de Polícia. Segundo *O Jornal*, o empastelamento da “A tarde” era um indício

de uma prepotência *que se não justificava no actual regime*, e que atenta contra a liberdade de pensamento da imprensa livre, habituada a causticar os

---

<sup>169</sup> Café Filho será vice-presidente de Getúlio Vargas entre os anos de 1950-1954, sendo presidente após o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1945.

desmandos dos governos censuráveis, com o propósito elevado de moralizar os costumes nacionais, escalpelando os seus erros e as suas incongruências<sup>170</sup>.

Mesmo com as limitações e censuras à liberdade da imprensa, *O Jornal* pede, minimizando o autoritarismo do governo, o fim do grupo de leis que ausentavam a liberdade de imprensa, afirmando que a imprensa ajudava a educar o povo, sendo ela um dos elementos propulsores de progresso que agia desapaixonadamente e, no mais, as leis não eram mais necessárias, uma vez que eram representantes de um período inconstitucional:

É para isso que se reclama a liberdade de imprensa, pleiteando-se a eliminação das medidas draconianas da chamada 'lei celerada' *produto representativo de uma época de restrições constitucionais*, quando se fazia necessário reprimir excessos de linguagem e castigar processos indecorosos de exploração criminosa<sup>171</sup>.

Como percebemos, *O Jornal* mesmo tendo limites de atuação, procurou agir criticando de forma velada essa fase e as atitudes despóticas do regime. E após esse período conturbado, o governo, devido a pressões internas – que teve como clímax a Revolta de São Paulo –, dá sua palavra de convocação de uma Constituinte, responsável pela elaboração da Carta Magna de 1934. Assim, os primeiros sinais de liberdade começam a irradiar.

Contudo, o periódico mostrou-se insatisfeito com a posição tomada por setores do governo que estavam com a intenção de barrar, para a Constituinte, seguimentos da sociedade e seus representantes, que dele divergiam. Para *O Jornal*, esse posicionamento caracterizaria a Assembléia a uma convenção partidária, de grupos favoráveis ao governo, que desvirtuava o seu verdadeiro sentido, que era o de dar respostas às inquietações populares:

Ora, essa atitude, que não é somente deselegante como comprometedora dos créditos revolucionário dada à hipótese de prevalecer os cuidados eliminadores dos concorrentes aos postos representativos da constituinte, produziu o resultado de transformar aquela assembleia em uma convenção partidária, inexpressiva para o efeito colimado e falaciosa quanto aos fins reclamados pela opinião nacional<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> O Jornal, nº. 522, Manaus, 07 de julho de 1932. Grifo meu.

<sup>171</sup> O Jornal, *A Questão da Imprensa*, nº. 609, Manaus, 12 de outubro de 1932. Grifo meu.

<sup>172</sup> O Jornal, *A Verdadeira Constituinte*, nº. 625, Manaus, 31 de outubro de 1932.

Mas, a maior crítica ao autoritarismo do Governo Provisório, feita pelo *O Jornal*, ocorrerá em 1935 quando, por um curto prazo, o Brasil retorna ao regime democrático e quando se comemorava o primeiro ano da efêmera Constituição de 1934. Segundo o periódico, a comemoração do primeiro aniversário da Carta Constitucional não deveria passar sem o registro da imprensa,

fazendo-o embora para lhe realçar os efeitos sociais de organização política e de pacificação dos espíritos, que se mostraram fatigados do regime discrecional, em que nos encontrávamos desde 1930 (...). De qualquer forma, porém, no caso brasileiro, o que se comemora e se festeja hoje é o regime de ordem legal, tanto mais necessário e imperativo quanto é certo que a experiência ditatorial se fez como simples aventura, desviando-se das tradições históricas do Brasil<sup>173</sup>.

Após o início do período constitucional, a partir de julho de 1934, *O Jornal* demonstra-se fervoroso com o advento da democracia, fervor que aumenta com a eleição de Álvaro Maia ao governo do Estado, este que sempre teve a simpatia do periódico. Para *O Jornal*, o novo “governo republicano do Amazonas é comparável somente aqueles que lhe foram conhecidos nos primeiros dias vacillantes do regime, quando o país se dirigia para as realizações iniciais da democracia”<sup>174</sup>.

O título dessa nota, “No Início da Nova Era Constitucional”, mais o próprio conteúdo da coluna em si são esclarecedores para demonstrar a opinião do periódico acerca da República antes de 1930, ou seja, um período no qual não encontramos a vigência de fato de um regime democrático, e que precisava acabar. A referida nota ainda saúda Álvaro Maia; essa saudação não é à toa. Como sabemos, na década de 1920, Álvaro Maia fez oposição às oligarquias políticas do Amazonas, aos representantes da antiga ordem que *O Jornal* pretendeu ruir, apoiando os acontecimentos subsequentes ao Movimento de 1930.

Maia representa para esse periódico um novo político, pois ele tinha “uma responsabilidade invulgar e uma aureola de glorificação” que se fundiam nos mesmos “símbolos de esperanças” para a resolução dos problemas da vida amazonense<sup>175</sup>. Ainda

<sup>173</sup> *O Jornal*, a *Data Nacional*, nº. 1470, Manaus, 16 de junho de 1935.

<sup>174</sup> *O Jornal*, *No Início da Nova Era Constitucional*, nº. 1345, Manaus, 19 de fevereiro de 1935.

<sup>175</sup> *O Jornal*, *No Início da Nova Era Constitucional*, nº. 1345, Manaus, 19 de fevereiro de 1935.

para o periódico, Maia era diferente dos políticos que controlaram a política amazonense por muito tempo.

Como percebemos, *O Jornal* faz parte de uma imprensa liberal, que fez oposição ao liberalismo oligárquico visto no decurso da “Republica Velha”; essa sua atitude, guardadas as devidas proporções, aproxima-o da imprensa liberal oposicionista de São Paulo no mesmo período. Essa imprensa, segundo Maria Helena Capelato, mostrou otimismo com o movimento contestatório e oposicionista da Aliança Liberal que apoiava Vargas para a eleição presidencial de 1930 e subseqüentemente com o Movimento de 30. O setor que ela representava – os liberais oposicionistas – tinha a certeza de que a ordem seria mantida e, ainda, poderiam chegar ao poder. Contudo, esse otimismo durou poucos meses e as divergências vieram à tona. Os grupos que chegaram ao poder demonstravam não ser favoráveis à democracia liberal defendida pela imprensa paulista<sup>176</sup>.

*O jornal* também vislumbrou uma possibilidade de mudanças com o Movimento de 1930, por isso o apoiou – não estou também afirmando que ele tinha a pretensão de colocar um representante seu no governo do Estado, por mais que ele se simpatizasse muito com Álvaro Maia –, mas, como percebemos seu interesse em uma democracia liberal renovada, entra em choque com o direcionamento político adotado pelas lideranças do Governo Provisório.

Através desse posicionamento político de *O Jornal*, como defensor do liberalismo que representa a concepção política de seus proprietários e colaboradores diretos, procuraremos, no decorrer do segundo capítulo, mostrar a sua atuação durante a vigência do Estado Novo, identificando possíveis resistências e analisando determinados comportamentos adotados pelo periódico.

### 1.4.3 – A Revista Sintonia, “A Revista dos Telegraphistas do Amazonas”?

Outro periódico, que se destacou durante as décadas de 1930 e 1940, foi a *Revista Sintonia*<sup>177</sup>, que no seu início se intitulou como “A Revistas dos Telegrafistas do

---

<sup>176</sup> Maria Helena CAPELATO. *Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920 – 1945*. 1989, p.171-202.

<sup>177</sup> Ela, diferentemente dos outros dois periódicos, analisados na dissertação, terá sua trajetória inicial de atuação durante a vigência do Estado Novo, devido a isso, se optou nesse tópico, apenas por expor sua caracterização geral, na medida em que no segundo capítulo há um tópico que analisa seu relacionamento com o Governo Vargas.

Amazonas"<sup>178</sup>. Essa revista terá duas fases: a primeira se estende de outubro de 1939 a Novembro de 1944; a segunda fase se estende de novembro de 1950 a novembro de 1954. Nessa segunda fase, sua proprietária-diretora foi a jornalista Denise Cabral dos Anjos, tendo a revista um forte apelo ao universo feminino.

**FIGURA 03**  
**REVISTA SINTONIA**



Capa do primeiro número da Revista Sintonia. A mulher na capa representa a República brasileira, trazendo nas mãos para a luz do mundo, o rádio que, significava para a revista, o fator mais importante na expansão e desenvolvimento de um povo.  
Fonte: Revista Sintonia, nº 1. Manaus, Outubro de 1939.

Na sua primeira fase, seu fundador foi o telegrafista Rigoberto Costa, que há muito tempo já tinha se comprometido em trazer à tona um órgão que representasse a classe dos telegrafistas. Porém como veremos nas linhas que se seguem, pequenas mudanças

<sup>178</sup> A Revista Sintonia foi objeto de dois rápidos, porém importantes, estudos de Iniciação Científica, a saber: Fabiana Libório CORREIA. *A Revista Sintonia e o Amazonas Durante a Batalha da Borracha*. Manaus: UFAM/CNPq, mimeo., 2004; Kamila Araújo da SILVA. *Modelando a Mulher Manauara: perfis femininos na Revista Sintonia (1950-1955)*. Manaus: UFAM/CNPq, mimeo., 2005.

ocorridas na revista afastam esse periódico dessa sua pretensa representatividade. O seu primeiro número data de outubro de 1939. Como foi exposto no seu editorial de apresentação, por mais que a revista apresentasse artigos sobre o rádio, a radiotelefonia e inovações nesses setores – se comprometendo em criar uma “Secção Técnica” que iria trazer lições de cursos de radiotelefonia para profissionais rádio-amadores<sup>179</sup> –, ela não seria “uma revista exclusiva das cousas da classe”<sup>180</sup> dos telegrafistas. Por esse prisma, ela procurou também noticiar em suas páginas acontecimentos locais ou acontecimentos da vida moderna do país, atitude esta que passou, em um espaço curto de tempo, a lhe caracterizar como revista de variedades.

Devido a essa intenção, na vigência da *Sintonia* encontraremos várias colunas e seções, muitas das quais com presença constante. Algumas apareceram esporadicamente; outras, que pareciam lhe caracterizar, desaparecem. Entre as várias colunas e seções, podemos destacar a “Secção Técnica” e a coluna “Cousas da Trintena”, esta que tratava rapidamente de assuntos políticos sociais que ocorreram no Amazonas ou na região durante o mês. Essa última coluna deixa de aparecer na revista a partir do 4º número para reaparecer no 11º número, desaparecendo logo em seguida.

Nas páginas de *Sintonia*, ainda, havia a coluna “Sintonia Social” que, a partir do 4º número passa a se chamar “Sintonia pela Sociedade”, voltando a partir do 7º número a se chamar “Sintonia Social”. Essa coluna noticiava as festas da alta sociedade amazonense, casamentos e aniversários de pessoas importantes da sociedade manauara; fazendo parte dessa seção, havia uma coluna menor chamada de “Sintonia Infantil”. *Sintonia*, em alguns momentos ainda, abordou temas esportivos, principalmente o futebol amazonense, e nela ainda encontrávamos a partir do 6º número uma seção que continha charadas, enigmas e palavras cruzadas que serviam para distrair os seus leitores.

Ainda sobre as colunas, encontramos a partir do 3º número a seção “Sintonizando”, que aparecia esporadicamente nas páginas de *Sintonia*. Essa coluna abordava os assuntos que tangenciavam os aspectos culturais do movimento radiofônico em Manaus, sua importância, seu crescimento, etc. Havia uma seção intitulada “Indicador Profissional”, que anunciava os serviços de profissionais bem vistos pela sociedade e seus respectivos endereços; entre esses profissionais havia médicos, advogados e dentistas.

---

<sup>179</sup> Revista *Sintonia* nº. 01, p. 06, Manaus, outubro de 1939.

<sup>180</sup> Revista *Sintonia* nº. 01, p. 08, Manaus, outubro de 1939.

A partir do nono número aparece a coluna “No Mundo do Cinema”, chamada às vezes de “Sintonia no Cinema”; ela abordava os acontecimentos no cinema mundial, dando grande ênfase ao cinema e artistas norte-americanos (figura 04). A partir do seu 20º número, Sintonia cria a coluna “Sintonia Feminina”, que aparece esporadicamente. Essa seção tinha a função de mostrar a moda feminina mais atual e o comportamento mais elegante que as amazonenses deveriam seguir (figura 05). Essas duas colunas nos possibilitam a abertura de um panorama para que percebamos com isso, o início da influência da cultura norte-americana no Brasil, adentrando nesse período no cotidiano, sugerindo novas formas de comportamento, e tendo o cinema como o principal símbolo.

**FIGURA 04**  
**NO MUNDO DO CINEMA**



Fonte: Revista Sintonia, nº. 9, p. 18, Manaus, novembro de 1940.

**FIGURA 05**  
**SINTONIA FEMININA**



Fonte: Revista Sintonia, nº. 20 p. 10, Manaus, Dezembro de 1941.

No que tange ao número de páginas da revista, não havia uma padronização, podendo variar de edição para edição; contudo, em muitos números *Sintonia*, constou de 22 páginas. As leituras das edições permitiram averiguar que ela tinha, em média, 1.500 tiragens e que sua principal fonte de renda vinha dos seus assinantes e compradores, das propagandas comerciais diversas, e estas compunham cerca de 40% a 50% do periódico e

se localizam na contracapa, entre as matérias, dispostas de formas variáveis entre os assuntos ou encontradas em páginas dedicadas a elas.

Nos seus primeiros meses a revista passou por dificuldades para a sua impressão. O 3º número que deveria ter vindo a público no final de janeiro de 1940, só veio em março, o 4º número que era para ser impresso em abril só apareceu em junho. Esses empecilhos fizeram com que o diretor viesse a público para se desculpar com os assinantes, responsabilizando pelo atraso a oficina onde a revista era confeccionada e a carência de papel próprio para a confecção<sup>181</sup>. Esses atrasos fizeram com que ele modificasse o setor administrativo da Revista.

Em consequência dessas mudanças, duas pessoas passaram a compor a direção da revista junto com Rigoberto Costa; assim, é apresentado ao público, na edição de nº. 04 de junho de 1940, o telegrafista Hildebrando de Oliveira – que já havia colaborado com *Sintonia* escrevendo poesias, passando a assumir a partir do 5º número o cargo de Redator-comercial –, e sem apresentação alguma, no 5º número (julho de 1940) aparece como Redator o telegrafista Moacyr de Miranda. Suas inserções na direção do periódico foram uma maneira de amenizar os atrasos das publicações, uma vez que a direção administrativa era tarefa quase que exclusiva de Rigoberto. A partir dessas mudanças, os seus administradores se comprometeram em fazer circular as edições da revista pontualmente no último dia de cada mês<sup>182</sup>.

Como mencionado, *Sintonia*, nos seus primeiros números, buscou se caracterizar como uma revista da classe dos telegrafistas. Dessa maneira, uma leitura apressada de seus números, nos presentes dias, pode nos levar a uma errada conclusão, isto é, a de que *Sintonia* representasse o sindicato ou grêmio dos telegrafistas, ou parte dele.

O nascimento da revista não se deveu a uma classe, mas sim de fato, a um único telegrafista, seu proprietário Rigoberto Costa. Porém, constatar a intenção de *Sintonia*, enquanto um órgão que procurou representar a classe dos telegrafistas, não é de toda equivocada, mas essa constatação tem um limite.

---

<sup>181</sup> Revista *Sintonia* nº. 04 p. 08, Manaus, junho de 1940 e nº. 05 p. 12, julho de 1940.

<sup>182</sup> Revista *Sintonia*, nº. 05 p. 12, Manaus, julho de 1940.

A análise dos números iniciais de *Sintonia* nos permite concluir que seu proprietário teve, realmente, a intenção de que ela fosse um órgão classista, tendo para a sua criação o “encorajamento de seus colegas de classe”<sup>183</sup>.

Porém, não podemos afirmar a quantidade desses “colegas de classe” e como se deu esse incentivo; o fato é que o apoio pedido pela revista “Farmacontologica”<sup>184</sup> à classe dos telegrafistas, para que estes viessem colaborar com *Sintonia*, pareceu não vingar. Dessa maneira, a partir do seu quarto número, a circulação de *Sintonia*, esteve estritamente ligada à relação que ela manteve com o Estado Novo<sup>185</sup>, distanciando-a da intenção inicial de Rigoberto de tê-la como um órgão classista. Isso nos ajuda a compreender, como veremos a seguir, algumas mudanças que ocorreram na revista.

No mais, mesmo desde o seu início, quando *Sintonia* buscou para si uma caracterização que lhe valesse o título de uma revista de classe, tendo a preocupação em noticiar tudo o que tangenciava a radiotelefonia, radiotelegrafia e ainda víssemos o seu comprometimento em trazer uma “Secção Técnica”, a ligação da revista com a classe dos telegrafistas se reportava quase sempre à parte técnica do mundo da telegrafia. Os números lidos demonstram que foram poucas as notícias que tangenciavam a classe em si dos telegrafistas, sua organização, suas festividades, direitos conquistados, etc, e essas poucas notícias estiveram presentes apenas nos números iniciais de *Sintonia*<sup>186</sup>.

A primeira mudança vai ocorrer no seu 11º número, onde um dos subtítulos do periódico, o “A Revista dos Telegraphistas do Amazonas”, talvez o mais importante até o

---

<sup>183</sup> Revista *Sintonia* nº. 03 p. 08, Manaus, março de 1940.

<sup>184</sup> Esse pedido é visto na edição dessa revista, de dezembro de 1939. Pelo que parece o diretor de *Sintonia*, pegou a nota constando esse pedido e publicou na edição de *Sintonia* de março de 1940, no tópico que aborda o posicionamento e apreciações da imprensa local sobre o aparecimento da revista. Cf. Revista *Sintonia* nº. 03 p. 09, Manaus, março de 1940.

<sup>185</sup> Sobre a problemática da relação da Revista *Sintonia* com o Estado Novo, ela será mais bem exemplificada quando analisarmos, no segundo capítulo, sua atuação durante a vigência desse regime.

<sup>186</sup> Na sua primeira edição encontramos uma reportagem que fala da posse do novo Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, apresentado o diretor regional do Amazonas e Acre e seus auxiliares, ver *Sintonia* nº. 01 p. 11, Manaus, outubro de 1939. Temos também uma reportagem que fala da gestão do diretor da Delegacia Telegráfica de Porto Velho, ver *Sintonia* nº. 03 p. 11, Manaus, Março de 1940. As duas mais importantes reportagens sobre a classe são uma que demonstra a opinião contrária da revista que não concorda com a designação operada por um decreto-lei de junho de 1936 que qualifica os operadores dos motores e geradores das estações radiotelegráficas como telegrafistas, pedindo que se faça cumprir a designação correta desses profissionais imposta pelo novo decreto-lei, ver *Sintonia* nº. 10 p. 05, Manaus, dezembro de 1940. A outra é sobre o decreto-lei 1.909 de 26 de dezembro de 1939 que caracteriza os operadores do telegrafo em telegrafistas e radiotelegrafistas, fazendo com que se estabeleça plano de carreira e aumento salarial. Segundo as revistas os radiotelegrafistas são os mais importantes nesse setor, uma vez que eles têm uma preparo cultural mais abrangente, devido a isso ela junto com a classe dos telegrafistas estaduais pede que os profissionais do Amazonas e Acre sejam classificados como radiotelegrafistas, ver *Sintonia* nº. 07 p. 08, Manaus, setembro de 1940.

momento que buscava caracterizar a revista, sai da capa e fica apenas na página editorial. Nesse mesmo número, na página editorial, Rigoberto Costa se apresenta como o proprietário de *Sintonia*.

Mais mudanças ocorridas na *Revista Sintonia* a desvinculam-na de uma caracterização de um órgão classista e a caracterizam como um órgão privado. Na sua edição de nº. 19 veremos a saída do subtítulo “Revista dos Telegraphistas do Amazonas” da página editorial, sendo citado pela última vez em outra página, na edição número 20 de dezembro de 1941, edição essa na qual também circulou pela última vez a “Secção Técnica”, única seção com a qual a revista se comprometeu veicular esporadicamente. No mais, até mesmo as notícias sobre a parte material do mundo da telegrafia se tornam raras.

Entre outras mudanças, que possivelmente não têm nada a ver com argumentos que ajudem a descaracterizar *Sintonia* como uma revista classista, ocorre a saída, a partir do número 17º (setembro de 1941), de Hildebrando de Oliveira do corpo diretor da revista. Em maio de 1943, ocorre a saída de Moacyr de Miranda, e no seu lugar é colocado Kideniro Teixeira.

Ao se iniciar o ano de 1944, outra mudança vai ocorrer na parte administrativa de *Sintonia*. Em dezembro de 1943, circula a edição de nº. 41, na qual ainda vemos em sua direção Rigoberto Costa e na redação temos a presença de Kideniro Teixeira. Ao adentrarmos no ano de 1944, Rigoberto Costa se afasta da direção de *Sintonia*. A partir de fevereiro, (edição de nº. 43), o seu novo diretor e responsável passa a ser o senhor Machado e Silva.

Segundo nota encontrada na página editorial de *Sintonia*, (março/abril edição de nº. 44/45), ela ainda continuava sob propriedade de Rigoberto Costa; contudo, desde fevereiro, através de contrato, ela foi arrendada ao senhor Machado e Silva, que se tornou o responsável por sua publicação e o único autorizado a utilizar o título durante a vigência do contrato<sup>187</sup>. Pela ausência da edição de nº. 42 de janeiro de 1944, não podemos nada dizer sobre os motivos que levaram a essa mudança na direção de *Sintonia* e o que ocorreu com Rigoberto Costa, nem tampouco sobre a mudança que ocorre na própria estrutura da revista, que deixa de ter o formato de uma revista, tem seu tamanho aumentado, parecendo mais com um jornal.

---

<sup>187</sup> Revista *Sintonia* nº. 44/45, Manaus, março/abril de 1944.

Essa mudança, para nós, é a mais importante, no que concerne à possível representação de *Sintonia* enquanto revista classista, na medida em que representa a perda da identificação da revista com a classe dos telegrafistas. Se em outubro de 1939, seu proprietário tinha a intenção de tornar *Sintonia* um órgão classista, aos poucos essa identificação é perdida, culminado no processo de arrendá-la a terceiros.

Sobre a segunda fase da revista, já na década de 1950, segundo consta no seu editorial de apresentação, ela se tornou possível graças ao empenho de Rigoberto Costa “que envidara para retornar a lume” o magazine<sup>188</sup>; contudo, ele não pôde vislumbrar a sua circulação, uma vez que faleceu em 31 de agosto de 1950<sup>189</sup>.

No primeiro exemplar dessa nova fase de *Sintonia*, ela se apresenta como se estivesse no seu 4º ano de publicação, pois a edição é exposta como sendo a primeira. Contudo, no segundo número, o de dezembro, é exposta na capa a numeração da revista como se fosse a edição de nº. 43, e sendo o seu 5º ano de publicação. Ou seja, com isso a direção da *Sintonia* quer deixar claro que essa sua fase é a continuação da primeira, mais precisamente a continuação da tiragem de dezembro de 1943, aquela de edição de nº. 41, que tinha o formato tradicional de uma revista.

*Sintonia*, nessa sua segunda fase, vai reaparecer em um momento no qual Álvaro Maia está prestes a reassumir o governo do Estado e Vargas, agora por meios legais, a presidência do Brasil. A nova *Sintonia* retoma a prática da velha, só que agora sem censura ou imposição do Estado. Durante toda a nova vigência da revista, os artigos e reportagens fervorosos e favoráveis a Álvaro Maia e Vargas, mais principalmente ao primeiro, são constantes.

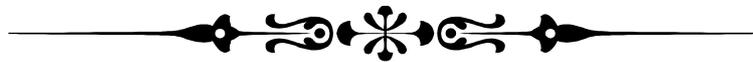
---

<sup>188</sup> Revista Sintonia, nº. 01 p. 02, Manaus, novembro de 1950.

<sup>189</sup> Revista Sintonia, nº. 01 p. 04, Manaus, novembro de 1950.

## **CAPÍTULO II**

**RELAÇÕES DE FORÇA: A ATUAÇÃO DO “JORNAL DO  
COMMERCIO”, DE “O JORNAL” E DA “REVISTA  
SINTONIA” DURANTE O ESTADO NOVO.**



## Capítulo II

### **RELAÇÕES DE FORÇA: A ATUAÇÃO DO “JORNAL DO COMMERCIO”, DE “O JORNAL” E DA “REVISTA SINTONIA” DURANTE O ESTADO NOVO.**

Em uma madrugada, provavelmente compreendida entre os dias 12 e 17 do mês de novembro de 1938, quando grande parte da população de Manaus estava recolhida em seus lares e quando eram impressas para circular pela manhã as edições diárias dos dois maiores periódicos do Amazonas (*O Jornal do Commercio* e *O Jornal*), o jornal clandestino “A Gazeta da Madrugada”, para fazer algumas denúncias, vinha novamente a público, sendo deixado na porta de diversos moradores da cidade.

Infelizmente não sabemos praticamente todo o conteúdo dessa edição, tampouco o formato desse jornal e se ele era fruto de uma produção moderna ou artesanal. Na verdade, sabemos apenas de sua existência pelo fato de ter sido ele citado uma única vez, por um dos diários da capital amazonense (o “O Jornal”), que em suas páginas contesta uma dessas denúncias.

A referida denúncia da *Gazeta da Madrugada*, que *O Jornal* viera contestar, estava relacionada com o desabamento de um muro na Leonardo Malcher, na madrugada do dia 11 de novembro de 1938, que resultou na morte de três menores<sup>190</sup>. Segundo a denúncia, o comerciante Albino Pereira da Silva, mandante da construção do muro que desabou não fora habilitado pelo município para esse empreendimento. A acusação alegava, ainda, que teria sido usado pouco cimento na sua edificação.

Devido a essa acusação da *Gazeta*, *O Jornal* sai em defesa do comerciante, procurando isentá-lo de qualquer responsabilidade, o que faz em consonância com a desqualificação do periódico clandestino:

---

<sup>190</sup> Desde o início da noite do dia 10, teria ocorrido em Manaus um grande temporal. A tempestade adentrara a madrugada do dia 11 e, aproximadamente lá pelas quatro horas e meia da manhã, na Avenida Leonardo Malcher, no trecho compreendido entre as ruas Ferreira Penna e Tapajós, um muro que estava em construção veio abaixo, desabando em cima de uma pequena casa de madeira, localizada em uma depressão, onde moravam oito pessoas. Nesse acidente morreram três crianças, Elza da Costa Pereira de 13 anos, Ignez de Oliveira Braga de 06 anos e Paulo Ramalho Júnior de 04 anos de idade. Cf. *O Jornal do Commercio*, nº. 11639, Manaus, 12 de Novembro de 1938, e *O Jornal*, nº. 2505, Manaus, 12 de novembro de 1938.

Em uma de suas peçonhentas edições clandestina desse mez, a gazeta da madrugada, que aparece nas sombras propicias à immundice, quando os caminhões da limpeza pública estão carregando o lixo da cidade, com este misturando a sua fedentina e podridão, trouxe para gaudio dos raros leitores sonolentos que a manuseiam, uma noticia mentirosa e covarde como todas as outras, tão mentirosa e tão covarde, tão falsa e tão pusilânime, como o paria de todas as misérias que a rabiscou, alcovitando velhos ódios políticos, no exercício do lenocínio jornalístico que sempre constituiu o melhor elemento arquivístico de seu mercado gorduroso e indigesto.

Tratava a informação inverídica e tortuosa do lamentável desabamento ocorrido à rua Leonardo Malcher no dia 11 e em conseqüência do qual pereceram três infelizes menores, procurando atirar a responsabilidade do caso fatal sobre o sr. Albino Pereira da Silva...<sup>191</sup>

A notícia, ou melhor, a réplica, é mais extensa; entretanto, para o presente fim, o seu primeiro parágrafo e parte do segundo são suficientes, permitindo-nos a chegar a algumas conclusões e inferir outras.

Podemos visualizar que fazia algum tempo que *A Gazeta da Madrugada* vinha circulando, mas não podemos afirmar desde quando e se sua circulação continuou. Também podemos concluir que era de praxe, por parte desse periódico, a efetivação de denúncias. Não há dúvida, também, que tais denúncias incomodavam determinados setores da elite local, tendo inclusive obrigado *O Jornal* a vir a público e tomar um posicionamento cáustico em relação *A Gazeta*.

O que mais esse jornal denunciava? Será que em alguns momentos denunciara a situação política nacional e estadual, ou seja, a vigência de um Estado autoritário que cerceava os direitos e liberdades, como os da imprensa, impondo ao cargo de governador do Amazonas uma pessoa designada por ele?

Como sabemos, no período que a citada edição da *A Gazeta da Madrugada* veio a público, está em vigência o Estado Novo, governo esse, cuja Constituição, através do artigo 122, fez com que a imprensa exercesse uma função de caráter público, tentando torná-la um veículo oficial dos princípios ideológicos do regime. Dessa maneira, desenvolveu e criou, como vimos, instrumentos – como o DIP e DEIPs – que fiscalizassem, controlassem e censurassem esses meios de comunicação com a intenção de bloquear

---

<sup>191</sup> O Jornal, nº. 2511, Manaus, 19 de novembro de 1938. Grifo Meu.

qualquer tipo de contrapropaganda, além de tentar facilitar a ocorrência de uma dominação política<sup>192</sup>.

Pelo fato de *A Gazeta* encaminhar-se pela clandestinidade, atuando por fora da legalidade que a lei pregava – e como critica *O Jornal*, afirmando que ela sempre trazia notícias mentirosas e covardes –, vislumbramos a possibilidade de uma voz destoante que criticasse e denunciasse figuras públicas e o próprio governo, neste período de cerceamento e autoritarismo. Mas devido à impossibilidade de termos em mãos as edições e outras referências acerca do jornal clandestino, podemos apenas conjecturar.

Contudo, essa constatação, em hipótese alguma, deve nos direcionar a adoção de uma conclusão equivocada; a de supor que, os outros periódicos amazonenses, notadamente aqueles que durante o período de vigência do Estado Novo trilharam pela legalidade, detendo a autorização de atuar – uma vez que foram autorizados pelos instrumentos controladores e censores do governo –, caminhassem unicamente pelos ditames das leis estadonovistas. E assim, portanto, tenham se tornado meios passivos que veiculavam as mensagens e os princípios ideológicos estadonovistas sem manifestar a mínima oposição, desconforto ou descontentamento.

Uma possível assertiva que se direcione nessa perspectiva, se não condiz com a realidade vivida por grande parte da imprensa periódica amazonense do período estadonovista, pelo menos, não corresponde à realidade de parte dos principais periódicos analisados, minuciosamente, Nesta Dissertação.

---

<sup>192</sup> Segundo a historiadora Silvana Goulart, existem alguns tipos de censuras às mensagens emitidas pelos meios de comunicação. Primeiramente temos àquelas de nível básico, executada pela própria empresa, uma vez que está ligada a grupos empresariais e políticos; a outra ocorre em um segundo nível, que é exercida por meios de grupos de pressão e por instituições, como a igreja; por fim temos aquelas que têm relação com a própria visão de mundo dos intelectuais, que atuam em suas produções constituindo um filtro de censura. Para essa historiadora, todos esses tipos de censura são visto na atuação do DIP, contudo ela foi essencialmente política, que ia de encontro à liberdade de expressão dos segmentos sociais dominantes, que detinham os meios de comunicação de massas. Para ela, o governo vislumbrava a necessidade da censura política aos meios de comunicação, uma vez que na falta “de uma estrutura que centralizasse o debate político, como um parlamento, os meios de comunicação tendiam a atuar como instrumentos de pressão. Expressavam, por exemplo, o descontentamento de grupos econômicos com a política governamental ou os interesses contrariados pela perspectiva continuista do governo estadonovista. Desse modo, a atuação dos meios de comunicação, nesse período, foi vista como possível desestabilizadora do governo. Contra essa tendência, agiu a censura do departamento, preocupada também em impedir que aspectos polêmicos da realidade fossem debatidos, solapando, assim, o apoio de outras camadas da população ao projeto do governo”. Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 121-22.

Como comentamos anteriormente, temos que perceber que a eficiência da censura não pode ser medida, *apenas*, analisando a sua atuação a nível formal, através de ditames emitidos pelos órgãos controladores e censores. Assim sendo, devemos atentar para a atuação cotidiana dos meios de comunicação, para percebermos as maneiras pelas quais eles atuaram nos instantes de controles e censuras impostos pelos instrumentos oficiais.

Em relação aos meios de comunicação do Estado do Amazonas, especificamente no caso da imprensa escrita, devemos atentar para o fato de que aqui houve uma demora considerável para a implementação e criação de instrumentos centralizados, representantes dos aparatos controladores e censores do governo central – no caso específico do DIP.

No Amazonas, visualizaremos a atuação do DEIP, somente a partir do final de março 1943. Até essa data, as várias tarefas que o DEIP centralizaria, eram realizadas por vários órgãos estaduais, que em muitos casos, no que concerne à censura, não atuaram com eficiência, como demonstra a análise dos periódicos. Isso fez, sem sombras de dúvidas – e o material coletado e analisado permite-nos afirmar – que a imprensa local agisse, até esse período, com uma relativa liberdade.

Segundo, há várias maneiras de se tomar um posicionamento crítico, de se demonstrar certa resistência perante a ordem vigente. Entre elas podemos elencar: a crítica velada, na medida em que são utilizados subterfúgios que demonstram a discordância do censurado em relação ao censor; o silêncio, na medida em que um acontecimento de importância para o governo deixa de ser noticiado por determinado jornal, e quando o é, passar a ser noticiado de maneira simples, não tendo destaque.

Nesse capítulo é exposta a relação entre o Estado Novo e a imprensa amazonense, representada pelos periódicos selecionados. Nessa perspectiva, procuramos demonstrar as resistências e críticas da imprensa local ao regime.

Nossas análises se direcionaram à investigação minuciosa, como já foi referenciado no capítulo anterior, de três grandes periódicos amazonenses desse período. Em nossas análises, constatamos atuações de periódicos que, de alguma forma procuraram, em determinadas circunstâncias, resistir à imposição do regime. Contudo, houve parte da imprensa, que agiu, seguindo os ditames do Estado Novo. Como exemplo desse tipo de imprensa, temos a *Revista Sintonia*.

## 2.1 – Em sintonia com o regime.

A Constituição brasileira de 1937, através do parágrafo 14º do artigo 122, garantiu o direito de brasileiros e estrangeiros à propriedade privada, podendo haver sua desapropriação em caso de necessidade ou utilidade pública, por parte do Estado<sup>193</sup>. Nessa perspectiva, esse parágrafo, garantiu à grande imprensa, esta enquanto empresa privada, o direito de autonomia.

O Estado Novo delegando, constitucionalmente, “à imprensa um tratamento de entidade autônoma”<sup>194</sup>, na medida em que, o controle dos meios de comunicação ficaria a cargo dos seus proprietários, pareceria que estava entrando em contradição, com suas atuações que marcaram seu relacionamento com a imprensa brasileira nos quase oito anos de sua vigência. Como bem sabemos, esse regime tentou monopolizar os meios de comunicação, com a intenção de utilizá-los, para veicularem seus princípios ideológicos e impossibilitar uma contrapropaganda.

Porém, ao mesmo tempo em que ele tratou a imprensa, enquanto uma entidade autônoma, ele procurou legislar sobre a sua atuação, ou seja, a autonomia da imprensa teve um limite, na medida em que, no parágrafo 15º do referido artigo da Constituição de 1937, designou-se à imprensa um caráter de função pública. Com base nesse parágrafo, o regime tentará impor a ela um determinado controle. Por que não se estabeleceu, na Constituição, o controle sobre os meios de comunicação, principalmente à imprensa, de forma autocrática?

De maneira simples, podemos vislumbrar a existência, de no mínimo dois fatores, que impediram por parte do governo, o “monopólio absoluto”, dos meios de comunicação. Primeiramente, seria necessária a estatização desses órgãos; contudo o Estado Novo não teve como característica a estatização de empresas privadas, na medida em que isso geraria um descontentamento das elites econômicas brasileiras que, sem sombras de dúvidas, viriam nessa atitude uma ameaça às suas propriedades e posição enquanto classe social. É por isso que a Constituição de 1937 garante o direito dessa elite à propriedade privada, garantindo assim, em muitos casos, o apoio dessas elites a Vargas.

---

<sup>193</sup> Parágrafo 14º do artigo 122 da Constituição Brasileira de 1937. Cf. O Jornal, nº. 2189, Manaus, 16 de novembro de 1937.

<sup>194</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 47.

Soma-se a isso o fato de que seria trabalhoso para o governo a administração de centenas de empresas jornalísticas, sendo mais fácil a criação de um número reduzido de órgãos oficiais e o fechamento da grande maioria de outros periódicos. Porém, essa atitude resultaria no desemprego de milhares de pessoas, o que causaria descontentamento dos trabalhadores desses setores.

Os governistas tiveram que se adequar a essa realidade. A adequação foi encontrar um meio termo, um equilíbrio, para não permitir que a imprensa, que tinha duas características incompatíveis, como reconhecia Francisco Campos – era ao mesmo tempo instrumento formador de opinião pública e empresa privada e comercial –, fosse usada a bel-prazer pelo interesse privado. Sendo a imprensa uma formadora de opinião, ela deveria ser uma aliada do governo<sup>195</sup>.

Francisco Campos, segundo a historiadora Silva Goulart, acreditava que o fenômeno da propaganda foi, em parte, o responsável pela crise do sistema representativo e liberal, pois o Parlamento perdera sua importância de atuação, como órgão representativo, na medida em que os instrumentos modernos de propaganda influenciavam a opinião pública. Assim, como acredita Goulart, para evitar o exagero dos regimes totalitários e a negligência dos liberais – acrescenta-se aí a adequação à flexibilidade ideológica do regime –, “Francisco Campos acreditava na opção pelo equilíbrio, conceituando a imprensa na Constituição como agência pública ou poder público”<sup>196</sup>.

Acreditamos que, devido a esses fatores, a Constituição estadonovista não estabeleceu sobre a imprensa um controle de caráter autocrático, “optando” por legislar sobre seu funcionamento, impondo limites à sua atuação, ou seja, a censura prévia. Assim para que *de fato*, o Estado Novo obtivesse *o monopólio sobre a imprensa*, para que, *de fato*, ela se tornasse um *veículo oficial* dos princípios ideológicos do Estado, esse regime arquitetou várias alternativas. Várias relações de forças foram postas em prática, para utilizar a imprensa com essa finalidade.

Assim sendo, essas várias alternativas podem, grosso modo, ser classificadas em dois grupos. O primeiro tem um caráter oficial (de imposição através de ditames): temos a nível constitucional, a criação de leis que limitavam a atuação desses meios de

---

<sup>195</sup> Cf. Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.58- 59.

<sup>196</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 59.

comunicação, principalmente no caso da imprensa, imprimindo-a uma função de caráter público, na qual ela não poderia recusar a inserção de comunicados do governo<sup>197</sup>; visualizamos, também, a criação de instrumentos que exerceriam o controle e censura à imprensa, o DIP e os DEIPs; ainda, vemos o controle do Estado ao abastecimento de papéis e outras matérias-primas essenciais às empresas editoriais e jornalísticas, na medida em que os papéis eram todos importados, podendo apenas ser retirados das alfândegas mediante a sua autorização.

O segundo grupo de alternativas visava complementar o primeiro, tendo ele um caráter oficioso, informal (de conchavo): foi muito comum, nesse período, o Estado Novo dá regalias a periódicos que com ele compactuassem, esses periódicos ganhavam cotas de papel e teriam isenções das taxas alfandegárias ao comprarem essa matéria-prima; em alguns casos, o auxílio vinha através de dinheiro, transformando as colunas dos órgãos da imprensa em balcões de comércio.

Sobre esses segundo tipo de práticas, trabalhos como o da historiadora Sheila do Nascimento Garcia nos apontam para sua existência e banalidade durante o Estado Novo<sup>198</sup>. Em sua análise, sobre a atuação nesse período da revista carioca de humor *Careta*, essa historiadora mostra-nos as denúncias feitas pela revista, sobre uma parte da imprensa que se “vendia” ao regime, tornando-se órgãos de legitimação da ordem. Em muitos momentos, como nos mostra Garcia, a revista se utilizou do humor e da pilhéria para criticar a realidade. Como exemplo, em um de seus editoriais, *Careta* apresenta os supostos valores cobrados pelos jornais, por cada um dos adjetivos que caracterizavam determinadas pessoas do governo, principalmente Vargas:

A tabela de preços que abaixo damos é a que está em vigor: ilustre, excelentíssimo, popular, operoso, generoso, disciplinador, ativo e ardoroso valem cada, e por vez, 20\$000. Eminente, preclaro, enérgico, notável, clarividente, previdente e brilhante são pagos a razão de 50\$000. Fecundo, elevado, arguto,

<sup>197</sup> Esses ditames sobre a atuação da imprensa, são encontrados no parágrafo 15º do artigo 122 da Constituição Brasileira de 1937. Cf. O Jornal, nº. 2189, Manaus, 16 de novembro de 1937.

<sup>198</sup> Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Careta': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005. A historiadora Silvana Goulart, ao falar da propaganda estadonovista na imprensa paulista cita essa prática, ver Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 106-107. Ver também: LUCA, Tânia Regina de. A grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2008. p 171-172; Maria Helena CAPELATO. Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo. 1998, p.75.

digno e imperterrito são cobrados a 100\$000. Prodigioso e competente valem 200\$000. Salvador e íntegro 500\$000. Patriótico, honrado e estadista 1:000\$000<sup>199</sup>.

No que concerne à relação do Estado Novo com a imprensa amazonense, esses dois tipos de práticas – o de caráter oficial e de caráter oficioso –, são perceptíveis, sendo que o primeiro tipo atingiu diretamente o *Jornal do Commercio* e *O Jornal* – contudo não negamos a possibilidade de que o segundo tipo de prática, também, estivesse presente, nesses periódicos, principalmente no JC, quando ele foi vendido para a Cadeia dos “Diários Associados”. Já o segundo tipo de prática esteve intimamente ligado à atuação da *Revista Sintonia*.

Como expusemos no primeiro capítulo, defendemos a hipótese de que a *Revista Sintonia* não era um órgão associado à classe sob o formato de sindicato, dos telegrafistas do Amazonas. Porém, acreditamos que a sua criação, por parte do seu proprietário (Rigoberto Costa), tinha inicialmente uma intenção de tal relacionamento, sendo ele mesmo um profissional dessa área.

Contudo, vislumbramos a possibilidade dele não ter tido o apoio, por parte da classe dos telegrafistas, que inicialmente almejava. E isso diz respeito inclusive ao capital necessário para levar o empreendimento da revista – o sonho de Rigoberto – à frente<sup>200</sup>.

A ausência de capital, necessário para a periodicidade de *Sintonia*, refletiu na dificuldade dessa revista em obter papel para a sua confecção. Nos oito meses que se seguiram ao lançamento do seu primeiro número, em outubro de 1939, apenas três edições vieram à tona. Contudo, no seu quinto número, em julho de 1940, em uma nota Editorial, seus dirigentes se comprometem em tornar periódica a revista, garantindo que ela viria a público no fim de cada mês. Eles chegam, até mesmo, a cogitar a possibilidade de sua circulação ser quinzenal ou semanal<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup> Careta, p.19, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1938. Apud, Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista ‘Careta’: Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005, p. 128.

<sup>200</sup> Provavelmente, a Revista Sintonia durante seus cinco anos de circulação, nunca dispôs de maquinário próprio para a sua confecção, contratando serviços de terceiros para esse fim. Isso ajuda entender a facilidade com, seu setor administrativo, mudou quatro vezes, nesse período. Sua administração iniciou na Rua Duque de Caxias, passando a partir do 6º. número para a Avenida Sete de Setembro, a partir do 8º. deslocou-se para a Rua Joaquim Sarmento e a partir de fevereiro de 1944, foi para Rua Guilherme Moreira.

<sup>201</sup> Revista Sintonia, nº. 05, p. 12, Manaus, julho de 1940.

Mas o que teria ocorrido para tamanha guinada? Por que os administradores de *Sintonia* mostravam-se tão otimistas com o futuro da revista? Para responder a esses questionamentos, não titubeamos em afirmar que *Sintonia* foi cooptada pelo Estado Novo e passou a ter as benesses dadas aos órgãos de imprensa que tiveram sua atuação atrelada aos ditames do regime.

A resposta dada acima a esses questionamentos, está no terreno das possibilidades; contudo, é possível tirar-se conclusões lógicas nesse campo. Conclusões baseadas nas análises dos conteúdos, explícitos e implícitos nas páginas de *Sintonia*.

Como afirmamos, Rigoberto Costa tinha, inicialmente, a intenção de tornar sua revista o órgão representante de sua classe; porém, as dificuldades advindas para a manutenção da existência de *Sintonia* fizeram com que ele tomasse determinadas atitudes para que sua “empresa” continuasse a existir. Assim sendo, ele procurou auxílio, juntamente ao presidente Getúlio Vargas. Mais uma vez repetindo, é possível tirar conclusões lógicas no campo das possibilidades.

Acreditamos que o auxílio pedido a Vargas, para que Rigoberto Costa pudesse manter *Sintonia*, deu-se no período de aniversário daquele, em abril de 1940. Segundo nota encontrada na revista, no período do aniversário de Vargas, Rigoberto Costa, em nome de “Sintonia a Revista dos Telegrafistas”, mandara ao presidente um telegrama de felicitações pela data natalícia. Tempos depois, o chefe da Nação enviou ao diretor de *Sintonia* um outro telegrama de agradecimento:

O chefe da Nação endereçou ao nosso diretor, um expressivo cartão, cujos termos nos deixaram sobremodo sensibilizados e bem revelara *a maneira lhana e cordial que caracterizam todos os gestos do grande presidente, além da estreita relação que o supremo chefe procura manter não só com os homens de imprensa senão com todos os cidadãos que sabem compreender a grandeza de sua obra reconstrutora da nossa nacionalidade*<sup>202</sup>.

Infelizmente, não pudemos analisar o conteúdo do telegrama de Vargas a Rigoberto; porém, essa nota que é o resumo interpretativo do telegrama, dá-nos uma direção. Ora, acreditamos que a estreita relação que Vargas mantinha com qualquer instituição, meio de comunicação ou pessoas, que “compreendessem” o seu esforço para

---

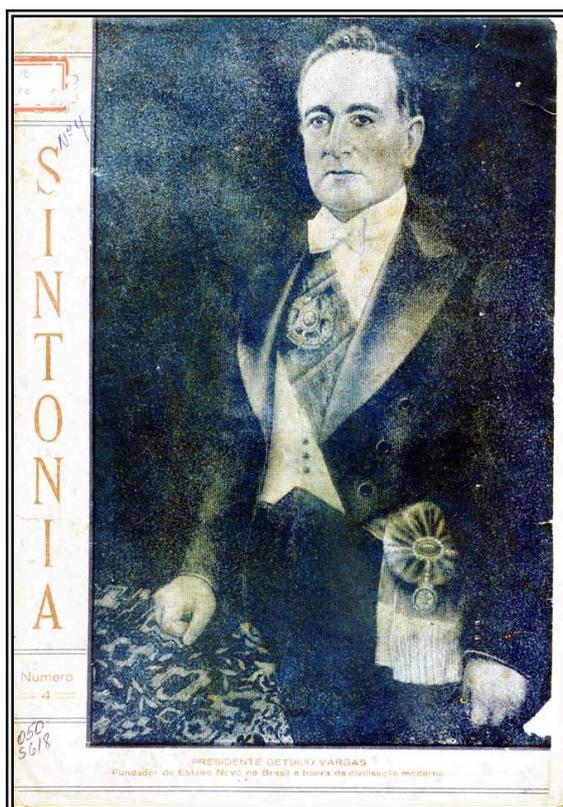
<sup>202</sup> Revista Sintonia, nº. 04, p. 14, Manaus, junho de 1940. Grifo meu. Nessa mesma página encontra-se, o telegrama enviado a Vargas.

a construção da nacionalidade, tinha relação com a maneira pela qual esses seguimentos aceitavam os princípios ideológicos do Estado Novo.

Dessa maneira, *Sintonia*, para receber daí para frente, os gestos cordiais e lhanos do presidente e manter uma relação estreita com ele – entenda-se receber regalias –, teria que compreender – entenda-se participar – a grande obra construtora da nacionalidade brasileira, ou seja, teria que se tornar um veículo oficial dos conteúdos ideológicos da ditadura varguista.

A partir desse momento, a relação de *Sintonia* com o regime seria de total colaboração. Como exemplo, nos três primeiros números dessa revista, a imagem de Vargas não aparecera nenhuma vez, e referências a ele, foram escassas<sup>203</sup>. Contudo, já no quarto número da revista – após o contato com o “Chefe da Nação” –, a capa dessa edição traz uma imagem do presidente (figura 06).

**FIGURA 06**  
**REVISTA SINTONIA<sup>204</sup>**



Fonte: Revista Sintonia, nº. 4. Manaus, junho de 1940.

<sup>203</sup> Nos três primeiros números de *Sintonia*, identifiquei apenas duas referências a Vargas. A Primeira ocorre em uma nota sobre a comemoração do 07 de setembro, na qual ele não ganha destaque. *Revista Sintonia*, nº. 01, p. 14, Manaus, outubro de 1939. A outra é uma pequena nota que fala da clarividência do presidente, mas não é citado o seu nome. *Revista Sintonia*, nº. 03, p. 17, Manaus, março de 1940.

<sup>204</sup> Está escrito embaixo da foto: “Presidente Getúlio Vargas Fundador do Estado Novo no Brasil a honra da civilização moderna”.

Essa situação colaboracionista de *Sintonia* com o Estado Novo pareceu agradar, e muito, a esse periódico. Em vários momentos, ele deliberadamente quis passar a idéia de estar próxima ao regime e que tinha a proteção deste. Isto não é visto apenas no conteúdo ideológico que ela começou a propagandear; é visto, também, nas atitudes que ela tomava quando o regime lhe fazia algumas concessões.

Quando o Conselho Nacional de Imprensa (CNI) concedeu o registro da revista, ou seja, legalizou sua existência, ela expôs a notícia em suas páginas<sup>205</sup>. Expôs, também, na capa da edição de nº. 14, o número do seu registro, no DIP<sup>206</sup>. Mas, o mais marcante foi noticiar, em suas páginas, que o Diretor do DIP tinha baixado ordem para a Alfândega de Manaus autorizar a retirada de papel com isenção de impostos, para o ano de 1943, assim como fora para o ano de 1942<sup>207</sup>.

Nas páginas de *Sintonia*, mesmo quando ela passa para a direção de Machado e Silva, a defesa de Vargas e do Estado Novo, será apaixonada. Ela veicula a idéia de que o Estado Novo levará o Brasil a uma finalidade única que é o progresso, futuro esse que só será possível através da liderança de Getúlio Vargas, o homem que salvou o Brasil.

Durante sua vigência, nessa sua primeira fase (1939-1944), sua colaboração com o regime Vargas será intensa. Em nenhum momento se percebe qualquer tipo de resistência para com o regime. Ao contrário, *Sintonia*, após sua “cooptação”, pode ser tomada como um exemplo clássico de um tipo de imprensa “oficiosa”, ou melhor, de uma imprensa privada que exerceu a verdadeira função de caráter público, almejada pelo Estado Novo, tornando-se um veículo oficial dos princípios ideológicos e das representações estadonovistas<sup>208</sup>.

Assim sendo, devido às relações intensas que ela manteve com esse regime, não seria exagero em afirmar que sua história, nesse período, se confunde em parte com a história do Estado Novo no Amazonas. Assim sendo, a Revista *Sintonia* é uma fonte histórica de extrema importância para análise desse momento, principalmente no que concerne à utilização da imprensa, como veículo das mensagens e representações do regime.

---

<sup>205</sup> Revista *Sintonia*, nº. 09, p. 10, Manaus, novembro de 1940.

<sup>206</sup> Revista *Sintonia*, nº. 14, capa, Manaus, maio de 1941.

<sup>207</sup> Revista *Sintonia*, nº. 32, p. 03, Manaus, janeiro de 1943.

<sup>208</sup> No terceiro capítulo será analisado, de maneira detalhada, os conteúdos ideológicos e as representações estadonovista, que a Revista *Sintonia* e os outros dois periódicos analisados na dissertação, veicularam no Amazonas, para que ocorresse a legitimação do Estado Novo, e este viesse a realizar suas metas.

## 2. 2 – As três faces do Jornal do Commercio durante o Estado Novo.

Analisando a trajetória do JC, desde o seu aparecimento na seara jornalística baré em 1904, percebe-se que ele sempre fora um periódico que atuou nas esferas políticas, econômicas e sociais do Estado do Amazonas, sendo um grande formador de opinião. Contudo, como demonstramos no capítulo anterior, a partir do Movimento de 1930, suas análises, principalmente no que concernia a uma posição contrária aos aspectos políticos do Amazonas e do Brasil, tornam-se quase nulas.

O silêncio do JC, sobre esse assunto, tornou-se uma constante nos sete primeiros anos da década de 1930. Atitude essa que representou um posicionamento crítico e de resistência, desse periódico, aos grupos que desde o Movimento de 30 se instalaram no poder. Como sabemos, o JC fazia parte dos grupos que foram deslocados da cena política. Ele não iria compactuar com a nova ordem e, não podendo, de certa forma criticá-la abertamente, na medida em que poderia sofrer represálias, sua opção foi a de ser manter indiferente.

Porém, a partir de 10 de novembro de 1937, a situação política toma outra direção; a imprensa teria que “compactuar” com o regime, na medida em que, constitucionalmente, os jornais não poderiam recusar a inserção de comunicados do governo.

Dessa data até outubro de 1945, o JC terá diante do regime três atuações distintas, três formas (faces) de encarar a ditadura varguista. A primeira face do JC, que se estende de novembro de 1937 a janeiro de 1943, é de silêncio, com um ar de quase indiferença, mostrando, dessa forma, uma oposição e resistência a um governo com o qual não comungava. Entretanto, quando obrigado a falar, ele inventou e reinventou, mesmo que minimamente, táticas para ludibriar a censura, e criticar de maneira velada o regime.

A sua segunda face, que se estende de fevereiro de 1943 a janeiro de 1945, é sorridente, acolhedora, de cumplicidade com o regime. Por fim, sua última face, que se estende de fevereiro até depois da queda do regime, é rancorosa, de protesto. Nesse seu último estado de “sentimento”, as críticas são primeiramente dirigidas ao Estado Novo, e quando elas são direcionadas a Vargas, são reticentes; porém, a partir de junho as críticas ao presidente não recorrem a nenhum subterfúgio.

Começamos então, a analisar, a primeira face/fase do JC. Como falamos anteriormente, a Constituição de 1937 não foi autocrática em relação à utilização, por parte do regime, dos meios de comunicação. Por mais que existisse uma censura prévia a esses meios, eles tinham certa autonomia, que se estendia até os limites em que suas atuações não agredissem o regime. Quando necessário, eles deveriam inserir comunicados do governo, que eram enviados, principalmente em datas comemorativas, ou quando ocorria um ato de grande relevância, realizado pelo regime.

Devido a essa “autonomia”, o JC, no período que se estende de novembro de 1937 a janeiro de 1943 – período de sua primeira face durante o Estado Novo –, procurou, como forma de resistência, manter-se em silêncio; a “indiferença” foi sua característica.

Entretanto, ele não poderia recusar-se à inserção de comunicados oficiais em suas páginas. E, nesses momentos, é possível ver a atuação do regime, na medida em que através da coerção, o JC veicula mensagens e representações que exaltavam o Estado Novo e seu fundador, afirmando que somente Vargas, devido à sua inteligência e mentalidade superior, teria a força necessária - força ciclópica – para a construção de um Brasil Novo (Estado Novo). O exemplo a seguir exemplifica essa relação:

Registra-se hoje a data natalícia do SR. DR. Getúlio Vargas, eminente chefe do governo da Nação.

Essa efemeride, pelo conjunto das circunstancias imperativas que transformaram social e politicamente o paiz, revelando, *na sua bravura moral e na pujança de sua mentalidade superior, o homem capaz da tarefa cyclopica de construir um Brasil Novo na plena consciencia dos seus destinos* – exclui-se do quadro *dos factos communs e banaes, apenas celebrados na hymnologia dos aulicos e nas tiradas laudatorias dos orgãos officiosos*, para increver-se, com alto e claro sentimento de justiça, no primeiro lugar *dos catalogos das solemnidades nacionaes, recebendo por isso da collectividade brasileira a referencia de um verdadeiro culto*.

(....)

*Sobre tão rijos pilares é que se levanta a pouco e pouco, a majestosa e imponente constuctura do regime instituído em novembro de 1937, e norteado desde ahi pelo pulso viril e pelo cérebro poderoso do presidente Getúlio Vargas, que alli a tão exelsos dotes uma prova da intrepidez pessoal, de cujo os episódios vai a gente brasileira, entusiasta dos animos destemerosos, tecendo um dos bellos florões que enxornam a personalidade do inclito cidadão.*

(....)

*O JORNAL DO COMMERCIO*, congratulando-se com a população de nossa terra e partilhando de suas legítimas alegrias, *sauda respeitosamente o preclerissimo chefe do Governo Nacional*<sup>209</sup>.

<sup>209</sup> Jornal do Commercio, nº. 12078, Manaus, 19 de abril de 1940. Grifo meu.

Essa citação, para exemplificar as mensagens estadonovistas impostas ao JC – e a imprensa de uma forma geral –, para que ele as veiculasse, não foi por nós escolhida por acaso; ela traz dois pontos interessantes. Primeiramente, se identifica na mensagem a intenção da propaganda estadonovista em fazer com que as ações e obras de Vargas tivessem um alcance nacional, devendo ser cultuadas por toda a coletividade brasileira. Por esse prisma, o próprio regime afirma a necessidade da construção mítica da figura e ações de Getúlio Vargas, ratificando, implicitamente na citação, que os órgãos oficiais não são os melhores instrumentos para tal fim. Não precisamos elencar, quais seriam os instrumentos apropriados.

O outro ponto diz respeito à atuação e táticas dos órgãos censores para com a imprensa. O último parágrafo, no qual se vê o JC saudando o presidente, não é fruto da escrita dos seus diretores ou redatores, mas sim obra da censura. Como se mostrará mais a frente, foi uma prática da censura estadonovista inserir em periódicos matérias favoráveis ao regime e ao presidente, para que elas passassem à idéia de serem obras dos próprios veículos de comunicação; ou seja, os órgãos censores produziam matérias que deveriam ser publicadas sob forma ficcional de editoriais dos próprios periódicos.

Contudo, nesse período, o silêncio não foi a única tática de resistência do JC; apesar de *mínimas*, existiram outras. Como exemplo, temos as notas comemorativas da data de Proclamação da República.

Na nota comemorativa do dia 15 de novembro de 1938, há a afirmação de que, a República é fruto do trabalho de “Deodoro, o fundador e Floriano, o consolidador”, e ao lado desses heróis nacionais é posto a figura de Vargas, este que seria “sem dúvida, o evangelizador do regime [da República] que ele restaurou sobre sadios moldes”<sup>210</sup>. Nessa nota percebe-se a intenção de comparar o Estado Novo a um sistema republicano, concedendo a Vargas o mérito de dar um encadeamento harmonioso à obra “imorredoura” desses patriarcas<sup>211</sup>. Porém, nos anos que se seguem, outras notas comemorativas do dia da “Proclamação da República”<sup>212</sup>, além de não relacionarem

---

<sup>210</sup> Jornal do Commercio, nº. 11641, Manaus, 15 de novembro de 1938.

<sup>211</sup> No terceiro capítulo será discutida a intenção, por parte da propaganda varguista, em comparar a Ditadura, a um sistema democrático.

<sup>212</sup> Algumas edições do JC não estão completas, como exemplo, vemos a ausência dos números de novembro de 1939 e 1942.

Vargas e seu governo a esse sistema político e a essa data cívica, contêm críticas veladas ao Estado Novo. Vejamos a nota de novembro de 1940:

*A república de facto, constitui em todos os tempos o supremo ideal dos brasileiros, que sempre demonstraram vivos pendores pelas ideias liberais, na sua verdadeira compreensão. Isto porque os nossos maiores, viam nos ideais republicano a perspectiva de uma nova era, capaz de fazer a grandeza da pátria, por meio do trabalho de todos, da instrução do povo e do respeito à justiça, à liberdade e ao direito, trilogia sob cuja égide, mercê de Deus, hemos vivido durante o nosso período de povo independente<sup>213</sup>.*

Por mais que, na conclusão dessa nota, o JC diga ao seu leitor que, mesmo ufanando o passado, ele não deveria desmerecer o presente, pois este está repleto de realizações, devendo ainda, acreditar no futuro, na medida em que ele se apresenta promissor<sup>214</sup>, acreditamos que essa foi uma tática usada para burlar a censura e trazer à tona sua opinião.

A citação, como percebemos, traz idéias que divergem das pregadas pelo regime. Ao afirmar que os brasileiros sempre apresentaram uma propensão às idéias liberais, *mas no seu verdadeiro sentido*, o JC faz uma crítica à idéia deturpada de democracia e república que o Estado Novo propugnava e veiculava. Ao dizer que a justiça, a liberdade e o direito, são presentes de Deus, o periódico quer afirmar que são atribuições inerentes ao ser humano e não dependem de sistema político ou governante para que elas venham atuar. A crítica é direcionada à ausência dessas primazias, postas de lado no/pelo Estado Novo.

O silêncio, que soava indiferença, foi sua característica principal, nesses anos, sendo também sua principal forma de resistência ao regime. Contudo, a partir de fevereiro de 1943, o JC rompe esse silêncio. Mas ele não rompe o silêncio para fazer críticas diretas ao regime, e sim o inverso. A partir dessa data até o início de 1945, esse periódico, em suas páginas, defendeu abertamente o Estado Novo e seu governante.

---

<sup>213</sup> Jornal do Commercio, nº. 12258, Manaus, 15 de novembro de 1940. Grifo meu. Ver, também, a nota comemorativa da Proclamação da República, de 1941. Nesta o JC, também não faz referência alguma ao Estado Novo, ao contrário procura afirmar que o sonho republicano e por liberdade, sempre acompanhou a história dos brasileiros. Para o periódico, isso é visto desde a “Revolta de Felipe dos Santos”, passando pela “inconfidência Mineira”, até a Proclamação da República. Cf. Jornal do Commercio, nº. 12575, Manaus, 15 de novembro de 1941.

<sup>214</sup> Cf. Jornal do Commercio, nº. 12258, Manaus, 15 de novembro de 1940.

Esse período, que se estende de fevereiro de 1943 a fevereiro de 1945, denominamos de a “segunda face” do JC.

Em janeiro de 1943, Vicente Reis, após administrar o JC por quase 37 anos, vende-o ao jornalista Assis Chateaubriand<sup>215</sup>, proprietário da cadeia dos “Diários Associados”. Esta era composta por cerca de 30 jornais e revistas, além de agência informativa própria, estações irradiadoras, sendo no período, o maior consórcio de publicidade da América do Sul<sup>216</sup>.

Sob nova direção, que ficou a cargo do senhor João Calmont – diretor dos “Diários Associados” no Ceará, Pará e Amazonas –, o JC voltou a circular no início de fevereiro de 1943<sup>217</sup>.

Sobre a quantidade numérica das edições do JC, que abarcam os anos de 1943 e 1944, cabe esclarecer que elas estão, extremamente, incompletas. Em um total de 24 meses, só foram encontrados 09, e em todos eles são encontradas lacunas de determinados dias da semana<sup>218</sup>. Entretanto, essa lacuna numérica não nos impede de afirmarmos que, nesse período, a relação do JC foi intensa e de total colaboração com o Estado Novo; afinal, o seu novo proprietário tinha uma relação muito próxima com o regime, obtendo ganhos com esse posicionamento.

Comparada com o período anterior, a presença da propaganda estanovista é mais constante. Nelas, vemos notícias que exaltam o regime, e seu presidente. Em outros

<sup>215</sup> Natural de Umbuzeiro, Paraíba, morreu em 04 de abril de 1968 aos 76 anos. Trazia Chateaubriand no nome, uma vez que seu avô paterno, José Bandeira de Mello, ao batizar uma escola recém-comprada, em São João do Cariri, na Paraíba, colocara o nome do poeta e pensador François René Chateaubriand. Na vulnerabilidade cartorial da região, agregou Chateaubriand ao nome da família. Ana Maria de Abreu LAURENZA. Batalhas em Letras de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2008, 179-180.

<sup>216</sup> Revista Sintonia, nº. 32, p. 03, Manaus, janeiro de 1943. A cadeia dos “Diários Associados”, foi iniciada em 1924, em seu auge contava com 90 empresas, entre ela 09 emissoras de televisão e 28 de rádio. Ainda hoje, 40 anos após a morte de seu fundador, a os “Associados” ainda existem, são 13 jornais, dentre os quais 02 têm prestígios regionais, “Diário de Pernambuco” e “diário de Minas” e um tem prestígio nacional “Correio Brasiliense”. Ainda são compostos por 07 emissoras de tv, 12 emissoras de rádio, 1 fundação, 06 provedores de internet, 1 teatro e 1 cinevídeo. Ana Maria de Abreu LAURENZA. Batalhas em Letras de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2008, 179-181.

<sup>217</sup> Sobre o dia exato de fevereiro, que o JC, voltou a circular, para mim é uma incógnita, o primeiro número que encontrei data do dia 09 de fevereiro, contudo a Revista Sintonia afirma, na sua edição de janeiro de 1943, que a data marcada para o JC, voltar a circular, seria no dia 02 de fevereiro. Cf. Revista Sintonia, nº. 32, p. 03, Manaus, janeiro de 1943. Em contrapartida, em nota comemorativa dos seus 40 anos de fundação, o JC, traz a informação de que, após ter sido adquirido pela cadeia dos “Diários Associados”, ele voltou a circular no dia 01 de fevereiro de 1943. Cf. Jornal do Commercio, nº. 13423, Manaus, 02 de janeiro de 1944.

<sup>218</sup> Do ano de 1943 são encontradas as edições de fevereiro, abril, maio, junho, julho. Do ano de 1944, são encontradas as edições de janeiro, junho, setembro e novembro.

casos, o JC passa a falar pelo povo, como se este, assim como o periódico, compactuasse com o “eminente estadista”:

Ao comemorar, hoje, mais um aniversário do Estado Nacional, o Brasil presia justa homenagem ao presidente Getúlio Vargas, o criador da Constituição de 10 de Novembro e supremo orientador dos seus destinos. *Reafirma, assim, o povo brasileiro a sua plena confiança na ação segura e sábia do eminente estadista, cuja sua personalidade se projeta na América como uma das mais destacada figura da política continental*<sup>219</sup>.

A aparição de imagens de Vargas e Álvaro Maia também se tornam recorrentes e, em alguns casos, principalmente em relação ao presidente, sem qualquer referência textual. Agindo assim, os governistas acreditavam que estavam se utilizando de uma estratégia eficaz para a inserção de valores, na medida em que, para eles, os brasileiros tinham um gosto pelas imagens, pois essas falavam mais ao sentimento que a razão, valendo cem vezes mais que um argumento<sup>220</sup>. Devido a isso, para ajudar na inserção de valores, o “poder da imagem era comumente realçado em detrimento da mera palavra falada e do simples argumento discursivo”<sup>221</sup>.

Entretanto, esse bom relacionamento do JC com o regime passa por uma mudança a partir de fevereiro de 1945, reflexo do rearranjo da política nacional, ocorrido nesse momento. Desde agosto de 1942, o Estado Novo, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, entra em contradição. Isso, em parte, ajudou a respaldar os adversários; a oposição, devido à conjuntura internacional, que instiga a luta contra as ditaduras, começa a se aglutinar<sup>222</sup>.

Acerca desse período – a partir de 1942 – alguns historiadores, como a historiadora Ângela de Castro Gomes, são da opinião de que o Estado Novo enveredou aos poucos para um caminho mais democrático. Segundo Gomes, nesse período é visto um *rearranjo de forças* dos grupos que estavam no poder, com o intuito de “sua continuidade política em uma ordem democrática”<sup>223</sup>. Todavia não concordamos com essa visão.

---

<sup>219</sup> Jornal do Commercio, nº.13680, Manaus, 10 de novembro de 1944. Grifo Meu

<sup>220</sup> Cassiano RICARDO. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 499-500. Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 146

<sup>221</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 146.

<sup>222</sup> Rever o primeiro tópico do primeiro capítulo.

<sup>223</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 170

Ora, se em determinado momento os governistas procuraram uma via democrática para se manter no poder<sup>224</sup>, essas atitudes seriam opostas, no plano conceitual e ideológico, e nas ações objetivadas do regime, quando comparadas aos encadeamentos que nortearam o estado Novo até a esse período.

Por mais que o Estado Novo não seja caracterizado enquanto apresentando uma doutrina oficial, homogênea, mas sim um ecletismo em sua proposta, isso não impede, como a própria historiadora Ângela de C. Gomes nos lembra, de encontrar “um conjunto de idéias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político”<sup>225</sup>, de se visualizar determinados princípios norteadores, estes que, sem sombras de dúvida, trilham um caminho divergente de uma democracia. Ou seja, ao escolherem um caminho democrático para se manter no poder, os governistas estavam sepultando o próprio Estado Novo, na medida em que descaracterizavam ainda mais o regime, que nascera sem uma identidade compacta. Assim sendo, a partir dessa data, o que estaríamos vendo seria um momento de transição a uma nova ordem política e, através dessa perspectiva, seria correto não adotarmos mais o termo “Estado Novo” para designar esse momento político, mas sim outro.

Nesses termos, esse rearranjo de forças, presenciado nesse momento, significaria o início do desmantelamento do Estado Novo, visão com a qual a própria historiadora não comunga. Para Gomes a conjuntura política nacional, presenciada nesse período, não deveria ser necessariamente

*entendida como a do início do declínio do Estado Novo. A mudança que começou a se operar a partir de 1942, não é sinônimo literal de enfraquecimento e menor ainda de derrota política. A participação do Brasil na Segunda Guerra aponta mais para um rearranjo relativo de forças do que para a derrocada dos que estavam no poder*<sup>226</sup>.

Percebe-se dessa forma que a própria historiadora entra em contradição com suas hipóteses, na medida em que defende a idéia de que a partir de 1942 os governistas procuraram uma via mais democrática para se manter no poder, todavia, não visualiza esse rearranjo de forças como sinônimo de derrota do regime.

---

<sup>224</sup> E realmente os governistas procuraram. Contudo, acreditamos que essa atitude, só veio a ocorrer a partir do final de 1944, e não antes.

<sup>225</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 173.

<sup>226</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 170. Grifo Meu.

Ao contrário da idéia de Gomes, adotamos a perspectiva do historiador Adalberto Paranhos. Esse historiador nos alerta para o fato de que a adesão do Estado Novo à causa democrática – neste caso a luta da ditadura ao lado dos Aliados na Segunda Guerra –, não significou uma flexibilização das ações cerceadoras e draconianas do regime; ao contrário, as liberdades civis sofreram novas investidas, e a censura se intensificou<sup>227</sup>, o que representou uma tentativa do governo em controlar a oposição crescente<sup>228</sup>.

No caso do Amazonas, entre os anos de 1942 e 1944, veremos *uma maior atuação* do regime, no que concernia ao controle dos meios de comunicação; a censura aos e o controle dos periódicos locais serão intensificados. Como resultado desse maior controle sobre a imprensa local, veremos atritos – como será mostrado a seguir – entre o DEIP e o Grupo Archer Pinto (proprietário de O Jornal e do Diário da Tarde). Presenciaremos, nesses anos, algo que não é visto nos anos anteriores, isto é a proibição da circulação de um número de um periódico local<sup>229</sup>. Por fim, é a partir de 1943, que a exaltação do regime, do seu presidente, e das lideranças políticas locais, na imprensa, se intensificam<sup>230</sup>.

Se as análises da historiadora Ângela de Castro Gomes para o eixo Rio de Janeiro/São Paulo a levam a essa conclusão, as análises dos periódicos amazonenses não nos possibilitam tal afirmação. Suas conclusões quando aplicadas para a realidade do Amazonas, só se confirmam para o final de 1944 e para o ano de 1945. Nesse período, realmente, é visualizada a intencionalidade, por parte dos governistas, de abrirem mão da face autoritária do regime, e procurarem uma via democrática para se manter no poder.

---

<sup>227</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 121-122. Ver, também, Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 124-128.

<sup>228</sup> Para esse historiador, a partir de 1942, com a aproximação do Brasil com os Aliados, principalmente os Estados Unidos, o governo fora imposto a considerar a necessidade de uma reforma institucional, mas essa reformar tratava-se “no fundo, de deflagrar uma operação política que assegurasse, no que fosse possível, a manutenção do ‘Estado Novo’ e/ou, na pior das hipóteses, que garantisse ao menos a continuidade política de Getúlio Vargas e seus aliados.” Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p 131.

<sup>229</sup> Entre o dia 06 e 07 de 1943, o jornal “A Tarde” fora proibido pelo DIP, de circular, uma vez que, em uma de suas edições, foi encontrada uma nota que, se julgou “inconveniente aos interesses da economia nacional” Jornal do Commercio, nº. 13153, Manaus, 09 de fevereiro de 1943. Provavelmente, a referida nota que se mostrou “inconveniente aos interesses da economia nacional” date de alguma das edições de “A Tarde”, de janeiro ou início de fevereiro de 1943, porém nenhuma edição foi encontrada referente a esse período. Assim sendo infelizmente na pudemos investigar o conteúdo da nota.

<sup>230</sup> No mais, acredito que a compra por Assis Chateaubriand, do Jornal do Commercio, um periódico que se mostrava indiferente ao regime, seja fruto somente da intenção expansionista da Cadeia dos “Diários Associados”, a intencionalidade de dar mais visibilidade ao regime, deve ser adotada enquanto uma possibilidade.

Isso nos ajuda a compreender o porquê de o DEIP no Amazonas ter sido implantado apenas em março de 1943, dois anos e meio após a determinação por decreto federal, de sua criação nos vários Estados do país. Sua implantação está inserida no processo político, que visou uma melhor atuação cerceadora do Estado Novo, pois este percebera a contradição que nascera, resultado do seu apoio aos Aliados, o que deu assim, munições para a oposição.

Nos anos que se seguem à entrada do Brasil na guerra, veremos, dentro de setores do governo, um processo de depuração. A partir de 1943, os governistas mais próximos de Vargas começaram, liderados por Viriato Vargas, a apontar alguns governistas que estariam desestabilizando politicamente o regime. Suas críticas foram concentradas em João Alberto, Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema e até mesmo a Góes Monteiro<sup>231</sup>. O próprio DIP, foi alvo da desconfiança de Viriato, pois o seu grupo se referia com freqüência à inépcia desse órgão,

em reprimir a propaganda comunista, tida como “exploradora da boa fé do povo brasileiro”, e que se insinuava através do apoio de diversos segmentos sociais aos países “Aliados” e apontava os meios jornalístico, artístico, acadêmico, científico e militar como os principais veiculadores dessas idéias surgidas sob a capa de defesa das liberdades democráticas no plano internacional. O DIP, por sua vez, arcava *com as acusações de não censurar as matérias ambíguas*, escritas nos jornais de forma a fazer crer que Getúlio Vargas, na luta contra o integralismo, fazia profissão de fé democrática. A negligência da censura estaria permitindo aos jornais enfatizarem a mobilização de entidades anti-fascistas – Sociedade Amigos da América, Conselho Anti-Eixista do Banco do Brasil, Liga de Defesa Nacional, União Nacional dos Estudantes – *que implicitamente lutavam contra o Regime ditatorial*<sup>232</sup>.

A citação acima da historiadora Silvana Goulart, baseada em cartas de Viriato Vargas ao presidente, deixa claro que o governo sabia que a oposição estava ganhando espaço, e sua ação foi a de aumentar ainda mais a opressão. Todavia, apesar da resistência do governo, as suas contradições internas foram, aos poucos, fragilizando sua base. Para Paranhos, o ano de 1943, mesmo que pesasse o poder de fogo do Estado Novo, se abriu sob o “signo de agravamento de tensões políticas”; nesse ano os

---

<sup>231</sup>Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 149.

<sup>232</sup>Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 150.  
Grifo meu

brasileiros pedirão o envio de soldados ao *front* de batalha, o que se consumou em “julho de 1944”<sup>233</sup>.

Nesse mesmo ano de 1943, em 24 de outubro, foi lançado o “Manifesto dos Mineiros”, o que, de certa forma, marcaria o início de posicionamentos públicos mais organizados<sup>234</sup> contrários ao regime. Em 1944 ocorre a formação da União Democrática Nacional (UDN) que agrupava setores militares e da classe média alta. No final de 1944, o Estado Novo já estava ficando sem fôlego e, aos poucos, acuado.

É nesse contexto, que a relação do JC com o Estado Novo muda. Seu proprietário se liga à UDN<sup>235</sup>, apoiando, para presidente, o Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>236</sup>. A face do JC, para com regime, que fora outrora de cumplicidade, muda para um semblante rancoroso, de crítica e protesto<sup>237</sup>.

No início de janeiro de 1945, a cumplicidade entre o periódico e o presidente era perceptível, o primeiro se referia a este, com tom de apoio e confiança ao “Guia supremo da Nação”. Segundo o JC, ainda eram concentradas, em Vargas, “todas as atenções, do povo brasileiro, que o vê com as simpatias de sempre e com orgulho de sabe-lo prestigiado e querido em todo mundo civilizado”. Assim sendo, o JC saudava-o, “pedindo a Deus pela sua continua felicidade”<sup>238</sup>.

<sup>233</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 123.

<sup>234</sup> Cf Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 125-26. Ver Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 129-30.

<sup>235</sup> Assis Chateaubriand é uma figura no mínimo polêmica, principalmente no que concerne a sua relação com Vargas. Anterior ao Estado Novo, ele defendera o liberalismo e fizera crítica a Vargas; durante o Estado Novo, além de ele apoiar o presidente, ele foi mais radical, do que os ideólogos do regime, na medida em que procurava comparar as ações do regime, com o nazi-fascismo, ideologia essa que chegou a defender. Maria Helena CAPELATO. *Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920 – 1945*. 1989, p. 222-226. Após seu rompimento com Vargas em 1945, ele ira se reaproximar deste, e será um dos articuladores que ajudara na campanha de Vargas, que o elegeu presidente 1950. Ana Maria de Abreu LAURENZA. Batalhas em Letras de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2008, 183-184.

<sup>236</sup> Desde o final do ano de 1944 já se começava a especular para, o ano de 1945, possíveis eleições para o congresso, para governadores e para a presidência. No início de 1945, principalmente, a partir de fevereiro, os boatos se intensificaram, concomitante a isso, a oposição começou a se rodear em volta do Brigadeiro Eduardo Gomes, especulando sua candidatura para uma eleição ainda incerta. No dia 28 de fevereiro de 1945, o governo decreta o Ato Adicional, de número 09, se comprometendo em marcar no prazo de 90 dias a data da eleição, esta que futuramente seria realizada no dia 02 de dezembro de 1945.

<sup>237</sup> Na produção do conhecimento histórico, o historiador analisa o processo, o acontecimento e seu desdobramento. Nossa disciplina não estuda o que não aconteceu, ou o que poderia ter acontecido. Nós não perguntamos “SE”, porém é tentador querer conjecturar a posição do JC, nesse período, “se” ele ainda estivesse sob a administração de Vicente Reis. Atrevo-me em afirmar que sua face, também seria rancorosa.

<sup>238</sup> Jornal do Commercio, nº.13724, Manaus, 02 de janeiro de 1945.

Contudo, a partir de fevereiro, o tom das palavras mudam. As críticas começam a aparecer<sup>239</sup>. Primeiramente, essas críticas são direcionadas ao Estado Novo; claro que, intrinsecamente, o alvo também é Vargas.

A censura do governo sobre os meios de comunicação se demonstra ineficaz. Em plena vigência do DIP, este fora atacado pelo jornalista Costa Rego<sup>240</sup> nas páginas de o JC. Esse jornalista, nos seus dizeres, denunciou as práticas de como funcionava a inserção de matérias oficiais, que deveriam ser publicada sob forma ficcional de editoriais e como atuava o DIP em relação à censura:

Em meus trinta e nove anos de ofício conheci muitas Censuras; mas de nenhuma guardarei tantas lembranças edificantes quanto desta, que parece interrompida: a Censura do Dip.

(.....)

O Dip, que a tantas violências submetiria a imprensa, haveria de prestar-lhe com esse procedimento um bom serviço: era o primeiro a revelar ao publico, por vaidade, que a Imprensa não podia ser livre; *não podia nem sequer ser exata, porque, ademas de tolhida no exercicio de sua critica, bem como na publicação de grande numero de noticias, ainda era obrigada à inserção de matérias tendenciosa escrita no mesmo Dip.* “Nenhum jornal pode negar-se a inserção de comunicados do governo”, diz a Constituição do dia 10 de novembro de 1937, em seu artigo 122, número 15.

A principio, admitimos essa prescrição como referindo-se a comunicado estritos, ou fosse às simples notas, em relação às quais se abrissem e se fechassem aspas. Não; não era isso, conforme estabeleceu a hermenêutica do primeiro diretor, mantida pelos demais: o Dip mandar-nos-ia (e mandou nos abundantemente, aí de nós?!) *matéria que deveria ser publicada sob a ficção de editorial, exprimido compulsoriamente o pensamento.* Puro metodo fascista.

Todos nos padecemos nos jornais as penas dessa humilhação, que bastante explicam hoje o modo como o governo ficou desamparado pela Imprensa; *mas só os diretores, redatores-chefes e secretarios de redação conhecem bem o fundo moral( ou imoral), do papel desempenhado pelo Dip no que se chamava o Estado Novo, pois deveriam receber diariamente( e verbalmente, por que o Dip nunca emitira ordem por escrito) as determinações da Censura.* Tenho delas na memoria uma coleção espantosa, que não pretendo guardar ignoradas<sup>241</sup>.

Em outra nota, lançada no mesmo dia da anterior, o JC diz que a imprensa é o povo; sendo aquela o povo, este estaria do lado do Brigadeiro Eduardo Gomes, na medida

<sup>239</sup> Em 02 de março, o JC traz, em sua primeira página, notas telegrafadas do centro-sul do país, de setores descontentes com a decretação, pelo Governo, do Ato Adicional de 28 de fevereiro. Que de certa forma retardou a abertura política, sendo visto por esses setores, como uma prática autoritária de Vargas para se manter no poder. Jornal do Commercio, nº.13772, Manaus, 02 de março de 1945.

<sup>240</sup> Costa Rego era jornalista do jornal carioca “Correio da Manhã”. Porém, suas notas se tornaram constantes nas páginas do JC, nesse período.

<sup>241</sup> Jornal do Commercio, *O Dip*, nº.13777, Manaus, 08 de março de 1945. Grifo meu

em que a grande maioria dos principais jornais do país apoiava esse candidato à presidência. Enquanto somente os jornais do governo estavam do lado do candidato oficial.

Ainda nessa nota, o JC denunciava, mais uma vez, a censura exercida pelo DIP, apontando para o fato de que esse órgão estatal ajudava a tornar a figura de Vargas mais conhecida pelos brasileiros:

Mas, perguntarão os que vivem distantes do sr. Getúlio Vargas, os que o conhecem apenas pela propaganda forçada do DIP, quais as razões dessa rebeldia da imprensa num momento tão grave e tão importante como o que vivemos? E a resposta poderá ser dada por quantos cidadãos tenham sofrido, injustamente, os rigores do cárcere, por anos inteiros. A imprensa do Rio de Janeiro, que viveu arrolhada e policiada durante tanto tempo, aguardava uma oportunidade para poder falar pelo Brasil. *Essa oportunidade, insegura ainda, apareceu.* E os jornalistas não serão, pois, capazes de beijar a mão que os enclausurou impiedosamente durante tanto tempo. A imprensa é o povo<sup>242</sup>.

Como bem a citação expressa, o momento para criticar, *ainda é inseguro*. Ainda não se tem certeza, de fato, sobre o futuro político do país. Apesar de notas que apontam para um viés que denuncia o controle e a censura à imprensa, o JC, ainda, vai se manter reticente em relação às críticas a Vargas. Também pudera, Vargas, ainda, tem prestígio e poder político, podendo também mobilizar os trabalhadores<sup>243</sup>, e utilizá-los enquanto um anteparo para qualquer tentativa de golpe.

Assim, por mais que o DIP estivesse cambaleando, e não tivesse mais um domínio expressivo sobre os meios de comunicação, ele ainda estava atuando. Em uma nota, acompanhada da imagem do busto de Vargas, no JC, dias após o fim da Segunda Guerra, a imposição e censura do DIP se fazem presentes. A matéria traz a afirmação de que, desde o início da Guerra, apesar da neutralidade, o povo brasileiro e Vargas apoiaram a causa democrática, voltando-se contra o Eixo, e após a Conferência dos Chanceleres no Rio, que culminou na entrada do Brasil na Guerra, “este não faltou aos seus compromissos. Da América do Sul foi a nação leader na luta pela vitória da civilização. *O presidente Getúlio Vargas conduziu-nos nessa jornada gloriosa, auscultando o sentimento nacional*”<sup>244</sup>.

---

<sup>242</sup> Jornal do Commercio, nº.13777, Manaus, 08 de março de 1945. Grifo meu

<sup>243</sup> Uma melhor atenção será destinada, no terceiro capítulo, à relação de Vargas com os trabalhadores

<sup>244</sup> Jornal do Commercio, nº.13840, Manaus, 24 de maio 1945. Grifo meu

Sabemos que não foi dessa maneira que ocorreu o processo de entrada do Brasil na Guerra. Sabemos que Vargas não auscultou os anseios nacionais, mas sim fora pressionado pelos Estados Unidos a apoiar a causa democrática. O interessante dessa nota é que ela demonstra que, mesmo o DIP estando acuado e bombardeado por críticas, ele ainda impunha matérias para serem veiculadas pela imprensa.

Entretanto, essa nota pode ser considerada a última incursão feita pelo DIP à liberdade de imprensa. Um dia após ela ter sido veiculada no JC, “o Ministério da Censura” do governo Vargas é extinto em 25 de maio, pelo Decreto-lei nº. 7.582, baixado pelo presidente.

A partir dessa data, as críticas a Vargas deixam de ser reticentes e passam a ser mais objetivadas, ganhando constância. Qualquer gafe ou deslize político do presidente torna-se motivo para ser veiculado nas páginas do JC. O intuito passa a ser o de desmistificar o mito.

Vejamos um exemplo simples, mas de uma densidade simbólica: No dia 23 de junho, um grupo de donas de casa, “inclusive mães de soldados brasileiros que lutaram na Itália”, da Associação das Donas de Casa, se direcionou ao Palácio do Catete para sugerir várias providências ao chefe da Nação, sobre a crise que atingia o preço dos gêneros alimentícios, o que causava um “encarecimento da vida”. Todavia, elas foram impedidas de ser atendidas pelo presidente; após esperarem, por duas horas, sob o “sol inclemente”, cansadas de esperar, a diretora da Associação deliberou que as associadas se retirassem. No entanto,

*ficaram outras donas de casas, que se incorporaram no cortejo e, sabendo que o presidente Getúlio Vargas ia deixar o palácio, foram ao seu encontro. Consumou-se, assim, a tragédia. As mulheres foram empurradas pela guarda oficial do presidente*<sup>245</sup>.

Com uso de palavras impactantes, o jornal frisa que o presidente agiu, através de sua guarda, com violência não com mulheres engajadas politicamente, mas com simples donas de casa, que se juntaram no cortejo. Esse acontecimento nas páginas de o JC, como se percebe, tinha a intenção de desacreditar o bom caráter do presidente, que se

---

<sup>245</sup> Jornal do Commercio, nº.13867, Manaus, 24 de junho de 1945. Grifo meu

construiu nos anos anteriores, o daquele que sempre se preocupou em amparar o desprotegido politicamente.

Apesar de que, nesse momento, as críticas se tornarem mais objetivadas a Vargas, resultado em parte do fim do DIP, não devemos pensar que elas ganharam grandes proporções; lembremos que a Constituição de 1937 ainda estava em vigor. Assim sendo, constitucionalmente, seria legal, por parte do governo, tomar medidas para a segurança do Estado; a intervenção ou expropriação de órgãos da imprensa, ainda poderia ser usada. E o alvo principal do governo tornou-se a cadeia dos “Diários Associados”.

Em nota no JC, Costa Rego acreditava que a lei contrária ao monopólio – criada pelo governo, com uma considerável colaboração do Ministro da Justiça Agamenon Magalhães –, tinha como intenção a expropriação de órgãos da imprensa que criticavam o regime. No caso específico, segundo Costa Rego, os órgãos que estavam sob a organização dos “Diários Associados”, organização esta que foi apontado pelo Ministro como sendo um caso típico de *trust*. Na visão de Costa Rego, os “Diários Associados”, ao se recusarem a colaborar como o regime, viraram alvo de perseguição desse e conclui dizendo que:

Assim, não é só absorção de poder econômico o que pretende alcançar o governo com essa lei; é também a escravidão para os homens que pensam e discordam; é a ressurreição dos processos alemães em plena vitória das nações democráticas<sup>246</sup>.

O fato foi que a retaliação, por parte do regime, a órgãos dos “Diários Associados”, ou melhor, “Diários e Rádios Associados” ocorreu. Como exemplificação, temos o fechamento, por parte do Estado, das portas da Radio Farroupilha do Rio Grande do Sul, cuja concessão, o governo federal tinha passado a Chateaubriant. Devido a esse ocorrido, ele veio a público, escrevendo uma nota, na qual questionava os motivos de tal feito, e criticava severamente o presidente Vargas:

Em presença do decreto de confisco, que fez o poder federal do prefixo ipso facto, da possibilidade de operar da radio Farroupilha, de Porto Alegre, o sentimento com que nos arranca o presidente Vargas é de infavel piedade. *Como um cidadão pode degradar a dignidade da suprema magistratura, ainda que usurpada, por esta forma alarve?* Como um homem que era quinze anos

---

<sup>246</sup> Jornal do Commercio, *O que premedita o governo contra a imprensa*, nº.13884, Manaus, 15 de julho de 1945.

atrás lembrado pelos concidadãos como a mensagem da honra cívica, da tolerância, da liberdade democrática, se pode tornar, no governo, o algoz dos princípios republicanos, em nomes dos quais consegui galgar a presidência?

O ato do chefe do governo, dentro de uma campanha eleitoral, é a demonstração viva da insegurança com que os brasileiros se preparam, afim de ir às urnas. No final de contas, a Radio Farroupilha não é “res nullius”, ou sociedade de malfeitores a desafiar do poder público o trancamento das suas portas, ou a apropriação brutal do seu prefixo (....) Estando em nossas mãos, há dois anos, Farroupilha nada fizera por merecer censura por parte do serviço de fiscalização federal das empresas de radio-difusão. Não tendo sido chamada à ordem, nem pelo próprio DIP, este é o melhor testemunho de sua conduta exemplar, como organização respeitadora do Estado novista.

(....)

*O fato é que a Farroupilha, não se tendo nem se quer chamuscado na peleja em que se acham envolvidos a imprensa e o radio no Brasil, elegeu-a o ditador como alvo do seu despejado arbitrio para nos ferir.* Que é o que produziu, para a coletividade brasileira, a emissora gaúcha, como o conjunto de homens que a fazem? Duas intensas campanhas cívicas (...) Se rememorarmos esses não é por vaidade, senão para fazer sentir aos olhos da nação brasileira a *cobardia e a torpeza do gesto desse anão moral que é o sr. Getulio Vargas*, fechando uma estação de radio, que era em nossas mãos um instrumento de educação cívica do povo gaúcho.

(....)

*Governante sem mandato, usurpador de uma função que nenhum brasileiro lhe delegou*, está saudando o sr, Getulio Vargas a aurora do triunfo da democracia, que o suor e o sangue dos saudados, pilotos e marinheiros tanto ajudaram a conquistar, com atos de selvageria, de um botocudo africano.

*Estamos em plena ditadura nazista, no Brasil*, definida por decretos-leis, caracterizada por medidas de governo, que não deixam duvida acerca da sorte que correm pessoas, bens e honra dos homens dessa terra<sup>247</sup>.

Em algumas passagens, as palavras de Chateaubriand expõem claramente que o que se procedeu com a Rádio Farroupilha foi uma resposta do Estado Novo à oposição que a “Cadeia de Diários Associados” estava fazendo a ele e, concomitantemente, a Vargas. Suas palavras expõem, também, a antítese da imagem do presidente e do governo, que a propaganda estadonovista construiu e veiculou através dos meios de comunicação. Imagens que até mesmo Chateaubriand ajudou a veicular e defender. Nas mensagens de outrora, Vargas era “o Grande Chefe”, um “Espírito Superior”, “eminente estadista”, e o Estado Novo era “o orgulho da civilização”, a “verdadeira democracia”. Nas páginas do JC, nessa sua face rancorosa, Vargas é um “usurpador”, “vil”, “fascista”, um “anão moral”. O Estado Novo passa a ser o que sempre fora, “uma ditadura”; na opinião dos seus críticos, “uma ditadura fascista”, “nazista”.

<sup>247</sup> Jornal do Commercio, *Os Farroupilhas de 45*, nº.13888, Manaus, 22 de julho de 1945. Grifo meu

Para se opor a Vargas, o JC virava sua face e sorria em outra direção, na direção do Brigadeiro Eduardo Gomes. Na campanha presidencial, a propaganda desse periódico foca o seu caráter, perfil ao qual eram atribuídas as melhores qualidades, ao estilo da exaltação personalista que outrora era dedicada a Vargas. A vitória de Eduardo Gomes – “herói que o Brasil venera”, “símbolo da grandeza moral de nossa gente” –, era dada como certa.

Entretanto, mesmo com as eleições marcadas, o que resultaria com a saída de Vargas do poder, a situação política do país, ainda é incerta. E essa incerteza, apesar das críticas na página do JC, é perceptível; ele, ainda, tem receios sobre o amanhã. Não é por menos, o prestígio popular de Vargas sobre as massas – principalmente os trabalhadores urbanos engajados no Estado – faz com que estas estejam no estado de mobilização, principalmente, em volta do “movimento queremista”<sup>248</sup>. É nessa perspectiva – e mais navegância da Constituição estadonovista – que devemos interpretar uma nota do JC, veiculada no dia 27 de outubro.

Nesta nota, Vargas é tratado pelo periódico com certo respeito. Nela ele afirma que, “o exército não estava agindo em desacordo com o chefe da Nação”, pois este garantiu ao exército, após reunião, que não haveria modificação na lei que estabelecia as eleições para o dia dois de dezembro. O que garantiria, segundo o JC, “de que, *apesar de tudo e de todas as agitações*, o Brasil conseguirá sair da crise em que se encontra *pela porta da paz e da ordem*”. Assim sendo, conclui o periódico, os agitadores seriam aqueles que não querem sair da “sombra do poder”, os que “não querem ser povo”, são estes que estariam “*criando o ambiente de incerteza que está comprometendo, já agora, a palavra do próprio chefe e amigo*”<sup>249</sup>.

No entanto, as dúvidas do JC sobre o futuro político do Brasil acabariam dois dias após a veiculação dessa nota. Apesar do seu “indesmentível prestígio popular, o decantado ‘monopólio político’ de Vargas sobre as massas – massas, bem entendido, em larga medida inorganizadas – não servirão, na extensão desejada, como anteparo à

---

<sup>248</sup> Movimento popular que pregava a permanência de Vargas no poder. Este movimento contava com o apoio e influência do Partido Comunista, que nesse período havia adotado uma posição pró-Vargas, em vários locais do Brasil; seu brado era “queremos Getúlio”. Marleine COHEN. *Getúlio Vargas: Personagens que marcaram época*, 2007. p. 68. Há uma nota no “o Jornal”, que mostra a atuação desse movimento, em estágio embrionário, em Natal no Rio Grande do Norte, deste a primeira metade de maio de 1945. Cf. O Jornal, nº. 6295, Manaus, 19 de maio de 1945.

<sup>249</sup> Jornal do Commercio, nº.13968, Manaus, 27 de outubro de 1945. Grifo meu

arremetida golpista”<sup>250</sup>, pois o Exército, com apoio da UDN, dá o golpe de Estado em 29 de outubro.

Após esse ocorrido, o JC, na figura do seu proprietário, já se sentia no colo do poder central, mas, mesmo assim, buscava esclarecer o eleitor, mostrando os motivos pelos quais ele não deveria voltar no general Eurico Gaspar Dutra.

Não se deveria votar nele, na medida em que a sua candidatura, “felizmente derrotada de início”, era filha legítima do “nipo-nazi-fascismo”, nascida “no berço do Estado Novo”, criada “no colo de seu fundador”, ninada “pelo seu agente numero um, governador Benedito Valadares”, não teria a mínima chance; afinal, contra a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, esta vitoriosa desde o seu início. Votar em Dutra equivaleria “a ingressa no fascismo”; já votar em Eduardo Gomes seria “caminhar para a democracia”<sup>251</sup>.

Finalmente as eleições vieram, mas o resultado assustou o JC. Em suas palavras, o resultado *expressivo*, “surpreendeu inclusive o sr. Benedito Valadares”<sup>252</sup>. O que teria levado a Vitória de Dutra? A união do Partido Social Democrático – partido de Dutra –, com o integralismo? Pressão de prefeitos pró-Getúlio, nos vários municípios do interior do Brasil? Forças ocultas que pressionaram o eleitor brasileiro? Para o JC, vários questionamentos apareceram para se procurar compreender a vitória de Dutra, porém nenhum obteve unanimidade.

Mas, como esse periódico afirmou, em questões de dias, não importava mais, pois “a essa altura, *como esse triunfo foi conseguido*, já que os recursos que se valeram os pessedistas, *explicáveis até certo ponto*, não impediram que o eleitorado pudesse analisar as origens e os méritos das candidaturas apresentadas”. Agora, dever-se-ia olhar para frente, e exigir que Dutra exercesse um “governo de modo a satisfazer os superiores interesses da nação...”<sup>253</sup>.

No entanto, atrevemo-nos, quase 64 anos depois, a dar uma resposta a esses questionamentos do JC. No terreno das representações do poder, a propaganda política estadonovista, presenciada nesse período, que buscou inculcar valores nas pessoas, surtiu certo efeito. O poder simbólico de Vargas, mesmo estando ausente do governo –

---

<sup>250</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p.206-07.

<sup>251</sup> Jornal do Commercio, *Primeiro a verdade*, nº.13986. Manaus, 20 de novembro de 1945.

<sup>252</sup> Jornal do Commercio, *A grande vitória*, nº.14003. Manaus, 05 de dezembro de 1945.

<sup>253</sup> Jornal do Commercio, *Para frente*, nº.14005. Manaus, 12 de dezembro de 1945. Grifo meu.

uma vez que fora deposto –, fazia-se presente no imaginário social de estratos da sociedade brasileira. Aí o motivo que explica a vitória de Dutra.

### **2.3 – O Jornal. Com Vargas e Maia sim, com a ausência de liberdade do Estado Novo, não.**

Aproximadamente um mês antes do golpe, que deu origem ao Estado Novo, *O Jornal* foi acusado de compactuar com o comunismo, dando guarita a pessoas adeptas, como se dizia no período, do “credo vermelho”. A citação abaixo, faz parte da réplica dos seus diretores à referida acusação:

O Jornal, como órgão independente sempre teve opinião formada contra as chamadas doutrinas extremistas, jamais tendo pactuado ou sido connivente, ostensiva ou veladamente, com qualquer elemento comunista, nacional ou estrangeiro. Não se pode realmente conceber que, tratando-se de um órgão de imprensa suas palavras tenham outro sentido e as suas resoluções tenham outro espírito. A Sua norma de conducta regula-se pelas aspirações justas de nacionalidade, *pelos desejos sinceros do regime democratico e das nossas instituições de alto e esclarecido liberalismo*. Dessa forma O Jornal está ao lado daqueles, que combatem com sinceridade o comunismo, não dando agasalho a comunistas *não tendo elementos declaradamente comunistas nas suas oficinas e na sua redação*<sup>254</sup>.

Infelizmente não foi possível identificar o seu, ou seus detratores, mas podemos afirmar que a imputação é inválida, não conferindo com o posicionamento político desse periódico adotado entre os anos de 1930-1937-1945, este que era o reflexo do posicionamento de seus editores e colaboradores diretos.

Se a assertiva não é verdadeira, o que então levava alguém a acusar o periódico? A resposta a esse questionamento pode ser encontrada na mesma citação. Em determinado momento, ele diz que defende o regime democrático e suas instituições baseadas no *liberalismo*; contudo, para o período, para quem quisesse não sofrer represálias, a defesa da democracia-liberal seria uma atitude não convencional.

Visualizamos, no capítulo anterior, que os grupos que começam a se instalar no poder a partir de 1930 organizam um plano de governo e políticas sociais, avessas ao liberalismo, principalmente ao político. Vimos, também, que *O Jornal*, inicialmente, apoiou o Movimento de 1930, contudo decorrido dois anos, ocorreu o seu rompimento, e

---

<sup>254</sup> O Jornal, nº. 2166, Manaus, 07 de outubro de 1937. Grifou meu.

ele, como defensor do liberalismo, passou a fazer críticas, em muitos momentos veladas, ao autoritarismo e à ausência de liberdade, presenciada, nesses anos.

Agindo dessa maneira, o periódico, com certeza, conquistou inimigos políticos, provavelmente pessoas próximas ao governo – ou até mesmo antigas desavenças que aproveitaram o momento para “acertar as contas” –, e estes procuram tachá-lo de comunista para que houvesse comoção da opinião pública, na medida em que seria ilógico o empastelamento de um órgão da imprensa, aos olhos da sociedade, que defendesse a democracia liberal. Talvez aí se encontre o motivo pelo qual alguém poderia acusar *O Jornal* de comunista.

Como sabemos, foi comum em vários momentos dos sete primeiros anos da década de 1930, precisamente de 1930-35 (Governo Provisório) e 1936-37 (parte do Governo Constitucional) a tachação de muitos dos opositores do governo ou que, apenas divergisse em alguns pontos, de “adeptos do credo vermelho”. Característica essa repudiada por grande parcela da sociedade brasileira do período. Fantasma esse usado pelo governo, enquanto justificativa, para tomar medidas cerceadoras e perseguir adversários<sup>255</sup>.

No decurso dos sete primeiros anos da década de 1930, principalmente no período do Governo Provisório, não foram poucas as vezes que *O Jornal* deixou explícito esse posicionamento, de defensor da democracia liberal, mesmo que em muitos momentos a ameaça pairasse à sua volta, e acusações sem fundamento fossem a ele dirigidas. E esse seu posicionamento não poderia faltar nos momentos que antecedem o advento do Estado Novo.

A partir de julho de 1937, principalmente depois da “descoberta” do “Plano Cohen”, muitos acontecimentos direcionaram o governo para uma via golpista. A incerteza sobre o futuro político do país era visível nas páginas de *O Jornal*.

Mesmo tendo receios sobre o futuro político do país, mas convicto que o governo central se distanciava do caminho que o levaria a abraçar as primazias de uma democracia liberal, *O Jornal*, em seu Editorial comemorativo de 07 anos de existência,

---

<sup>255</sup> Diorge Alcenno KONRAD. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004. principalmente o capítulo III – O Fantasma do medo.

conclama para que a imprensa se una aos partidos políticos e juntos defendam as conquistas proporcionadas pelo liberalismo desse futuro duvidoso para a democracia:

O programa dos jornaes independentes daquelles que são os responsaveis mais directos pela orientação das massas populares, não podem fugir a esse imperativo da hora presente. Devemos, portanto, com a obrigação direta de solidariedade partidaria, ficar entre os partidos, sem lhes acceitar os preceitos intimos *fazendo frente comum com elles pela defesa das instituições, pela manutenção do regime, que representa uma conquista do liberalismo*, pelo amparo da ordem que é uma garantia comum, pela prosperidade do paiz, que se não realizará fora desses liames de estabilidade e de equilibrio. Faz-se necessário a campanha benemérita dos exemplos sadios de desprendimento, *de respeito as liberdade alheias, de inteligência política do regime, cuja interpretação se deve estabelecer e não abandonar, fazendo a vida republicana dentro da Republica, olhando para o futuro, respeitando o passado* e tendo pelo presente o culto attento de que se sente com confiança precisa para vencer e não desanimar em presença das verdadeiras necessidade nacionaes<sup>256</sup>.

Contudo, o pesadelo de *O Jornal*, 11 dias após seu editorial se torna realidade. No dia 10 de novembro Getúlio Vargas e tropas do Exército fecham o Congresso e instalam o Estado Novo. Porém isso não impediu que ele, no dia 14 de novembro de 1937, ou seja, 04 dias após o golpe – mesmo amenizando a pouca atuação da democracia liberal no Brasil, durante a Primeira República – ovacionasse, em plena vigência do novo regime ditatorial, a democracia liberal e seu liberalismo, criticando dessa maneira a ditadura que acabara de se instalar:

Festeja-se amanhã a data consagrada a Proclamação da Republica. A *grande conquista liberal de 1889, confirmando as tradições brasileiras do espirito eminentemente democratico, deve ser relembra e glorificada. E se antes de 1930, na vigencia da Primeira Republica, tinha ella uma alta significação, avulta ainda mais a sua importância nesse periodo de consolidação e de lucta doutrinaria*, que ainda não se encerrou e de margem às informações políticas dos nossos dias. É que, no ambiente nacional ainda não havia definido a *característica das agitações demagogicas e das influencias internacionais*, cuja repercussão se não desmerece atravez de registro dos acontecimentos de todos desconhecidos. Foi esses sem duvida, o periodo mais ardio de experimentação de seus principios basicos, pois elles foram chamados a medir sua capacidade de resistencia com as *influencias dispersas do pensamento contemporâneo*<sup>257</sup>.

Mais uma vez, como de praxe nos piores momentos anteriores de censura, a crítica do periódico foi velada. Com o intuito de atacar a possível orientação fascista desse

<sup>256</sup> O Jornal, nº. 2185, Manaus, 30 outubro de 1937. Grifo meu.

<sup>257</sup> O Jornal, *A Data Republicana*, nº.2198. Manaus, 14 de novembro de 1937. Grifo meu.

regime, ele procurou dar a entender que o editorial seria uma crítica ao comunismo. Em certas passagens, como se percebe, ele cita as influências, no país, de pensamentos internacionais contemporâneos, que têm como característica agitações demagógicas. Sem sombras de dúvida, o periódico não está se referindo ao comunismo, uma vez que, em todas as ocasiões nas quais criticou “o credo vermelho” ou se referiu a ele, *O Jornal* procurou nomear o objeto de suas críticas.

Essa foi a primeira crítica de *O Jornal* direcionada ao Estado Novo, mas não será a última. Durante a vigência desse regime, esse periódico não concordou com os ditames que cerceavam a liberdade da imprensa. A partir de agora, passa-se a acompanhar a atuação desse periódico durante o Estado Novo e buscar uma percepção dessa ambigüidade.

Nos seus primeiros meses de atuação, durante o novo regime, *O Jornal*, em certa medida, procurou agir com certa normalidade, dando continuidade a suas atividades vistas comumente no período anterior. Exemplificando: os problemas da infra-estrutura e do saneamento básico do cotidiano da cidade de Manaus (ruas esburacadas, falta de moradia, falta de água, aumento no custo de vida, problema com a limpeza pública) eram mostrado, em suas páginas, nas quais ele pedia providências às autoridades.

No que a concerne à limpeza pública, além dele denunciar sua atuação precária, na medida em que a empresa que tinha a concessão desse serviço não vinha atuando como deveria, ele denuncia a exploração direcionada aos trabalhadores desse setor<sup>258</sup>. Segundo o periódico, a limpeza era realizada de forma eficiente, apenas no centro da cidade; nas áreas periféricas, ela deixava a desejar e no mais, o baixo salário desses trabalhos, não era suficiente para a subsistência das famílias dos prestadores desses serviços. Dessa maneira, esse essa situação de miséria somava-se a de outros setores menos favorecidos, o que contribuía ainda mais para a mazela dos estratos mais baixos da sociedade manauara, refletindo diretamente na alta taxa de mortalidade infantil dos filhos das pessoas desses setores:

Emquanto isso, as ruas da capital, pouco distantes do centro, apresentam aos olhos do forasteiro mattagaes vicejantes, noutras o lixo entulha o meio-fio das calçadas, as folhas caídas formam, sob as mangueiras, um tapete verde-e-amarelo que, a alta noite, sombras esquálidas, – os fantasmas da miséria, –

---

<sup>258</sup> Cf. *O Jornal, O Pão que o diabo amassou*, nº.2271. Manaus, 08 de fevereiro de 1938.

passam mal varrendo, em gestos lentos de quem trabalha sete horas para ganhar 4\$000, que não aplacam a fome da família numerosa, dos filhos nus e descalços, roídos pela verminose, vindo dessa gente infeliz a maior contribuição para terrível quota da mortandade infantil que se verifica em Manaus, representada pela cifra de 629, num total de 1863 obitos, segundo algarismos colhidos nos cartórios do registro civil, referentes ao ano de 1937<sup>259</sup>.

Outra denúncia corriqueira, nas páginas de *O Jornal*, diz respeito ao problema de moradia em Manaus. Segundo ele, não havia moradia suficiente, devido a isso, as pessoas menos favorecidas eram obrigadas a residirem em cortiços e estancais, locais altamente insalubres. Entretanto antes de eu dá continuidades à análise, sobre o cotidiano veiculado nas páginas de *O Jornal*, gostaríamos de fazer um esclarecimento, que norteará o leitor acerca da perspectiva adotada nesse primeiro momento.

O Estado Novo implementou políticas sociais no Brasil que tentaram melhorar a situação dos menos favorecidos. Quando essas políticas não resolviam os problemas socioeconômicos, a realidade não poderia ser mostrada, as mazelas sociais não poderiam vier à tona. Dessa maneira coube a propaganda estadonovista, também procurar mascarar os problemas sociais da sociedade brasileira, nesse viés a censura do regime proibia o retrato das mazelas cotidianas<sup>260</sup>.

Através desse prisma, a historiadora Sheila do Nascimento Garcia, em sua dissertação de mestrado, no seu capítulo III “O Cotidiano como mote para a crítica ao Estado Novo”, nos mostra que, como tática de resistência e oposição ao Estado Novo, a *Revista Careta*, burlou os limites impostos pela censura do regime, e veiculou em suas páginas sua “radiografia social” do governo, como forma de crítica, desmentindo a idéia “de ordem difundida pela propaganda oficial estadonovista”<sup>261</sup>.

Porém o ângulo adotado aqui, ao visualizar a “radiografia social” do governo feita pelo *O Jornal*, difere em parte da abordagem da referida historiadora ao analisar a *Revista Careta*. Não acredito que *O Jornal* – como *Careta*, realmente, estava fazendo para a realidade carioca –, estaria com a intenção de denunciar as mazelas cotidianas da

---

<sup>259</sup> *O Jornal, Salario de Miséria*, nº.2272. Manaus, 09 de fevereiro de 1938.

<sup>260</sup> Cf. Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Careta': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005, p. 170. Nelson Garcia faz um rápido comentário sobre esses aspecto da censura estadonovista, ver Nelson JAHR GARCIA. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. 1982, p 112.

<sup>261</sup> I Sheila do Nascimento GARCIA. *A Revista 'Careta': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. 2005, p. 168.

sociedade manaura, *com o objetivo*, de fazer uma oposição ao regime, e dessa forma desmascará-lo.

Em contrapartida, essa atitude “de denunciar”, nos possibilita visualizarmos uma resistência desse periódico aos ditames do regime. Na medida em que, se existia uma lei, norma de conduta ou preceito, que proibia determinada atuação da imprensa e, determinado órgão não a segue, *mesmo não tendo a intenção de se opor ao regime*, resolvendo, apenas, em manter um comportamento que está de acordo com sua trajetória, ele, mesmo que de *maneira despropositada*, estava resistindo às imposições do regime. Repetindo; mesmo que não tive a intenção de desmentir a propaganda oficial.

Se fora de maneira despropositada, que *O Jornal* estava fazendo uma “radiografia social” da sociedade manaura apontando as possíveis mazelas enfrentadas por ela, logo ele iria perceber que essa atuação, desagradava às autoridades.

Como me referia a pouco, uma outra denúncia corriqueira, nesse período, nas páginas desse periódico, dizia respeito à situação da moradia em Manaus, que assumia segundo ele, “aspectos gravíssimos” que cada vez mais de acentuavam, “constituindo, sem dúvida, uma das mais serias questões a solucionar no conjunto de necessidades prementes”<sup>262</sup>.

Contudo, a preocupação com a questão da moradia não, principalmente no que tangenciava os cortiços e estância, se restringia somente ao *O Jornal*, ela atingia o governo da Comuna e do Estado do Amazonas. Com a intenção de amenizar, essa questão, nas vésperas do primeiro aniversário do Estado Novo, o governo do Estado na figura do interventor interino, Ruy Araújo, baixou um decreto, que tinha como fim, a ação intervencionista levando ao fechamento dos lugares, que apresentassem insalubridade. Esse acontecimento foi bastante comemorado pelo periódico, que tinha uma péssima visão sobre essas habitações:

É impossível descrever, por mais fecunda que seja a idéia e mais brilhante a palavra, o que são esses monturos infectos, esses aglomerados de imundícies, esses infernos de promiscuidade, que proliferam em cada rua da cidade e onde vivem como bichos, ou ainda pior do que bichos, sem luz e sem ar, ou à chuva ou ao vento, dois terços, talvez, da população amazonense, para que homens...

(....)

---

<sup>262</sup> O Jornal, nº.2480. Manaus, 14 de outubro de 1938.

As estancias e cortiços são antecamaras da sepultura, já tendo do tumulo a escuridão, a fedentina, a asphyxia e o silencio. A asphyxia e o silencio, sim, porque alli as creanças mesmo não respiram e não falam, sequer, têm deda a mais tenra idade um rictus de soffrimento nos rostos sem sangue e sem expressão de quem vegeta em subterraneos, como as raizes, sujas e aleijadas.

È impossivel, mesmo à imaginação mais poderosa, calcular mesmo o que sejam essas pocilgas, *junto das quaes as favellas e os mocambos apparecem como bênçãos...*<sup>263</sup>

Na edição do dia 13, dando continuidade a campanha a favor da solução do problema da moradia em Manaus, *O Jornal* afirmava que traria, em sua edição vespertina (do Diário da Tarde) do dia 14, mais informações sobre essa situação de miséria e exploração, por parte dos donos dessas moradias coletivas. Nelas iriam constar fotografias, que constituiriam o terrível atestado dessa situação de miséria<sup>264</sup>.

Infelizmente, não foi possível encontrar a dita edição do *Diário da Tarde*, que provavelmente se perdera no processo histórico. Nas edições subseqüentes de *O Jornal*, não se encontrou nenhuma referência sobre a possível reportagem que sairia em sua edição vespertina. Na verdade a partir desse momento, não se constatou nenhuma nota do periódico que comentasse a questão precária das moradias em Manaus, as reportagens que falavam sobre as mazelas da sociedade, se tornaram raras a partir desse momento até o desmantelamento do Estado Novo<sup>265</sup>.

Não foi a toa que essas denúncias desapareceram das páginas de *O Jornal*. Mesmo sem ele ter a intenção de criticar o regime, ou se opor de maneira direta a ele, noticiando

<sup>263</sup> *O Jornal*, nº.2502, Manaus, 09 de novembro de 1938. Grifo meu. No que tange essa campanha sobre o problema da moradia em Manaus, dois pontos têm que ser relativizados. O primeiro diz respeito à campanha humanitária de *O Jornal*, na medida em que, em última instância, sua preocupação, tem atenção direcionada ao aspecto urbano da cidade, pois a grande maioria dessas habitações coletiva, como demonstra a continuidade da nota, se encontrava no centro da cidade. O outro toca a ação governamental, pois sua ação tinha um caráter normativo/punitivo, os cortiços e moradias insalubres seriam fechados, a questão social de habitação, não fazia parte dessa ação. Em nossas análises, não se encontrou nenhuma proposta do Governo, sobre o destino das pessoas que aí residiam.

Quem dá uma possível solução à questão da moradia, é o próprio jornal – sem nos referirmos a idéia de que ele afirma que morar em favelas é melhor, logo as pessoas devem se dirigir à periferia e construir favelas – que em nota anterior, sugeria ao Governo que facilitasse em todos os sentidos, a construção de habitações, dando, se não isenção, mas redução aos impostos sobre os materiais utilizados nas construções. Cf. *O Jornal*, nº.2480. Manaus, 14 de outubro de 1938.

<sup>264</sup> *O Jornal*, nº.2506, Manaus, 13 de novembro de 1938.

<sup>265</sup> Dessa data até o fim de 1945, só constatamos duas vezes, que *O Jornal* veio a público, para falar da crise de abastecimento de determinado serviço. O primeiro foi falta de determinado gênero alimentício em Manaus em julho de 1941. Nessa nota, que prova que a situação de crise ainda persistia na cidade, mesmo passado quase 04 anos de vigência do Estado Novo, ele sugeria que, praticamente, o único estoque de carne que ainda tem na cidade – e carne de pirarucu, não há nos mercados carne de boi o de tartaruga –, seja impedido de ser enviado ao Pará. *O Jornal*, nº.3340, Manaus, 05 de julho de 1941. O outro foi sobre a falta de água em outubro de 1945. *O Jornal*, nº.6422, Manaus, 18 de outubro de 1945.

os problemas do cotidiano da sociedade manauara, o periódico agindo dessa maneira, desagradou às autoridades. Através desse seu silêncio, se escuta a censura do regime. Através da sua fala subsequente, se vê a imposição da propaganda estadonovista.

Em nota de 31 de dezembro de 1938, após um ano de discussão acerca do problema da moradia em Manaus, da ausência de uma infra-estrutura, o cotidiano na cidade parece mudar. Em uma nota a urbe –mesmo que se perceba, nessa nota, uma referência a existência de uma determinada crise de abastecimento – é apresentada de maneira diferente, uma cidade dinâmica, em progresso, ocasionado em certa forma, pelo do Estado Novo:

O crescimento, o progresso, a propulsão de Manáos é um facto que a ninguém escapa, é uma verdade que solta aos olhos do mais ligeiro observador, *que se evidencia com uma força e uma eloqüência bem características do momento histórico.*

Sente-se o desenvolvimento, o dynamismo da cidade me todas as suas fontes de actividade, economica e socialmente, no setor político como no financeiro.

A população aumenta de maneira espantosa, o movimento é um índice franco do avanço da metrópole da selva. Em qualquer ponto, nas ruas e nas praças, acotove-la uma multidão ruidosa, apressada. Os estabelecimentos regorgitam de freguezes, noite e dia, e, *apesar da crise, ainda não contornada pela safra, que se avishna, a circulação do dinheiro é qualquer coisa de impressionante*<sup>266</sup>.

È visível nessa citação, a mudança do discurso de *O Jornal* sobre a dinamicidade de Manaus. A análise dessa nota nos abre um panorama que, somada com as análises das outras matérias desse periódico, principalmente quando este fazia a “radiografia social” do cotidiano, nos possibilita a visualizar o exato momento em que ocorre a censura estadonovista, e o jornal é obrigando à veicular uma visão coma qual não compactuava.

Mas esse não foi o único momento em que perceberemos a ação cerceadora do regime sobre o periódico. Há um exemplo gritante, que o próprio jornal comenta, *não com o intuito de criticar o governo*, mas sim com a intenção de esclarecer aos seus leitores, o porquê da interrupção de determinada prática.

Não sabemos desde quando, porém era prática de *O Jornal* transmitir programas noticiosos de estações de rádio estrangeiras, feitos de sua redação, através de aparelhos alto-falantes o que, segundo ele mesmo relata, agradava os ouvintes. Entretanto, ele teve

---

<sup>266</sup> O Jornal, nº.2547, Manaus, 31 de dezembro de 1938. Grifo meu.

que cessar as transmissões<sup>267</sup>, pasmem, a censura veio diretamente do DIP no Rio de Janeiro, na figura de seu diretor. Acompanhemos o relato do próprio periódico:

É o caso que fomos intimados, de ordem do sr. dr. Sadi Tapajós alencar, chefe de Polícia do Estado, a cessar diretas retransmissões, *proibidas por determinação da autoridade competente*, esclarecido o assumpto, *que fôra, em resposta a uma consulta daquelle secretario do governo amazonense*, conforme telegramma recebido por s. sia e do qual nos foi mostrada uma copia, despacho esse firmado pelo sr. Assis Figueiredo, director geral, interino, do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Dito despacho continha a sythese das providencias necessárias para o funcionamento dos altos-fallantes<sup>268</sup>.

A referida nota é interessante em outro aspecto, e esse também surpreende. Sabemos que a responsável no Amazonas pela censura/controle da imprensa e radiodifusão era a Delegacia de Segurança Política e Social, contudo a direção desse órgão, teve que fazer uma consulta ao DIP, para averiguar se essa prática de *O Jornal* era legal.

Isso demonstra, que os órgãos censores do Amazonas, não tinham de fato, *a noção exata*, em que situações ela deveria agir e até que ponto a censura poderia atuar. Isso abre um precedente para que reafirmemos que, a censura/controle desses órgãos, até a criação do DEIP, em alguns casos, não foi tão eficiente.

“Deixando de lado” essa observação, voltemos a visualizar a atuação de *O Jornal* durante o Estado Novo. Como foi citado outrora, era praxe, como nos assegura a nota/depoimento do jornalista carioca Costa Rego encontrada no JC, do DIP – com colaboração da Agência Nacional que atuava junto à Divisão de Imprensa – mandar matérias oficiais aos jornais, para que elas fossem publicadas, mas adquirindo um caráter ficcional de editorial<sup>269</sup>. Dessa forma, muitas notas oficiais perdiam essa característica, tendo como objetivo, passar uma idéia para o leitor de que, as matérias teriam sido elaboradas pelas direções desses periódicos.

No caso anterior – sobre o elogiou, que *O Jornal* faz ao progresso de Manaus –, foi possível perceber que era o regime falando e não o periódico, na medida em que nós

<sup>267</sup> É sabido que a Divisão de Rádio do DIP era a responsável, dentre outras coisas, por regular o funcionamento de alto-falantes e aparelhagens amplificadoras de som instaladas em locais públicos Cf. Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 70.

<sup>268</sup> *O Jornal*, nº.3267, Manaus, 11 de abril de 1941. Grifo meu

<sup>269</sup> *Jornal do Commercio, O Dip*, nº.13777, Manaus, 08 de março de 1945.

acompanhamos sua percepção, anterior, acerca do cotidiano da cidade, e como vimos sua visão não era favorável.

Outros momentos, nos quais é possível percebermos que é o regime falando através de *O Jornal*, são as datas comemorativas. Nessas datas – aniversário do Estado Novo, de Vargas, República, Independência, 1º de maio, Revolução de 1930, etc. – as notas e os editoriais são de defesa do regime, e do seu enaltecimento, e claro do seu presidente. Porém, mesmo excetuando as datas comemorativas, a propaganda varguista nas páginas desse periódico, diferentemente do JC – na sua face silenciosa que na grande maioria das vezes só comentava sobre o regime em datas comemorativas, *quando obrigado* –, por algum motivo alheio ao nosso conhecimento, talvez alguma regalia, é constante.

Apesar dessa constância, não devemos achar que *O Jornal*, em algum momento aceitou os ditames políticos do regime – em algumas notas, é visto o seu apoio a Vargas, *mas essa ambigüidade* desse periódico, eu deixo para discutir na parte conclusiva desse tópico –, no mais, me baseando em Costa Rego e na trajetória desse periódico, a fala não era sua, na realidade era o regime falando através de suas páginas.

É através desse prisma que devemos analisar algumas notas e editoriais, encontrados nas páginas de *O Jornal*, nas quais se vê uma defasa enfática do regime. Como exemplo, temos um editorial no qual, o periódico, defende a Constituição estadonovista, pois esta teria dado autoridade ao regime para se intervir na economia, fazendo com que, os mais necessitados, principalmente nesses anos de crise, não ficassem a mercê de mercadores e comerciantes “sem escrúpulos”, que só pensam em lucros, aumentando por conta própria o preço de gêneros de primeira necessidade:

A Constituição Nacional de 37, *cancelando com profunda visão as exageradas franquias com que o democratismo liberal entortou a Nação durante 50 anos*, não nos restituiu somente a realidade das nossas carencias de disciplina moral, mas também, prevendo calamidades e armando-nos para afrontá-las, vem demonstrando agora que, sem ela o Brasil em estado de guerra se dividiria fatalmente em dois bandos agressivos, furiosamente hostis entre si: o bando dos comedores e o bando dos comidos.

*Invectiva-se aquele grande codico*, e essas invectivas mais ou menos violentas, desfechadas por cautela na intimidade da família, são de todo o ponto injusta. Imagine-se o que seria de nós, se esse poderoso freio de desvairada ambições, neutralizador formidável dos infinitos ardis da burla e da fraude, não estivesse a vigorar aí na sua viril plenitude, impedindo que a gula insofrida dos Pantagruéis nos reduzisse a febre para regalo dos seus estômagos!

Convenhamos que só a Constituição de 37, na imperiosidade de seus preceitos defensivos dos interesses populares, *contra os quais atenta hoje o mercantilismo até o inverossímil da audácia exploradora, seria capaz de possibilitar uma legislação cabal na sua eficiência*, como a que se vae elaborando, contra as multiplas formas da avassalante auricidia<sup>270</sup>.

Heresia! O defensor baré do liberalismo, defendendo uma Constituição autoritária, de um governo despótico, que combatia a liberdade civil e a de imprensa, impondo limite para a sua atuação, isso soa herético. Através da análise minuciosa, desse periódico, veremos em várias ocasiões a manifestação oposicionista ao regime, demonstrando a suas incompatibilidades ideológicas, principalmente no que concerne a esfera política.

Falei anteriormente que *O Jornal* estava, ao fazer uma “radiografia do social” da sociedade manauara, resistindo, mesmo que de forma despropositada, aos ditames do regime. Entretanto, em outros momentos suas críticas e resistências serão mais objetivadas, mesmo que em alguns casos veladas.

Não me atarei aqui, para não ser prolixo, as críticas e resistências veladas ao regime, que se encontram nas páginas de *O Jornal*. Tratemos aqui de visualizar as críticas e oposições diretas à censura e ditames estadonovistas.

A Segunda Guerra, fez com que muitos produtos que o Brasil importava, chegassem com dificuldade, em outros casos, suas presenças no mercado interno eram ínfimas. No ano de 1942, principalmente a partir do segundo semestre, essa crise de abastecimento atingiu, em cheio, a imprensa amazonense. A crise se localizou fundamentalmente, na escassez de papel, matéria prima necessária para a confecção de jornais da imprensa baré.

Para contorná-la, os proprietários dos órgãos locais, tomaram algumas medidas, como: a redução de tamanho; a diminuição do número de páginas, chegando ao cúmulo de circularem em alguns momentos, no caso do *Diário da Tarde* e de *O Jornal*, apenas com uma folha.

O grupo Archer Pinto, para manter a periodicidade de seus diários primeiramente sacrificou o *Diário da Tarde*, contudo, a partir do dia 13 de outubro de 1942, o racionamento chegou ao *O Jornal*. Mas o que tem haver essa situação, com uma possível crítica ao regime?

---

<sup>270</sup> O Jornal, nº.6022, Manaus, 25 de junho de 1944. Grifo meu

Ora, como sabemos, quem controlava a importação de papel para empresas editoriais e para a imprensa era o Estado Novo. A situação já era perturbadora, e segundo *O Jornal*, piorava ainda mais devido a esses entraves. Em nota que circulou durante três dias consecutivos, esse periódico, explica ao seu leitor, que serão tomadas medidas de racionamento para a sua confecção, como sucedeu com o *Diário da Tarde*. O esclarecedor da nota é que, ele além de criticar/denunciar, o entrave imposto pelo regime à obtenção de papel, de maneira indireta denuncia/critica, todas as outras medidas cerceadoras enfrentadas pela imprensa:

*Agrava-se, cada vez mais, a crise que envolve a imprensa, nesses dias difíceis de restrições de toda a espécie, e os óbices que a aquisição do papel para jornais, aos centros produtores de maneira alguma tiveram suas barreiras diminuídas, antes ainda mais se extremam, à proporção que todos os recursos dos povos empenhados em luta contra as nações agressoras convergem para o esforço bélico, quer sejam de ordem industrial, quer se projetam no plano dos transportes, etc*<sup>271</sup>.

Essa nota ainda se torna bastante interessante, uma vez que em determinada passagem ela afirma que nesses anos difíceis de guerra, a partir de 1942, os obstáculos para a obtenção de papel invés de diminuir, *se extremavam ainda mais*. Essa passagem se torna esclarecedora, uma vez que se soma a uma idéia, defendida nessa Dissertação. A pouco, afirmamos que, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra o governo Vargas, percebendo sua contradição, e ciente que daria munção à oposição, investiu ainda mais contra a liberdade civil e da imprensa, com a intenção de controlar essa oposição.

Ainda em busca de fatos que corroborem com essa idéia, em outra circunstância, esse periódico, deixa escapar que o grupo Archer Pinto demonstrara em certa situação, um descontentamento com a atuação do DEIP, no que concerne a determinados assuntos; entenda-se aqui, demonstrara descontentamento sobre um controle mais rígido da censura à imprensa amazonense.

---

<sup>271</sup> O Jornal, nº.3695, Manaus, 09 de outubro de 1942. Grifo meu. Uma passagem dessa nota se torna bastante esclarecedora que se soma a uma idéia, defendida nessa dissertação. Em outra passagem afirmamos que, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, o Governo Vargas, percebendo sua contradição, e ciente que daria munção à oposição, teve uma investiu ainda mais contra, a liberdade civil e da imprensa. Acompanhe a parte da nota, que estou me referindo; “e os óbices que a aquisição do papel para jornais, aos centros produtores de maneira alguma tiveram suas barreiras diminuídas, *antes ainda mais se extremam*”.

Na edição de 03 de maio de 1944 do *Diário da Tarde* – edição essa que não foi encontrada – teria trazido uma matéria, que criticava determinadas ações realizadas por um pequeno número de funcionários do DEIP. Contudo, segundo *O Jornal*, a matéria teria sido mal interpretada, pois se pensou que o grupo Archer Pinto, através de o *Diário*, estivesse criticando o DEIP, como um todo. Devido a esse *mal entendido*, *O Jornal* veicula uma nota de esclarecimento. Porém mesmo nessa nota de esclarecimento é possível perceber, críticas à ação cerceadora desse órgão, e um tom de ironia ao regime:

Não. Absolutamente não. Os nossos jornais, até hoje, teem merecido do D.E.I.P. tratamento o mais cordial, e embora nem sempre estejamos nos e esse operoso órgão do governo de completo acordo no exame de certos assuntos, essa divergencia jamais chegou a abrir brechas nos planos de entendimento e de compreensão que sempre nos ligaram. Quer da parte do seu atual diretor, dr. Aldemir Miranda, quer quanto ao seu antecessor, dr. Araújo Neto(...)

*O D.E.I.P., no Amazonas, tem sido até hoje um organismo que vem prestando relevantes serviços à administração estadual e ao Brasil, e a sua atuação junto à imprensa baré é plenamente eficiente, visto que, compreendendo a finalidade determinante da sua criação, procura colaborar e auxiliar, objetivando o bem comum.*

*A nossa local de ante-ontem, clara, meridiana, levava um destino certo: era dirigida a alguns auxiliares da administração, felizmente em pequeno numero, que julgavam poder pedir ao D.E.I.P. que servia de capa aos seus erros e às suas faltas, e que procuram obter dos dirigentes do D.E.I.P. que este se torne órgão inquisitorial de policia da palavra escrita, carrasco da crítica, mas sem o conseguir<sup>272</sup>.*

Percebe-se que para *O Jornal* (grupo Archer Pinto), evitar qualquer represália advinda do DEIP, ele elenca alguns auxiliares do DEIP como objetos de críticas, entretanto é perceptível, através de sua ironia que, sua “censura” é direcionada ao DEIP, como um todo, na medida em que, ele era sim, e “nosso” periódico sabia muito bem disso, um instrumento inquisitorial de polícia da palavra escrita, e carrasco da crítica direcionada ao governo.

Porém, de todas as resistências, oposições de *O Jornal* aos ditames estadonovista, para mim, a maior oposição/resistência, tem relação com seu posicionamento sobre os conflitos relacionados à Segunda Guerra Mundial.

Em dois de setembro de 1939, um dia após a invasão alemã à Polônia, o governo declara a neutralidade do Brasil, porém o comércio e a relação como os países do Eixo

<sup>272</sup> *O Jornal*, nº.5078, Manaus, 05 de maio de 1944. Grifo meu

não são interrompidos. Essa situação se reflete na atuação da imprensa brasileira, pois nesse momento inicial da Guerra, o regime manifesta uma simpatia a esses países fascistas, assim ela não deveria fazer comentários favoráveis aos Aliados ou críticas as ações do Eixo. Essa situação só começa a mudar a partir de 1941, com a aproximação cada vez mais entre o Brasil e os Estados Unidos.

Porém *O Jornal*, em certa forma, fiel aos seus preceitos, optou pela não neutralidade, e desde o início do conflito, denunciava as atrocidades do Eixo, falava bem dos Aliados, representados inicialmente pela figura da Inglaterra.

Em matéria do dia 10 de maio de 1940, ele noticia a invasão alemã à Holanda, Luxemburgo e Bélgica, países neutros no conflito. Mas o mais interessante ocorre na edição seguinte, no qual é veiculada uma nota em que *O Jornal* vangloria-se de ser um dos três periódicos do Brasil a noticiar o acontecimento:

Fomos dos rarissimos jornaes do Brasil que anunciaram os acontecimentos na manhã de hoje (ontem), e além de nós, apenas o “Correio da Manhã” e “O Jornal”, os grandes matutinos cariocas, tiveram a possibilidade de divulgar aquellas sensacionaes informações, conforme comunicação telegraphica que recebemos do Rio<sup>273</sup>.

Realmente temos que louvar essa agilidade de *O Jornal*, contudo essa matéria não foi fruto somente da agilidade, foi também da ousadia, mostrando sua oposição ao regime. Não podemos visualizar de que maneira os outros dois periódicos que noticiaram o acontecimento e se posicionaram sobre o mesmo.

Mas sendo um dos periódicos o *Correio da Manhã*<sup>274</sup>, periódico no qual trabalhava o jornalista Costa Rego crítico desde sempre do regime<sup>275</sup>, e que vai em 1945 apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>276</sup>, é de se esperar que a ousadia também fora sua característica. Agora é de se estranhar que o outro periódico seja *O Jornal* (do Rio de Janeiro) órgão dos “Diários Associados”<sup>277</sup>, talvez caberia, somente usar o termo

<sup>273</sup> O Jornal, nº.2982, Manaus, 11 de maio de 1940. Parêntese meu.

<sup>274</sup> Será no correio da Manhã, que será publicada em 22 de fevereiro de 1945 a entrevista de José Américo de Almeida, considerada a uma da primeira crítica pública, mais enfática ao regime.

<sup>275</sup> Segundo a historiadora Silvana Goulart, esse jornalista era visado pelos órgãos censores do regime, por sua constante oposição ao Estado Novo. Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 135.

<sup>276</sup> Cf. Jornal do Commercio, nº.13777, Manaus, 08 de março de 1945.

<sup>277</sup> Cf. Jornal do Commercio, nº.13777, Manaus, 08 de março de 1945.

agilidade, na medida em que, nesse período, ele agia em cumplicidade com o Estado Novo.

Se, era proibido antes do rompimento do Brasil com o Eixo, falar da ideologia dos blocos em guerra<sup>278</sup>, deveriam ter avisado *O Jornal*, pois em alguns momentos – mesmo que parcimoniosos –, anteriores a 1942, ele se referiu ao assunto. Um bom exemplo está relacionado ao aniversário do Primeiro Ministro inglês Winston Churchill, no qual o periódico aproveita o ensejo para elogiar esse governante, e criticar Hitler. Segundo o periódico, Churchill era um chefe de capacidade inigualável na história inglesa, que desde o primeiro momento se pôs a lutar em favor da democracia, contra uma fúria de destruição e de desumanidade que talvez “desde Atila”, o mundo não via sobre a Europa, fruto da monstruosidade de Adolf Hitler, Churchill aparecia como “a resistência, é o contra-golpe, é a própria luta à agressão”<sup>279</sup>. A figura 07 retrata a visão desumana e anticristã de Hitler veiculada algumas vezes nas páginas de *O Jornal*. Nela Hitler é representado como um dos quatro cavaleiros do Apocalipse. Pelo fato dele está em um cavalo branco ele representaria o próprio Anti-Cristo, trazendo destruição ao Cristianismo e a humanidade.

**FIGURA 07**  
**HITLER – CAVALEIRO DO APOCALIPSE**



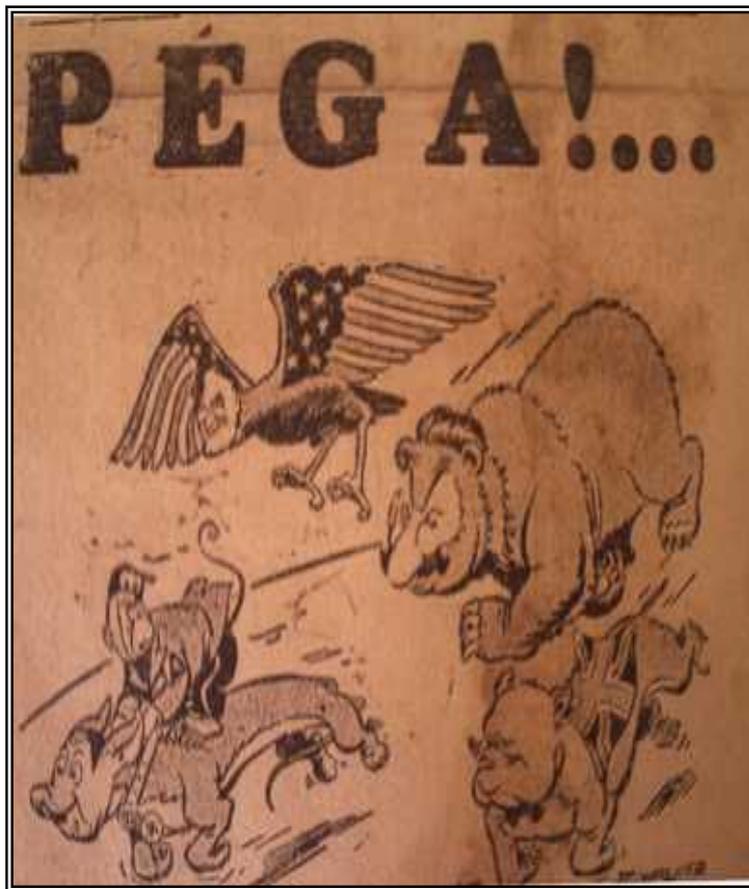
Fonte: O Jornal, nº. 3515, Manaus, 06 de março de 1942.

<sup>278</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.127.

<sup>279</sup> O Jornal, nº. 3483, Manaus, 30 de novembro de 1941. Grifo meu.

No contexto da guerra, em vários momentos *O Jornal*, reconheceu a importância da Rússia para a vitória frente ao “inimigo comum”. Churchill, desde sempre, Roosevelt e Stálin, passam a serem representados como os libertadores da humanidade (figura 08). Nessa perspectiva nas páginas desse periódico, é visível sua intenção para que o Brasil apóie os Aliados. Fato que só irá ocorrer em 29 de janeiro de 1942, quando o nosso país rompe com os países do Eixo, em agosto declara guerra a eles.

**FIGURA 08**  
**ALIADOS AVANÇAM SOBRE O EIXO**



Fonte: O Jornal, nº3847, Manaus, 08 de abril de 1943.

Com a rendição da Alemanha, esse periódico vai se sentir vitorioso. No dia 09 de maio, um dia após a rendição, ele veicula um editorial de comemoração. Através de sua leitura é possível visualizar, os embates que ele travou internamente, para se manter firme em sua posição de sair a favor dos Aliados, para tanto ele se opôs, como defendemos aqui, à censura estadonovista e ao próprio regime:

Nesta casa, estas horas são de emoção e júbilo, de regosijo e intensa alegria. *A vitória também nos pertence, também contribuimos para ela, na medida das nossas possibilidades, alistando-nos, desde os primeiros momentos,*

*entre aquele que não se rendiam sem luta à agressão nazi-fascista. (...) Não foram poucas as amarguras, não foram curtos os sofrimentos que nos acarretou essa decisão, mas sofrimentos e amarguras não tiveram a força de modificar o nosso espírito de resistência. Eram, então, O JORNAL e o DIÁRIO DA TARDE, os únicos diários, nesta terra, que defendiam a França vilipendiada e a Grã-Bretanha heróica. (...) Contra nós, mais de uma tentativa levaram a cabo os agentes teutônicos, empregando aqueles seus preferidos elementos. E fracassaram. A ameaça não tinha força para modificar a nossa decisão, que nascia do coração e do espírito, e o suborno não abalava a nossa modéstia<sup>280</sup>.*

Contudo, percebemos ao se analisar as críticas e a oposição de *O Jornal* ao Estado Novo, certa *ambigüidade* na atuação desse periódico. Suas críticas não eram direcionadas ao regime como tudo, os alvos preferidos, como em algumas passagens já deixamos implícitos, eram a ausência de direitos políticos, da liberdade civil e da imprensa, não identifiquei nenhuma crítica à figura do ditador, tampouco, ao seu representante no Amazonas, o interventor Álvaro Maia, mesmo quando ambos estavam depositos.

Ao contrário, o que se viu em muitas ocasiões, são elogios espontâneos, aos dois governantes, principalmente no que concernia o progresso econômico do país, a inserção do Amazonas na economia nacional e na busca da estabilidade da economia local. O exemplo abaixo, exprime essa perspectiva, ele ainda contém críticas às antigas oligarquias locais, deslocadas do poder, que voltavam a ressurgir devido à abertura política; a imprensa que pede pela saída de Vargas:

Por quase dois decênios os governadores desse Estado deixaram acumular responsabilidades de natureza financeira. *Não pagavam ordenados, não atendiam a outros encargos relativos a despesas feitas, pois preferiram aplicar a renda pública em finalidades outras, muitas vezes inconfessáveis.* E dentro em pouco havia uma dívida interna de cento e vinte milhões de cruzeiros.

Durante anos arrastou-se o caso do pagamento desse encargo, que só fazia crescer, pela acumulação de juros, e aumentar o prejuízo dos credores.

(...)

E hoje, *graças exclusivamente às providências do chefe da nação, está praticamente extinta essa dívida.* Normalizou-se a situação do erário do Amazonas e os prejudicados durante muitos anos pelos desacertos e algo mais dos governadores desse Estado lograram ser embolsados do que lhes cabia.

Sobre esse grande serviço prestado ao país pelo presidente da República, um serviço que corrigiu sérios males e eliminou uma vergonha de nossa

<sup>280</sup> O Jornal, nº. 6286, Manaus, 09 de maio de 1945. Grifo meu

administração, é claro que as colunas da imprensa contrária ao governo guardam completo silêncio...<sup>281</sup>

Absurdo, como um órgão que se diz defensor do liberalismo poderia ter esse comportamento? Ora, há uma logicidade nisso. Se formos analisar os intervencionismos antiliberais do Estado Novo, perceberemos que suas críticas se centraram no liberalismo político, no que tangenciava o liberalismo econômico, como nos lembra a historiadora Ângela de C. Gomes, a investida era mais para corrigir os exageros, “o intervencionismo do Estado – assumindo a planificação econômica e até a participação na produção – também não deveria chegar aos excessos totalitários de negação do mercado e do valor econômico de uma liberdade privada do indivíduo”<sup>282</sup>. Esse posicionamento é visto, como se falou outrora, na própria Constituição estadonovista, que reconheceu e garantia através do parágrafo 14º, do artigo 122, o direito de brasileiros e estrangeiros à propriedade privada.

No mais, se formos visualizar a trajetória desse periódico, desde o Governo Provisório (1930-1935), ver-se-á que ele agiu praticamente, da mesma maneira, ou seja, reconhecendo as diretrizes de restaurações econômicas e de equilíbrio financeiro, e ao mesmo tempo criticando o posicionamento discricionário do regime. Com a implantação do Estado Novo, apesar desse ser mais autoritário, essa posição ambígua ainda permanece.

*O Jornal*, mesmo criticando o autoritarismo do Estado Novo, reconheceu certo perfil progressista desse regime. Esse foi um dos fatores que o levou a apoiar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, na medida em que, esse candidato, agora na democracia, poderia dar continuidade às medias progressistas tomadas por Vargas – não seria exagero perceber que ele optaria pela permanência de Vargas, mas sem o despotismo estadonovista. Nessa perspectiva ele seria uma alternativa contrária, às

<sup>281</sup> O Jornal, nº. 6304, Manaus, 30 de maio de 1945. Grifo meu. Em várias notas a atuação de Vargas, na economia que viabilizava o crescimento econômico do Brasil, era ressaltada. Esses elogios vinham principalmente, em notas comemorativas, logo é perceptível do DIP. Contudo em muitos casos, essas notas apesar dessa interferência desse órgão censor, manifestavam o pensamento desse periódico. Como exemplo, temos uma nota comemorativa do 07 de Setembro. “Erigiu (Vargas) um monumento legislativo, a cuja luz protetora os direitos sociais surgiram bem definidos, *através de sabia e salutar assistência às classes produtoras da riqueza nacional*. O operariado obteve um corpo de leis de amparo e proteção que é, hoje, considerado o mais perfeito do mundo. (...). Cuidou-se do solo, desenvolveu-se o fomento agrícola, e do sub-solo, no estímulo à indústria carbonífera e na realidade siderúrgica. O petróleo saiu forte e abundante, no seu papel de hemoglobina de nossa economia”. O Jornal, nº. 3977, Manaus, 07 de setembro de 1943. Grifo meu

<sup>282</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 189.

forças da antiga oligarquia da “Republica Velha”, que se organizam em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes, grupo esses que esse periódico criticara desde o seu aparecimento na década de 1930.

**CAPÍTULO III –**  
**CONQUISTANDO CORAÇÕES E FORMANDO**  
**MENTES?**  
**A PROPAGANDA ESTADONOVISTA.**



## Capítulo III

### CONQUISTANDO CORAÇÕES E FORMANDO MENTES? A PROPAGANDA ESTADONOVISTA <sup>283</sup>

É sabido que o Estado Novo atribuiu significativa importância à questão da nacionalidade<sup>284</sup>. Ele desenvolveu, nas décadas de 1930 e 1940, um projeto de identidade nacional coletiva, um projeto de Nação, que visou à unidade e unanimidade nacional à sua causa.

Porém, antes de nós explanarmos acerca dos motivos que levaram o Estado Novo atribuir determinada importância à questão da nacionalidade, gostaríamos de debruçarmo-nos aqui, sobre o conceito de Nação, e em seguida, procurar demonstrar a importância da utilização de uma propaganda política para o Estado Novo, com o intuito de implementar um projeto de nacionalidade coletiva.

Em outro momento, com base nas interpretações da noção de “Imaginário Social” de Bronislaw Baczko e de “Representação Coletiva” de Roger Chartier<sup>285</sup>, percebemos que através dos imaginários e representações, uma coletividade designa uma identidade de si, constrói como afirma Maria Helena Capelato, sua razão de ser<sup>286</sup>.

Através desse panorama, reportamo-nos agora ao cientista político Benedict Anderson, na medida em que o viés interpretativo que adotamos, para a busca de um conceito de Nação, encontra-se respaldo na noção que esse autor tem de Nação.

Anderson propõe, dentro de um espírito antropológico, que uma Nação seja uma *comunidade política e imaginada*, “e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”<sup>287</sup>. Ela é imaginada, uma vez que as pessoas se consideram pertencente a determinado grupo, que têm algumas coisas em comum, mesmo sabendo que nunca conhecerão ou sequer ouvirão falar nos seus companheiros. Por mais que

---

<sup>283</sup> Esse título é uma clara referência à historiadora Maria Helena Capelato. Suas obras me influenciaram bastante para a realização dessa Dissertação.

<sup>284</sup> Cf. Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p. 221.

<sup>285</sup> Rever no Primeiro Capítulo, o terceiro tópico “A propaganda política: O seu papel no varguismo e os instrumentos de controle da imprensa”.

<sup>286</sup> Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p. 211.

<sup>287</sup> Benedict ANDERSON. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão de nacionalismo*. 2008, p 32.

sejam imaginadas, não existem comunidades falsas ou verdadeiras, o que existem são as maneiras pelas quais são imaginadas e os recursos que elas lançam mão.

Elas ainda seriam *limitadas*, na medida em que têm fronteiras finitas, para além das quais existiriam outras Nações, e nem uma delas se imagina sendo uma extensão única da humanidade. Elas são *soberanas*, porque sonham em ser livres, sendo o Estado Soberano o emblema dessa liberdade.

Por fim, conclui o autor, a Nação é imaginada como uma *comunidade*, uma vez que independentemente de hierarquias sociais e de qualquer tipo de exploração que possa existir, ela é concebida como uma estrutura de camaradagem horizontal, estabelecendo assim, a vitória do nós coletivo<sup>288</sup>.

Assim sendo, toda e qualquer Nação, parte de uma identidade coletiva, identidade essa que é criada, imaginada, na medida em que é baseada num sentimento de pertencimento a um povo, a uma mesma tradição, tendo a mesma língua.

Mas como ocorre a criação de uma idéia de Nação, de um sentimento de nacionalidade? Para tentarmos responder a esse questionamento, vamos nos reportar mais uma vez a Bronislaw Baczko, na medida em que, acreditamos que, guardada as devidas proporções, a criação dos imaginários sociais e do sentimento de nacionalidade (idéia de Nação) trilham vias similares.

Como vimos no primeiro capítulo, Baczko em relação à criação dos imaginários sociais acredita que, nas sociedades em que não vemos a presença de um poder estatal, o imaginário social, como os mecanismos e técnicas do seu uso, sejam espontaneamente produzidos. Todavia, no decurso do longo caminho histórico que conduz dos mitos com implicações ideológicas às ideologias que escondem parte dos mitos seculares, formou-se progressivamente uma atitude instrumental e utilitarista perante os imaginários sociais. Nos tempos modernos, a criação dos imaginários sociais e o controle das técnicas e instrumentos que possibilitam a sua criação, são extremamente importantes para o exercício do poder, pois ajudam na persuasão, criam emoções e inserem valores na sociedade<sup>289</sup>.

Por esse prisma, em sociedades sem um poder estatal, a criação de um sentimento de nacionalidade ocorreria na maioria das vezes de forma espontânea.

---

<sup>288</sup> Ibid, p. 32-34.

<sup>289</sup> Bronislaw BACZKO. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*. 1985, p. 299-300.

Contudo, assim como em relação aos imaginários sociais, se criou uma atitude instrumental e utilitarista perante a idéia de Nação, na medida em que, sua criação e o domínio das técnicas e instrumentos que lhe criam, são importantes para que dado grupo exerça poder, espalhando sua visão de mundo para outros grupos da sociedade.

Assim, através dessa perspectiva, percebemos que a idéia de Nação (nacionalidade) é criada por determinado grupo ou estrato social, e este através de negociação, “imposição”, através da “circulação de idéias”<sup>290</sup>, “das lutas de representações”<sup>291</sup>, através dos usos políticos dos imaginários sociais e das representações, a estende para outros estratos de uma dada sociedade, visando a legitimação de determinada ordem social ou de sua visão de mundo.

Durante o Estado Novo, a nacionalidade posta em prática não foi uma criação “espontânea”, mas sim o fruto de um projeto de sociedade, que buscou criar um sentimento nacional que, a pesar das desigualdades das estratificações sociais no Brasil desse período, procurou trazer a idéia de “camaradagem horizontal”.

Nesse regime, o uso político dos sistemas de representações fez com que ocorresse aquilo que o historiador Roger Chartier, ao se reportar à sociedade do Antigo Regime, denominou de “perversão da relação de representação”. Para esse historiador, nesse tipo de sociedades, devido à hegemonia do Estado absolutista, as lutas de representação têm como desafio manter a hierarquia da própria estrutura social; então veremos formas de teatralização da vida social, ocorrendo desse modo, exemplos

---

<sup>290</sup> Nesse caso, essa idéia de circulação, deve ser entendida enquanto um relacionamento circular realizado através de influências recíprocas entre culturas e valores das classes dominantes e subalternas. Para tanto me reporto a Carlo GINZBURG. *O queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2000. Ver principalmente o prefácio da edição italiana.

<sup>291</sup> Roger Chartier ao se reportar à noção de “representação coletiva”, de Marcel Mauss e Emile Durkheim, acredita que as representações coletivas sejam consideradas como as fontes ou origens das práticas construtivas do mundo social; nesse sentido, a noção de representação coletiva permitiria a articulação de três modalidades da relação com o mundo social: “Primeiro o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contrariamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; em fim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais representantes (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou classe”. Esse panorama adotado pelo autor enfatiza os embates ou lutas de representações como construtora de identidades sociais, ou seja, do embate entre as representações impostas pelos que têm o poder de classificar e instituir, com as construídas pela própria comunidade – de maneira passiva ou resistente – temos como resultado a construção de realidades sociais, de identidades sociais. Roger CHARTIER. *O Mundo como Representação*. In *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. 2002, p. 73.

manifestos de perversão da relação de representação através de dominação simbólica. Assim, todas as formas de teatralização visariam,

*com efeito, a fazer com que a coisa não tenha existência senão na imagem que a exhibe, com que a representação mascare ao invés de designar adequadamente o que é o seu referente. A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso a força bruta<sup>292</sup>.*

Porém, guardadas as devidas proporções, “o sistema” teórico-conceitual-analítico de Chartier – se assim podemos dizer –, pode ser aplicado à sociedade estadonovista, uma vez que nela, além de vermos a presença de um tipo de Estado despótico, também veremos – apesar de serem outras e em momento histórico distinto –, formas de teatralização da vida social para manter as estruturas e hierarquias sociais, ocorrendo para tanto, perversões da “relação da representação”: afinal de contas, a propaganda estadonovista não seria um enredo de uma peça teatral?

Durante o Estado Novo, a propaganda política utilizada, manteve uma relação intensa com os usos políticos dos sistemas de representações (representações do poder [políticas]). Dessa maneira, como vimos outrora<sup>293</sup>, para o bom resultado daquela, ela se apropria de elementos simbólicos deste campo, no qual, segundo a historiadora Maria Helena Capelato, se desencadeia uma luta de forças simbólicas, se instaurando, dessa maneira, uma dominação do tipo simbólica, que visaria o reforço da dominação<sup>294</sup>, inserindo nessa sociedade uma nova forma de identidade nacional.

Desse modo, o Estado Novo procurou transformar a identidade nacional de cunho individualista em uma identidade nacional coletiva, significando dessa maneira, a vitória do “nós” sobre o “eu”. Tarefa essa, considerada elemento “constitutivo primordial da política de massas introduzidas nesse período” em nosso país<sup>295</sup>.

<sup>292</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude. 2002, p.75. Grifo meu.

<sup>293</sup> Rever o terceiro tópico “A propaganda política: O seu papel no varguismo e os instrumentos de controle da imprensa” do primeiro capítulo.

<sup>294</sup> Maria Helena CAPELATO. Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo. 1998, p.38.

<sup>295</sup> Maria Helena CAPELATO. Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo. 1998, p. 212.

O Brasil da década de 1920 foi marcado por inúmeros problemas sociais, como as constantes atividades dos operários que culminavam muitas vezes em greves de consideráveis proporções e o movimento tenentista. Esses conflitos sociais fizeram com que o tema das massas viesse à tona. As elites brasileiras, muitas das vezes através de seus intelectuais, voltaram suas preocupações para o controle das massas e buscaram alternativas para integrá-las politicamente, com a intenção de se evitar revoluções populares.

Segundo a historiadora Maria H. Capelato, a questão social passou a ser o grande fantasma a ser exorcizado. Nesse campo, germinaram idéias nacionalistas vindas da Europa e reinterpretadas em nosso país. Assim emergiram das idéias de grupos nacionalistas, propostas que defendiam uma nova identidade coletiva<sup>296</sup> para viabilizar a integração dos trabalhadores à sociedade e, para organizar as massas perigosas e inorgânicas.

A crítica desses intelectuais foi direcionada, como vimos no primeiro capítulo, ao liberalismo, na medida em que, segundo aqueles, esse não conseguiu resolver os problemas nacionais. Por essa perspectiva, a formação de um Estado forte e centralizado foi percebida como condição primeira, para a produção de uma consciência, de uma unidade nacional.

Segundo o historiador Adalberto Paranhos, para intelectuais como Francisco Campos, vivia-se em um tempo de mudanças, elas deram extraordinários impulsos às manifestações das massas irracionais, que ameaçavam impor sob seu domínio o processo político. A resolução dessas questões políticas, não seria passível de serem resolvidas através dos debates de idéias, não se resolveriam através do debate intelectual ou parlamentar<sup>297</sup>.

Em uma sociedade de massas, a integração política só seria possível se, se lançasse mão de todas as alternativas para a manipulação dessa forças irracionais. Nessa perspectiva a valorização de um Estado Autoritário como controlador das massas, era a melhor alternativa.

---

<sup>296</sup> Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p.212.

<sup>297</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 48-49.

Para Francisco Campos, dentre outros defensores do autoritarismo, os ‘Estados Autoritários’, não seriam criações de uma minoria, eles seriam ao contrário, respostas à presença das massas, na medida em que,

*onde quer que existam massas sempre se encontra a autoridade, tanto maior e tanto mais forte quanto mais numerosas e densas forem aquelas. À medida em que o espaço se povôa e se articula, que deixam de existir áreas rarefeitas, de distancia e isolamento, que se apura a técnica de convivência humana e os instrumentos de atividade postos à disposição dos indivíduos se multiplicam, torna-se necessário, para garantir os bens da civilização e da cultura, dotar o governo de possibilidades de ação rápida e eficaz<sup>298</sup>.*

Para a gestão desse Estado, tornar-se-ia imprescindível a figura de um chefe, de um César, que controlaria as massas irracionais. Esse líder seria cultuado e a unidade nacional posta em prática. Nesses anos – início e decurso da década de 1930 –, a figura que se destacou para se tornar esse possível líder, foi a de Vargas.

Durante o Estado Novo, através do culto ao Chefe e ao regime, a questão da nacionalidade será exaltada para a conquista das massas, e assim acalmá-las. E também, como bem salienta Paranhos, esse culto envolveu uma preocupação de ordem prática, na medida em que dizia respeito à legitimação do regime<sup>299</sup>.

Nesse processo a propaganda política estadonovista teve um papel imprescindível. Ela, ao agir no campo dos imaginários e das representações, procurou através de forças simbólica, provocar mudanças na maneira pela qual a sociedade brasileira se apreendia, ajudando a reforçar a impressão de unidade nacional entre os brasileiros. Ela ajudou o regime e seu chefe, a se apresentarem e representarem-se de maneira sempre grandiosa. Através desse prisma, experiências históricas anteriores tentaram ser apagadas; como exemplo o Estado se propôs a criar uma nova identidade para os trabalhadores.

### **3.1 – A construção da boa imagem do regime e das imagens “getuliana” e “alvariana”, através da imprensa.**

As idéias que defendiam um Estado autoritário responsável pela unidade nacional, e nesse viés, o culto a um chefe carismático que deveria liderar as massas, tem como base um pensamento autoritário, que é anterior ao Estado Novo e sua propaganda. Contudo

---

<sup>298</sup> Francisco CAMPOS. *10 de Novembro: resultado de 50 anos de experiência política*. 1938, p. 13-14.

<sup>299</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 59.

esse pensamento não nasceu plenamente constituído, ele se demonstrou flexível às influências do seu tempo<sup>300</sup>. Durante o Estado Novo, esse pensamento autoritário, mesmo mantendo sua essência, se reelaborou, e nesse momento ele foi direcionado a exaltar a imagem desse regime e de Vargas. Nessa perspectiva, muitos ideólogos apareceram para esse feito<sup>301</sup>.

Assim, muitas das idéias veiculadas pela propaganda estadonovista que exaltavam o regime, eram embasadas nas idéias desses ideólogos. As palavras deles, ao mesmo tempo em que serviriam para dar vivacidade às imagens e símbolos dessa propaganda, em muitos casos, serviram como a própria inspiração de imagens e símbolos veiculados por esta. Esses intelectuais, como afirma o historiador Alcir Lenharo,

agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tratavam-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir dessa operação, um todo único e compreensível. Fundamentalmente, deslocavam o real do plano do abstrato para o sensível, convertendo a sua inteligência numa operação visualmente agradável, colorida, sonora, emotiva, sentida, espetacular<sup>302</sup>.

Devido a isso, acredito que para compreendermos melhor as mensagens e imagens veiculadas pela propaganda varguista, que procuraram construir uma boa imagem do regime e representar magnificamente o presidente, seja importante que façamos concatenações entre essas mensagens e as idéias desses teóricos.

Para não ser prolixo e de certa forma repetitivo, a essa análise elenco três ideólogos do Estado Novo. Os dois primeiros são Azevedo Amaral e Francisco Campos, estes que fazem parte da “Santíssima Trindade”, ou seja, dos três grandes ideólogos do Estado Novo, que a historiografia consagrou<sup>303</sup>. O outro é Leopoldo Peres, político amazonense do período, já citado anteriormente e visto por mim enquanto o arauto do Estado Novo no Amazonas.

---

<sup>300</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p.58.

<sup>301</sup> A historiadora Maria Helena Capelato cita, dentre as fontes consultadas para a realização de sua tese de livre docência sobre a propaganda política do varguismo e peronismo, transformada em livro, obras de 25 ideólogos do Estado Novo. Cf, Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p.301 e 302.

<sup>302</sup> Alcir LENHARO. *Sacralização da Política*. 1986, p. 54.

<sup>303</sup> O outro é Oliveira Vianna. Cf. René E GERTZ. *Estado Novo: Um Inventário Historiográfico*. In WERNECK DA SILVA, Luiz (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) *O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. 1991, p. 123.

### 3.1.1 – O Estado Novo, a nova democracia brasileira.

Na construção da boa imagem do Estado Novo, como já nos referimos no primeiro capítulo, o governo primeiramente ira tentar mudar a opinião dos brasileiros em geral, e dos amazonenses em particular, sobre o dia da implantação do regime. O dia 10 de novembro passa a ser apresentado, não como o dia de um golpe de Estado, mas como o dia do nascimento de uma fase grandiosa e progressista da história nacional. Ele passou a ser visto enquanto, “incontestavelmente a maior e mais fulgurante data da nossa historia politica”<sup>304</sup>.

Para os golpistas, esse dia seria o resultado de 50 anos de experiência política desastrosas, vista no Brasil do liberalismo, no qual se via o desmembramento da “unidade da Nação”. O regime de outrora estava em desacordo com a realidade brasileira; nessa perspectiva, o dia 10 de novembro foi uma resposta aos anseios do povo brasileiro, que plebiscitara um regime, coerente com realidade nacional. E eis que nesse dia, deu início ao governo que viria reafirmar o “imperium”<sup>305</sup> da vontade popular.

Essa idéia – a de que o 10 de novembro fora uma resposta dada ao caos visto na Primeira República e aos anseios populares –, durante todo o ano de 1938, é passada através da imprensa, pela propaganda estadonovista, mas ela ganha notoriedade a partir da comemoração do primeiro aniversário de implantação do Estado Novo:

Outras palavras não diriam tão expressivamente dos brados de socorro que convergiam de todos os quadrantes para o Palacio *onde o patriota via de coração sangrando o desmoronar do paiz*. Era o clamor pelo chefe.

Não esperou em vão, o povo.

A energia apenas aparentemente inerte, saltou em defesa da collectividade.

(...)

*Não ficaram os amazonenses alheios à grandeza da obra, a distancia não lhe roubou a satisfação de unir o seu esforço à tarefa bemfazeja. Com Álvaro Maia e Ruy Araújo, integraram-se na campanha bem dita, seguindo o rumo que lhes traçava o presidente Getúlio Vargas*<sup>306</sup>.

<sup>304</sup> Jornal do Commercio, nº.12570, Manaus, 09 de novembro de 1941.

<sup>305</sup> Cf. Francisco CAMPOS, *10 de Novembro: resultado de 50 anos de experiência política*. 1938, principalmente p. 16-17.

<sup>306</sup> O Jornal, nº. 2503, Manaus, 10 de novembro de 1938. Grifo Meu. A mesma linha de raciocínio foi divulgada em nota do JC, Jornal do Commercio, nº.11637, Manaus, 10 de novembro de 1938.

Como prática e estratégias do Estado Novo, para que ocorresse um melhor convencimento e aceitação, ele falava pelos outros. Ele tenta, como se percebe na nota supra, passar a idéia de que os amazonenses ansiavam por uma providência, e depois do “golpe”, os mesmo uniram as forças, liderados pelos representantes do regime no Estado.

Contudo, para que o ideário estadonovista tivesse maior aceitação, como complemento das mensagens e imagens da propaganda, ocorria a manifestação pública do poder do regime. Era praxe, junto à propaganda que se referia às datas comemorativas do regime, vir a anunciação das manifestações e solenidades do dia festivo. Assim, essas festividades, esses espetáculos do poder, sugeririam a impressão de unidade e comunhão coletiva, o que segundo Nelson Jahar Garcia tem a função de gerar estados de tensões emocionais, o que tornaria as pessoas mais permeáveis às mensagens<sup>307</sup>.

Com esse intuito, durante todos os aniversários do Estado Novo, através do governo do Estado, e a partir de 1943 através do DEIP, “manifestava-se” uma comunhão coletiva, e se realizavam grandes espetáculos.

Vejamos o caso o dia 10 de novembro de 1938. As comemorações – segundo a listagem de eventos noticiada na imprensa local no dia anterior – começariam às 5 horas da manhã, com os toques de bandas em frente ao Palácio do Governo. Após desfiles da força policial do Estado pelas ruas centrais da cidade, às 8 horas e meia seria inaugurada um dos trechos da Avenida Presidente Getúlio Vargas. O clímax seria a concentração, a partir das 9 horas, da população na Praça da República, onde estariam presentes autoridades e trabalhadores, nessa ocasião seriam distribuídos *adornos com as imagens de Vargas e de Maia*.

A comemoração dessa data natalícia se estenderia até as 22 horas, onde na Praça da Saudade a partir das 18 horas, seriam passadas filmes para a população, dentre os quais, se encontrariam filmes de complementos nacionais<sup>308</sup>; entenda-se aqui filmes ideológicos da propaganda estadonovista.

Nessas notas comemorativas do “10 de Novembro”, a propaganda estadonovista, também pegava o ensejo para tentava construir a boa imagem do Estado Novo. Porém essa construção não se limitava apenas a essa data, ela era comum em outras datas

---

<sup>307</sup> Nelson JAHR GARCIA. O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. 1982, p.113.

<sup>308</sup> O Jornal, nº. 2502, Manaus, 10 de novembro de 1938.

comemorativas, como 21 de Abril, o 1º de maio, aniversário de Vargas, 07 de setembro, Proclamação da República etc. Sendo vista em alguns outros momentos que não tinham relação com qualquer data natalícia.

Através da propaganda varguista, o Estado Novo foi apresentado e representado para os amazonenses, como o único tipo de governo capaz de resolver os infindáveis problemas nacionais, na medida em que seus quadros traziam para a Nação, constantes estados de sossego, ordem e segurança. No Estado Novo teria se restabelecido

a fraternidade nacional, enfraquecida pelas competições subalternas de uma política facciosa e de um bairrismo estreito. A nação destruiu as suas fronteiras internas, conservando apenas limites administrativos. A consciência da Pátria tornou-se uma indivisível. Como um vexilo, *a bandeira da Democracia*, cujo o programa suntuoso se reflete na Constituição de Dez de Novembro, inspiradas nas tradições e na realidade brasileiras, *estende-se pelo espaço imenso do país, evidenciado que a nossa condição de povo livre permanece intangível*<sup>309</sup>.

Ele era o oposto do regime implantado em 1889, este que erra desde o início, segundo a propaganda estadonovista, em determinar ciclos para a sucessão presidencial. De quatro em quatro anos, a escolha dos presidentes vinha através de abalos e traumatismos sociais, coisa não vista no Estado Novo, na medida em que a autoridade, a centralização do poder, fazia com que a situação política do país caminhasse na mais perfeita ordem, trazendo disciplina e um norte para o crescimento econômico do País. Nessa perspectiva se fazia crítica à independência dos três poderes e defendia a supremacia do Poder Executivo, isso é visto desde o início do regime:

*O exercicio "harmonioso" dos tres poderes nunca passou de uma figura de rethorica, pois onde actuum tres formas independentes, os choques serão inevitaveis: ou um poder se sobrepõe a outro, desmintindo a theoria em proveito da realidade, ou os poderes se embaraçam reciprocamente, annullando-se nessa esterilidade dos Estados Liberaes.*

(...)

*Em contraste com essa pobreza legislativa, os regimes em que o Executivo goza de autoridade indispensavel ao desempenho da complexa atividade da administração, mostram-se muito mais productivos não retardando a promulgação das leis necessaria ao desenvolvimento da nação e ao bem estar do povo.*

(...)

A Carta de 10 de Novembro rompeu com a mistificação dos estatutos republicanos anteriores e proclamou, attendendo a um imperativo nacional, que

<sup>309</sup> O Jornal, nº. 3977, Manaus, 07 de setembro de 1943. Grifo meu.

o Presidente da Republica é a autoridade suprema do Estado. Por isso mesmo, é um poder por excellencia responsavel incumbindo ao chefe da Nação selar pelo bem estar, honra, independencia e prosperidade do povo<sup>310</sup>.

Nas análises das mensagens da propaganda estadonovista, sobre o estado Novo, o que se visualiza, com constância, é a tentativa de caracterização do regime como uma democracia. Ele possuiria as características viscerais de um governo “democrático e popular”.

Vivemos num grande país arejado, *numa democracia no bom sentido*. De trinta para cá um sangue novo está sendo constantemente injetado nas veias da nação. Não interrompemos um momento sequer a nossa marcha. *O Brasil tem outra fisionomia* e caminha conciente do que vale e do seu destino no mundo<sup>311</sup>.

Através desse prisma a propaganda veiculou uma nova definição de democracia, definição essa que foi desenvolvida pelos ideólogos do regime. Assim sendo, qual seria o novo tipo de democracia representada pelo Estado Novo? Afinal de contas o Estado Novo, não foi uma alternativa à democracia que estava em crise?

Como alertava Leopoldo Peres, havia “democracia e democracia”, e o que estava em crise era a democracia-liberal, o liberalismo democrático<sup>312</sup>, não a verdadeira democracia, que em essência era autoritária. Segundo outro ideólogo do Estado Novo, Azevedo Amaral, a característica marcante dos governos desde os tempos imemoriais, seria a autoridade; a noção de um governo sem autoridade não fazia parte da tradição da democracia. Para esse autor, as associações de governo e autoridade só se separaram na organização política dos povos ocidentais, e não todos entre eles, no decurso da segunda metade do século XVIII, sob influência da Revolução Francesa e do pensamento de Jean Jacques Rousseau. Posterior a isso, os “enxertos que se fizeram na doutrina da democracia, principalmente desde a Revolução Francesa, desvirtuaram e corromperam, no chamado regime democrático-liberal, o conceito de autoridade”<sup>313</sup>.

Por esse prisma, a democracia nas suas origens estaria ligada à autoridade. Contudo, como alerta Azevedo Amaral, não deveríamos confundir autoridade com totalitarismo, assim era imprescindível, na visão desse intelectual, desassociar o conceito

---

<sup>310</sup> O Jornal, nº.2245, Manaus, 08 de janeiro de 1938. Grifo meu.

<sup>311</sup> Revista Sintonia, nº. 40, p. 10, Manaus outubro de 1943. Grifo meu.

<sup>312</sup> Leopoldo PERES. *Política e Espírito do Regime*. 1941, p. 129.

<sup>313</sup> AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. 1981, p. 94.

de um Estado autoritário como o Estado Novo, de um Estado de ideologia fascista. Em um Estado totalitário, como o fascista – na perspectiva de Amaral, também poderíamos nos referir ao totalitarismo do regime bolchevista – ocorria a aniquilação da personalidade humana, aprisionando a coletividade, transformando-a em uma massa de escravos, sendo atribuído “ao Estado todas as funções da Sociedade”<sup>314</sup>. O Estado Novo, dizia Azevedo Amaral, não agia dessa forma, não aniquilava a personalidade humana.

Ao agir diferente, sua atuação o diferenciava, também, de um Estado democrático-liberal, na medida em que este sistema transformava o Estado em mero regulador das atividades individuais, sendo suas atuações restritas ao círculo judiciário e policial, “ocupando, portanto em relação à Sociedade uma posição relativamente reduzida e inequivocamente subalterna”<sup>315</sup>. Por esse prisma O Estado Autoritário, seria um meio termo entre, a opressão sobre os indivíduos exercida pelos Estados totalitários, e o descaso dos Estados democrático-liberais para com a sua sociedade.

Segundo Amaral, o Estado democrático-liberal, ao atuar de forma distante da sociedade, desvirtuava a autêntica democracia, uma vez que, o que a caracterizaria, seria justamente a identificação entre a Sociedade e o Estado. Assim sendo, onde o Estado não era “a expressão orgânica da representação autêntica da Sociedade” não havia democracia<sup>316</sup>. Através desse panorama adotado pelo autor, e veiculado pela propaganda, o Estado Novo representaria a verdadeira democracia, na medida em que o Estado brasileiro deixou de ser uma entidade distinta da Sociedade brasileira (Nação), formando um todo indissolúvel.

Nessa nova, mas que em essência era a autêntica democracia, o Estado atribui aos indivíduos e grupos sociais, uma órbita muito ampla de liberdade e iniciativa. Ou seja, o problema de ação da liberdade do indivíduo, foi resolvido no Estado autoritário.

Para Azevedo Amaral, nos Estados totalitários o indivíduo não tinha liberdade, na medida em que a única entidade livre era o Estado. Já na democracia-liberal existia uma determinada liberdade do indivíduo, mas que era automaticamente neutralizada pelo direito que tinham outros indivíduos ao exercício da mesma liberdade<sup>317</sup>. Devido a isso em muitos casos, em sociedades organizadas “sobre a base de um individualismo

---

<sup>314</sup> Ibid, p. 113.

<sup>315</sup> AMARAL, Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. 1981, p. 112-113.

<sup>316</sup> AMARAL, Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. 1981, p. 111.

<sup>317</sup> Ibid, p. 150.

radical”, a noção de liberdade mantinha relação com a atuação de ações isoladas independente de cada indivíduo ou unidade social, assim, interesses individuais se sobrepujam a outros interesses individuais, ou seja, indivíduos exerciam sua liberdade sobre a de outros, no fim uma maioria era tolhida de exercer a sua liberdade, em benefícios da atuação de uma minoria.

No Estado autoritário como o Estado Novo, existia, assim como em uma democracia-liberal, uma esfera de liberdade da atuação do indivíduo, que era delimitada pela ação igualmente livre dos outros cidadãos. Porém, superior a essas relações individuais, estava o bem coletivo, diante do qual nenhuma liberdade e direito individual poderia se exercida contraditoriamente ao funcionamento regular do organismo coletivo<sup>318</sup>. Dessa forma, no Estado autoritário, o indivíduo poderia exercer sua liberdade, na medida em que, a ela não seriam sobrepostas outras liberdades, pois o Estado estaria vigiando a ocorrência de tais desarmonias, que poderiam até mesmo, se não vigiadas ir de encontro ao bem coletivo. Assim esse conceito da liberdade, “inseparável da configuração ideológica do Estado autoritário”, refletia-se nos mais variados planos “em que as iniciativas, as atividades e os interesses do indivíduo” tinham de ajustar-se “ao bem público”<sup>319</sup>.

A nova democracia brasileira, inaugurada pelo Estado Novo, viera dar um basta no nos equívocos com que a (má) democracia liberal da “República Velha”, tinha conduzido o Brasil; um sistema anárquico no qual atuava um parlamento inoperante e até mesmo maléfico para a Nação. Esta era incompatível com a realidade brasileira na qual apenas uma minoria era privilegiada, sendo ainda a responsável pelo atraso econômico do país, e pela desagregação nacional. A propaganda reconhecia que a democracia estadonovista era autoritária<sup>320</sup>, contudo essa postura era necessária para se restabelecer a unidade nacional, promover o progresso econômico, e trazer à liberdade para os brasileiros.

---

<sup>318</sup> AMARAL, Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. 1981, p. 150-151.

<sup>319</sup> Ibid, p. 152.

<sup>320</sup> Caberia ressaltar que a propaganda estadonovista, ira fazer a cultuação do autoritarismo do regime de forma direta, até aproximadamente início de 1944, a partir desse período as referências são indiretas, sendo comum, durante todo o ano de 1944, a propaganda enaltecer a Constituição de 1937, uma vez que seus preceitos davam autonomia ao Executivo. Perceba-se que através da valorização da Constituição, diga de passagem autoritária, de 37, a propaganda encontrava meios de valorizar o autoritarismo do regime. A partir do final de 1944, o regime passa a ser apresentado somente enquanto uma democracia, não havendo referências ao seu autoritarismo. A tomada dessa postura foi uma forma de autodefesa na medida em que a partir dessa data as críticas ao autoritarismo do regime, serão mais intensas, a oposição está mais forte.

### 3.1.2 – O culto a Vargas: o ‘timoneiro’, o ‘clarividente’, o Chefe da Nação.

Em 1944, Leopoldo Peres lança um livro “Getúlio Vargas. O homem e o chefe”, que procurou em muitas passagens, traçar o perfil do presidente Getúlio Vargas. Algumas passagens impressionam pelo culto, e admiração a Vargas, que nesse ano já se mostra meio que encurralado devido à oposição mais organizada que ele e o regime sofrem. Para Peres, homens como Vargas eram homens-simbólicos, semi-deuses, que tinham nascido para empreender obras espantosas e mudar o curso da história, pois, esses chefes, tinham a capacidade de modelarem à feição de sua vontade todo poderosa, da sua intuição divinatória, o destino dos sucessos que envolvia a vida e a ação. Esse era o segredo,

o dom maravilhoso dos grandes chefes – uma espécie de ‘previsão magnética’ dos fatos que hão-de vir, o que lhes permite, paradoxalmente, recordar o futuro, ‘como se fosse o passado’, e pois forjar os acontecimentos ao sabor das suas próprias volições<sup>321</sup>.

Obras como a de Leopoldo Peres, mais uma propaganda política, fizeram parte, durante o Estado Novo, de táticas que visavam à legitimação do regime e a exaltação da nacionalidade – representada pelo regime e pelo presidente –, com o fim objetivado de conquistar às classes ‘subalternas’ nacionais; por esse prisma o culto ao “Chefe” do governo, ao líder das massas se tornou uma constante.

No decurso da década de 1920, grupos de intelectuais, para dar uma resposta aos problemas sociais que estavam tirando o sossego das elites brasileiras, reinterpretaram idéias nacionalistas vindas da Europa, que defendiam o advento de um Estado autoritário, e a figura de um chefe carismático que gestaria esse Estado e guiara as massas, que nesse período ganhavam evidências.

Contudo, no que concerne a possível liderança de Vargas, não foi instantaneamente que ela desponta. Como apontei no primeiro capítulo, a liderança de Vargas se fez no processo de luta; na década de 1920, ele não despontava como a encarnação de um líder, enquanto o “César” das massas. Tanto foi que dois ideólogos do Estado Novo, que ‘rasgaram muita seda’ a Vargas, não viram com simpatia a sua candidatura à presidência para as eleições de 1930 e direcionaram seus apoios, naquele

---

<sup>321</sup> Leopoldo PERES. *Getúlio Vargas. O homem e o chefe*. 1944, p. 24.

momento a Júlio Prestes e a “legalidade”; um foi Azevedo Amaral<sup>322</sup>, o outro, quem diria, foi Leopoldo Peres<sup>323</sup>. Vargas desponta como líder no decurso da década de 1930, e principalmente a partir e durante o/no Estado Novo.

Ele em 1930 era um dentre os homens que fizeram a revolução, não era conhecido e muito menos reconhecido por amplos setores da sociedade brasileira. Durante o Governo Provisório a situação muda, porém nas eleições indiretas para a Presidência, em 1934, seu nome ainda disputou votos com o de Borges de Medeiros e com o do general Góes Monteiro<sup>324</sup>. Assim, no Governo Constitucional (1935-1937), e principalmente durante o Estado Novo, em um espaço de tempo não muito longo, foi que se edificou um imaginário em torno da figura de Vargas. Nesses anos de hegemonia de Vargas, as mensagens da propaganda varguista, ressaltavam a idéia de que a sua função era a de proteger as massas e guiá-las, tendo elas que apóia-lo e venerá-lo, afinal ele era o *guieiro iluminado da Nação*. A figura 09 exemplifica essa idéia. Ela se refere ao dia da chegada de Vargas a Manaus. Após ser recepcionado pelas autoridades do Estado no porto, Vargas se dirige ao carro que o locomovera, seguido por uma multidão em passeata pelas principais ruas do centro de Manaus. Nela aparecem, da esquerda para a direita, Leopoldo Peres, Álvaro Maia e Getúlio Vargas.

**FIGURA 09**  
**OCHEFE CONDUZINDO AS MASSAS**



Fonte: jornal “A Tarde”, nº1114, Manaus 09 de outubro de 1940.

Ver a mesma foto em Revista Sintonia, nº. 8, p. 13, Manaus, outubro de 1940.

<sup>322</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 58.

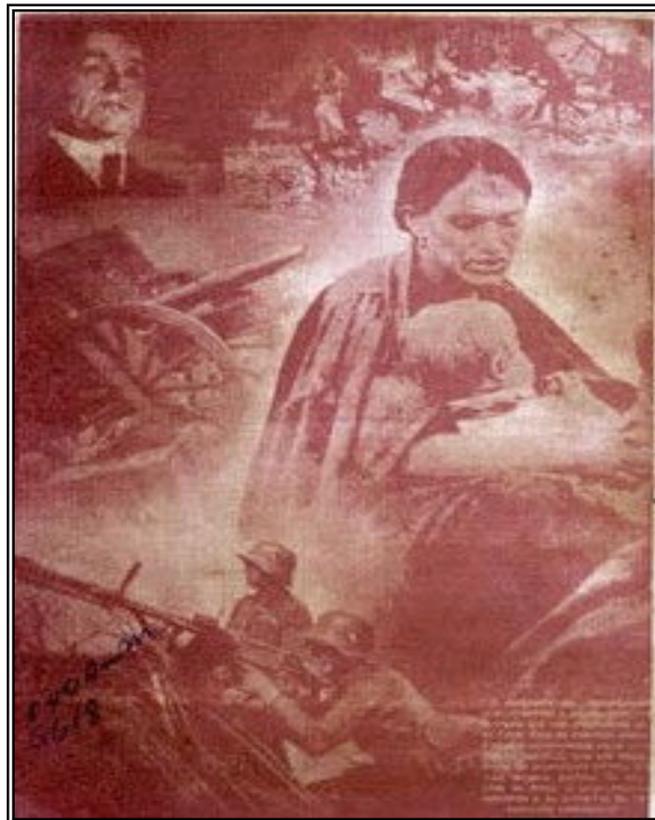
<sup>323</sup> Em uma de suas obras, o historiador amazonense Mário Ypiranga Monteiro, expõe uma foto da residência de Leopoldo Peres, depredada pelo povo, durante o Movimento de 1930, aqui no Amazonas, em represália ao seu apoio aos legalistas. Mário Ypiranga MONTEIRO. *Mocidade Viril 1930. O Motim Ginásiano*. 1996, p. 81.

<sup>324</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p.

O presidente seria um salvador da Pátria, sempre iria se sacrificar pela Nação, em nenhum momento deixaria o povo abandonado a sua própria sorte. Nos piores momentos ele estaria zelando para o bem coletivo, da nacionalidade, uma vez que seu destino era o destino do próprio Brasil. Dele se levantava, “esplendente e admirável, uma coluna de flama”, que iluminava o Brasil, que redimia o continente e que enobrecia “o mundo”<sup>325</sup>. Assim sendo, segundo a propaganda, em períodos de tribulações, como a Segunda Guerra, não era para a nacionalidade se desesperar, pois o Chefe da Nação estava em alerta.

Segundo a imagem a seguir, Vargas, retratado no canto esquerdo superior, como que ciente do grave momento que o mundo e o Brasil estavam passando, protege a mãe brasileira que acalenta o filho, enquanto ora pela felicidade do chefe da Nação. Assim só teriam proteção do presidente aqueles que nele confiam.

**FIGURA 10**  
**O CHEFE ZELOSO**



Fonte: Revista Sintonia, nº.35, capa, Manaus, abril de 1943.

<sup>325</sup> O Jornal, nº. 3631, Manaus, 24 de julho de 1942.

Vargas era mostrado, como um ser hercúleo, o artífice e bandeirante dos nossos dias, o responsável pela integridade nacional por se preocupar em levar, aos lugares mais distantes do território brasileiro, a política do regime. Agindo assim, ele mostrava que no Estado Novo só havia uma Nação a brasileira. Uma pequena foto – que faz parte de um conjunto de fotos –, encontrada na Revista Sintonia de abril de 1943, exemplifica essa idéia. Na foto, tirada em Goiás o cacique semi-nu, da tribo dos Carajás, entrega ao presidente, um bastão que simboliza a amizade dessa tribo com o presidente. Porém para o regime esse gesto simbolizava algo maior, que era a inserção dessa pequena Nação, a grande Nação brasileira.

A propaganda, ainda constrói a imagem getuliana, como a de um homem que não sabe odiar. O ditador, nas representações, é repleto de bondade e magnitude, segundo as mensagens, Vargas, estava predestinado a governar o país:

Dir-se-ia que, empolgado pela predestinação, abdicou as condições mais humanas, para melhor desempenhar o papel que a história lhe confiou. Chega a ser uma criatura psicologicamente desconcertante, aliás. Nem transige, por afeição, nem castiga, por maldade. (...) O ódio nunca lhe perturbou a sereneidade, com exigências de represália. Cessado o combate, o vencedor, magnânimo, era o primeiro a oferecer indulgência, ao vencido, sem humilhá-lo<sup>326</sup>.

Opiniões como essas, favoráveis ao ditador e a sua característica de levar o perdão aos seus opositores, são constantemente veiculadas nos periódicos amazonenses. Idéias como sabemos completamente opostas da realidade, uma vez que a historiografia sobre a “Era Vargas” é unânime em apontar a forte repressão aos opositores do governo, mostrando que o ditador não tinha muita tendência ao perdão<sup>327</sup>.

Porém, dos vários adjetivos que procuraram enaltecer a imagem getuliana, um está estreitamente relacionado com o discurso direcionado aos trabalhadores nesse período, que tem relação, como veremos mais na frente, com discurso do trabalhismo, e com o “mito da outorga”. Segundo a propaganda o presidente era *clarividente*, essa sua clarividência, essa sua “visão genial”, fazia com que ele escolhesse o melhor caminho para a coletividade, e resolvesse os problemas, em muitos casos, antes mesmo deles se manifestarem:

---

<sup>326</sup> Revista Sintonia nº. 35, p.30, Manaus, abril de 1943.

<sup>327</sup> Para se ter uma idéia dessa repressão imposta a Vargas aos seus opositores recomendo a leitura de KONRAD, Diorge Alceno, *O Fantasma do Medo*. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos(1930-1937), Tese de doutorado. UNICAMP São Paulo, 2004.

Ao regime puramente individualista, em que o homem era, na realidade, o lobo do homem, na expressão forte de Hobbes, sucede uma nova ordem em nosso paiz, *graças a clarividência* do grande estadista Getúlio Vargas, o instituidor do Estado Novo, o guia supremo da nossa nacionalidade.

A economia deixou de ficar mercê do alvedrio do capitalismo, passando o Estado a intervir no domínio econômico...<sup>328</sup>

Devido a essa clarividência de Vargas ele resolveu, de forma providencial e antecipada, antes mesmo dos trabalhadores pressionarem o Estado, um antigo problema que atingia esses setores; o do direito social. Por causa disso, durante o Estado Novo, as manifestações do 01 de maio, em Manaus – assim como no resto do Brasil – seriam “o epíclise do trabalhador nacional à obra gigantesca e duradoira do chefe supremo da nação”<sup>329</sup>.

No que concerne ainda à exaltação da figura de Vargas, nas mensagens veiculadas na imprensa local, é passada a idéia de um presidente amado pelos brasileiros. Quando o Vargas saía em comitiva do Rio de Janeiro para outra localidade, as reportagens da imprensa local, noticiavam que ele era sempre recebido com festas. Em seus comícios havia uma enorme concentração de pessoas, todas as classes aclamavam entusiasmadamente o chefe da Nação. E assim se procedeu quando Vargas, em 09 de outubro, chegou a Manaus em comitiva:

Dentre os últimos acontecimentos sócios da terra, destaca-se pelo seu relevo cívico, a visita que ao Amazonas fez o grande presidente Getúlio Vargas...

Acontecimento que revolucionou todas as camadas sociais da gleba, pelo seu ineditismo, pela sua significação elevada de cultura cívica, a visita do Presidente da República revestiu-se de cores simpáticas, pela festiva alegria flutuante que se notava em todos os sorrisos e em todos os olhares, em todas as fisionomias esperançosas de hoje, na própria natureza impressionante, na galhardia dos enxornos policromos<sup>330</sup>.

O culto da figura de Vargas, na grande maioria das vezes, estava relacionado a uma data comemorativa do calendário republicano e estadonovista. Porém esse semi-deus, esse homem santo, tinha o seu dia, no qual ele era venerado. A data era o dia do

---

<sup>328</sup> Jornal do Commercio, nº. 12916, Manaus, 1º de maio de 1942. Grifo meu.

<sup>329</sup> Jornal do Commercio, nº. 12916, Manaus, 1º de maio de 1942.

<sup>330</sup> Revista Sintonia, nº. 08, p. 13, Manaus, outubro de 1940.

seu nascimento, o dia 19 de abril. A nota abaixo, exemplifica a importância dada a essa data, pela propaganda estadonovista:

Mais do que um acontecimento social, nem mais uma efemeridade da vida particular do honrando homem publico, o 19 de abril constituiu-se, já, para todos nós, uma data nacional, porque finca marcos sugestivos em uma existencia preciosissima para a segurança de nossos itinerários de progresso para a segurança do regime que nos tributou uma fase de ordem e trabalho construtivo, para a segurança dessa árdua mais gloriosa caminhada que a Nação está empreendendo....

Para o Amazonas, em particular, fixando-se os propósitos nacionais e sublinhando-se os pensamentos do Chefe da Nação no tocante a esta agora acarinhada região brasileira ...<sup>331</sup>

Nos dois primeiros anos do Estado Novo, havia referências ao aniversário do presidente na imprensa. Porém a partir de 1940, a data passa a ter contornos especiais, passando a ser chamada “do Dia do Presidente”, ganhando um status de feriado nacional. A partir dessa data o 19 de abril em Manaus passa a ser acompanhado de uma grande solenidade, com o fim objetivado de gerar estados emocionais, que permitiriam que os amazonenses se tornassem mais permeáveis a idéia de “adoração” do Chefe supremo, o culto a Vargas ganha as ruas. Desfiles e comícios são dedicados ao guia da Nação.

**FIGURA 11**  
**O DIA DO PRESIDENTE**



Fonte: Revista Sintonia, nº. 35, p.13,  
Manaus, abril de 1943.

<sup>331</sup> Jornal do Commercio, nº. 13211, Manaus, 18 de abril de 1943.

O conjunto de fotos que a imagem mostra, são dos desfiles dos estudantes de Manaus, que ocorreram no dia 19 de abril de 1943. Estes faziam parte das homenagens dos amazonenses ao presidente Vargas, pelo seu aniversário. Foi de praxe da propaganda estadonovista, veiculada na imprensa local, saudar Vargas pela sua preocupação em buscar a inserção da economia do Amazonas na nacional. Nas mensagens veiculadas, era passada a idéia de que somente Vargas como presidente, poderia solucionar os problemas amazônicos.

### 3.1.3 – O culto a Maia: o Mujik da Amazônia.

Entretanto, a propaganda estadonovista no Amazonas, não teceu excelentes comentários somente à figura do chefe da Nação, muitas mensagens procuraram conferir bons atributos às imagens das principais lideranças políticas locais; aos representantes do Estado Novo no Amazonas. Eram constantes os elogios a Leopoldo Peres (Presidente do Departamento Administrativo)<sup>332</sup>, a Ruy Araújo (Secretário Geral do Estado e interventor interino na ausência de Maia) e ao Interventor Álvaro Maia.

**FIGURA 12**  
**O TRIUNVIRATO ESTADONOVISTA DO AMAZONAS**



Fonte: Sintonia, nº30, p.07 Manaus, novembro de 1942.

<sup>332</sup> Sobre o Departamento Administrativo do Amazonas, rever o segundo tópico “o Estado Novo no Amazonas” do primeiro capítulo.

Na imagem anterior, vemos na parte superior Maia e na parte inferior à esquerda Ruy Araújo e ao lado Leopoldo Peres. A mensagem imagética procura destacar a capacidade que esses políticos amazonenses tinham em conduzir a administração do Estado do Amazonas, dentro do programa de reconstrução traçado pelo Estado Novo ao Brasil. Porém, como a própria imagem procura ressaltar, a figura local, mais comentada e destacada, na e através da propaganda estadonovista no Amazonas, era a do Interventor Álvaro Maia.

Entretanto caberia ressaltar que a simpatia da imprensa local a Maia – com relação aos periódicos analisados nessa dissertação –, não foi algo que se deu, somente, devido à imposição da cesura e controle do Estado Novo. No caso de *O Jornal* isto é visto desde antes o advento do Estado Novo<sup>333</sup>, e em relação ao JC, também é possível visualizar minimamente essa posição anterior ao advento da ditadura; podemos observar uma relação de amizade entre Maia, e o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, filho de Vicente Reis, proprietário do JC<sup>334</sup>.

Assim como ocorria com Vargas, as mensagens destacando a capacidade do interventor enquanto governante eram constantes nas páginas da imprensa local. Contudo a exaltação ganhava mais destaque nas datas comemorativas, como a do aniversário do Estado Novo, e principalmente no dia 19 de fevereiro, aniversário do interventor, que coincidentemente correspondia com o dia de sua posse como Governador Constitucional em 1935. Como exemplo as duas notas abaixo exemplificam essa dupla comemoração, que servia de pano de fundo para o culto da imagem de Álvaro Maia, enquanto governante e pessoa cheia de qualidade:

1ª – Integrando-se nesse magnífico movimento da opinião popular, SINTONIA, rende ao interventor Álvaro Maia a homenagem de seu alto e sincero apreço quanto mais justo quando se dirige a um homem de Estado que é, ao mesmo tempo, um homem de imprensa. ***À frente da pública administração, vai em quase uma década***, soube o Sr. Álvaro Maia corresponder de todo o ponto à expectativa dos seus conterrâneos. (...) *Em volto na simpatia, na estima unânime do povo, que lhe admira a índole democrática, o temperamento conciliador e tolerante, o espírito de fraternidade para com os humildes, os pobres, os desherdados da fortuna, – logra, igualmente, o ilustre compatriota, pelo seu*

<sup>333</sup> Sobre essa postura, rever o segundo sub-tópico, do quarto tópico do primeiro capítulo.

<sup>334</sup> No ano de 1935, enquanto ainda era Governador Constitucional, Maia nomeou Arthur Cezar F. Reis, para o cargo de Diretor de Instrução Pública, sendo isso uma tática de congregar aliados. Cf. Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 101.

*merecimento cívico, pela sua cultura, pelo brilho de sua palavra, conquistar o aplauso dos escóis intelectuais da Amazônia e do Brasil.*<sup>335</sup>

2ª – Devotado de todo o coração á terra que o viu nascer e à gente a cujo lado cresceu, na intimidade dos seus sofrimentos e de suas batalhas, *o dr. Álvaro Maia é bem o homem de governo que o Amazonas reclamava*, desde os seus primeiros alvares de sua maioridade política, para frutificar em toda a plenitude de sua vida cheia de vigor e grandeza, é o estadista que pesquisou as raízes dos problemas nas suas fontes de origem, (...) e dessa sua intimidade com a gleba generosa e como o povo lutador emana sua inteligencia incomum das coisas e dos fatos, permitindo-lhe solucionar, como nenhum outro o faria, os obstaculos que surgem à marcha ascencional do Estado. (...) *Quem quer que venha a escrever, mais tarde, a história política e economica do Amazonas terá que dividi-la em 2 grande periodos: antes e depois do governo de Álvaro Maia.*<sup>336</sup>

Percebe-se nessas citações, algo em comum entre as mensagens mensagens que se referem a Maia; a grande maioria, delas, procurava falar pelos outros, com a intenção, com já foi citado a pouco, de facilitar o convencimento e aceitação às mensagens impostas. Nas mensagens é passada a idéia de que os amazonenses coesos e unanimemente, adoravam o interventor. Um acontecimento exprime bem essa intencionalidade.

Em 25 de fevereiro de 1941, após passar quase três meses no Rio de Janeiro, junto a Vargas, debatendo a resolução de problemas que influenciariam o progresso do Amazonas, Maia retorna a Manaus. Contudo, algo inesperado ocorre em sua chegada; apesar do interventor, segundo a nota, ter recomendado de antemão, que não queria qualquer tipo de manifestação durante sua chegada, o povo e autoridades do Estado, sem o consentimento dele, promoveram uma eloqüente demonstração de “alto apreço”, e foram recepcionar sua chegada<sup>337</sup>.

Por mais que setores da sociedade amazonense, realmente tivessem um alto apreço pela figura do interventor, não devemos concluir que essa recepção foi algo espontaneamente pensada pela população, mas sim que fora obra de setores do governo, que junto à propaganda política no Estado, tentavam passar uma imagem de unanimidade, é tentar bloquear qualquer insatisfação ou discordância para com o interventor.

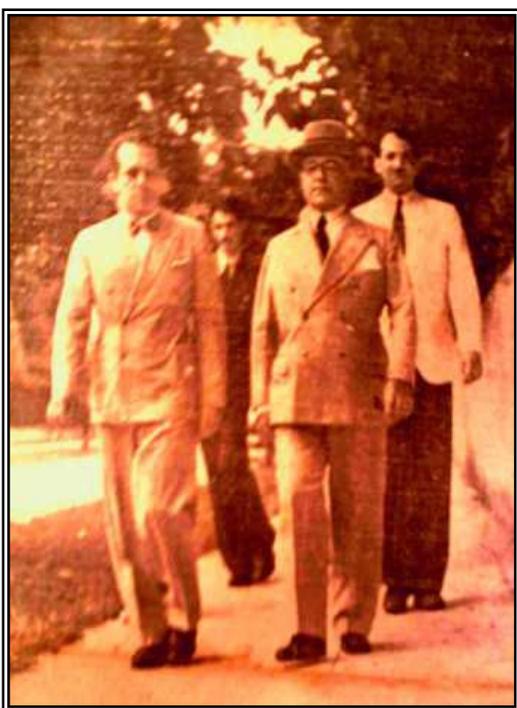
<sup>335</sup> Sintonia, nº. 33, p.12, Manaus, fevereiro de 1943. Grifo meu.

<sup>336</sup> O Jornal, nº. 3807, Manaus, 19 de fevereiro de 1943. Grifo meu.

<sup>337</sup> O Jornal, nº. 3230, Manaus, 25 de fevereiro de 1941. Ainda há uma foto de maia rodeado por pessoas no instante de sua chegada.

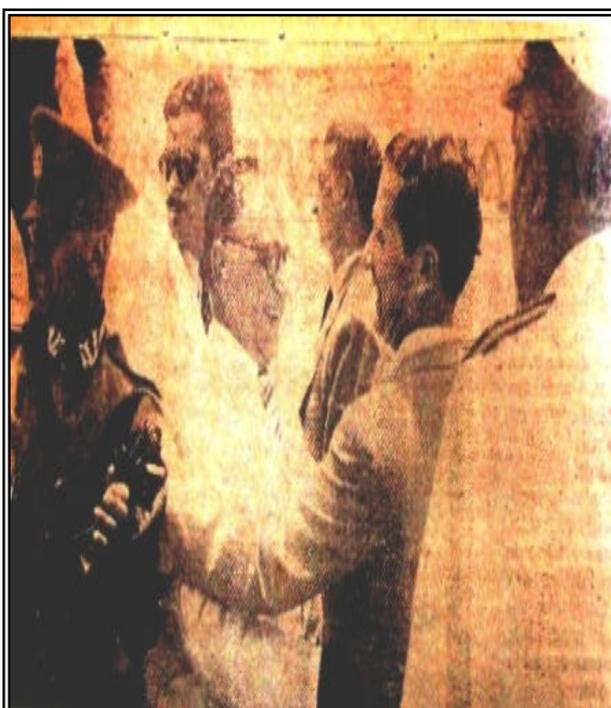
Para fortalecer o culto a Maia, as mensagens ainda procuravam aproximá-lo de Vargas, passando a idéia de que ele era um dos interventores mais próximos do ditador. No mais, se Vargas era o único, presidente que poderia solucionar os problemas amazônicos, isso se tornaria mais fácil com o auxílio do interventor do Amazonas, este um “homem de cultura e de ação”. Suas ações em conjunto destinavam a tornar o Estado um gigante econômico de indiscutível eficiência e grandeza. Juntos estavam sendo os responsáveis pelo ressurgimento do Amazonas.

**FIGURA 13**  
**VARGAS E MAIA EM PETRÓPOLIS**



Fonte: O Jornal, nº. 3206, Manaus, 29 de janeiro de 1941.

**FIGURA 14**  
**VARGAS E MAIA EM MANAUS**



Fonte: Revista Sintonia, nº. 8, p. 13, Manaus, outubro de 1940.

Mas as análises críticas das mensagens da propaganda estadonovista, que procuraram criar uma mitologia em torno da figura de Maia, não podem ser levado ao extremo, fazendo com que cheguemos a desmerecer na atualidade, a atuação política de Maia, afirmando que seu prestígio político foi unicamente forjado por esta propaganda, e sua vinculação a Getúlio Vargas.

Para não sermos injustos é preciso, como fez muito bem a historiadora Eloína Monteiro dos Santos<sup>338</sup>, observar o fazer político de Álvaro Maia. Nesse viés, as palavras vindas de alguém, tudo bem que ambíguo e controvertido, mas não próximo a Maia, como Assis Chateaubriand – claro que historicizando e relativizando a exaltação –, exprimiriam, em parte, a personalidade e a atuação política desse estadista e intelectual amazonense. Chateaubriand em visita ao Amazonas em maio de 1943, em suas anotações se referiu a Maia com esses termos:

Vi, pela segunda vez, esse homem tipicamente amazonense, no batizado do “Alberto Torres”, onde ele pronunciou, de improviso, um dos mais empolgantes discursos da nossa Campanha de Aviação. Nunca tinha ouvido falar, mas sabia que era um orador de raça. Não tira dó de peito, mas desenha bemois de veludo e seda. Recorda, no governo e na tribuna, a todo o instante, o nosso maravilhoso Castro Pinto, sem duvida o homem mais inteligente original que ainda governou o jardim da Paraíba. (...) não hesito em dizer se pudesse aproximar de alguma raça exótica este filho de cearenses, nascido à margem do Madeira, eu filiaria entre os russos. (...) é Álvaro Maia uma natureza por nenhum modo profana, que vive de coisas exteriores. (...) Se a solidão dos espaços ilimitados deste vale, tal qual a “steppe” russa, pode dar a resignação de um mujik, esses mujik, chama-se o interventor, que dirige no antigo acampamento dos barés e dos manaus...

(...)

O aguilhão necessario ao escritor – observa Dostoiewski – é a acuidade do espirito inseparável de um sentimento profundo. Por essa acuidade de espirito e pelos atributos dos valores intelectuais e pela profundidade de sentimento em que mergulha, Álvaro Maia é um dos maiores escritores da Amazônia e do Brasil<sup>339</sup>.

Como me referi acima, podemos abstrair dessa passagem, após uma filtragem crítica, a capacidade de Maia enquanto político e intelectual que encantava muitos dos seus contemporâneos. Se a propaganda e a vinculação a Vargas ajudaram, bastante, o fazer-se político de Maia, ele teve seus méritos próprios. Se Maia chega ao poder em 1930, graça a Vargas e Juarez Távora, em 1935, ele retorna por méritos próprios, e se mantém em 1937, pelo prestígio político que conseguiu. No mais caberia lembrar que nas eleições para os representantes ao Senado pelo Amazonas, em dezembro de 1945,

<sup>338</sup> Cf. Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997.

<sup>339</sup> Essa anotação data do dia 25 de maio de 1943, mas foi publicada no JC em julho de 1943. Jornal do Commercio, *O Mujik da Steppe Verde da Amazônia*, nº. 13275, Manaus, 04 de julho de 1943. Essa anotação também fez parte do prefácio escrito por Assis Chateaubriand, para a obra de Álvaro Maia, intitulado a “Na vanguarda da retaguarda”. Cf. Eloína Monteiro SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 120-121.

Vargas lançou sua candidatura como representante pelo Estado e foi derrotado por Maia<sup>340</sup>.

### **3.2 – O Amazonas e a sociedade amazonense, através da propaganda varguista.**

#### **3.2.1 – O renascimento do Amazonas**

A partir de 1937, mas precisamente a partir de 1940, o governo Vargas passa, mesmo que minimamente, a investir na economia da Amazônia e procura inseri-la política e economicamente no corpo da Nação. Contudo, essa intencionalidade não é fruto desses anos, ela é anterior.

No ano de 1933, em uma visita à cidade de Belém, Getúlio Vargas, o então chefe do Governo Provisório, em um de seus discursos, mostrou-se preocupado com a incorporação da Amazônia ao cenário nacional e com o seu desenvolvimento econômico. Para que isso ocorresse, segundo o presidente, seria necessário o investimento na indústria extrativista da seringa e da castanha; nesse prisma, se daria uma focalização também, nos mais variados recursos potenciais, que faziam da região a mais abundante reserva da economia nacional. Também, e o mais principal, seria necessário transformar a exploração nômade em sedentária, para tanto era preciso povoar e colonizar a região, “fixando o homem ao solo”. Assim a economia amazônica ressurgiria, e seus produtos proveriam os variados mercados mundiais:

A Amazônia ressurgirá (...). A era de ouro prometida surgirá – fruto da riqueza, amadurecido pelo trabalho. E pelo caudal impetuoso, onde Orelana combateu as Amazonas, descerão os tesouros da agricultura e da indústria, para abastecer os mercados do mundo<sup>341</sup>.

Não procuramos aqui, enquanto um plano discursivo ou um plano de justificativas administrativas, encontrar ou justificar os motivos que levaram Vargas, nessa data, a se mostrar preocupado com a Amazônia; entretanto, a situação de instabilidade nacional durante quase todos os sete anos iniciais da década de 1930, que refletia nos alicerces do governo Vargas, foram fatores que inviabilizaram esse intuito. O objetivo aqui é o de

---

<sup>340</sup> Ver resultado das eleições em O Jornal, nº. 6489, Manaus, 09 de janeiro de 1946.

<sup>341</sup> Trechos do discurso de Getúlio Vargas em 1933, na cidade de Belém – capital do Estado do Pará. Apud Leopoldo PERES. *Política e Espírito do Regime*. 1941, p. 88.

perceber que, havia um discurso anterior ao estado Novo, que visava à integração da Amazônia ao restante do país. Porém essa intencionalidade de incorporar nossa região ao cenário nacional, povoando-a, colonizando-a e investindo em sua economia, passa a ser posta em prática somente durante a vigência do regime, e nessa conjuntura política, essa tarefa, tem um fim econômico objetivado que perpassa na questão da nacionalidade.

Como fim objetivado do Estado Novo, a inserção da Amazônia ao cenário nacional, está no bojo do projeto do regime denominado de “Marcha para o Oeste”, que tinha a intenção de ocupar os “espaços imensos e despovoados” do Brasil, possibilitando que as fronteiras políticas – o Estado Nacional, centralizado, representação da nacionalidade – e as econômicas se coincidissem. Por esse prisma, o Estado ao estender as fronteiras econômicas estaria ajudando a resgatar a brasilidade, estaria complementando o fazer da Nação. A integração geográfica e econômica dos mais longínquos lugares do Brasil, estaria ajudando a Nação a buscar a sua plenitude. A fala de Leopoldo Peres, abaixo trilha por esse enviesamento:

A civilização brasileira mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, de riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é necessidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retornando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, *precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste*<sup>342</sup>.

Assim sendo, segundo o historiador Alcir Lenharo, o Estado Novo, com a efetivação de um espaço físico unificado, constituiria “o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro”<sup>343</sup>.

O projeto da “Marcha para o Oeste”, foi elaborado, crucialmente, a partir do golpe de 1937, sendo cuidadosamente retrabalhado nos anos seguintes<sup>344</sup>. Segundo a historiadora Maria Verônica Secreto, esse plano foi uma forma de fixar o trabalhador

---

<sup>342</sup> Discurso de Getúlio Vargas. Apud Leopoldo PERES. *Política e Espírito do Regime*. 1941, p. 85 e 86. Grifo meu.

<sup>343</sup> Alcir LENHARO. *Sacralização da Política*. 1986, p 57.

<sup>344</sup> Alcir LENHARO. *Sacralização da Política*. 1986, p 56.

rural no campo, tática que estava inserida no projeto de modelo econômico e de desenvolvimento do regime.

Durante a “Era Vargas”, mais principalmente, durante o Estado Novo, o antigo “padrão de acumulação agroexportador” foi “destruído pelo novo padrão de desenvolvimento capitalista”<sup>345</sup>, assim procurou-se valorizar a industrialização do país. Passou-se a aparelhar a infra-estrutura industrial, procurou-se substituir as importações e alargar o mercado interno<sup>346</sup>, este que garantiria o desenvolvimento econômico e permitiria também o rompimento como “a dependência das flutuações internacionais”. Assim para o sucesso desse modelo econômico de desenvolvimento,

seria necessária a intervenção do Estado em matéria de infra-estrutura viária e mercado de trabalho, além(...) do incentivo à mobilização da fronteira, incorporando amplos “espaços vazios”, e da reunião dos diversos núcleos demográficos isolados.

O campo deveria atender às necessidade que a nova regulamentação econômica exigia. Planejou-se a consolidação de uma ampla base urbana e fabril. A partir das cidades, se conquistaria o campo. O litoral marcharia para o sertão<sup>347</sup>.

Inicialmente a “Marcha para o Oeste”, procurou fixar o trabalhador rural nos interiores de Goiás e Mato Grosso, porém logo essa idéia de marchar para o interior “se estendeu à região amazônica, que também ingressou no ‘imaginário oficial’ entre os territórios internos”<sup>348</sup> a serem ocupados.

Contudo, mesmo estando a “Marcha para o Oeste”, direcionada à Amazônia – no caso específico o Amazonas –, inserida na proposta de Estado Nação (nacionalidade brasileira) do Estado Novo, essa constatação de forma alguma, minimiza o papel histórico dos grupos sociais locais, que agiram em função do melhoramento e do fortalecimento político e econômico do Estado. Grupos como os “glebários”<sup>349</sup> que em muitos momentos

<sup>345</sup> Fernando Antonio FARIA. *Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. 1993, p. 31.

<sup>346</sup> Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p. 32-34.

<sup>347</sup> Maria Verônica SECRETO. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*. 2007, p. 117.

<sup>348</sup> *Ibid*, p. 116.

<sup>349</sup> Os glebários fizeram parte do Glebarismo, um movimento dos anos de 1930 em Manaus, que defendia idéias e valores regionais, como: a identidade cabocla; um ufanismo pelo Amazonas; tinha aversão a políticos oportunistas, principalmente os de outros Estados que faziam carreira no Amazonas; o crescimento econômico do Estado. Deles faziam parte, políticos, intelectuais, jornalistas, estudantes. Álvaro Maia fez parte desse movimento. Há um manifesto do Glebarismo no Jornal “Tribuna Popular”. Cf. Tribuna Popular, nº. 69, Manaus, 12 de agosto de 1935.

da década de 1930, apareceram nos periódicos, defendendo um crescimento econômico do Estado, e apoiaram Vargas na medida em que viram nele uma possibilidade de terem seus interesses posto em práticas. Ou seja, a integração da Amazônia na economia nacional é um caminho de duas vias, ao mesmo tempo em que representava o interesse do Estado Novo, possibilitando a simpatia dos amazonenses ao regime, representava também, os interesses de grupos sociais locais, que apoiaram Vargas, mas exigiram atuações do governo, direcionadas ao melhoramento do Estado, quando não, dos seus interesses. Uma nota do *Jornal do Commercio*, quando da vinda de Getúlio Vargas, exemplifica a cobrança feita ao governo:

*O Amazonas, parte integrante desse mundo singular, diferente, que é, na unidade nacional, a Amazonia, reclama, Snr. Presidente Getúlio Vargas, de V. Exa., do Estado Novo, atenções especiaes para que possa ser uma realidade positiva no conjuncto humano, economico e politico do Brasil.*

*Temos sidos accusados de incapazes. Desajustados, mal alimentados sem assistencia technica, sem credito bancário, somos, até agora, uma parcella minima de forças que não receberam senão a disciplina de uma lueta titanica com a natureza mais violenta do universo. (...) Jamais conspiramos contra a integridade da pátria. Jamais investimos ou reclamamos contra as aspirações da nacionalidade. Conquistamos o Acre para o Brasil.(...)*

(...)

*Estamos fartos de ser apenas o motivo exotico para uma litteratura apressada, falsa e prejudicial. Faltam-nos braços sadios. Faltam-nos escolas, hospitaes, capital para movimentar a machina economica. Só não nos faltou ainda a coragem para continuar na justa, que é a aventura do desbravamento de um novo oeste. (...)*

(...)

*O Amazonas, ao receber a visita do chefe da nação, tem a certeza de que V. Exa. sabera integral-o em definitivo na communhão nacional, com a visão genial por que tanto anciamos, assistindo-lhes aos problemas, vitalizando-o, conquistando-o definitivamente para os grandes dias do Brasil<sup>350</sup>.*

A nota é bastante interessante, primeiramente porque representa uma crítica, do JC, ao presidente e ao regime – Vargas estava em Manaus nesse dia –, denunciando que em quase 03 anos de regime, pouco foi feito em favor do Estado. Segundo é que, na cobrança, se percebe que o projeto da “Marcha para o Oeste”, ou melhor, as promessas do Estado Novo, ainda não haviam chegado como gostariam as elites locais, nas fronteiras do Estado.

<sup>350</sup>Jornal do Commercio, nº.12227, Manaus, 10 de outubro de 1940. Grifo Meu.

Porém, para apaziguar os ânimos, a visita do presidente a Manaus tinha justamente o objetivo de implementar esse projeto. Na noite desse mesmo dia, Vargas disse aos amazonenses, reunidos no Ideal Clube, em pronunciamento que ficou conhecido como o “Discurso do Rio Amazonas”, que a partir daquele momento o Estado do Amazonas seria integrado a economia nacional, ao corpo da Nação. Assim o “Discurso do Rio Amazonas”, se tornou a pedra angular, para o ressurgimento da Amazônia, na medida em que lançava planos de ações.

Antes do “Discurso do Rio Amazonas”, apesar de haver algumas referências diluídas, nas reportagens das datas comemorativas do Estado Novo, que afirmam que o regime e Vargas são os responsáveis pelo crescimento do país e do Amazonas, as reportagens, objetivas, que relacionavam o progresso do Amazonas à atuação do Estado Novo são quase nulas.

Em uma nota de janeiro de 1939, fica evidenciado que o Estado Nacional deixou, em um primeiro momento, os assuntos econômicos referentes à Amazônia e ao Amazonas, para segundo plano. Segundo a nota seria, a partir daquele momento, seguindo um itinerário traçado pelo regime para aperfeiçoar a exploração das riquezas nacionais, que o governo começaria a encarar o problema da borracha. O Estado Novo traçaria planos para fomentar uma maior produção da borracha, melhoraria do seu preparo, padronizando e melhorando sua industrialização. Essa tática visaria aumentar o abastecimento no mercado interno de artefatos fabricados com o produto amazonense, e em seguida intensificaria sua produção para o mercado externo. A nota sinaliza para o fato de que o vale amazônico teria possibilidades incomparáveis para o aumento da extração da borracha, que abasteceria as 47 indústrias nacionais especializadas na produção de artefatos da borracha. A meta do governo seria produzir, muito mais do que os 400 pneus diários, uma vez que o seu consumo diário no país, era de 12 mil<sup>351</sup>.

Será a partir de 1940, que as notícias sobre as potencialidades econômicas do Amazonas começam a vim à tona. A propaganda começa a apresentar o Estado enquanto um celeiro de grandes surpresas econômicas. Mesmo com o início da guerra na Europa que estaria dificultando a expansão da economia da Amazônia, e principalmente a sua, se o Amazonas – ele que seria o porta-voz dos anseios dos Estados da região norte – tivesse uma ajuda de crédito para o financiamento da industrialização direcionada a grandes

---

<sup>351</sup> O Jornal, nº.2560, Manaus, 06 de janeiro de 1939.

partes de suas matérias primas, era de se esperar um crescimento fantástico “da sua colaboração no fomento da economia nacional”<sup>352</sup>.

De fato, será depois da vinda de Vargas a Manaus, que a propaganda ira colorir o papel do Estado e da região para a economia nacional e a importância que teve o Estado Novo e Vargas para isso:

*O Movimento renovador de 10 de Novembro de 1937 veio lhe assegurar (a Amazônia) as intenções nacionais para torna-la um espaço util, onde gerações, vigorosas pelo saneamento do vale (...), seguramente provarão a excelencia da terra e a capacidade do homem.*

*O grande presidente o snr. dr Getúlio Vargas, a quem a Amazonia vai dever a sua legitima integração ao Brasil, foi assim, o estadista providencial que soube ver, que compreendeu a grandeza do vale, que sentiu a gravidade de seu abandono e bem mediu a significação do plano, com que a genialidade de sua visão soube propor a grande equação do extremo-norte(...)*

(...)

*O discurso do rio Amazonas, comemorado hoje como uma voz de comando para a execução de uma campanha que não sacrifica vidas nem esconde propositos inconfessaveis, acobertados por falso democratismo, é como a pagina inicial do quarto ciclo de evolução da Amazonia, ciclo, porem, que ha de ser uma conquista e um triunfo, ciclo que abrirá à Amazonia o destino maravilhoso que Deus lhe assegurou*<sup>353</sup>.

A partir de 1941, uma nova data entraria para a galeria das datas natalícias do Estado Novo no Amazonas; o 10 de outubro, o dia do “Discurso do Rio Amazonas”. O dia 10 de outubro começou a ser reverenciado e as lideranças estaduais organizavam festejos, a imprensa noticiava a ocasião. Em *O Jornal*, em circunstâncias do primeiro aniversário “Discurso do Rio Amazonas”, notas sobre as organizações da festividade, comentários acerca do significado dessa data, poderiam ser visualizados desde o mês de julho. Acompanhe como a *Revista Sintonia* se referiu certa vez a essa data:

*A 10 de outubro, completou mais um ano que o Presidente Getúlio Vargas, insurgindo-se contra uma velha praxe dos governantes brasileiros, deixou a maciez das poltronas de Palacio e veio até ao Amazonas visando o grande rio maravilhoso (...) como um compromisso de amparo à região misteriosa pelas suas maravilhas e insondáveis possibilidades economicas.*

(...)

*A Amazônia sempre foi, não há negar, uma região abandonada pelos nossos governantes, cujas vistas enamoradas só se voltavam para as bandas*

<sup>352</sup> O Jornal, nº.2902, Manaus, 08 de fevereiro de 1940.

<sup>353</sup> Jornal do Commercio, nº.12544, Manaus, 10 de outubro de 1941. Grifo e Parênteses meu.

progressistas do sul, com os Estados naquele tempo poderosos, de recursos necessário a manutenção das massas eleitorais prontas à corrupção e ao suborno.

Nele (no discurso de 10 de outubro) encontramos uma série de considerações e conceitos que deixam à *amostra a força do estadista e a visão certa do homem conhecedor das nossas realidades, do governante consciente apercebido do papel preponderante dessa parte da unidade a terra do futuro – “o vale da promessa no Brasil de amanhã” – daí o saneamento a colonização racional da Amazônia etc.*

A Amazônia carecia de um plano nacional<sup>354</sup>.

A propaganda fala do renascimento do Amazonas, e critica, pela precariedade do Estado, os governantes anteriores e o sistema político anterior; poetiza-se o desenvolvimento do Estado. Mas como vemos na citação anterior, para que ocorresse o desenvolvimento da região, também seria necessário que ocorresse o povoamento, a sua colonização. Segundo a propaganda, para o Estado ser o futuro celeiro do mundo, o Amazonas precisava de gente para explorar os seus recursos que seriam inesgotáveis<sup>355</sup>.

No que concerne esse projeto de colonização da Amazônia, a idéia do regime, segundo a historiadora Maria Verônica Secreto, era a de levar o trabalhador junto com a sua família<sup>356</sup>. Para dar andamento a essa proposta, foram montados órgãos responsáveis por esse feito como o “Conselho de Colonização e Imigração do Brasil”, este que em início de 1941, pedira a União que concedesse 4 mil passagens a trabalhadores, que quisessem se empregar nos seringais do Amazonas, passagens essas consideradas a partir de Manaus para diversos pontos do interior. Essa atitude foi tomada, na medida em que até essa data “o poder público federal só fornecia transporte aos trabalhadores nordestinos até o porto de Manaus”<sup>357</sup>, contudo o governo do Estado não tinha condições financeiras para proporcionar as passagens desses trabalhadores da capital até os seringais.

Percebe-se que, inicialmente o processo de colonização do interior do Amazonas, acarretava problemas para o futuro colono, na medida em que ele não era totalmente assistido, tornando em muitos casos sua migração de sua terra natal aos seringais, uma “Via Crucis”. O que também podemos visualizar é que, em muitos casos, a viagem do colono terminava no porto de Manaus.

<sup>354</sup> Revista Sintonia, nº. 40, p. 07, Manaus, outubro de 1943. Grifo e Parêntese meu.

<sup>355</sup> O Jornal, nº. 3820, Manaus, 06 de março de 1943.

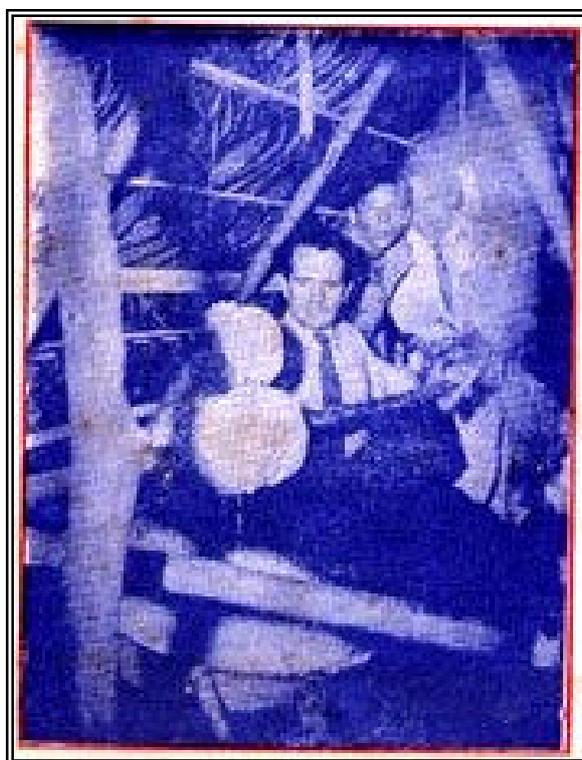
<sup>356</sup> Maria Verônica SECRETO. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*. 2007, p. 121.

<sup>357</sup> O Jornal, nº.3216, Manaus, 09 de fevereiro de 1941.

Contudo a partir de 1942, como consequência do rearranjo político do Brasil no cenário mundial, a proposta inicial da colonização do Estado Novo muda. Em março de 1942, em Washington, o Brasil assinou uma série de acordos<sup>358</sup> – que representavam o entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos, acerca do primeiro apoiar os Aliados na Guerra –, dentre os quais alguns tangenciam a questão de matérias-primas, estratégicas, para serem utilizadas pelos Aliados durante o conflito. Dentre essas matérias-primas a borracha retirada da seringueira (*hevea brasiliensis*) teve papel de destaque. Como sabemos o expansionismo militar japonês em trechos do continente Asiático e nas ilhas do Oceano Pacífico, fez com que o suprimento de borracha para os Aliados fosse cortado, nessa conjuntura o Brasil seria um fornecedor de borracha aos Aliados. Dá-se início no Amazonas à “Batalha da Borracha”.

Assim se conclamou que todos os amazonenses participassem para o aumento da produção da borracha. Na imagem a seguir, vemos Álvaro Maia – segundo a propaganda o maior cidadão amazonense, logo o maior trabalhador –, produzindo na “Batalha da Borracha”, a Péla – uma grande bola de borracha.

**FIGURA15**  
**UM DIA DE SERINGUEIRO**



Fonte: Revista Sintonia, nº. 37, capa, Manaus, junho de 1943.

<sup>358</sup> Edgard CARONE. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. 1977, p. 45-48.



Com o objetivo de legitimar o regime perante os amazonenses, e assim, trazê-los para a causa estadonovista, a propaganda varguista, principalmente a partir de 1940, procurou mostrar que o Estado Novo se preocupava com os problemas do Amazonas e concomitantemente com o dos seus habitantes. O regime e o seu presidente se apresentaram como os responsáveis pelo ressurgimento econômico do Estado, apresentando-o como um gigante econômico, que estava adormecido devido à falta de investimento dos governantes de outrora:

O Vale adormecido fôra tocado por quem tinha e tem o poder de renovar o “surge et ambula”. E levantou-se refeito de sua saúde e caminhou, sacudindo o lodo do pântano em que mergulhara pela inóxia dos governantes antigos. *Hoje, não há força que contenha a sua marcha para riosas conquistas e nenhum obstáculo impedirá que se coloque na vanguarda de seus irmãos evoluídos.* (...) o Amazonas dirige-se para o Porto-Seguro de suas maiores aspirações...<sup>360</sup>

O advento do novo regime significara a ascensão da região paradisíaca, do futuro celeiro do mundo. Vargas o clarividente, via o Amazonas e Amazônia do futuro. Vargas somente ele, era capaz de integrar a região à história da civilização brasileira. O Grande Chefe estava organizando a economia desorganizada da região. Nas páginas da história do Estado Novo, como evidencia a nota supra – e tantas outras mensagens veiculadas nesse período –, a Amazônia esquecida, surgia triunfante, povoada e integrada à Nação.

### 3.2.2 – Uma gente estóica.

Apesar de serem de caráter parcimonioso e muito inconstante, o Estado Novo ao lado de uma propaganda direcionada a mostrar a sua preocupação com o Amazonas, e nessa perspectiva apresentando-o enquanto um gigante econômico – que em muito em breve seria parte essencial da economia nacional, futuro celeiro do mundo –, procurou veicular uma propaganda que elogiasse o amazonense, mostrando a sua importância como complemento da nacionalidade, seu caráter nacionalista e trabalhador.

Segundo a propaganda a coletividade amazonense, cansada dos descasos dos presidentes de outrora, dava seu apoio incondicional a obra do Estado Novo e “a sua

---

<sup>360</sup> Sintonia, nº. 33, p.18, Manaus, fevereiro de 1943. Grifo meu.

confiança nos destinos reservados ao Brasil e ao Amazonas, orientadas pela rectidão e pela intelligencia do benemérito Getúlio Vargas”<sup>361</sup>; a coletividade vibrava coesa.

Não poderia se conceber por que tamanho descompromisso dos governantes com gente tão nacionalista, que muito tempo vivera pelos próprios esforços em uma luta injusta, mas tinham a grandeza de não reclamarem, não lamentarem ou expressarem desespero. Certa vez Assis Chateaubriand, comparou os amazonenses aos russos, pois cada um era “um espectador esmagado e contrito da sua propria tragedia, de que não culpava quem quer que fosse (...). Prisioneiros da fatalidade, era na vontade e no poder dessa que eles se refugiavam”. Continuando sua fala o jornalista exaltava a nacionalidade do amazonense:

Quem já ouviu falar em rebelião amazônica, se não de uma, e de uma só, que se ergueu no Acre, justamente de amazonenses que se matavam para continuarem brasileiros, tomados de um fervor religioso e sentimental do Brasil, como os mais exaltados patriotas do Rio e São Paulo<sup>362</sup>.

Contudo os tempos tinham mudado, os amazonenses que jamais tinham fugido de suas responsabilidades, enquanto brasileiros, estavam sendo valorizados no Estado Novo, o país necessitava de suas cooperações. Todos os amazonenses tinham o seu valor, nesse viés se valoriza o caboclo amazonense, este que não era “nem vadio, nem malandro”, mas que tinha uma “explendida capacidade de trabalho, fibra de patriotismo idêntica à dos homens do sul, de léste, de oéste, de qualquer recanto do Brasil”<sup>363</sup>.

Note-se que, na propaganda varguista direcionada aos amazonenses, valorizava-se muito a questão da nacionalidade e do trabalho, ou melhor, do homem trabalhador, isso não era por acaso. Ao propagar que os amazonenses eram trabalhadores, o Estado Novo, reconhecia os mesmos enquanto cidadãos brasileiros, uma vez que, a essência da cidadania valorizada pelo Estado Novo, estava diretamente relacionada ao trabalho, pois este ajudava no crescimento da pátria; para ser cidadão, no Estado Novo, era preciso servir à Nação<sup>364</sup>. Os amazonenses eram bons brasileiros, pois eram bons trabalhadores, logo precisavam ser incorporados à Nação e valorizados enquanto tal.

---

<sup>361</sup> O Jornal, nº. 2577, Manaus, 04 de fevereiro de 1939.

<sup>362</sup> Jornal do Commercio, *O Mujik da Steppe Verde da Amazônia*, nº. 13275, Manaus, 04 de julho de 1943.

<sup>363</sup> O Jornal, nº. 4078, Manaus, 12 de janeiro de 1944.

<sup>364</sup> Cf. Maria Helena CAPELATO. Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo. 1998, p 173-191.

A partir de 1942, com a campanha da “Batalha da Borracha”, a cidadania dessa gente estóica foi posto a prova. Os amazonenses foram chamados a trabalhar para ajudar na vitória dos Aliados. No mês de agosto, o regime lança “em Manaus e no Amazonas” uma campanha “cívico-patriótica”, que tinha a finalidade de coletar metais velhos que seriam reaproveitados pelas Forças Armadas para a fabricação de materiais bélicos<sup>365</sup>.

Nos meses seguintes, a participação dos amazonenses foi conclamada outras vezes. No mês de maio de 1943, se decreta que o mês de junho será “O Mês da Borracha” – a campanha adentra o mês de julho –, nesse os amazonenses deveriam de todas as formas, encontrar maneiras para se produzir mais borracha, ajudando nos esforços de guerra, até borrachas usadas foram pedidas. Segundo notas nos periódicos a participação foi intensa:

Encerrou-se ontem, nesta capital, com sucesso incomum, a campanha da borracha usada, *através da qual o povo de Manaus, com a radiosa colaboração de sua juventude, pode, mais uma vez, testemunhar o vigor de seu patriotismo* e a elevação de seus sentimentos americanistas, entregando-se com todo o ardor à coleta de borrachas velhas, que, recuperadas nos estaleiros e nas usinas das democracias, serão transformadas em armas de guerra para levar a morte e destruição às hostes barbaras do Anti-Cristo.

*Foi um movimento coletivo de impressionante vibração cívica, e por ele, como pela campanha dos metais, como pela campanha das “hortas da Vitória” e tantas outras, é fácil auscultar o coração imenso dos amazonenses pulsando de amor ao Brasil, de amor à causa santa das liberdades humanas, à cruzada bendita dos direitos do homem*<sup>366</sup>.

Nesses anos de guerra, no qual o Brasil esteve do lado dos Aliados, a propaganda estadonovista, representa os amazonenses como responsáveis pela vitória dos Aliados. Nesse *front* da guerra que se tornou o Amazonas, todos tinham que trabalhar. Se, faltava na cidade mão-de-obra masculina, uma vez que homens estavam trabalhando nos seringais, a propaganda pedia às mulheres, que seguissem o exemplo das inglesas e americanas e passassem a trabalhar nas fábricas. Nessa perspectiva muitas foram chamadas para o beneficiamento da borracha em Manaus.

O irônico nessa campanha de convocação das mulheres para que viessem a exercer trabalhos pesados, dá-se pelo fato de que, o governo do Estado do Amazonas, anos antes, procurou impedir, pelo menos no funcionalismo público, a atuação das

---

<sup>365</sup> O Jornal, nº. 3056, Manaus, 25 de agosto de 1942.

<sup>366</sup> O Jornal, nº. 3936, Manaus, 26 de julho de 1943. Grifo meu.

mulheres em ofícios “incompatíveis com a delicadeza feminina”<sup>367</sup>. Na Figura abaixo vemos mulheres amazonenses, trabalhado em uma fábrica de beneficiamento de borracha.

**FIGURA 17**  
**MULHERES DA BORRACHA**



Fonte: *Revista Sintonia*, nº. 48, p. 02, Manaus, julho de 1944.

Através de mensagens e imagens, a propaganda estadonovista objetivou sensibilizar os amazonenses, procurando criar tensões emotivas através de elogios e promessas, com a intenção de conquistá-los, tornando-os, assim, flexíveis aos discursos estadonovista; à aceitação de idéias e valores.

Se, por um lado não seja possível averiguarmos, o nível da funcionalidade da propaganda direcionada aos amazonenses, por outro não podemos negar que ela tenha, mesmo que de uma forma minimizada, surtido efeitos. Todavia, o fato é que essa prática

---

<sup>367</sup> No dia 29 de julho de 1939, o Interventor Álvaro Maia assinou um Decreto-lei de nº. 280, que vedava a participação de mulheres no serviço público, nos quais fosse necessário o uso da força ou em ambientes impróprios, uma vez que esses trabalhos eram incompatíveis com a sua delicadeza: inspeções pelo interior, ou rondas noturnas pelo litoral, em trabalhos próprios a funcionários da polícia. O interessante foi que se criticou, indiretamente, as suas atuações no setor privado de embarcação de gêneros e no BENEFICIAMENTO da borracha. O Jornal, nº. 2727, Manaus, 30 de julho de 1939.

do Estado Novo nos possibilita visualizar que o poder de um governo não é algo “coisificado”, mas antes uma construção histórica. É mais simbólico, e como tal, precisa estar rodeado de representações para atuar, para tanto passa a disputar o campo dos imaginários sociais.

### 3.3 – Os trabalhadores amazonenses na propaganda estadonovista.

Devido aos conflitos sociais nos 30 primeiros anos do século XX no Brasil, e principalmente os presenciados durante a década de 1920, o tema das massas passou, como vimos há pouco, a ser debatido pelas elites brasileiras. Passou-se, então, a procurar exorcizar o grande fantasma, a questão social<sup>368</sup>; esta enquanto um corpus de direitos político-sociais para os trabalhadores. Nessa perspectiva procurou-se a integração dos trabalhadores à sociedade.

Segundo o historiador Diorge Alceno Konrad, o debate acerca da questão social, adentrou a década de 1930, não havendo omissão dos setores da sociedade brasileira em torno dele. Para os anarquistas e comunistas a “questão social” foi abordada no conjunto da tática política da luta de classe, já para o governo e para os integralistas seu discurso para resolver a questão social tinha como proposta o corporativismo, a Igreja Católica seguia a mesma linha<sup>369</sup>.

Na leitura feita pelo autor sobre o tema, ele acredita que seja imprescindível trabalhar a relação existente entre os direitos sociais e os direitos políticos, afirmando que, “não há como se negligenciar a luta por direitos sociais pela classe trabalhadora, deixando-se de lado, igualmente a luta por direitos políticos”<sup>370</sup>. Ou seja, na luta pelos seus direitos sociais a classe operária, concomitantemente lutava pelos seus direitos políticos, esse é um dos fatores que ele acredita serem responsáveis pela existência de

---

<sup>368</sup> O historiador Diorge Alceno Konrad, embasado no sociólogo Robert Castes, acredita que, a questão social seja algo “fundamental a determinada sociedade uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre a sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” Diorge Alceno KONRAD, *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, 2004, p.99-100.

<sup>369</sup> Diorge Alceno KONRAD, *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, 2004, p. 94-132.

<sup>370</sup> Ibid p.102

uma repressão aos movimentos dos trabalhadores, tão comuns durante a “República Velha”<sup>371</sup>.

Se formos analisar a historicidade do movimento operário brasileiro, perceberemos que desde muito tempo, os trabalhadores brasileiros (imigrantes, nacionais, ex-escravos), no seu cotidiano, tentando superar as suas diferenças – em muitos casos isso não ocorreu, pois vemos uma diversidade cultural que compõe essa classe –, formaram no seu processo histórico de reivindicações, em busca de uma vida melhor, uma consciência de classe. É nesse processo de lutas, que a classe se “faz”<sup>372</sup>, passando a ser ver enquanto grupo, mesmo que heterogêneo; criam organizações, ampliando suas reivindicações na busca de direitos<sup>373</sup>. Na luta pelos seus direitos sociais, ocorreu o desenvolvimento de uma consciência politizada, ocorrendo, também, a luta por direitos políticos.

Assim sendo, o governo Vargas ao criar leis trabalhistas que atendessem aos interesses dos trabalhadores, deslocou a questão social de um espaço que foi e estava sendo construído politicamente pela consciência política de classe dos trabalhadores, para um espaço onde à atuação política dessa classe não deveria existir.

Nessa perspectiva, durante os primeiros quatro anos e meio do Estado Novo, os direitos trabalhistas – que já vinham sendo postos em prática, paulatinamente, desde 1930, com a criação do Ministério do Trabalho em 26 de novembro desse ano, este considerado como o “Ministério da Revolução” – mais uma propaganda política voltada para os trabalhadores, não tinham a intenção de articular politicamente o movimento dos trabalhadores e buscar o apoio desses setores. A intenção de tal feito era justamente

---

<sup>371</sup> Para o historiador Diorge Alceno Konrad, por muito tempo foi aceita, e às vezes ainda é, a idéia de que no Governo Vargas as questões sociais, que nesse momento diz respeito aos trabalhadores, passou a ser tratada não, mas como uma questão de polícia, como era antes de 1930, mas sim como uma questão de política. Vários direitos trabalhistas, que desde o final do século XIX eram requisitados pelos trabalhadores, passaram a ser cedidos pelo governo varguista. Mas segundo Konrad, mesmo com o aparecimento dessas leis, a repressão não acabou, apenas sofreu uma metamorfose, as perseguições policiais às greves e as de organizações políticas e sindicais autônomas continuaram na década de 1930. Diorge Alceno KONRAD, *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, 2004, p. 31-132.

<sup>372</sup> Cf. Edward THOMPSON, Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. IN Antonio Luigi NEGRO e Sérgio SILVA, *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, 2002, p.269-281.

<sup>373</sup> Como afirma o historiador Cláudio Batalha, a formação da classe operária é “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de classe”. Cláudio BATALHA. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (Vol. I). O tempo do liberalismo excludente*. 2003, p. 173.

buscar o inverso, a desarticulação política deles, buscando excluir da memória desses setores sociais uma história de lutas, reivindicações e, mesmo que mínimas, de conquistas.

Por mais que o governo Vargas crie uma propaganda política voltada, *em parte* para esses setores, com a intencionalidade de legitimar o seu governo, nesses termos, *legitimação não significava necessariamente buscar apoio nesses setores*. Vargas herdeiro da tradição positivista gaúcha defende um corporativismo – que está inserido na proposta de exaltar a nacionalidade para a conquista das massas –, uma harmonia social e um paternalismo em relação a esses setores e, principalmente ao operariado, que impossibilitava a politização de classes consideradas subalternas:

Para a doutrina corporativa a população deveria colaborar com o governo, e a melhor forma de se expressar essa colaboração seria através de atividades cívicas e econômicas, e não através de ações político-partidárias. As divergências ideológicas deviam ser banidas, o governo formularia as diretrizes para a nação e caberia a todos colaborar nesse esforço<sup>374</sup>.

Devido a essa intencionalidade, durante os anos do Estado Novo, ganhou força um mito que já estava presente nos discursos trabalhistas do Governo Provisório, o mito da doação<sup>375</sup>, o mito da “outorga”, que procurou afirmar que as conquistas trabalhistas vistas nesse momento, eram frutos de uma visão de um Estado provedor e de seu presidente clarividente, que de forma natural se anteciparam às angústias dos trabalhadores. Assim, estes, não precisariam se preocupar com a busca de direitos sociais, uma vez que o governo estava incumbido desse fim.

Porém, se em um primeiro momento o mito da outorga serviu para auxiliar na despolitização dos trabalhadores, a partir da segunda metade de 1942, quando o regime começa a mostrar suas contradições internas, a propagação do mito, ainda mantendo a idéia de um governo provedor, terá como objetivo a mobilização dos trabalhadores, para que estes viessem dar sustentabilidade ao regime, e em última instância, ao seu presidente.

---

<sup>374</sup> Maria Celena D'ARAUJO. Estado, Classe trabalhadora e Políticas Sociais. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. 2003, p. 218-219.

<sup>375</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, 89-90.

### 3.3.1 – Desarticulando o movimento dos trabalhadores.

Acerca da história do movimento do operariado amazonense no Amazonas da “República Velha”, apesar da visualização de que a historiografia sobre essa temática está ainda em processo de construção, podemos afirmar que, vários setores do operariado local eram politizados, organizavam-se em sindicatos e, em muitos casos, organizaram e praticaram greves<sup>376</sup>. No que concerne à organização, é possível afirmar que muitos, para exprimirem suas críticas, e darem mais sentido de coletividade aos seus anseios, produziam jornais. Essa constatação nos possibilita a visualização da existência de uma imprensa operária e de sua forte atuação<sup>377</sup>.

Essa historiografia pioneira nos abre um panorama, que nos dá base para afirmarmos acerca da presença de um fazer político do operariado amazonense e de uma consciência de classe, pela qual, os trabalhadores locais procuram fazer sua própria história e lutar pelos seus direitos.

No que concerne ao período pós-30, apesar da inexistência de trabalhos de historiadores acerca dessa temática, encontrou-se indícios em minhas pesquisas, que nos direciona a almejarmos essa possibilidade. Isso é possível, não somente pela presença de um jornal operário como o *Lucta Social*<sup>378</sup>, mas também pela presença de notas, sobre

<sup>376</sup> Cf. O belíssimo trabalho da historiadora Maria Luiza U. Pinheiro. Através da análise do universo do trabalho e do cotidiano dos estivadores, a historiadora nos mostra uma Manaus na qual é possível perceber uma organização política desse setor dos trabalhadores e de outros, onde vemos embates políticos dos trabalhadores, greves, enfim, presenciamos uma tentativa desses setores em fazer sua própria história. Maria Luiza Ugarte PINHEIRO. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflitos no porto de Manaus, 1899-1925*. 2003. Ver também, e não menos importante, a Dissertação de mestrado do historiador Luciano Everton Costa Telles. Através da análise do jornal VIDA OPÉRARIA, o historiador procurou compreender o universo do trabalho, a organização e luta operária em Manaus do início da década de 1920. Luciano Everton Costa TELES. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. 2008.

<sup>377</sup> Até a presente data foram mapeados 14 jornais operários publicados no Amazonas durante a República Velha. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (Ogrs). *Imprensa Operária no Amazonas*. (transcrições e fac-símiles). 2004, p. 11.

<sup>378</sup> Dos 14 periódicos de valores históricos incalculáveis, citados na obra *Imprensa Operária no Amazonas*, um, por uma singularidade, merece destaque. Até a publicação da obra organizada pelos historiadores, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Maria Luiza U. Pinheiro se acreditava que o jornal LUCTA SOCIAL, que circulara, em uma primeira fase no ano de 1914, e numa segunda no ano de 1924, não tivesse ultrapassado esse limite temporal. Contudo em um ato de pura sorte, se encontrou um de seus exemplares, em uma terceira fase que data do ano de 1931 – *Lucta Social*, nº. 52, Manaus, 02 de janeiro de 1931. O curioso se deu, pelo fato dele está dentro de um livro que fora comprado em um sebo por uma aluna do curso de História, Gláucia Almeida Campos, no ano de 2005. A mesma, gentilmente, o dou ao Laboratório de História da Imprensa do Amazonas, coordenado pelos professores Luís Balkar e Maria Luiza. Ainda acerca da “*Lucta Social*”, nessa terceira fase, ele adentrou a década de 1930, encontra-se uma referência de sua circulação na *Tribuna Popular* de 1934. *Tribuna Popular*, nº. 04, Manaus, 21 de maio de 1934. Há também indício de um outro jornal da imprensa operária, o AVANTE. Cf. *Tribuna Popular*, nº. 49, Manaus, 01 de abril de 1935.

várias organizações de trabalhadores, em periódicos da grande imprensa. Um bom exemplo é o jornal a *Tribuna Popular*.

Aqui pedimos licença ao leitor para fazer um rápido comentário acerca desse periódico. O jornal *Tribuna Popular*, que teve inicialmente o subtítulo “Órgão do Partido Trabalhista Amazonense”, teve duas fases. A primeira teve início no dia 10 de outubro de 1933, nessa, ele só teve duas edições – infelizmente não foi possível encontrar essas duas únicas edições dessa fase. A segunda fase teve início, a partir no dia 15 de maio de 1934, nela é possível averiguar sua trajetória até a edição de 27 de abril de 1936<sup>379</sup>. Contudo não podemos afirmar se essa foi a sua última edição.

A partir da edição de número 65, de 18 de julho de 1935, o *Tribuna Popular*, muda de subtítulo, denominando-se “Órgão do Partido Popular Amazonense”, resultado da união dos partidos “Socialista” – de Álvaro Maia – e “Trabalhista”, que originou o Partido Popular Amazonense, presidido pelo governador Álvaro Maia<sup>380</sup>.

O periódico *Tribuna Popular*, desde a sua criação até o período da fusão do Partido Trabalhista com o Socialista, representava o interesse dos políticos tradicionais do Amazonas – que contraditoriamente apoiavam Vargas nas eleições de 1934 para a Presidência Constitucional da República, e que abraçou o discurso do trabalhismo–, que congregavam sua força na atuação política do Comandante de Fragata Luiz Tirelli<sup>381</sup>. Nessa perspectiva, por mais que na sua nota editorial de apresentação, dessa sua segunda fase, ele se apresente como uma alternativa para os anseios dos trabalhadores, procurando orientá-los, organizá-los, afirmando que eles “estavam habituados a servir de degráu por onde os políticos com suas labias subiram para se elevar às suas altas

<sup>379</sup> Esse periódico circulava semanalmente, uma das poucas exceções ocorreu: com a sua edição de número 65, de 18 de julho de 1935, na medida em que, devido à singularidade do momento, ela foi posta para circular três dias após a edição de número 64 de 15 de julho de 1935; com as edições de número 71 de 26 de agosto até a de 83 de 09 de setembro de 1935, pois nesse período o periódico circulou diariamente, uma vez que estava fazendo campanha para os candidatos do Partido Popular à Câmara Municipal – eleições ocorridas no dia 31 de agosto – e à Câmara Federal – eleições ocorridas no dia 07 de setembro. Ele constava de 04 páginas, e até a edição de número 63 de 08 de julho de 1935, era apresentado que ele era propriedade de uma empresa. Até a sua última edição, encontrada, o seu redator-chefe foi o senhor Vivaldo Lima.

<sup>380</sup> *Tribuna Popular*, nº. 65, Manaus, 18 de julho de 1935.

<sup>381</sup> É possível acompanhar, através da primeira edição da segunda fase do “*Tribuna Popular*”, protestos contra, a acusação direcionada, do deputado federal constituinte, pelo Amazonas, o senhor Leopoldo Tavares da Cunha Melo, ao também deputado federal Luiz Tirelli, de que este era o representante dos “decahidos do Amazonas”, ou seja dos políticos tradicionais deslocados do poder devido ao Movimento de 1930. *Tribuna Popular*, nº. 03, Manaus, 15 de maio de 1934. Por mais, que o periódico, se justifique, e negue tal acusação, ela corresponde com a realidade política de fato do Partido Trabalhista Amazonense. Cf. Eloína Monteiro dos SANTOS. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. 1997, p. 95.

posições”<sup>382</sup>; no fim as intenções do periódico e do Partido Trabalhista, eram as mesmas que eles se propuseram a criticar.

Contudo apesar dessas intenções políticas, e dessas relações de forças presentes nesse periódico, ele abre espaços que nos possibilita, através de suas páginas, visualizarmos em vários momentos, determinada organização política e mobilizações de trabalhadores. Como adágio é possível encontrarmos nas páginas desse periódico, indícios de uma greve no setor do *curtume* em Manaus. Em uma nota na Seção de “Interesses Comerciaes”, desse periódico, do dia 21 de maio que circulou pelo menos até o dia 16 de julho de 1934, afirmava-se que em “consequencia da greve dos cortumes, os compradores” estavam “retrahidos”<sup>383</sup>. Apesar de não termos outras informações, sobre a referida greve – quando e por que iniciou? – é interessante constatarmos que ela tenha durado no mínimo, quase dois meses.

Ainda nas páginas desse periódico, é possível averiguarmos discursos dos trabalhadores amazonenses, e atuações em busca de uma alternativa que os desvencilhem das incursões dos governantes e patronato à sua autonomia. Falas que defendem a organização política dos mesmos, para que eles escolham, entre seus pares, pessoas que possam nos Congressos Legislativos, lutarem para elaboração de leis que venham lhes amparar. A nota abaixo, sem sombras de dúvidas representaria a intenção política de muitos setores dos trabalhadores amazonenses, nesses sete primeiros anos da década de 1930:

*Já não é mais tempo de continuar estacionaria a classe trabalhista.*

*É o momento de cooperar, dentro da ordem e da fraternidade, pela completa reivindicação dos nossos direitos pela perfeita segurança do nosso futuro.*

*A todo o trabalhador assiste o direito de organização, por isso não deve temer a qualquer injunção de adestradores e corruptores do bem coletivo. Os factos teem demonstrado perfeitamente, que a causa primordial, de serem sempre tolhidas as medidas que de algum modo venham beneficiar o homem do trabalho, é por viverem elles dispersos do meio dos seus irmãos de lucta, e de sua agremiação unica, que realmente o pode amparar, proteger e defender. (...)*

*Os princípios mais elementares das diversas transições, por que vem passando o mundo, indicam claramente que é ao trabalhador que compete a integral defesa dos seus direitos, assim como a sua cooperação, nas nossas leis dentro dos congressos legislativos*<sup>384</sup>.

<sup>382</sup> Tribuna Popular, nº. 03, Manaus, 15 de maio de 1934.

<sup>383</sup> Tribuna Popular, nº. 04 ao nº. 12, Manaus, 21 de maio a 16 de julho de 1934.

<sup>384</sup> Produzido pelo Sindicato da Construção Civil. Tribuna Popular, *Precisamos definir-nos, trabalhadores*, nº. 52, Manaus, 22 de abril de 1935.

Porém, se é possível nesse período à visualização, mesmo que mínima, de uma atuação política de setores dos trabalhadores locais em busca de direitos sociais, é também visível, a intenção do governo central em dificultar esse acontecimento. Para tanto se apresenta um discurso, que o incuba de tal processo, ameaçando em deixar à margem dos direitos sociais, o trabalhador que não seguisse os ditames do Estado. Em uma nota do *Tribuna Popular* de 1935 é possível presenciar esse discurso:

O homem trabalhador não é mais uma simples machina productiva que se move inconsciente, sem presentir o dia d'amanhã, quando a idade ou a doença o incapacitar.

O Estado, exigindo-lhe actividade para o seu desenvolvimento economico, tem a obrigação irrestricta de o cercar de todas as garantias.

O Estado exige as energias do homem capaz, garantindo-o, e proporciona a protecção necessaria ao invalido ou ao incapaz.

*A educação a assistencia e o bem-estar são deveres do Estado para com todas as classes e, especialmente, para com as menos favorecidas de fortuna.*

(...)

*Leis rigorosas de amparo ao trabalho, leis de assistencia às classes.*

*Taes medidas virão abrir os olhos da consciencia dos trabalhadores, mostrando-lhes que o regimen não é abastardo, que a Republica deixou de ser aburguezada e trata de todos com o mesmo interesse.*

*Desapparecerão, com esses remedios, os pronunciamentos de odiosidade entre classes.*

(...)

Ensinar-se-á, desse modo que, de acordo com os textos constitucionaes, não há, na verdade privilegio de classe a classe e que o paiz, cercando todos os seus filhos do maior carinho, delles exige trabalho, amor aos seus interesses, enfim, patriotismo para o bom exito de sua missão perante o Mundo.

(....)

**TRABALHISTAS! Abri os vossos braços para receber em vosso seio todos os homens, capitalistas, proprietarios, medicos, bachareis, professores, commerciaris, artifices e artistas, emfim, todos os homens que,** menos materializados, saibam vos querer como irmão e compreendam que, para o debellar da crise que nos assoberba só ha um problema, um grande problema – o problema econômico e cultural das classes que tem a sua incognita na: *Educação, como obrigação do Estado; na Subsistencia, pelo trabalho dignamente retribuído; na Assistencia, como obrigação do Estado; no Bem-estar material e espiritual e, finalmente, no Direito ao trabalho, cuja a infração fará com que desapareçam todos os deveres do Estado para com o individuo infractor*<sup>385</sup>.

A citação supra, é um exemplo de outras falas desse período, que representam uma ideologia, que ganhará maior contorno durante o Estado Novo. Essa ideologia é do trabalhismo, que defendia a colaboração entre as classes sociais e a adesão dos

<sup>385</sup> Tribuna Popular, *Trabalhismo*, nº. 42, Manaus, 11 de fevereiro de 1935. Grifo meu.

trabalhadores à dependência com relação ao Estado. Para esse fim, a propaganda do mito da outorga, que veiculou a idéia de que os direitos sociais direcionado aos trabalhadores, não seria o fruto de suas próprias lutas, mas sim uma dádiva do Estado provedor e seu presidente *clarividente*, que tomaram essa iniciativa de forma espontânea, teve um papel de destaque. Ela foi uma tática, que se tendeu ser bastante eficaz, para a desmobilização do operariado brasileiro em um primeiro momento (1931-1942), e de mobilização a partir de 1942 para manter Vargas no poder, através do apoio desses setores.

A partir de 1942, os governistas anunciavam aos trabalhadores que havia chegado à hora suprema, em que esses colocariam aprova o devotamento cívico, as suas capacidade de ação e cooperação na defesa, a qualquer preço, do solo inviolável da pátria, e “das legítimas, árduas e generosas conquistas”, que a eles, “foram *outorgadas* no sistema de vida, na organização política e na economia”<sup>386</sup> do povo brasileiro.

Contudo a criação do mito da outorga, inserida na ideologia do trabalhismo, como nos alerta o historiador Adalberto Paranhos, não se deu no vazio, mesmo que de forma mínima, ela teve que se materializar, tornando-se uma forma de atender os interesses mais ou menos imediatos dos trabalhadores, mesmo que tenha sido parcial e fugisse dos propósitos dos setores mais amplos do movimento operário<sup>387</sup>.

Nessa perspectiva, esse historiador acredita que, os direitos trabalhistas concedidos por Vargas aos trabalhadores foi uma fala roubada dos próprios trabalhadores brasileiros, que foi reelaborada, através de uma legislação trabalhista – na fala dos governistas a mais adianta e mais culta do mundo –, sendo direcionada aos mesmos. Assim, o mito da doação serviria para amortecer as lutas de classe e tentar apagar da memória dos trabalhadores suas atuações políticas anteriores ao Estado Novo – do período que compreende toda a República Velha e até os meados da década de 1930<sup>388</sup> –, o que possibilitaria, na visão dos governistas, a despolitização do operariado brasileiro, facilitando o seu controle por parte do governo. Vejamos dois exemplos que nos possibilitam visualizar uma mínima parte, mas significativa, dessa atuação do governo Vargas. O primeiro exemplo é a comparação das duas imagens abaixo.

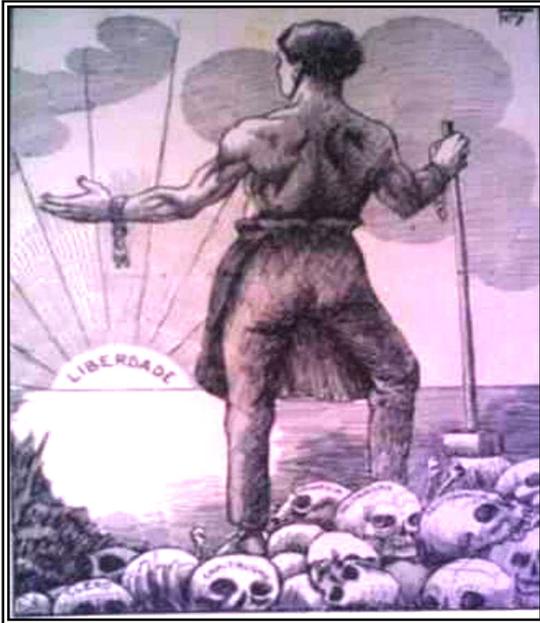
---

<sup>386</sup> Leopoldo PERES Frente do Trabalho na Guerra. O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha Para a Vitória. 1942, p. 11.

<sup>387</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 24.

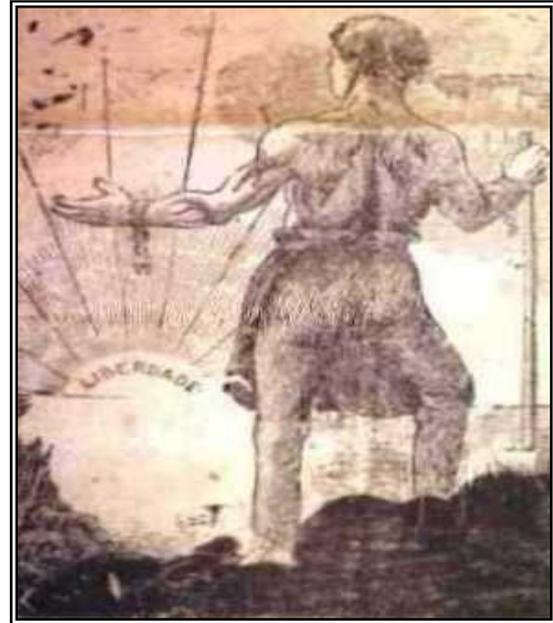
<sup>388</sup> Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, p. 25

FIGURA 18



Fonte: *A Voz do Trabalhador*, nº. 30, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1913. (coleção fac-similar, 1908-15)

FIGURA 19



Fonte: *O Jornal*, nº. 2340, Manaus, 01 de maio de 1938.

Em ambas as imagens, vemos a representação de um trabalhador à beira mar contemplando o “sol da liberdade”. O mesmo está de braços abertos, após rebentar os grilhões, para receber na alvorada, os primeiros raios da liberdade. Ou seja, as imagens passam a idéia de que começa naquela manhã um novo mundo para os trabalhadores, de um futuro melhor, e de realizações; um mundo livre. E o que acaba diferenciando, um pouco, as duas imagens, é o fato de que na primeira figura o chão sob o qual o trabalhador se ergue é constituído por um monturo de crânios.

Contudo, é na visualização desse detalhe que se abre um panorama para percebemos que as duas imagens são antagônicas. Ambas realmente procuram passar a idéia do advento da liberdade para os trabalhadores, entretanto essa liberdade é conseguida de formas diferentes. Passemos então a historicizar as duas imagens.

A primeira faz parte da data comemorativa do 1º de maio de 1913, e foi veiculada no jornal “A Voz do Trabalhador”, periódico da Confederação Operária Brasileira. A imagem ainda vinha acompanhada de um poema, que tinha nas duas últimas estrofes, os seguintes dizeres:

Calendimaio! O Sol que te ilumina seja  
O último a iluminar as grades da Prisão,

Os muros do quartel e as fachadas da Igreja;

E amanhã, ao brotar do grande Astro o clarão,  
Que aos seus raios triunfais o Homem, por fim seja  
Sobre a Terra, a cantar, liberto do patrão<sup>389</sup>.

A segunda também procura comemorar o 1º de maio, contudo o ano é o de 1938, e faz parte das festividades organizadas pelo Estado Novo que, seis meses antes, acabara de ser instalado. Essa imagem veio acompanhada da seguinte mensagem:

Na nação brasileira, a data é particularmente festiva, pois é a oportunidade *que tem a família operaria de demonstrar às autoridades os seus agradecimentos commovidos pela conquistas magnificas que já mereceu, principalmente no benemerito governo Getúlio Vargas, atravez de sabios preceitos, representando garantia, segurança, conforto, paz*<sup>390</sup>.

A primeira imagem simboliza perfeitamente uma concepção corroborada por vários setores do operariado brasileiro do pré-30. Para esses trabalhadores, seria através das suas atuações políticas, através da suas lutas, de suas organizações que eles iriam conseguir a liberdade; conseguir direitos sociais. Nessa perspectiva eles pregavam, em sua grande maioria, uma autonomia em relação ao Estado brasileiro, ou melhor, eles defendiam a supressão desse Estado; não é por acaso, que o trabalhador, dessa imagem, está sobre as caveiras que simbolizam a derrocada do exército, do capitalismo, do clero, da burguesia, da aristocracia, em síntese dos grupos e sistema econômico, que exploram esse trabalhador, e que detêm o controle do Estado.

Para esses trabalhadores, seus inimigos seriam o próprio Estado e suas Instituições. Somente eles, através de suas lutas seriam os responsáveis por sua liberdade. O 1º de maio *seria o dia do trabalhador*, um dia de lutas.

Já a segunda imagem representa perfeitamente, o discurso sócio-político, presenciado no período pós-Movimento de 1930, principalmente, durante o Estado Novo. Nesse discurso, o Estado se apresenta enquanto o único capaz de prover os direitos trabalhistas, ele seria o responsável por outorgar esses direitos. Assim sendo, os trabalhadores deveriam agradecer o que estava sendo feito para eles. Nessa perspectiva

---

<sup>389</sup> A Voz do Trabalhador, nº. 30, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1913. (coleção fac-similar, 1908-15).

<sup>390</sup> O Jornal, nº. 2340, Manaus, 01 de maio de 1938. Grifo meu.

o 1º de maio *seria o dia do trabalho*, um dia de festas e agradecimentos para com os governantes.

Percebe-se, nesse exemplo singelo, uma das várias formas de atuação do discurso varguista para a construção do “mito da doação”. Nesse caso, uma atuação dupla, na medida em que, além da imagem que fora veiculada em 1913, ter sido apropriada e ter seu sentido alterado, nesse véis também foi alterado, a simbologia do 1º de maio.

Um outro exemplo que trilha por esse enviesamento, e que, ainda, procura construir uma boa imagem da personalidade de Vargas é o discurso do Inspetor Regional do Trabalho, pronunciado no 1º de maio de 1939 em Manaus para vários trabalhadores, que se reuniram para comemorar a assinatura do decreto-lei que instituiu a Justiça do Trabalho:

Justiça do Trabalho, quer dizer: justiça para os trabalhadores, justiça rápida, justiça sem intermediários.

É mais uma promessa do presidente Getúlio Vargas, para com o proletariado nacional, que se cumpre: *é mais uma demonstração da bondade do coração do presidente magnânimo que se revela: é mais uma vitória que o trabalhador brasileiro ganha **sem derrame de sangue, sem lutas, sem greves, sem exigir, sem impor.***

*É, enfim, mais uma realização do Estado Novo, para a garantia da paz, para a consolidação, para o progresso do Brasil, dentro da ordem constituída, dentro da harmonia realizada, dentro do espírito cristão, onde emana os princípios básicos da legislação social-trabalhista brasileira...*<sup>391</sup>

Outra coisa interessante acerca dessa citação, e de outras mensagens, que visam propagar a questão da “outorga” da legislação trabalhista pelo presidente magnânimo, é a presença, como nos lembra o historiador Adalberto Paranhos, de certa contradição que nós percebemos nos discursos dos governistas. Se por um lado o discurso do trabalhismo, e no seu seio o mito da outorga, tinha também como intenção, apagar da memória dos trabalhadores suas atuações políticas, suas lutas por direitos, e muitas das mensagens estadonovistas exaltassem o papel do Estado, contraditoriamente, em muitas delas, é possível constatar referências, diretas e indiretas, às lutas de classe dos trabalhadores,

---

<sup>391</sup> O Jornal, nº. 2650, Manaus, 02 de maio de 1939.

suas atuações políticas no pré-30, e até mesmo durante os sete primeiros anos da década de 1930<sup>392</sup>.

### 3.3.2 – Chegou à hora da retribuição: mobilizando os trabalhadores.

È quase unânime na historiografia acerca do Estado Novo, afirmação de que, desde quando ele é instalado, em novembro de 1937 até início/meados de 1942, o regime não se preocupou com a mobilização das massas, não se preocupou em buscar apoio desses setores. A partir desse período, e principalmente em 1945, é que Vargas se preocupa em buscar esse apoio<sup>393</sup>.

Como exemplo, temos visão da historiadora Ângela de Castro Gomes. Essa historiadora acredita que o ano de 1942 foi um marco sugestivo para o rearranjo de forças do Estado Novo, uma vez que a ambigüidade política se tornou presente, e passou a dominar o clima do regime. Gomes entende essa ambigüidade, como uma tentativa, por parte das lideranças do regime, em abrirem mão de um posicionamento autoritário, sem, contudo, abrirem mão das posições de poder detidas por elas. Por esse viés, essas lideranças precisavam garantir a condução do processo de saída do autoritarismo, para se

<sup>392</sup> Em sua obra, o historiador Adalberto Paranhos percebe essa contradição nas falas dos governistas. Devido a essa análise desse historiador, procurei averiguar, se essas contradições eram perceptíveis e se existiam, na propaganda veicula através da imprensa.

<sup>393</sup> Acerca dessa perspectiva o historiador Adalberto Paranhos, tem um posicionamento interessante. Mesmo não negando essa perspectiva, ele acredita que ela não deve ser absoluta, na medida em que, para ele, desde há algum tempo, anterior a 1942, já vinha sendo ensaiadamente preparada uma “reserva de mobilização”; setores da classe trabalhadora poderiam ser mobilizados para fazer frente à oposição e apoiar o governo, na medida em que aqueles previamente já estavam sendo preparados para serem mobilizados pelo regime.

Segundo Paranhos, nos regimes autoritários, em especial o Estado Novo, “a perspectiva da mobilização social está posta, ao menos *potencialmente*, na ideologia do Estado, tal como esta expressa durante a ditadura estado-novista. Por outras palavras, a perspectiva da mobilização existe, por assim dizer, em estado *larvar*, como uma ‘reserva de mobilização’ que, em momentos de emergência política, poderia ser acionada para passar, em termos aristotélicos, da condição de potência à de ato. E, do meu ponto de vista, a ideologia do trabalhismo, como braço potencialmente mobilizador da ideologia do Estado, vai atuar precisamente nesse sentido quando se abre a crise política do ‘Estado Novo’ na conjuntura de 1942/43.” Ou seja, continua ele: “É inegável que uma tentativa de mobilização mais efetiva das classes trabalhadoras pelos setores governistas mais vinculados a Vargas vai se dar, acima de tudo, em 1945. Mas, para tornar a insistir num ponto em que venho batendo, essa constatação requer, segundo penso, que se leve em conta a constituição prévia do que estou chamando de ‘reserva de mobilização’, quando emerge um primeiro balão-de-ensaio de mobilização populista. Por outras palavras, mesmo que se tome o sindicato populista como um ‘fenômeno histórico tardio’, isso, a meu ver, não quer dizer que antes de 1945 não se ensaiassem passos seguros rumo à formação de uma ‘reserva de mobilização’ para, se necessário, fazer frente às adversidades do processo de institucionalização e/ou ‘democratização’ do ‘Estado Novo’”. Adalberto PARANHOS. *O Roubo da Fala: Origem da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. 1999, respectivamente p.115. e 117.

manterem no poder, agora através de uma *ordem democrática*<sup>394</sup>. Assim procuram executar práticas políticas que auxiliassem no processo de transição<sup>395</sup>.

Nesse processo, segundo a referida historiadora, o ministro do trabalho Marcondes Filho foi um dos grandes artífices. Ele desenvolveu várias medidas que já vinham sendo posta em prática pelo Ministério, que auxiliassem nessa via continuísta; atitudes que perpassavam no campo da educação, da saúde, alimentação, habitação, e principalmente as direcionadas para o campo da organização do trabalho<sup>396</sup>.

Neste último caso, o objetivo visado, segundo Gomes, seria o “estreitamento dos laços entre Estado e o movimento operário, via representação sindical”<sup>397</sup>. Assim se investiu na divulgação e propaganda, direcionada a esses setores. Desenvolveu-se um conjunto de medidas direcionadas à questão da sindicalização, soma-se a isso, por fim, a montagem de uma estratégia que teria como base a organização sindical corporativista, cuja matriz seria o discurso ministerial<sup>398</sup>. O discurso de Marcondes Filho, proferido em finais de setembro de 1943, perante lideranças sindicais no Rio de Janeiro, é um reflexo dessa preocupação do regime, ou seja, a de mobilizar os trabalhadores, para buscar uma sustentação para o regime e seu chefe:

Hoje em dia o trabalhador está completamente integrado com a direção dos negócios do Estado. Ele é ouvido e traz a colaboração de sua experiência; ele tem justiça própria. O Estado não mais lhe faz favores, porem lhe reconhece direitos e é o primeiro a proclama-los.

Todo esse monumento eu é a legislação trabalhista, todo esse amparo prestado pelas instituições de seguro social, os trabalhadores brasileiros sabem que foi o presidente Getulio Vargas, que lhes deu...

*Por isso os trabalhadores brasileiros estão coesos em torno do sr. Getulio Vargas e não dão ouvidos aos impacientes e saudosistas das agitações estereis....*

Os gestos dos corretores de seguro, ajudando a vencer a guerra, *foi uma pronta e clara demonstração de que os trabalhadores do Brasil estão na posição*

<sup>394</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 170.

<sup>395</sup> Contudo como anteriormente expus, não concordo com a historiadora, quando esta afirma que, desde 1942, os governistas para se manterem no poder, se mostrem afeitos em sair de um regime autoritário, e busquem uma via democrática. Ver o segundo capítulo, tópico II “As três faces do Jornal do Commercio durante o Estado Novo”.

<sup>396</sup> Foi com essa intencionalidade que o ministro Marcondes Filho veio a Manaus, no dia 18 de março de 1943, conversar com as autoridades locais. Essa viagem durou um dia. O Jornal, nº. 3830, Manaus, 19 de março de 1943. Ver também Revista Sintonia, nº. 34. Manaus, Março de 1943.

<sup>397</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p, 171.

<sup>398</sup> Ibid, p.170.

*de sentido e que cumprirão tudo o que for necessário para cumprir a determinação do sr. Getúlio Vargas*<sup>399</sup>.

Contudo, como alerta a historiadora Ângela de Castro Gomes, essa prática comportou dimensões contraditórias, uma vez que, ao mesmo tempo em que se procurou controlar o movimento sindical, necessitou-se que movimento fosse, de fato, representativo no seio do operariado. Não se procurou simplesmente o mero controle, mas a mobilização, o que só seria possível se ocorresse certa atuação política do operariado, que estava excluído do cenário político desde 1935<sup>400</sup>.

De fato, a partir dessa do ano de 1942, se percebe através da imprensa local, certa preocupação do governo, com uma propaganda *relativamente mais elaborada*, e direcionada aos trabalhadores, com a intenção de mobilizar esses setores, para que retribuíssem ao regime a efetivação dos direitos trabalhistas há muito tempo requisitado. Até então, a presença da propaganda direcionada a eles, era bastante esporádica nos periódicos locais, sendo realizada quase que apenas durante as comemorações do 1º de maio, citados também durante o aniversário do 10 de novembro, e no dia 19 de abril (aniversário de Vargas). Porém mesmo com essa mudança de perspectiva, quando comparadas a outros temas da propaganda estadonovista, a propaganda direcionada aos trabalhadores ainda apresenta um caráter bastante secundário<sup>401</sup>.

<sup>399</sup> O Jornal, nº. 3996, Manaus, 30 de setembro de 1943. Grifo meu. Nessa perspectiva é vista uma grande reportagem, de quase uma página em *O Jornal*, de 10 de novembro de 1942 que tinha como pano de fundo a comemoração do dia da implantação do Estado Novo. Nessa reportagem é feita uma analogia entre os direitos sociais “obtidos” pelos trabalhadores durante o pré-30, e durante a “Era Vargas”, assim se procurou em mostrar que durante o governo de Vargas, os trabalhadores tinham sido bastante favorecidos. Devido a esses feitos se justificava, por parte dos trabalhadores, um devotamento, carinho e confiabilidade em torno de Getúlio Vargas. O Jornal, nº. 3512, Manaus, 10 de novembro de 1942.

<sup>400</sup> Ângela de Castro GOMES. *A Invenção do Trabalhismo*. 1994, p. 171.

<sup>401</sup> Estudos acerca da propaganda – nos quais se inserem minhas análises – demonstram certa inexpressiva representação do trabalhador e do trabalho, tanto nas mensagens quanto na iconografia, quando comparadas com outros temas da propaganda estadonovista. A historiadora Silvana Goulart, analisando os conteúdos das matérias (um total de 5799) publicados, pelo DEIP de São Paulo na imprensa paulista, entre os anos de 1941 e 1944, nos mostra que apenas 2,2% da matéria se referiam ao trabalho. Para o ano de 1941, *ela não encontrou nenhuma matéria*. Silvana GOULART. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. 1990, p.110.

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, por mais que Vargas tenha introduzido transformações importantes no mundo do trabalho, e embora tanto em textos historiográficos quanto em textos de outra natureza ou até mesmo na memória brasileira, a política trabalhista esteja sempre associada com o varguismo, às pesquisas que ela realizou em variáveis fontes, demonstra que a preocupação básica da propaganda não estava concentrada nos trabalhadores. A propaganda de Vargas privilegiava as realizações materiais, ligadas ao desenvolvimento econômico, as direcionadas aos trabalhadores tiveram um papel secundário. Isso se torna gritante quando ela compara a atenção dada por Perón na Argentina à justiça trabalhista.

A conjuntura nacional exigia essa atuação por parte do regime, como forma de sua própria existência. Como já foi citado várias vezes na Dissertação, com a entrada do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra, as contradições internas do Estado Novo começam a aparecer. Nesse complexo rearranjo de forças, seus opositores ganham terreno e aos poucos, setores das elites brasileiras que se relacionavam com o regime se mostram distante, o antigo suporte das forças armadas mostram-se desgastados.

Nesse período, o discurso do trabalhismo se intensifica, concomitantemente o do mito da outorga, mas agora, este adquire um sentido mobilizador. Os trabalhadores deveriam obedecer ao presidente, eles, segundo o ministro Marcondes filho, deveriam estar “atentos às suas vozes de comando”<sup>402</sup>. Era a vez dos trabalhadores retribuírem o favor que lhes foi prestado pelo presidente. Vargas estaria do lado do povo, do trabalhador, protegendo-os, ele era claramente representante do povo, no mais ainda havia muito a ser feito:

Getúlio Vargas é elite, é classe media e é povo. Não desampara o direito de quem o tenha. Não pergunta a procedencia nem a arvore genealogica de quem o procura. Examina, apenas. *Mas creio que ele é muito mais povo do que elite e classe media. Muito mais povo porque sabe que é ai, neste palco ignorado, que se ensinam os grandes dramas do Brasil.*

*Nestes últimos dez anos o que se fez pelo trabalhador foi alguma coisa de substancial. Das greves sangrentas feitas a pata de cavalo, saíram todos os operários de todas as categorias para as garantias que as leis atuais lhes asseguram. Já o homem que trabalha não é mais uma máquina que o estado atira fora quando emperra. É uma força util que o governo considera e ampara, zela e defende. O operário sabe disso, acompanha as medidas que o governo toma em sua defesa, as leis que faz promulgar para que ele não seja um explorado, O operário compreende que está no governo um homem justo, que jamais quis fazer um uso indevido da sua autoridade, um chefe de admirável plasticidade e compreensão dos problemas sociais e humanos desta hora dramática para o destino da humanidade.*

*(...). O Estado Nacional não se deslumbra com o que já concluiu. Permanece em ação*<sup>403</sup>.

---

Ela acredita que esse plano secundário dado aos trabalhadores se justifique pelo fato de Vargas ter o apoio das forças armadas, da Igreja e de setores elite brasileira, dessa maneira o governo Vargas não precisou mobilizar os trabalhadores como força política, o oposto da Argentina onde Perón, para se manter no poder precisou do apoio das massas. Uma melhor atenção será direcionada aos trabalhadores a partir, de 1942, no momento que Vargas começa a perder o apoio das elites. Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p. 188-209. Soma-se a isso o fato de que a política estadonovista procurou negar a identidade de classe, substituindo-a por uma identidade nacional. Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. 1998, p. 191.

<sup>402</sup> O Jornal, nº. 3996, Manaus, 30 de setembro de 1943.

<sup>403</sup> Revista Sintonia, nº.37, p. 07, Manaus, junho de 1943. Grifo meu.

Porém apesar dessa reviravolta, pouco adiantou o direcionamento, o apelo de Vargas aos trabalhadores. A força que esses setores tinham ou aparentemente mostravam ter, não foi suficiente para evitar um golpe organizado pelos opositores e ex-aliados do regime e de seu presidente.

### **3.3.3 – A representação dos trabalhadores: negando a identidade de classe em prol de uma identidade coletiva, nacional.**

Como falamos anteriormente, será a partir de 1942 que notamos a presença, um pouco mais constante, ainda que bastante secundária, de uma propaganda política, através da imprensa amazonense direcionada aos trabalhadores. A partir daqui analisaremos essa propaganda direcionada a esse setor da sociedade amazonense.

Concomitantemente ao desenvolvimento do mito da outorga pelo governo, ocorria a tentativa de negação de uma história de lutas do trabalhador. Foi comum a propaganda estadonovista, ao engrandecer o regime, desqualificar a trajetória do trabalhador anterior ao governo Vargas.

Por esse panorama, o governo tentou apresentar o trabalhador como alguém, com pouca atitude política; assim, procurou-se negar uma identidade de classe. Segundo a propaganda, na sociedade do período anterior, o trabalhador era visto como “um pária”, não tendo as suas angústias nunca ouvidas. Eram esquecidos pelo poder público, e no outro pólo eram explorados pelo patrão. Devido a esse estado de coisas, o seu meio se tornava um solo fértil, para que estrangeiros plantassem sementes de “exóticas ideologias extremistas” como o anarquismo e o comunismo.

As mensagens estadonovistas enfatizavam que o maior responsável pela situação do trabalhador era o Estado, na medida em que sendo o proletariado brasileiro tolhido de se organizar e de receber direitos, as falsas promessas dos estrangeiros soavam como uma saída<sup>404</sup>.

O proletariado brasileiro, segundo a propaganda, era passivo, carente de atitudes. Para que parte de seus problemas fosse resolvido, iniciativas deveriam vir de fora do seu meio, e foi o que ocorreu. Se o Estado de outrora era ausente, a partir de 1930, o novo Estado que se instala e o presidente clarividente passaram a se antecipar às angústias dos

---

<sup>404</sup> O Jornal, nº.3712, Manaus, 10 de novembro de 1942.

trabalhadores, outorgando-lhes uma legislação trabalhista, assim os trabalhadores nem precisaram para esse fim, utilizarem de ações violentas que iam de encontro ao caráter pacífico:

Quem se detiver um pouco na análise do que se tem feito, no Brasil, na esfera do direito social, surpreender-se-á com o vulto das conquistas realizadas pelo trabalhador (...). E tudo isso se processou normalmente, sem que houvesse necessidade de apelar à violência ou de recurso à força.

Não é sem razão que se diz que temos uma legislação trabalhista das mais adiantadas e eficientes do mundo. Na realidade, o homem que trabalha e luta, no Brasil, encontrara nas leis sabias que promovemos o amparo e a segurança que vieram substituir o desinteresse e o abandono dos poderes públicos, vigorantes até 1930<sup>405</sup>.

No Estado Novo, os trabalhadores tinham encontrado um grande amigo, um trabalhador como eles, alguém que se preocupou em resolver os problemas que atingiam esse segmento social. Esse amigo era Getúlio Vargas, que

pelas suas virtudes preclaras, pela fortaleza do seu caráter e clarividência do seu patriotismo, mas sobretudo, pelo seu amor às multidões obreiras e sua profunda identificação com as aspirações e as fadigas, os sofrimentos e as alegrias, do trabalhador, houve de consagrar-se, no voto espontâneo do povo, *o operário maior do Brasil*<sup>406</sup>.

Com Vargas no poder, os trabalhadores brasileiros passaram a ter uma identidade, na medida em que eles tinham sido inseridos na sociedade brasileira pelo governo; essa identidade seria coletiva, nacional. Ou seja, a propaganda varguista negava a identidade de classe dos trabalhadores em prol de uma identidade nacional, negava a luta de classes, pois o Estado resolveu os conflitos sociais introduzindo “no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da nação”, representados pelo próprio Estado. O Estado Novo veio orientar a relação entre o capital e o trabalho, desse modo ambos não entrariam em conflito, “entravando, como outrora, o progresso do paiz”<sup>407</sup>.

Assim, percebe-se na propaganda varguista direcionada ao proletariado brasileiro, além da veiculação do mito da outorga, o preceito do trabalhismo, ou seja, a cooperação entre as classes sociais. Nessa perspectiva, se outrora havia conflitos entre o patronato e

<sup>405</sup> Revista Sintonia, nº. 37, p. 07, Manaus, junho de 1943.

<sup>406</sup> Leopoldo PERES Frente do Trabalho na Guerra. O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha Para a Vitória. 1942, p. 12. Grifo meu.

<sup>407</sup> Jornal do Commercio, nº. 12916, Manaus, 1º de maio de 1942.

os trabalhadores, nesse período eles haviam cessado, pois todos eram trabalhadores – soldados, intelectuais, governantes, patronato e proletariado –, e o bem maior era a Nação. Desse modo patrões e empregados, no 1º de maio – de fato todos os dias – andavam “hombro a hombro, carregando a Bandeira augusta da pátria, resam preces ardentes de devotamento e de sacrificio aos interesses do Brasil”<sup>408</sup>. A propaganda impunha a conciliação das classes, a identidade de classe do proletariado era diluída.

Mesmo quando a partir de 1942, Vargas busca o apoio dos trabalhadores para se manter no poder, esses só poderiam atuar em sintonia com o Estado, suas ações só teriam sentido se fossem para o bem da nacionalidade, ou melhor, para o bem do regime e do seu presidente que representavam essa nacionalidade e os interesses do trabalhador. Todo e qualquer movimento dos trabalhadores à parte do Estado, era criticado e visto como não representativo. Ou seja, condenava-se pensamentos e iniciativas autônomas dos trabalhadores. Esse ditame era visto no artigo 521, letra “a” do Decreto-lei nº. 5452 de 1º de maio de 1943, no tocante as condições para o funcionamento dos sindicatos que afastaria dos sindicatos, “qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e interesses da Nação” bem como “a candidatura a cargos eletivos estranhos ao sindicato”<sup>409</sup>.

Porém com o esgotamento do controle do Estado Novo, sobre a autonomia dos trabalhadores, muitos passam a ser organizar de maneira à parte do governo, e esses posicionamentos passam a ser criticados pelo regime:

Na atual contingencia que atravessa o Pais tem proliferado por aí afora, um sem numero de messias (vai mesmo com m pequeno) para cuidar das coisas que dizem respeito ao operariado. *Partidos, agremiações, sindicatos, o diabo, emfim.*

Todos trazem programas vistosos, temas embaladores, ilusões que enchem a alma de qualquer mortal. No numero deles está, por ai solto, um movimento que diz pretender unificar os trabalhadores. Todos os trabalhadores, de um modo geral, *já se acham unificados perante as entidades de classe que os representam*<sup>410</sup>.

---

<sup>408</sup> O Jornal, nº.3562, Manaus, 1º de maio 1942.

<sup>409</sup> O Jornal, nº. 6422, Manaus, 18 de outubro de 1945.

<sup>410</sup> O Jornal, nº. 6422, Manaus, 18 de outubro de 1945. Grifo meu.

Contudo, a determinado setor dos trabalhadores, aqui da Amazônia, como bem nos lembra a historiadora Maria Verônica secreto<sup>411</sup>, ocorreu algo de singular. Até o presente momento se falou que a propaganda acerca dos trabalhadores foi sem muita expressão, e quando ocorria tinha como intuito o engrandecimento do regime, diluindo a identidade de classe para fins objetivados pelo Estado Novo. Porém para a Amazônia, na conjuntura da Segunda Guerra, devido à necessidade de recrutamento de mão-de-obra direcionado aos seringais, a propaganda estadonovista, valorizou a imagem de determinado segmento dos trabalhadores amazônicos, o seringueiro, ou melhor, o “soldado da borracha”.

Devido aos “Acordos de Washington”, o Brasil foi incumbido de fornecer o látex para os Aliados, para esse fim, tem início no país a “Batalha da Borracha”. O governo brasileiro procurou direcionar para os seringais da Amazônia, uma grande quantidade de mão-de-obra. Para o recrutamento desses trabalhadores, a propaganda varguista atuou em duas dimensões, uma nacional e local.

Na de âmbito nacional, a propaganda – que estava inserida, na idéia do governo da “Marcha para o Oeste”, e na proposta de ocupação e colonização dos “espaços imensos e despovoados” –, procurava mostrar a dupla oportunidade que esse trabalhador, na sua maioria nordestinos, teria; a de ganhar a vida e a de servir a Pátria, enfatizando que eles não seriam desamparados pelo governo. A propaganda dava a essa empresa um ar de mobilização militar:

*Partindo do nordeste ou mesmo do Rio e São Paulo, grupos compactos de trabalhadores estão marchando para a Amazônia. Todos os caminhos, todos os meios de transportes são utilizados. Descem rios, flanqueiam montanhas, pelo mar e pelo ares, eles ai veem decididos a trabalhar e aproveitar a dupla oportunidade de ganhar a vida e a de servir à Patria. São humildes mais dispostos à longa jornada rumo à floresta misteriosa e prometedora.*

(...)

*.....Todos eles viajam já sob contrato garantido pelo governo federal. Terão sessenta por cento do produto. E como esse preço está fixado para até 1946, eles veem sabendo quanto vão ganhar. E receberão além disso assistência medica, dentaria, alimenticia e material, ferramenta em toda a extensão possível<sup>412</sup>.*

<sup>411</sup> Maria Verônica SECRETO. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*. 2007, p. 125.

<sup>412</sup> O Jornal, nº.3817, Manaus, 03 de março de 1943. Grifo meu.

No âmbito local a propaganda procurou de uma forma mais intensa, apelar para um discurso emotivo, que procurou heroizar o papel desses trabalhadores (desses “soldados da borracha”), mostrando a importância que eles tinham, naquele momento, para a Nação:

*Tú seringueiro da Amazônia, soldado descalço dos mutás cavaleiro glorioso* esporeando a barriga alvadia e esgalga das ucuquiranas e balatas, apóstolo do bem e da supremacia, estoico torturado no prazer que tens na dor e no flagício imposto pela imensidade bárbara da selva verdejante, sacerdote da fé, da paz, da vitória e da liberdade, has de ver em cada átomo do teu produto, mais uma vida poupada a um teu irmão.

O teu corpo suarento, sob o caustico atordoante dos meio-dias, a porejar gotejante pelo esforço quotidiano a prol do valor nacional, exala o mais inebriante de todos os perfumes.

*O universo inteiro, os bárbaros, os potentados e humildes, admiram-te neste expoente máximo de angústia mundial e conciso da tua sublimitude apoteótica de altivez, vêm nas tuas mãos calosas, a máquina construtora, o britador constante, a bigorna que ha-de estruturar um novo rumo e solidificar uma nova civilização*<sup>413</sup>.

Na propaganda voltada ao seringueiro, o Estado Novo procurou validar o homem-trabalhador, o sujeito ativo. O regime dependia em parte do seu trabalho, que ajudaria a trazer a vitória aos Aliados. A ele como bem exemplifica a citação acima, eram direcionados os mais valiosos tributos e adjetivos.

Como nos referimos, esse foi um caso singular; aos outros segmentos dos trabalhadores no Amazonas coube apenas as suas diluições na nova definição elástica do que era ser um trabalhador, definição essa que abarcava também o patronato.

Aqui caberia um questionamento, a propaganda varguista direcionada aos trabalhadores, e outras formas de controle teriam conseguido exercer um domínio pleno sobre os trabalhadores? Apesar de eu não ter analisado nenhuma fonte produzida por esses setores, na medida em que não era o objetivo dessa Dissertação, nas fontes analisadas é possível perceber indícios de resistências, que se tornam mais evidentes, a partir de 1945.

Há indícios na grande imprensa que demonstram, sem sombras de dúvidas, que a figura de Vargas encantou e muito os trabalhadores locais, principalmente, quando ele era relacionado às suas ações no campo social. Contudo, há outros indícios de que a

<sup>413</sup> Revista Sintonia, nº. 37, p. 06, Manaus, junho de 1943. Grifo meu.

questão de conciliação entre as classes, tanto defendida pelo Estado Novo, deixou a desejar. Em alguns casos, trabalhadores amazonenses viam nos seus patrões, pessoas que tinham interesses de classe que divergiam dos seus, viam que eles os exploravam, percebendo em suas relações injustiças, assim procuravam seus direitos sociais.

Um caso exemplifica bem isso. Em uma nota de *O Jornal* de 03 de março de 1940, ele procurou elogiar o advogado Manoel Severiano Nunes – futuro vice-presidente do Departamento Administrativo do Amazonas e futuro deputado federal, que será eleito nas eleições de dezembro de 1945 – afirmando que ele era um grande conhecedor das leis trabalhistas, sendo uma pessoa bem vista em todos os círculos da sociedade local. Segundo o periódico, entre o operariado, ele se tornara mais bem visto depois que, ao advogar pelo senhor Martinho Maria Alves, capataz da Serraria Firmeza de Itacoatiara, ele fez com que a justiça desse provimento à reclamação deste, para voltar a exercer sua função, da qual fora afastado, além de fazer com que a firma pagasse uma indenização<sup>414</sup>.

Para somar-se a esse caso temos mais dois que se referem a greves que ocorreram nesse período em Manaus. Já nos últimos dias do Estado Novo, em setembro de 1945, vão ocorrer duas greves em Manaus; não devemos nos esquecer que o artigo 139 da Constituição caracterizava a greve como recurso anti-social, ou seja, ela era proibida. Na segunda quinzena de agosto de 1945, 150 operários da Serraria Pereira entraram em greve pleiteando um aumento de 40%; seus patrões pediram 10 dias para uma resposta, e assim eles voltaram a trabalhar. Passado o prazo, pediram mais 03 dias, e como nada fora resolvido, os operários ameaçaram entrar em greve de novo no dia 03 de setembro<sup>415</sup>. Infelizmente não temos fontes que falem do desdobramento a partir do dia 03, se ela ocorreu de fato e se os trabalhadores conseguiram o aumento.

No dia 20 de setembro foi a vez dos motoristas dos bondes da Manaus Tramways entrarem em greve por causa de aumento; contudo, no dia 21 a greve tinha se encerrado, com a promessa de que ocorreria o aumento<sup>416</sup>.

O caso do capataz Martinho Alves, que não foi o único<sup>417</sup>, mais as duas greves demonstram que não havia no Estado Novo, a total e desejada concórdia entre patrão e

---

<sup>414</sup> O Jornal, nº. 2923, Manaus, 03 de março de 1940.

<sup>415</sup> O Jornal, nº. 6384, Manaus, 02 de setembro de 1945. Ver também Jornal do Commercio, nº. 13922, Manaus, 02 de setembro de 1945.

<sup>416</sup> Jornal do Commercio, nº. 13938, Manaus, 22 de setembro de 1945. Ver também O Jornal, nº. 6398, Manaus, 20 de setembro de 1945.

trabalhador. No caso das greves, elas nos mostram que a propaganda varguista, não apagou da memória dos trabalhadores uma trajetória de luta e de atuação política, na qual a greve servia como instrumento de reivindicação.

---

<sup>417</sup> Ainda é possível averiguar dois outros casos de trabalhadores que se sentiram lesados e foram atrás dos seus direitos, mas não tiveram o desfecho feliz do caso do senhor Martinho Alves. O primeiro caso é do carpinteiro Eduardo Pereira que procurou a Junta de Conciliação do trabalho, para receber o pagamento de serviços que se julgava com direito, da Firma de Construção do senhor Boaventura Affonso da Silva. Cf. O Jornal, nº. 2834, Manaus, 01 de dezembro de 1939. Segundo caso é do senhor Emygdio José Figueiras, que procurou a Junta de Conciliação para receber o pagamento de serviços da Firma de Construção do senhor Joaquim Gonçalves Carrilho. Na primeira audiência a Junta em 28 de agosto de 1939 condenou o senhor Joaquim a pagar ao senhor Emygdio, porém o empregador recorreu ao Ministério do Trabalho, e obteve ganho de causa. Cf. O Jornal, nº. 2941, Manaus, 24 de março de 1940.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Durante sete anos, em todo dia 10 de novembro, os amazonenses ao abrirem os periódicos locais se deparavam com reportagens comemorativas do dia do Golpe que instalou o Estado Novo. Como vimos, essas reportagens procuravam engrandecer o regime, Getúlio Vargas e autoridades locais – dando destaque para o Interventor Álvaro Maia. Nesse dia natalício em Manaus, como complemento da propaganda, assim como no resto do Brasil, se faziam comícios, passeatas, o culto ao regime ganhava às ruas, o espetáculo do poder se fazia visível, para gerar estados emocionais nas pessoas e torná-las mais permeáveis as mensagens estadonovistas; em prol do novo status quo, ocorriam formas de teatralizações da vida social. Porém o dia 10 de novembro de 1945 foi diferente; fazia pouco mais de 11 dias que o Estado Novo havia terminado, vítima de um golpe de Estado, liderado por militares que, há oito anos antes em outro golpe, tinham ajudado em sua implantação.

Seria interessante perceber, nesse dia 10 de novembro de 1945, o que muitos amazonenses pensaram. Visualizar as conversas entre os vizinhos e amigos, saber o que eles estavam recordando. Se fôssemos observar essas recordações, elas, sem sombras de dúvida, dependendo do estrato social, teriam conotações diferenciadas. Mas em uma nota que circulou no *Jornal do Comercio* do dia 11 de novembro, que viera fazer críticas ao regime que acabara de ruir, e em certa medida, alertar os leitores para não votarem no possível candidato de Vargas à presidência da República nas eleições de dezembro, afirmava que a recordação dos brasileiros no dia 10 de novembro teve um caráter de protesto:

*O Brasil recordou ontem, no protesto do seu silencio, a passagem do oitavo aniversario da fundação do Estado Novo, regimen que nos foi imposto pela influencia direta de que vinha ocorrendo na Europa dominada pelas ameaças de Hitler e pelo palavrório bombastico de Mussoline.*

(....) Do Estado Novo nos restam apenas os sinais dos seus maus tempos. As recordações do DIP, com sua caravana de opressores; do artigo 177, com o seu cortejo de miserias; da Lei Malaia, com a sua indigna ameaça contra a propriedade privada dos defensores da democracia<sup>418</sup>.

---

<sup>418</sup> Jornal do Comercio, nº. 13981, Manaus, 11 de novembro de 1945. Grifo meu.

Contudo, temos que analisar com cuidado essa afirmativa do JC; a visualização dos protestos tem que ser relativizada. Os três periódicos analisados nessa Dissertação servem, grosso modo, como exemplos do comportamento dos diversificados estratos da sociedade perante o Estado Novo. A *Revista Sintonia*, representaria os grupos que se identificaram com a proposta de governo do Estado Novo e principalmente com a figura de Vargas, e assim defenderam os ideais do regime. O JC, da “Era Vicente Reis”, seria representante dos grupos, que não aceitaram o novo regime, mas para não sofrer represálias, prisões e até mesmo o exílio, preferiram o silêncio; já o JC da “Era Chateaubriand” representaria os oportunistas, aqueles que tinham ganhos políticos e econômicos com a vigência do regime, mas quando percebem que a oposição ganhava força, debandeiavam-se para o outro lado para não perderem as regalias.

*O Jornal* representaria os grupos sociais que mantinham uma relação ambígua com o regime; ao mesmo tempo em que não aceitavam os cerceamentos às liberdades civis e à sua liberdade de imprensa, fazendo críticas ao lado autoritário do Estado Novo, reconheciam o seu lado progressista e procuraram apoiar a continuidade dessas propostas, na figura do candidato de Vargas à presidência, e não seria exagero dizer que apoiariam Vargas quando este se enveredasse a um governo de cunho democrático. Assim, nesse dia 10 de novembro de 1945, até mesmo nos anos que se seguiram, as recordações acerca do Estado Novo e da figura de Vargas terão conotações diferenciadas.

Observar a atuação desses periódicos nos possibilita afirmar uma velha idéia, a de que nenhum governo é monolítico; Mesmo sendo da dominação através do uso da violência e complementada por uma dominação simbólica, o discurso do vencedor jamais será aceito totalmente, e a memória do vencido não será facilmente apagada. Ou seja, nessas páginas, no que concerne à idéia de manipulação, não se compactou com a idéia de que o dominante na relação de dominação é capaz de controlar e anular o dominado, fazendo-o uma mera expressão de si mesmo. Assim sendo, defendeu-se, desde o início, a idéia de que, teoricamente,

entre os seres humanos, não há controle absoluto e ‘coisificação’ de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados. Do ponto de vista empírico, a assertiva traz para a cena histórica, além de um sem-número de

idéias e ações dos dominantes, outro sem-número de idéias e ações dos dominados, até então sequer imaginadas como possíveis<sup>419</sup>.

No caso da imprensa que teve sua liberdade cerceada, esta, durante os anos de regime estadonovista, teve que se equilibrar entre a obediência e o desafio. Apesar da imposição de ditames do regime e de várias táticas oficiosas, este teve que conviver com resistências originárias da imprensa; muitos periódicos, mesmo mantendo certa ambigüidade, criaram e recriaram táticas de resistências, formas veladas de críticas. Como exemplo, temos aqui no Amazonas o caso de *O Jornal*, e até mesmo, em muitos momentos, dependendo da conjuntura e dos proprietários, vê-se o caso do JC.

Assim sendo, significaria no terreno da propaganda estadonovista, mesmo vendo sua forte atuação no Amazonas, principalmente nos anos de 1943 e 1944, vislumbrar a possibilidade de desvios por parte do receptor, das mensagens varguistas, na medida em que a eficácia das mensagens dependeria dos códigos de afetividade e elementos históricos culturais dos receptores. As mensagens não teriam efeito unívoco, podendo ser interpretadas de maneiras diferentes, produzindo ações diferentes<sup>420</sup>.

Por esse prisma, mesmo que não tenha sido o objetivo dessa dissertação, foi possível ver, embora minimamente, desvios de comportamento dos trabalhadores em relação ao Estado Novo. Se muitos trabalhadores admiraram as atuações do governo no campo da legislação social, fazendo com que eles defendessem o presidente<sup>421</sup>, outros trabalhadores perceberam as diferenças entre suas atuações históricas e interesses de classe, em relação com as propostas do regime, e quando este passa pelo seu processo de enfraquecimento, eles procuraram alternativas à parte do controle do Estado Novo e da colaboração entre classes que esse defendia, realizando até mesmo greves; procuraram assim sua autonomia.

---

<sup>419</sup> Ângela de Castro GOMES. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO Maria Fernandes Baptista e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, (Orgs). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. 2005, p.24.

<sup>420</sup> Maria Helena CAPELATO. Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo. 1998, p.38

<sup>421</sup> Um caso interessante exemplifica isso. No mês de abril de 1941, iniciou-se em Manaus uma campanha, inspirada em outra de nível nacional, que visava arrecadar entre os trabalhadores, doações espontâneas, que viabilizassem a construção para o dia 1º de maio no Rio de Janeiro, de um monumento que consagrasse a política de justiça social que estava sendo posta em prática pelo governo Vargas. Segundo nota de 11 de abril todos os sindicatos e associações de classe do Amazonas estavam se movimentando rapidamente a esse fim. *O Jornal*, nº. 3267, Manaus, 11 de abril de 1941.

Para concluir gostaríamos de fazer duas observações. Primeiro, é que não queremos que fique a impressão de que consideramos a imprensa, no caso os periódicos, como transmissores imparciais e neutros dos acontecimentos, que adquirem uma intencionalidade somente quando usados por governos autoritários. Aqui afirmamos o que outros já disseram; a imprensa está inserida no interior de sociedades complexas, estando ou não atrelada ao poder, ela pode incorporar o projeto social dos grupos que representa criando caminhos para a sua concretização, constituindo-se como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, não importando o regime vigente.

Segundo, façamos nosso o apelo do historiador Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Recentemente esse historiador demonstrou preocupação em alargar o conhecimento da história operária no Amazonas para além do marco divisor de 1930, uma vez que essa temática é “lacunar no interior da historiografia amazonense” e, assim, lamenta, também, a inexpressividade de “estudos sobre o Amazonas ao longo do período da administração de Getúlio Vargas”<sup>422</sup>.

Assim sendo, concluímos com a expectativa que esse trabalho possa a vir contribuir para minorar os danos dessa defasagem historiográfica, acerca da História do Amazonas durante a “Era Vargas. Todavia, ainda, há muito para ser feito.

---

<sup>422</sup> Cf. Luís Balkar Sá Peixoto PINHEIRO. Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). *Canoa do Tempo*. 2007, p. 26-27.

## FONTES



## FONTES

### A - PERIÓDICOS

*A LUCTA SOCIAL (02 DE JANEIRO DE 1931)*

*A TARDE (1940)*

*A VOZ DO TRABALHADOR (01 DE MAIO DE 1913, RIO DE JANEIRO, COLEÇÃO FAC-SIMILAR 1908-1915)*

*DIÁRIO DA TARDE (1938 E 1944)*

*DIÁRIO OFICIAL DE ABRIL DE 1943.*

*JORNAL DO COMMERCIO (1904-1945)*

*O JORNAL (1932-1946)*

*REVISTA SINTONIA (1939-1944)*

*TRIBUNA POPULAR (1934-1936)*

### B - OUTRAS FONTES

AMAZONAS – COLEÇÃO DAS LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS – 1930-1945;

AMAZONAS – RELATÓRIOS, MENSAGENS E FALAS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS – 1930-1945;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão de nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1985.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. 6ª edição. São Paulo: Alfa – Omega, 1991.
- BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- \_\_\_\_\_. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (Vol. I). O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BIROLI, Flávio. *A Liberdade de Imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)*. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47, 2004, p.213-240.
- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador?*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política: laços permanentes*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 12, nº. 23/24, setembro de 1991/agosto de 1992.
- \_\_\_\_\_. *História Política: Totalidade e Imaginário*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 9, nº. 17, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil. 1989.
- \_\_\_\_\_. A delegação e o fetichismo político. In *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BURKE, Peter. *Teoria e História Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CAMARGO, Ana Maria. *A Imprensa Periódica Como Objetivo e Instrumento de Trabalho*. São Paulo, 1976: Tese (Doutoramento em História), Universidade de São Paulo.
- CAMPOS, Francisco. *10 de Novembro: resultado de 50 anos de experiência política*. Rio de Janeiro; Departamento Nacional de Propaganda, 1938.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920 – 1945*. São Paulo: editora Brasiliense, 1989.

- \_\_\_\_\_. *O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: imprensa paulista (1920-1945)*. Revista Brasileira de História. Vol. 12, nº 23/24, p. 55-75, set.91/ago.92.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: contexto/Edusp, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- \_\_\_\_\_. Propaganda política no varguismo e no peronismo: caminhos metodológicos. In GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e SCHIMIDT, Benito Bisso. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. Estado Novo: Novas Histórias. In FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ª edição. São Paulo: Contexto 2001, p. 183-203.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (vol.II): o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pg. 107-143.
- CAPELATO, Maria Helena, DUTRA, Eliana Regina de Farias, Representação Política. O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. In CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Ciro e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema. In CARDOSO, CIRO e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História do Poder, História Política*. Estudos Ibero-americanos. PUCRS, vol.XXIII, nº. 1, junho de 1997.
- CARMINÉ, Demosthenes. *Mito, inconsciente e imaginário*. Manaus: Imprensa oficial, 2004.
- CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A República Nova (1930 – 1937)*. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Terceira República (1937 – 1945)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *O Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de História, vol. 5, nº. 8/9, São Paulo: Anpuh, setembro de 1984/abril de 1985, p. 117-138.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. 16ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural entre prática e Representações*. Lisboa: DIFEL. 1988.
- \_\_\_\_\_. Poderes e Limites da Representação. Marin, o Discurso e a Imagem. In *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. O Mundo como Representação. In *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2002.
- COHEN, Marleine. *Getúlio Vargas: Personagens que marcaram época*. São Paulo: Editora Globo. 2007.
- CORREIA, Fabiana Libório. *A Revista Sintonia e o Amazonas Durante a Batalha da Borracha*. Manaus: UFAM/CNPq, mimeo., 2004.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Cidadelas da ordem. A Doença Mental na República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- D' ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In OLIVEIRA, Cecília de Helena de Salles, PRADO, Maria Lígia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (Orgs). *A história na política a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- D' ARAUJO, Maria Celena. Estado, Classe trabalhadora e Políticas Sociais. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAOU, Ana Maria. *A Cidade, O Teatro e o "Paiz das Seringueiras": Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na Virada do Século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1998.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Cotidiano dos Trabalhadores na República. São Paulo 1889-1940*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DIAS, Edinéa Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.
- FALCON, Francisco J. Calazans. Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo. In WERNECK DA SILVA, Luiz (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo. (Vol. I) O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- \_\_\_\_\_. História e Representação. In CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- FARGEN, Richard R.. *Política e Comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.
- FARIA, Fernando Antonio. *Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.
- FARIA, José Eduardo. *Poder e Legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. 21ª edição. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 2001. p. 227-255.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 16ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FEBVRE, Lucien. Viver a História. In: *Combates pela História*. 3ª edição. Lisboa, Portugal: Editora Presença, 1989.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (vol. I): o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Nova "Velha História": O Retorno da História Política*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (vol. I): o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

- FREIRE, José Ribamar Bessa (org.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. 2ª ed. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1990.
- FRIEDRICH, Carl J. e BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Totalitarismo e Autocracia*. Rio de Janeiro; Edições GRD, 1965.
- \_\_\_\_\_. *O que é Propaganda ideológica*. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.
- GARCIA, Sheila do Nascimento. *A Revista 'Caretá': Um Estudo Sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado UNESP/ASSIS, São Paulo, 2005.
- GASKELL, Ivan. História das Imagens. In BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- GERTZ, René E. Estado Novo: Um Inventário Historiográfico. In WERNECK DA SILVA, Luiz (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) *O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. Mito: Distância e mentira. In *Olhos de Madeira: novas reflexões sobre a distância*. São Paulo: companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. Representação; A palavra, a idéia, a coisa. In *Olhos de Madeira: novas reflexões sobre a distância*. São Paulo: companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. 2ª edição. São Paulo: companhia das Letras, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO Maria Fernandes Baptista e Maria de Fátima Silva GOUVÊA, (Orgs). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Editoras FAPERJ/MAUAD, 2005.
- GONÇALVES, Adelaide. *Demolindo a Sociedade Burguesa: intelectuais e imprensa libertária no Ceará*. Trajetos: revista de história da UFC. Vol. 2, nº. 4, 2003, p.77-93.
- GOODWIN JÚNIOR, James William. *A Luz do Progresso em Juiz de Fora; o Jornal Pharol nas décadas de 1870-1880*. Várias Histórias, Belo Horizonte, nº.17, março de 1997, p. 195-218.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura No Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. Da História social à História da Sociedade. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos: O breve século XX-1914-1991*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- JAHN GARCIA, Nelson. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: edições Loyola, 1982.
- JAHN GARCIA, Nelson. *O que é Propaganda ideológica*. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- JUCÁ, Gizafran Nazareno Mota. *A História de fortaleza Através da Imprensa e dos Depoimentos dos Idosos*. Trajetos: revista de história da UFC. Vol. 1, nº. 1, 2001, p. 45-60.

- KONRAD, Diorge Alceno. *O Fantasma do Medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese de doutorado, UNICAMP São Paulo, 2004.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (vol.I): o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em Letras de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LE GOFF, Jacques. A Política ainda será a ossatura da História? In *O Mundo Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- \_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In *História e Memória*. (Vol. II) Memória. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. El concepto de representación. In *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México; FCE, 2006.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª edição. Campinas, SP: Papyrus/UNICAMP, 1986.
- LIMA, Priscila de Carvalho. *Virando o Século: origens de um jornal centenário (1904-1920)*. Manaus: UFAM/CNPq, mimeo., 2005.
- LUCA, Tânia Regina de. A grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bessanezi Pinsky (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.
- MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e História: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880-1920. In FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 14-40.
- MACRIDIS, Roy C. *Ideologias Políticas Contemporâneas: movimentos e regimes*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARREIRO, Paulo. História e ação social: moradia e ameaça. *Canoa do Tempo*, Manaus: Editora da Universidade de Manaus, vol. 1, nº.1, 2007, p. 83-95.
- MARTINS, Ana Luisa e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura, 1890-1910*. Manaus, Edua, 1997.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade Viril 1930. O Motim Ginasiano*. Manaus: Edições Nheenquatiara, 1996.
- MOREIRA, Silvia Levi. *São Paulo na Primeira República. As Elites e a Questão Social*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- NEGRO Antonio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs). *As peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus de 1920-1967*. Manaus: Valer/Gov. do Estado/Edua, 2003.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais de Modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PANDOLFI, Dulce. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pg. 13- 37.
- PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In LE GOFF, Jacques (org). *A História Nova*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PERES, Jéfferson. *Evocação de Manaus como eu a vi ou sonhei*. Manaus: Imprensa Oficial, 1984.
- PERES, Leopoldo. *Política e Espírito do Regime*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.
- PERES, Leopoldo. *Frente do Trabalho na Guerra. O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha Para a Vitória*. Manaus: Imprensa Pública, 1942.
- PERES, Leopoldo. *O Município no Estado Nacional*. Manaus: Imprensa Pública, 1942.
- PERES, Leopoldo. *União Sagrada Pelo Brasil*. Manaus: Livraria do Palácio Real, 1942.
- PERES, Leopoldo. *Getúlio Vargas. O homem e o chefe*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O Cruzeiro” S.A. 1944.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia do Estado Novo: Visões Regionais. In WERNECK DA SILVA, Luiz Werneck da (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo*. (Vol. I) *O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº. 16, 1995, p. 279-290.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). *Canoa do Tempo*, Manaus: Editora da Universidade de Manaus, vol. 1, nº.1, 2007, p. 11-32.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1290)*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflitos no porto de Manaus, 1899-1925*. 2ª edição. Manaus; Edua, 2003.
- \_\_\_\_\_. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *Canoa do Tempo*, Manaus: Editora da Universidade de Manaus, vol. 1, nº.1, 2007, p. 53-81.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. (transcrições e fac-símiles) Manaus: EDUA, 2004.
- PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira, A Crítica de Mário de Andrade à intolerância Política do Estado Novo: o papel do intelectual. In OLIVEIRA, Cecília de Helena de Salles, PRADO, Maria Ligia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (Orgs). *A história na política a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro Vol. 3, 1989.
- PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Editoras Brasiliense, 1990.
- RÉMOND, René. *Por que a história política*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 7, nº 13, 1994.

- \_\_\_\_\_. (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira república e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano (vol. I): o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Vol. 05. Belém: Amazônia Editora. 1968.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História conceitual do político*. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol.15, nº. 30, 1995.
- ROSAS, Fernando. Um Estudo Comparado do Fascismo: O “Autoritarismo Moderno” do Estado Novo Português. In WERNECK DA SILVA, Luiz (org). *O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo. (Vol. I) O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1991.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 2ª. Edição. Manaus: SUFRAMA/Gráfica Lorena, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: EDUA, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/fundação Getúlio Vargas/Ed. Da universidade de Brasília. 1983.
- SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, nº.40, julho-dezembro de 2007, p.115-135.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In NOVAIS, Fernando (coord.) e SEVCENKO, Nicolau (org. do Vol.). *História da Vida Privada no Brasil. Vol III. Republica: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “Representação do Passado”: A Nova Abordagem da Historiografia Francesa. In CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- SILVA, Kamila Araújo da. *Modelando a Mulher Manauara: perfis femininos na Revista Sintonia (1950-1955)*. Manaus: UFAM/CNPq, mimeo., 2005.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo*. Campinas, 2005. Dissertação em mestrado de História pela Universidade de Campinas.
- SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernandes Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Editoras FAPERJ/MAUAD, 2005.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e O Estado Novo. In MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. 21ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 256-282.
- SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo, 2005.
- TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação de Mestrado, UFAM Manaus, 2008.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- VIANA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A Imprensa Como Fonte Para a Pesquisa Histórica. Projeto História*, nº 3. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984, p. 4754.
- WERNECK DA SILVA, Luiz (org). O Feixe e o Prisma uma Revisão do Estado Novo. (Vol. I) *O Feixe: O autoritarismo como sugestão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil. 4ª edição*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- ZICMAN, Renée Barata. História a través da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, nº 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.